

ROXANE SIDNEY RESENDE DE MENDONÇA



**O URBANISMO MODERNISTA EM MINAS GERAIS:
O CASO "IPATINGA"**

**BELO HORIZONTE
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UFMG
2006**

Roxane Sidney Resende de Mendonça

**O URBANISMO MODERNISTA EM MINAS GERAIS:
O CASO “IPATINGA”**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo
Área de Concentração: Teoria e Prática do projeto de Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Doutora Maria Lúcia Malard
Universidade Federal de Minas Gerais

**Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2006**

FICHA CATALOGRÁFICA

M539u Mendonça, Roxane Sidney Resende de
O urbanismo modernista em Minas Gerais : o caso
"Ipatinga" / Roxane Sidney Resende de Mendonça -
2006.
235f. : il.

Orientadora: Maria Lúcia Malard
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Planejamento urbano – Ipatinga (MG)
2. Política urbana – Ipatinga (MG) – Séc.XX I. Malard,
Maria Lúcia II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Escola de Arquitetura III. Título

CDD : 711.409815



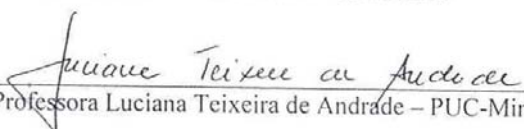
Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Arquitetura
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Dissertação intitulada "O Urbanismo Modernista em Minas Gerais: O caso 'Ipatinga' ", de autoria da mestranda Roxane Sidney Resende de Mendonça.

Dissertação defendida em 07 de abril de 2006 e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:



Professora Maria Lúcia Malard – EA/UFMG



Professora Luciana Teixeira de Andrade – PUC-Minas



Professor Roberto Luís de Melo Monte-Mór – FACE/UFMG

Belo Horizonte, 07 de Abril de 2006

Rua Paraíba 697, Funcionários, Belo Horizonte, MG – cep: 30220-280 –
Tel: (031) 32691800 fax: (031) 3269 1818.

A Deus e a meus pais Marília e José Antônio.

AGRADECIMENTOS

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Em especial, a meus pais José Antônio Resende de Mendonça e Marília Sidney de Souza de Mendonça. Eles foram orientadores enquanto educadores profissionais e amorosos pais e companheiros. A meu pai, ainda pela revisão de redação e a minha mãe também pelo constante interesse em discutir e lapidar as idéias desta dissertação.

À minha irmã Santuza pelo apoio e carinho para que eu continuasse interessada e entusiasmada em todo o processo de construção desta dissertação de mestrado.

Ao Athos Jr., demais familiares como também à Geralda pela assistência às minhas atividades realizadas durante as jornadas de estudo.

À orientadora professora Dra. Maria Lúcia Malard pela abertura em acolher minhas idéias e direcioná-las, de forma pertinente, ao tema, devolvendo-as enriquecidas por sua grande competência em sintetizar, objetivar e transformar um complexo em algo mais simples, mais acessível e de grande relevância aos futuros estudos nesta área de conhecimento. A esta professora ainda pela preciosa oportunidade de aprender a seu lado não somente sobre a arquitetura e urbanismo, mas sobre a arte de viver.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Cnpq. que financiou este trabalho.

Aos Bibliotecários da EAUFMG pelo constante apoio e simpatia durante as orientações referentes à normalização deste trabalho e as consultas feitas na biblioteca.

À equipe de arquitetos, engenheiros e funcionários da prefeitura de Ipatinga pela compreensão da complexidade e importância de um estudo voltado para o resgate histórico do município na área do urbanismo. Ressalto, sobretudo, a inestimável contribuição de cada um ao disponibilizar o acesso aos dados indispensáveis à pesquisa.

Ao diretor-presidente da USIMINAS, Dr. Rinaldo Campos Soares que, acreditando na envergadura do meu trabalho, abriu as portas desta empresa à consulta de material para o desvendamento do caso “Ipatinga”.

Ao arquiteto Danilo Ruback Cascardo e à equipe da USIMINAS, especialmente o setor PGM, pela presteza em fornecer informações e dados históricos dos planos habitacionais feitos para a Vila-Operária, construída para abrigar seus funcionários.

Aos arquitetos e engenheiros, ligados ao plano habitacional da Vila-Operária da USIMINAS, entrevistados ao longo do curso.

Ao tio Lauro e família, moradores do bairro Cariru, pelo acolhimento em Ipatinga com alegria, simplicidade e reconhecimento ao trabalho realizado.

A minha prima Simone pela presteza em fazer a revisão de redação do inglês.

À Izabela Ferreira Alves pela confiança em mim depositada ao me receber tão bem em sua residência em Ipatinga.

Aos moradores de Ipatinga pelas conversas informais e aos entrevistados que responderam às questões referentes à cidade, com prontidão e solicitude.

A todos os professores do NPGAU pela competência na indicação de caminhos e de referências básicas para a consistência da pesquisa.

Aos colegas de mestrado pela troca de idéias e conhecimentos durante a realização deste trabalho.

A todos os amigos que se fizeram mais próximos, incluindo os do Rotary Clube Novas Gerações e os da Universidade de Yôga que, junto comigo, teceram uma rede de solidariedade e compreensão.

Ao apoio da Dra. Ieda, grande profissional e amiga.

Finalizando, aos amigos que irrestritamente me ouviram e impulsionaram-me na superação de barreiras. Em especial, à Fernanda, Ana Paula, Márcia, Alexandra, Amair, Gaurav e ao querido leber pelo apoio incondicional.

A Deus por fazer-me perceber que as dificuldades são inesgotáveis fontes de saber.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo avaliar a pertinência da crítica pós-moderna para o caso das cidades brasileiras, com base no que ocorreu em Ipatinga, uma cidade de Minas Gerais, que foi implementada juntamente com a USIMINAS, para lhe dar suporte. Desenvolve-se o argumento de que os conceitos da urbanística modernista da Carta de Atenas foram aplicados no Brasil em um contexto diverso daquele que os originou na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, as críticas centrais ao planejamento urbano modernista foram aceitas pelos brasileiros sem a real verificação da sua pertinência em nossas cidades projetadas. Esse argumento fundamenta-se num estudo comparativo entre a parte projetada de Ipatinga e a que cresceu sem um plano geral.

Primeiramente se apresenta o referencial teórico da dissertação, justificando a importância de se reavaliar as críticas pós-modernas para o caso de cidades brasileiras. Em seguida são trazidas as referências históricas e conceituais do caso estudado e é apresentada a Vila-Operária da USIMINAS, em Ipatinga. Prossegue-se através da discussão dos conceitos aplicados ao estudo comparativo entre a parte projetada pela USIMINAS e a parte que cresceu sem um plano geral. Para isso foram escolhidos quatro bairros: dois que pertencem a Vila-Operária (Cariru e Novo Cruzeiro) e dois que cresceram de acordo com o mercado imobiliário (Cidade Nobre e Bom Jardim). A comparação das duas situações analisadas – a “artificial” e a “espontânea” - foi examinada à luz da crítica pós-moderna, notadamente aquela proferida por Lefèbvre (1969,1999), Jacobs (2000) e Alexander (1967).

Conclui-se que Ipatinga constitui um rico laboratório para análise da pertinência da crítica pós-moderna, como exemplo de um caso brasileiro. As situações analisadas mostram que não se deve tratar a aplicação dos preceitos do urbanismo modernista como algo fracassado. Pelo contrário, Ipatinga revela que devemos analisar criticamente os nossos problemas urbanos, pois eles são peculiares. Os preceitos modernistas podem ser relevantes para preservar o espaço, o sol e a vegetação, mas ao mesmo tempo, podem ser ultrapassados, se forem adotados como modelos fechados e rígidos.

ABSTRACT

The objective of this Master Thesis is to evaluate whether the post-modern criticism is pertinent to Ipatinga, a modern city of Minas Gerais that was built with the steel plant USIMINAS to house its workers. The argument made here is that modernism-planning concepts of the Athens' Charter were applied - in Brazil - to a different context than the one from which they had originated in Europe and in the United States. However, Brazilian scholars have accepted the criticism to modernism urban planning without verifying whether it was pertinent or not to our projected cities. This argument is based on a comparative study between the projected part of Ipatinga and the part that was built without a general plan.

Initially, the theoretical framework of the research is presented, justifying the importance of re-evaluating the post-modern criticism as far as Brazilian cities are concerned. Secondly, the historical and conceptual references are discussed and USIMINAS' Vila-Operária is presented. The concepts that apply to the comparative study between the projected part of Ipatinga and the part that was built without planning are discussed next. Four suburbs have been chosen: two that belong to the Vila-Operária (Cariru and Novo Cruzeiro) and two that developed in accordance with real estate market (Cidade Nobre e Bom Jardim). The comparison between the two situations analyzed - the "artificial" and the "spontaneous" – is made in accordance to the post-modern criticism, particularly that one put forward by Lefèbvre (1969,1999), Jacobs (2000) and Alexander (1967).

It is concluded that Ipatinga is a rich laboratory for investigating whether post-modern criticism applies to the Brazilian case. The analyzed situations show that one doesn't have to consider that modernism concepts have failed in Brazil. Conversely, Ipatinga discloses that critical scrutinizing of urban problems is fundamental, since peculiarities exist. Modernism rules can be excellent to preserve the environmental qualities of suburbs, the sunlight and the vegetation, but at the same time they can become antiquated if adopted as closed and rigid models.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA).....	20
FIGURA 2 - Diagrama metodológico.....	27
FIGURA 3 - O contexto brasileiro do modernismo e pós-modernismo.....	46
FIGURA 4 - Localização de Ipatinga.....	61
FIGURA 5 - Localização de Ipatinga.....	61
FIGURA 6 - Planta de zoneamento.....	66
FIGURA 7 - Pré-Plano de Urbanização.....	67
FIGURA 8 - Área da USIMINAS.....	68
FIGURA 9 - Esquema do Pré-plano urbanístico.....	69
FIGURA 10 - Bairro Castelo.....	72
FIGURA 11 - Bairro Cariru.....	72
FIGURA 12 - Bairros Horto e Santa Mônica.....	72
FIGURA 13 - Bairro Bom Retiro.....	73
FIGURA 14 - Bairros Areal e Imbaúbas.....	73
FIGURA 15 - Bairro Vila Ipanema.....	73
FIGURA 16 - Bairro Candangolândia e Maringá.....	74
FIGURA 17 - Mapa com a divisão atual de bairros na cidade. Expansão para Norte e Noroeste da Vila-Operária.....	77
FIGURA 18 - Mapa do bairro Cariru.....	90
FIGURA 19 - Vista parcial do Bairro Cariru.....	93
FIGURA 20 - Vista geral do Bairro Bom Retiro.....	93
FIGURA 21 - Vista parcial do Bairro Bom Retiro.....	93
FIGURA 22 - Bairro Castelo ao alto, Ipatinga à esquerda.....	93
FIGURA 23 - Vista parcial do Bairro Maringá.....	93
FIGURA 24 - Vista parcial do Bairro Vila Ipanema.....	93

FIGURA 25 - Casa tipo G.....	94
FIGURA 26 - Casa tipo H.....	94
FIGURA 27 - Apto tipo J21.....	94
FIGURA 28 - Apto tipo J22.....	94
FIGURA 29 - Apto tipo J23.....	94
FIGURA 30 - Apto tipo J23.....	94
FIGURA 31 - Casa tipo A.....	95
FIGURA 32 - Casa tipo B.....	95
FIGURA 33 - Casa tipo 126m2.....	95
FIGURA 34 - Casa tipo 110m2.....	95
FIGURA 35 - Casa tipo 78-80 m2.....	95
FIGURA 36 - Casa tipo I2.....	95
FIGURA 37 - Casa tipo A.....	96
FIGURA 38 - Casa tipo A2.....	96
FIGURA 39 - Casa tipo B5.....	96
FIGURA 40 - Casa tipo G.....	96
FIGURA 41 - Casa tipo E1.....	96
FIGURA 42 - Casa tipo D5.....	97
FIGURA 43 - Casa tipo R.....	97
FIGURA 44 - Casa tipo R1.....	97
FIGURA 45 - Casa tipo R1.....	97
FIGURA 46 - Ginásio Bairro Cariru.....	97
FIGURA 47 - Padaria Bairro Cariru.....	98
FIGURA 48 - Posto de Saúde.....	98
FIGURA 49 - Supermercado Padrão.....	98
FIGURA 50 - Unidade Hospitalar.....	98
FIGURA 51 - Grupo Escolar, Lactário e Posto de Saúde do Bairro Areal.....	98
FIGURA 52 - Alojamento na rua Finlândia.....	98

FIGURA 53 - Alojamento na rua Finlândia.....	99
FIGURA 54 - Alojamento na rua Finlândia.....	99
FIGURA 55 - Apartamentos J-21 A e B.....	99
FIGURA 56 - Apartamento J-21 B.....	99
FIGURA 57 - Árvore patrimônio histórico da cidade.....	99
FIGURA 58 - Casa Av. Japão.....	99
FIGURA 59 - Casa Av. Japão.....	100
FIGURA 60 - Casa Av. Japão.....	100
FIGURA 61 - Casas geminadas na rua Síria.....	100
FIGURA 62 - Casa Rua Argentina.....	100
FIGURA 63 - Caso de verticalização.....	100
FIGURA 64 - Casa Castelo.....	100
FIGURA 65 - Casa Castelo.....	101
FIGURA 66 - Casa Castelo.....	101
FIGURA 67 - Casa Castelo.....	101
FIGURA 68 - Casa Candangolândia.....	101
FIGURA 69 - Casa Candangolândia.....	101
FIGURA 70 - Casa Candangolândia.....	101
FIGURA 71 - Casa Candangolândia.....	101
FIGURA 72 - Casa Maringá.....	102
FIGURA 73 - Casa Maringá.....	102
FIGURA 74 - Colégio São Francisco Xavier.....	102
FIGURA 75 - Colégio São Francisco Xavier.....	102
FIGURA 76 - Hotel Bairro Castelo.....	102
FIGURA 77 - Hotel Bairro Castelo.....	103
FIGURA 78 - Igreja Bairro Horto.....	103
FIGURA 79 - Igreja Bairro Horto.....	103
FIGURA 80 - Centro Comercial Bairro Cariru.....	103

FIGURA 81 - Centro Comercial Bairro Cariru.....	103
FIGURA 82 - Centro Comercial Bairro Cariru.....	103
FIGURA 83 - Município de Ipatinga com a subdivisão proposta.....	106
FIGURA 84 - Mapa com localização dos bairros.....	108
FIGURA 85 - Mapa do Bairro Cariru.....	111
FIGURA 86 - Mapa do Bairro Novo Cruzeiro.....	111
FIGURA 87 - Foto Praça Novo Cruzeiro.....	112
FIGURA 88 - Entrada principal do bairro.....	112
FIGURA 89 - Rua de entrada para o bairro.....	112
FIGURA 90 - Caso de verticalização no Bairro.....	112
FIGURA 91 - Mapa do Bairro Cidade Nobre.....	113
FIGURA 92 - Avenida e prédios no Bairro.....	113
FIGURA 93 - Avenida comercial do Bairro.....	113
FIGURA 94 - Avenida comercial do Bairro.....	114
FIGURA 95 - Praça do bairro.....	114
FIGURA 96 - Mapa do Bairro Bom Jardim.....	114
FIGURA 97 - Vista parcial do Bairro.....	115
FIGURA 98 - Rua do Bairro	115
FIGURA 99 - Vista do morro ainda desocupado.....	115
FIGURA 100 - Vista do Centro Comunitário.....	115
FIGURA 101 - Rua do Bairro.....	115
FIGURA 102 - Rua do Bairro.....	115
FIGURA 103 - Esquema mostrando as principais relações entre os bairros dentro e fora da Vila- Operária	120
FIGURA 104 - Bairro Cidade Nobre, exemplo de verticalização fora da área da USIMINAS.....	123
FIGURA 105 - Bairro Cariru, exemplo de verticalização dentro da área da USIMINAS.....	123
FIGURA 106 - Indicação de dois prédios previstos no plano da Vila-Operária e as construções que foram permitidas em uma rua aberta entre eles.....	127

FIGURA 107 - Vista da rua que foi construída entre a área livre que havia entre os prédios residenciais, indicados na figura anterior.....	127
FIGURA 108 - Residências totalmente modificadas, ocupando toda a área verde anteriormente existente.....	127

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Configuração urbana de Ipatinga.....	108
QUADRO 2 - Síntese das críticas pós-modernas.....	117
QUADRO 3 - Quadro Síntese.....	130

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Caminhos traçados até Ipatinga.....	17
1.2 A importância de Ipatinga.....	18
2. APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO E DA METODOLOGIA.....	22
2.1 Organização do trabalho.....	22
2.2 Metodologia adotada.....	23
2.2.1 Hipóteses.....	24
2.2.2 Roteiro de procedimentos.....	25
2.2.1.1 Levantamento de Dados.....	25
2.2.1.2 Análise e Interpretação de dados.....	26
3. EXPERIÊNCIAS E CRÍTICAS À URBANÍSTICA MODERNISTA DO SÉCULO XX.....	28
3.1 A importância de se reavaliar a crítica pós-moderna no caso de cidades modernistas brasileiras.....	28
3.2 A contribuição da Carta de Atenas.....	32
3.3 O Urbanismo modernista e pós-moderno.....	35
3.4 Cidade política, comercial, industrial e a zona crítica.....	40
3.5 Industrialização, modernismo, modernização e	

modernidade.....	44
3.6 O espaço urbano “natural” e “artificial” e a crítica pós-moderna.....	51
4. A INDÚSTRIA, O PROJETO DE SUA VILA-OPERÁRIA E A CIDADE DE IPATINGA.....	58
4.1 A indústria siderúrgica e o modernismo na criação da USIMINAS e sua Vila-Operária.....	58
4.2 O projeto da Vila-Operária e os primeiros estudos urbanísticos e habitacionais da USIMINAS.....	63
4.3 Evolução urbana do núcleo “espontâneo” de Ipatinga e os planos urbanísticos para a cidade.....	77
4.4 Cidade Jardim, cidade Industrial, cidade modernista e o caso de Ipatinga.....	82
4.4.1 Três experiências do século XX: Ebenezer Howard, Tony Garnier e Le Corbusier.....	83
4.4.2 Os conceitos da urbanística modernista internacional aplicados na Vila-Operária.....	86
4.4.3 A Vila-Operária ontem e hoje.....	93
5. A PERTINÊNCIA DA CRÍTICA PÓS-MODERNA NO CASO DE IPATINGA.....	104
5.1 Configuração urbana de Ipatinga: os agentes responsáveis por sua formação e pelas situações urbanas.....	105
5.2 Os bairros: Cariru, Novo Cruzeiro, Cidade Nobre e Bom Jardim.....	111
5.3 A crítica pós-moderna no caso de Ipatinga.....	116
5.3.1 O “artificial” e o “natural” no caso de Ipatinga.....	116

5.3.1.1	Considerações sobre os bairros Cariru (USIMINAS "A"), Novo Cruzeiro (USIMINAS-"B"), Cidade Nobre (Loteamentos "A"), Bom Jardim (Loteamentos "B").....	119
5.3.1.2	Quadro Síntese.....	129
5.4	Considerações finais.....	131
6.	CONCLUSÃO.....	133
6.1	Perspectivas para futuros estudos.....	139
	REFERÊNCIAS.....	140
	APÊNDICE	
	Entrevistas "As quatro chaves do urbanismo"	144
	ANEXO A	
	"Vila Operária da USIMINAS em Ipatinga"	166
	ANEXO B	
	"Plano Diretor de 1965"	197

1 INTRODUÇÃO

1.1 Caminhos traçados até Ipatinga

A vontade de estudar Ipatinga nasceu de um projeto de pesquisa chamado “O Modernismo Arquitetônico de Minas Gerais via web CDs e DVD”, fruto de uma parceria da Escola de Arquitetura da UFMG com o curso de Arquitetura da PUC-Minas, financiado pela FAPEMIG. Durante este projeto, realizado em 2003-2004, estudou-se a produção arquitetônica modernista em Minas Gerais entre 1940-60, focalizando as obras realizadas por quatro grandes mestres: Eduardo Mendes Guimarães Junior, Raphael Hardy Filho, Sylvio de Vasconcellos e Oscar Niemeyer em sua fase mineira.

Dessa forma, foi estudando obras modernistas mineiras que se chegou em Ipatinga. Em entrevista com Raphael Hardy Filho, no ano de 2003 (HARDY FILHO,2003), percebeu-se que as informações que se tinha a respeito da Vila-Operária projetada por ele e Bhering para a USIMINAS eram poucas e que um trabalho que investigasse este assunto seria essencial para a documentação da informação existente. Hardy, na época da entrevista, falou muito pouco sobre este projeto e os registros documentais publicados eram escassos.

O precioso acervo acerca da arquitetura modernista mineira que se consolidava em torno da obra dos referidos arquitetos despertou então uma curiosidade a respeito da aceitação da arquitetura modernista no Brasil. O interesse assim passou em verificar se as críticas que começaram a ser feitas a partir de 60 às manifestações modernistas mundiais poderiam ser aplicadas da mesma forma ao caso brasileiro.

A falta de informação a respeito de Ipatinga e a curiosidade com relação a pertinência da crítica pós-moderna foram, assim, os principais motivadores à realização desta pesquisa. Aventurar-se, então, em direção a um objeto totalmente desconhecido tornou-se um desafio a ser vencido durante esta pesquisa, já que seria pela primeira vez que entraria em contato com a cidade de Ipatinga e com um propósito que ia além de um turista, visitante ou

trabalhador. Por isto mesmo, o estudo proposto se tornava ainda mais importante tanto para conhecimento pessoal quanto para divulgar e aumentar o conhecimento a cerca de Ipatinga e de sua importância como objeto de estudo para avaliar a pertinência da crítica pós-moderna para um caso específico da aplicação dos preceitos do urbanismo modernista, que tinha como principal referência a Carta de Atenas.

1.2 A importância de Ipatinga

A crítica ao modernismo floresceu principalmente entre os anos 60 e 80, na Europa e nos Estados Unidos, abordando um contexto físico, econômico e social completamente diferente do nosso. Durante este período, vários autores discorreram sobre a problemática das áreas urbanas que foram projetadas segundo o ideário modernista, consolidado pela Carta de Atenas. Entretanto, esta crítica foi facilmente assimilada pela intelectualidade local e imediatamente dirigida aos eventos arquitetônicos e urbanísticos modernistas do nosso país. Importar e canibalizar, às vezes, acriticamente, os modelos arquitetônicos e urbanísticos do moderno primeiro mundo já foi, em si, uma ação temerária. Importar a crítica a esses modelos pode ser um *non sense*.

A arquitetura modernista em nossa terra chegou tarde, porque a sociedade urbana que a engendrou na Europa e nos Estados Unidos não existia aqui naquele início de século XX. Aqui, a aplicação dos preceitos da urbanística modernista não carregava nenhum sentimento de ruptura com o passado, mas uma atitude progressista, desenvolvimentista, para construir um futuro de liberdade e prosperidade. **Neste sentido, a pergunta que se faz é se as críticas pós-modernas às cidades planejadas segundo critérios modernistas podem ser pertinentes, no caso brasileiro.**

Compartilhamos do entendimento de Gorelik (2005), no sentido em que acredita que o modernismo, no caso brasileiro, não pode ser interpretado apenas como uma aplicação local de idéias da corrente modernista central, mas formado a partir da aliança entre o Estado e a *Nova Arquitetura*, estabelecendo uma conjuntura própria, sobre a qual as idéias arquitetônicas internacionais foram aplicadas, em um projeto de desenvolvimento e consolidação nacional.

Para responder a pergunta proposta, desenvolvemos um estudo sobre uma aplicação da urbanística modernista no Brasil, escolhendo um caso ainda inexplorado pela literatura técnica: a Vila-Operária construída para USIMINAS, entre 1958 e 1962, em Ipatinga, Minas Gerais. Esse assentamento balizou-se num plano urbanístico desenvolvido a partir de conceitos da urbanística modernista e teve repercussões na formação da cidade de Ipatinga.

Não tão reconhecida como o conjunto da Pampulha e Brasília, a Vila-Operária de Ipatinga, projeto dos arquitetos mineiros Raphael Hardy Filho e Marcelo Bhering, é uma importante obra do período modernista brasileiro, vinculada à força política de Juscelino Kubitschek. Diferentemente de Brasília, cuja finalidade era ser o centro do poder político, a finalidade de Ipatinga era se tornar uma cidade industrial.

Enquanto Brasília deveria ser um símbolo nacional de progresso e, por isto, seus espaços monumentais e de poder ocuparam o eixo principal da cidade, a Vila-Operária, não tinha a pretensão de ser cidade monumental, mas de oferecer condições para a relação moradia-trabalho de uma indústria. Entretanto, hoje, Ipatinga não pode ser somente vista como uma cidade industrial, já que demais setores como o comércio, serviços e ensino universitário estão também exercendo importantes funções econômica e social, sendo responsáveis pelo contínuo crescimento demográfico da região.

Assim sendo, este trabalho **tem o objetivo de discutir a relevância da crítica pós-moderna para o caso das cidades brasileiras, com base no que ocorreu em Ipatinga, uma cidade que cresceu a partir de uma Vila-Operária que foi implementada, juntamente com a USIMINAS, para lhe dar suporte.** Em Ipatinga pôde-se investigar uma eventual aproximação que a industrialização, a modernização e o Estado tiveram na concretização de novos princípios de arquitetura e urbanismo no Brasil, e perceber os impactos dessa nova tentativa de planejar as cidades em nossa realidade, onde a desigualdade social gera um caos urbano decorrente de problemas que quase inexitem em cidades mais ricas, do chamado Primeiro Mundo.

Ipatinga nos oferece a possibilidade de lidar, em um mesmo território urbano, com duas realidades bem distintas: uma projetada, outra sem um plano geral. A primeira engloba uma Vila-Operária para a USIMINAS - planejada sob influência da Indústria, da Carta de Atenas e dos preceitos de Cidade Jardim - e loteamentos conexos ao plano geral, feitos posteriormente para suprirem o déficit habitacional da indústria. A segunda é configurada por loteamentos independentes, que formam uma “colcha de retalhos” e por invasões e ocupações em locais indevidos como leitos de córregos e morros, situações típicas do crescimento urbano desordenado que se verifica em diversas outras cidades brasileiras.

O que se busca neste estudo é reconhecer, no espaço de Ipatinga, uma realidade mais condizente com os problemas apresentados por nossas cidades, a partir do contraste de áreas projetadas com as que cresceram sem um plano. Mesmo não sendo uma metrópole como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Ipatinga faz parte da Região Metropolitana do Vale do Aço¹ (FIG. 1) e está vivendo um processo de crescimento urbano intenso. Por esse motivo, este estudo torna-se mais relevante, já que muito pode ainda ser feito para que a cidade consiga administrar os impactos espaciais e sociais de seu crescimento.

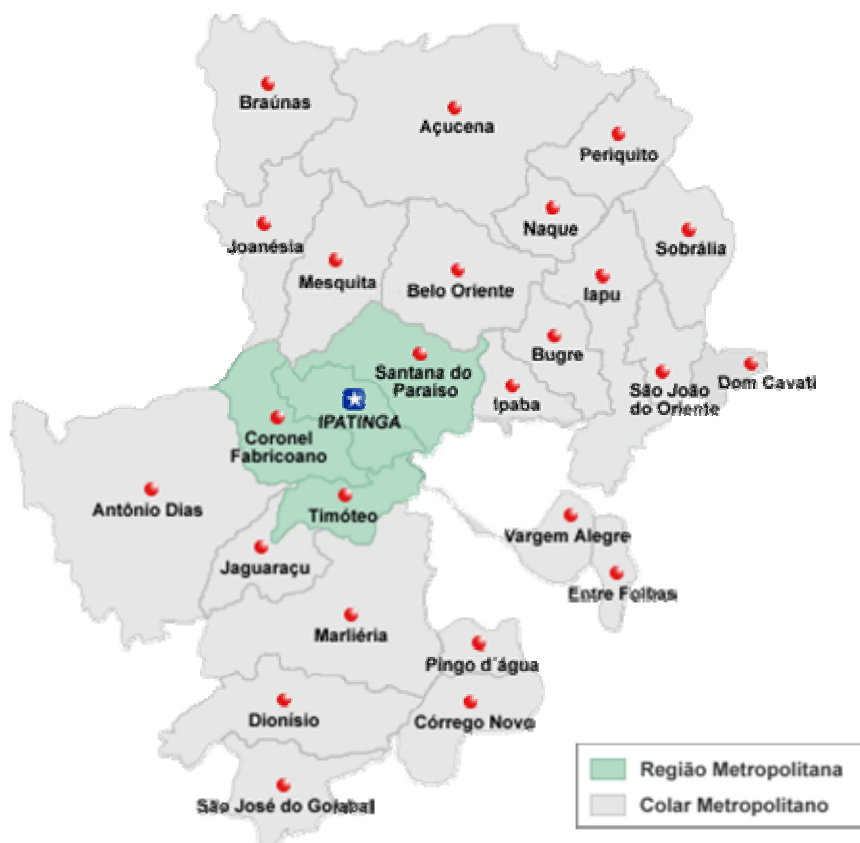


FIGURA 1 – Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA)
Fonte: Ipatinga...,([200-]a)

Para empreender tal investigação, foram recolhidos documentos técnicos pertinentes e foram feitas entrevistas com profissionais que estiveram vinculados ao plano da Vila-Operária e com o planejamento posterior da cidade, com os moradores da parte projetada pela USIMINAS e com pessoas que residem em outros bairros da cidade. Os dados assim colhidos forneceram os principais indícios para a análise do plano e os seus reflexos na cidade como um todo.

O nosso pressuposto básico é o de que as críticas ao planejamento modernista foram, por vezes, assimiladas acriticamente e que um estudo comparativo entre as diversas

¹ A região metropolitana do vale do Aço é um aglomerado urbano formado por quatro cidades: Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo.(IPATINGA...,([200-]a)

configurações urbanas da cidade de Ipatinga pode contribuir para a elucidação dos reais problemas que enfrentamos em nossas cidades. Aspectos como a auto-suficiência de bairros, rígida setorização funcional (áreas para saúde, educação, lazer e circulação), padronização de residências, uso de ruas e calçadas, uso de áreas verdes, autoritarismo de planos urbanísticos, etc. são alguns dos focos da análise que empreendemos.

A comparação da realidade projetada com uma outra sem um plano geral suscitou algumas hipóteses que serão examinadas à luz de uma análise da situação de Ipatinga confrontada com a crítica pós-moderna, notadamente aquela proferida por Lefèbvre (1969,1999), Jacobs (2000) e Alexander (1967).

2 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO E DA METODOLOGIA

2.1 Organização do trabalho

Esta dissertação foi organizada em seis partes, a saber:

A primeira e a última parte referem-se respectivamente à Introdução e à Conclusão do trabalho.

A segunda parte apresenta a organização da Dissertação e a metodologia adotada para seu desenvolvimento.

A terceira parte busca traçar o referencial teórico da Dissertação. Versa sobre as experiências da urbanística modernista do Século XX e as principais críticas a elas dirigidas, pelos pensadores pós-modernos. Justifica a importância de se reavaliar essas críticas para o caso de cidades brasileiras que foram projetadas segundo a aplicação de conceitos modernistas preconizados pela Carta de Atenas, resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – IV CIAM.

A quarta parte traz as referências históricas e conceituais do caso estudado. É apresentado o plano para a Vila-Operária da USIMINAS em Ipatinga e os dados obtidos por uma extensa pesquisa nos arquivos da USIMINAS, da prefeitura de Ipatinga e em entrevistas com profissionais que estiveram ligados ao plano inicial da Vila-Operária, além de observações de campo.

Um relevante aspecto desse levantamento historiográfico foi o envolvimento da USIMINAS no processo que vislumbrou a necessidade de compilar e arquivar seu precioso material documental em um CD-Room denominado: *Conjunto de Informações sobre os primeiros estudos urbanísticos e habitacionais da Usiminas*, elaborado em agosto de 2005 (USIMINAS, 2005).

Esta parte é finalizada com a apresentação dos conceitos de Cidade Jardim, Cidade Industrial e Cidade Modernista, que foram trazidos para verificar sua aplicação ao caso da vila-operária de Ipatinga.

A quinta parte apresenta algumas conclusões. Discute, no caso “Ipatinga”, os conceitos apresentados nos capítulos anteriores, com o objetivo de avaliar a pertinência da crítica pós-moderna em cidades brasileiras modernistas projetadas.

2.2 Metodologia adotada

A pesquisa foi feita a partir de procedimentos metodológicos qualitativos. O esquema metodológico proposto levou em consideração Salomon (2000) e Marconi *et al* (1990).

O objeto de estudo desta pesquisa é Ipatinga, cidade que cresceu a partir da Vila-Operária projetada para dar suporte habitacional para a Usina Intendente Câmara (USIMINAS) sob influência da Indústria e dos preceitos da Carta de Atenas, dos conceitos de Cidade Jardim e Cidade Industrial.

Assim, a partir da definição do objeto de estudo buscou-se responder o seguinte problema:

As críticas pós-modernas às cidades planejadas segundo critérios modernistas podem ser pertinentes, no caso brasileiro?

A escolha de estudar esta questão a partir do caso “Ipatinga” se deu devido à necessidade também constatada de suprir a falta de conhecimento sobre o plano urbanístico da Vila-Operária da USIMINAS e, conseqüentemente, sobre os critérios que nortearam sua elaboração.

Assim este trabalho sistematizou e agrupou informações e documentos relevantes referentes ao plano inicial da Vila-Operária da cidade de Ipatinga.

O objetivo da pesquisa então consiste em discutir a pertinência da crítica pós-moderna para o caso das cidades brasileiras, com base no que ocorreu em Ipatinga. Observou-se a pertinência das críticas pós-modernas, como as feitas por Jane Jacobs (2000), Cristhopher Alexander (1967) e Henri Lefèbvre (1999,1967), no caso “Ipatinga”, por meio da comparação

das duas realidades urbanas existentes na cidade: a Vila-Operária projetada pela Usiminas e a parte que cresceu sem um plano.

Assim este trabalho é relevante, pois além de tornar públicos documentos internos da USIMINAS, informações coletadas na Prefeitura e nas entrevistas com moradores e profissionais ligados ao planejamento urbano da cidade, é um estudo analítico-crítico da aplicação dos conceitos modernistas de Cidade Jardim e Cidade Industrial para verificar a pertinência da crítica pós-moderna ao caso “Ipatinga”.

2.2.1. Hipóteses

- A carta de Atenas aponta aspectos e problemas quanto à HABITAÇÃO, RECREIO, TRABALHO e CIRCULAÇÃO que ainda hoje são tidos como problemas não resolvidos em nossas cidades.
- Algumas questões, como a violência urbana, vão além do fato da área ser ou não projetada, está ligada a uma ordem distante, o que, mesmo assim, não descarta o papel do planejamento urbano em proporcionar condições melhores às nossas cidades.
- A cidade de Ipatinga é um exemplo de um planejamento urbano modernista mineiro, sendo diferente das experiências internacionais e por isto, as críticas pós-modernas, feitas fora do contexto brasileiro, não devem ser assimiladas sem um estudo da realidade local.
- O fato de a cidade ter sido planejada seguindo alguns preceitos do Urbanismo modernista pode ter gerado uma nova cultura de organização territorial.
- Pontos que foram alvo da crítica internacional pós-moderna podem representar boas soluções para o caso “Ipatinga”.

2.2.2. Roteiro de procedimentos

Segundo Marconi *et al* (1990) abordamos os seguintes procedimentos metodológicos, conforme FIG. 2.

2.2.2.1 Levantamento de dados

- Documentação Indireta

Revisão bibliográfica

Complementação dos estudos bibliográficos sobre o urbanismo modernista e pós-modernista. Tomamos como principal referência a Carta de Atenas (1964), documento no qual foram condensados os principais preceitos do Urbanismo modernista de acordo com os CIAM's. Já as críticas pós-modernas tiveram como referência os seguintes autores: Jane Jacobs (2000), Henri Lefèbvre (1969,1999) e Cristhopher Alexander (1967).

Para justificar a importância de se reavaliar a crítica pós-moderna no caso de cidades brasileiras, toma-se como autor principal Gorelik (2005).

Documental

Foi feita uma pesquisa mais detalhada principalmente nos arquivos da prefeitura de Ipatinga e da Usiminas em Ipatinga.

- Documentação Direta

Observação direta

Identificação, na paisagem urbana de Ipatinga, dos pontos do planejamento modernista, descritos pelos CIAM's, que foram aplicados ao plano e que ainda estão presentes até a atualidade, dos pontos levantados pela crítica pós-moderna e dos reflexos do plano modernista da vila-operária na cidade como um todo.

Entrevistas seletivas com profissionais que estabeleceram um contato mais direto com o planejamento urbano da cidade e com moradores antigos.

Entrevistas seletivas com moradores da cidade de Ipatinga. As entrevistas foram organizadas de forma que os moradores de cada um dos bairros escolhidos avaliassem as quatro chaves do urbanismo, segundo a Carta de Atenas (habitar, trabalhar, recrear, circular), tomando como partida o bairro onde moram e o bairro equivalente a ele na outra classificação.

2.2.2.2 Análise e Interpretação dos dados

A análise e interpretação dos dados coletados, através da documentação indireta ou direta, possibilitaram uma comparação de bairros da cidade, dois dentro do perímetro planejado pela Usiminas (Cariru e Novo Cruzeiro) e dois fora deste (Cidade Nobre e Bom Jardim).

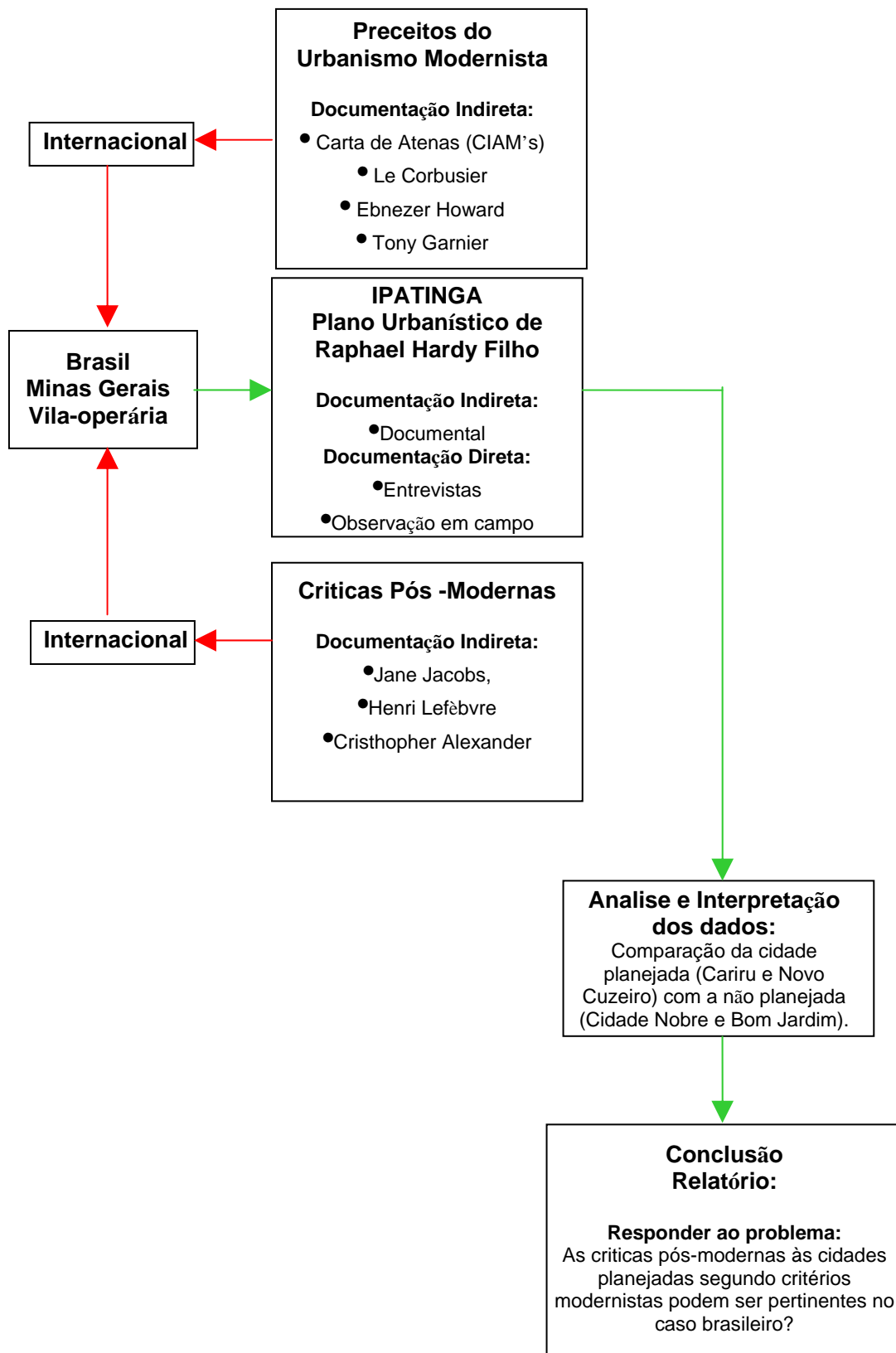


FIGURA 2 – Roteiro metodológico:
Fonte: esquema feito pela autora

3 EXPERIÊNCIAS E CRÍTICAS À URBANÍSTICA MODERNISTA DO SÉCULO XX

Este capítulo reúne importantes conceitos teóricos que vão ser utilizados na parte prática e analítica que se encontra na quinta parte deste trabalho. Primeiramente, discutimos a pertinência de se reavaliar as críticas pós-modernas, já que a realidade de onde foram geradas é bem distinta da brasileira. Em seguida tratamos de conceitos específicos, que são importantes para esclarecer a linha de raciocínio utilizada no desenvolvimento desta dissertação.

3.1 A importância de se reavaliar a crítica pós-moderna no caso das cidades modernistas brasileiras

No século passado ocorreram transformações substanciais na arquitetura e no urbanismo. Presenciamos a ascensão e a decadência do modernismo e o nascimento do pós-modernismo que é uma postura crítica à racionalidade funcionalista que configurou o modernismo. A industrialização ocorrida na segunda metade do século XIX e o conseqüente processo de urbanização trouxeram problemas inusitados que geraram tentativas de planejar as cidades em crescimento: a urbanística modernista.

As críticas a este tipo de planejamento, surgidas na década de 1960, foram, também, uma primeira visão do que se havia feito até então. Elas devem ser, portanto, reavaliadas, principalmente no caso brasileiro², que é um contexto totalmente distinto daquele que o originou.

² As críticas feitas à cidade modernista foram realizadas por autores estrangeiros, que tinham como exemplo mais próximo o caos das cidades mais ricas, como o da Europa e dos Estados Unidos. Entretanto, o caos das cidades brasileiras é muito diferente. A pobreza e a desigualdade social são bem maiores e mostram ser esta realidade o maior desafio do planejamento urbano em nosso território.

Todavia, assim como o Movimento Moderno havia condenado a 'rua corredor' e o quarteirão sem uma análise profunda das suas particularidades e relação com as cidades, os primeiros repúdios da Cidade Moderna provieram também de uma reação emotiva e de um reencontro também emotivo com a cidade antiga e com a história. (LAMAS, 1993:389)

Com este resgate de conceitos e críticas ao planejamento urbano do século XX, não se pretende adotar as mesmas posturas de pensar as cidades, mas a partir de uma visão mais distanciada da experiência modernista e dos questionamentos feitos a ela, conseguir de maneira mais impessoal, tentando não absorver a carga emotiva com que foram geradas, discernir aquilo que pode ser útil para o planejamento urbano atual. Considera-se, também, que as críticas pós-modernas não devem ser encaradas apenas como destruidoras de conceitos anteriores, mas como uma reação que, de certa forma, contribuiu com novas perspectivas ao planejamento urbano e que exerceram “[...] apesar de tudo, um papel importante nas novas atitudes para com a cidade, o urbanismo e o desenho urbano” (LAMAS, 1993:389).

Mesmo existindo divergências de opiniões a respeito do pós-modernismo – se realmente foi um rompimento radical ou uma continuação ao modernismo³ - foi visível a reação ao controle exagerado que as regras modernistas traziam para as cidades, ecoando como “um grito de socorro” a situação de padronização e universalismo pretendidos para a arquitetura e urbanismo, assim como nos lembra Harvey (1998):

No campo da arquitetura e do projeto urbano, considero o pós-modernismo no sentido amplo como uma ruptura com a idéia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes [...]. (HARVEY, 1998:69)

No entanto, em pleno século XXI, podemos ver que aquela situação extrema que estava sendo julgada acabava por encobrir grandes conquistas que o modernismo trazia para o planejamento urbano e que hoje podem ser úteis. As manifestações do pós-modernismo apesar de reivindicarem uma maior participação da sociedade no processo de planejamento urbano “[...] induziram a perda de valores, como a insolação dos alojamentos, a generosidade dos espaços livres e outros contributos moderno.” (LAMAS, 1993:389).

O caos das cidades brasileiras não pode ser comparado ao caos das cidades mais ricas. Por isso a crítica pós-moderna internacional feita aos planos em larga escala e da eficiência dos mesmos em administrar o surgimento e o crescimento de cidades e bairros deve ser

³ Esta dúvida foi vista em Harvey (1998), em Colquhoun (2004) e também em vários outros autores e ainda faz parte de estudos atuais.

revista em exemplos onde os preceitos modernistas, partindo da Europa e dos Estados Unidos influenciaram planos urbanísticos brasileiros.

A falta de planos mais abrangentes para a ocupação de cidades mais ricas e a desordem que estas podem apresentar são uma realidade muito diferente da brasileira, sendo ainda uma realidade muito mais organizada do que o caos de nossas cidades. Isso porque aqui nos parece que o loteador e o proprietário do terreno possuem muito mais liberdade no direito de construir do que nos países do chamado Primeiro Mundo. Neste caso, a vontade do empreendedor parece prevalecer à vontade da coletividade e do poder público.

Por isso, observamos, em nossas cidades, a existência de diversos lotes e imóveis desocupados a espera da sua valorização ou a viabilização de obras que causam desconforto e desvalorização a toda uma vizinhança. Essas situações são pouco comuns nas cidades européias ou norte-americanas, nas quais se observa uma maior harmonia no conjunto edificado.

Não é sem motivo que os nossos planos diretores vigentes, como visto no da capital mineira, Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1996), incorporaram idéias lançadas pelo modernismo - como critérios de zoneamento, dimensão e classificação viária - e adaptaram-nas de forma a estabelecer um maior controle e uso do solo, afastamentos entre edificações, ruas capazes de suportar o fluxo de veículos e garantir um mínimo de permeabilidade ao solo.

Mesmo assim, verifica-se que, muitas vezes, a legislação brasileira não é suficiente para conter problemas de áreas urbanas com alta densidade de ocupação, como os freqüentes congestionamentos de veículos, a falta de áreas públicas de lazer, enchentes constantes devido à falta de permeabilidade do solo, etc., e ainda não é capaz de controlar a construção de certos empreendimentos que não são desejados pela população local, seja do bairro ou da cidade como um todo. Dessa forma, percebe-se que aqui o interesse individual prevalece sobre o coletivo.

Na Europa e nos Estados Unidos a corrente pós-moderna alega que a ordem planificadora modernista produziu resultados piores do que o crescimento mais espontâneo das cidades. Mas o mesmo poderia ser dito das cidades brasileiras? Será que um projeto urbanístico é pior do que as nossas situações de desordem? Será que os parcelamentos mal articulados e invasão de áreas urbanas em morros e fundo de vale são melhores do que uma área projetada segundo critérios modernistas que buscavam preservar o sol, a vegetação e o espaço? Será que se não houver uma preocupação com o bom funcionamento das condições de habitação, recreação, trabalho e circulação, áreas urbanas irão conseguir

suportar a pressão do crescimento das metrópoles brasileiras? Essas questões são pertinentes, pois hoje constata-se que mais de 80% dos brasileiros moram em cidades.

No entanto, desta população, apenas 10% usufruem do melhor que a cidade oferece em termos de moradia, lazer, paisagem, trabalho, conforto. A grande maioria se arranja como pode, em loteamentos distantes, sem os serviços mais básicos: saneamento, transporte, saúde... Nas cidades maiores, penduram-se nos morros e ocupam as beiras de córregos, nos espaços que pela ordem natural das coisas são das águas, que um dia, mais cedo ou mais tarde, virão tomá-los de volta. Todos convivem com a arrogância dos espigões e a feiúra das construções inacabadas, com a poluição, com a insegurança crescente, com o trânsito lento, com a falta de espaços verdes... (ESTATUTO..., 2002:10)

O sol, a vegetação e o espaço como as matérias primas do urbanismo e as funções urbanas: habitar, trabalhar, recrear-se e circular como chaves do urbanismo, foram reivindicações da Carta de Atenas⁴. Assim, percebe-se que “Em muitos aspectos a Carta anuncia verdades evidentes que em nossa época já são banais, mas não ultrapassadas, e que ainda são utilizadas em regulamentos”(LAMAS,1993:344).

Nesta luta, desgraçadamente desigual, o interesse particular é o que geralmente vence, assegurando o êxito dos mais fortes em detrimento dos mais fracos. Porém, às vezes, do próprio excesso do mal sai o bem, e a imensa desordem material e moral da cidade moderna terá talvez por resultado fazer surgir por fim o estatuto da cidade, que, apoiado em uma forte responsabilidade administrativa, criará as regras indispensáveis à proteção da saúde e da dignidade humana (CARTA..., 1964:96)

A atualidade da Carta é nitidamente visível em nossas legislações vigentes, como visto com a recente aprovação, em 2001, do instrumento já previsto por ela, que é o estatuto da cidade, como uma tentativa de equilibrar os interesses individuais e coletivos no solo brasileiro, promovendo alterações no planejamento urbano, em nível federal, e exigindo que cada município com mais de 20.000 habitantes - ou situado em região metropolitana - passe a ter um plano diretor aprovado até, no máximo, ao final do ano de 2006 (ESTATUTO..., 2002).

Devemos, entretanto, estar conscientes que a visão planificadora é uma abstração da realidade urbana e que a cidade possui muito mais elementos e atividades que possam ser listadas e classificadas em um plano urbanístico. No entanto, esse motivo não é suficiente para abandonarmos as normas urbanísticas como um meio eficiente para administrar as nossas cidades.

⁴ A Carta de Atenas elaborada em 1933 resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura moderna (IV CIAM), é reconhecida como um dos mais importantes documentos produzidos durante o movimento modernista internacional e enumera, em itens, as prioridades para o planejamento urbano. Ao longo deste estudo serão abordados mais detalhadamente a finalidade e o conteúdo desse documento.

A visão pós-moderna, apesar de destruir muitos valores que estão sendo resgatados na atualidade, trouxe também aspectos positivos, contribuindo para que a população passasse a ser incluída como participante do processo de planejamento das cidades, como assim está sendo a partir do estatuto da cidade e de programas municipais que incorporaram o sistema de orçamento participativo no planejamento urbano. Nesse sentido, considera-se que este estudo pode contribuir para avaliar a efetiva aplicação dos preceitos modernistas no ambiente urbano e mostrar, através do caso “Ipatinga”, ser possível conciliar participação popular com alguns dos instrumentos presentes na Carta de Atenas que se mostraram eficazes em alguns contextos urbanos.

3.2 A contribuição da Carta de Atenas

Mesmo assim, parece desejável e pertinente avaliar as conseqüências da Carta de Atenas na forma das cidades, porque tem sido contra os postulados que mais reações se fizeram sentir – de modo redutor, como se os CIAM e a Carta de Atenas, e apenas estes fossem os responsáveis pelos problemas urbanos actuais (LAMAS,1993:345)

Se reinterpretarmos a Carta de Atenas, sem nos deixar contaminar pelas críticas pós-modernas - elas estavam comprometidas com a total aversão ao modo racional-funcionalista do modernismo internacional, que se tornou universal após 45 - vemos que muitos critérios ali expostos são importantes para atingir um desenvolvimento que tenha consciência dos aspectos naturais, ambientais e humanos de uma cidade.

Observa-se que, ao contrário do apontado pela crítica pós-moderna, a cidade é vista como algo em movimento e composta por uma enorme diversidade de elementos:

Basta, às vezes, um descobrimento científico para provocar a ruptura de equilíbrio, fazendo surgir o desacôrdo entre o sistema administrativo de ontem e as imperiosas realidades de hoje. [...]. Não existe padrão administrativo que possa pretender ser imutável. [...] As razões que regem o desenvolvimento das cidades estão, pois, submetidas a contínuas mudanças. [...] tudo é movimento, apenas movimento. À medida que um grupo evolui, seja cidade, país ou humanidade, increvem-se incontestavelmente valores em seu patrimônio, sem embargo a vestustez ataca um dia a todo o conjunto de construções ou de caminhos (CARTA..., 1964:14-16).

Assim, segundo a própria carta, interpretamos que ela mesma não tem pretensão de ser imutável e por isso deve ser reavaliada e as suas recomendações devem ser adaptadas à época em que vivemos. Discorda-se da postura pós-moderna de negar esse precioso

instrumento de planejamento urbano, pelo fato de alguns de seus pontos, principalmente os mais dogmáticos e de caráter funcionalista, já não mais se adequarem à realidade atual.

Se sublimarmos a tendência determinista de regras, o zoneamento estanque das funções urbanas para as cidades que não pretendiam ter um programa urbanístico para administrar o seu crescimento, a carta de Atenas pode ser considerada um documento muito atual, pois aponta de forma bem clara pontos ainda problemáticos em nossas cidades.

Na primeira parte da Carta onde se fala da cidade e da região, observa-se que ela antecipa a importância de planos regionais. Pode-se ver que a formação de regiões metropolitanas e planos econômicos e de assistência social a regiões brasileiras já é uma resposta ao que estava sendo explícito na década de 1930:

Os limites administrativos que compartilham o complexo urbano tornam-se, então, paralisantes. Uma aglomeração constitui o núcleo vital de uma extensão geográfica cujo limite não está determinado senão pela zona de influência de outra aglomeração. Suas condições vitais são determinadas pelas vias de comunicação que asseguram seu intercâmbio e a ligam intimamente à sua zona particular. Não se pode encarar um problema de urbanismo senão referindo-se constantemente aos elementos constitutivos da região e principalmente à sua geografia, chamada a representar um papel decisivo neste assunto: linhas de divisão de águas, cristas vizinhas que marquem um contorno natural, confirmado pelas vias de circulação, naturalmente inscritas no solo. Nenhuma empresa pode ser considerada se não se enlaçar com o harmonioso destino da região. O plano da cidade não é senão um dos elementos desse que constitui o plano regional. (CARTA..., 1964:9-10).

A Carta alerta, também, para a realidade de que quanto mais a cidade cresce, menos se respeitam o sol, o espaço e a vegetação. E essa situação tende a ficar cada vez mais caótica, se analisarmos as grandes cidades brasileiras.

Antes, na Carta, colocava-se que as construções mais arejadas ocupavam as zonas favorecidas da cidade. Hoje são justamente as regiões da cidade mais valorizadas que sofrem a pressão do mercado imobiliário para o aumento da taxa de ocupação do solo. Mendonça (2000) aponta que, quando essas taxas são aumentadas sem um estudo mais detalhado do entorno, as novas edificações construídas passam a causar problemas climáticos para a região como um todo - e acabam sendo desvalorizadas, justamente pelo seu crescimento mal planejado. É um ciclo vicioso que vai aos poucos destruindo as áreas com boas condições climáticas e ambientais que ainda restam na cidade.

Assim, concorda-se com o postulado da Carta de Atenas para que as habitações ocupem “[...] a melhor situação do espaço urbano, tirando partido da topografia, fazendo uso do clima, dispondo de insolação favorável e de adequadas superfícies verdes” (CARTA..., 1964:35). Mesmo que essas colocações da Carta sejam óbvias, o que presenciamos em nossas cidades é exatamente o contrário do recomendado. Os bairros residenciais existentes estão crescendo sem assegurar uma boa condição ambiental para as cidades e

expandindo de forma a ocupar regiões não favoráveis, devido à escassez de espaço disponível para o crescimento urbano. Um exemplo mais próximo disso, para nós belo-horizontinos, é o adensamento que vem ocorrendo em bairros como o Belvedere e o Buritis⁵.

Outro fator para o qual a Carta alerta é que as superfícies verdes tendem a ser devoradas, se a construção da cidade for comandada pela iniciativa privada. As áreas verdes que sobram são aquelas mal distribuídas e que não cumprem o seu papel de áreas de lazer, sendo pouco usadas pela população. Por isso acredita-se ser conveniente ter áreas verdes no interior de bairros residenciais para serem usadas e não apenas como artifícios para embelezar as cidades.

Não reivindicamos para os dias atuais a posição modernista de planejar as cidades. Entretanto, não podemos negar que ela conseguiu realizações e alterações na maneira de pensar as cidades, talvez mais efetivamente do que hoje se consegue. Isso porque se tinha um objetivo mais claro traçado, mesmo que embasado em uma utopia.

Apesar da pouca aplicabilidade, consideramos, entretanto, a utopia como referência para alterar algo que está profundamente arraigado, que não está funcionando ou está causando problemas à cidade. Não é a utopia em si que pode mudar o estado das coisas, mas a sua idéia central pode induzir ações de ordem prática, indo além daquilo que já foi conquistado.

A Carta de Atenas, por exemplo, enumera de forma demasiadamente simples problemas urbanos que são muito complexos. Assim ela consegue deixar de forma bastante clara e concisa quais são alguns dos pontos críticos de uma cidade e quais são as suas estratégias para melhorar a qualidade de vida da população.

⁵ O bairro Belvedere está localizado na região centro-sul de Belo Horizonte e o bairro Buritis na região oeste. Ambos são bairros que estão adensando com a construção de edifícios residenciais. O bairro Belvedere com seus luxuosos e caros apartamentos e o Buritis com apartamentos destinados para a classe média. O problema que ambos os bairros enfrentam é o adensamento exagerado, ocasionando congestionamentos de veículos em determinadas vias e a falta de preocupação de deixar áreas públicas de lazer, principalmente no caso do Buritis.

3.3 O urbanismo modernista e pós-modernista

O Urbanismo, visto como ciência surgiu, de forma mais expressiva, no século XIX, como tentativa de solucionar problemas provenientes da industrialização que induziu o êxodo rural e proporcionou um crescimento acelerado das cidades, trazendo graves problemas de higiene e enorme deterioração do ambiente urbano. As teorias urbanas daí decorrentes tiveram então um caráter reflexivo e crítico em busca de um caminho mais sistemático para se ter um maior controle sobre o surgimento e evolução das cidades (CHOAY,1965).

O século XX pode ser considerado como aquele em que o Homem presenciou a urbanização da sociedade, como lembra Lefèbvre (1999) e também a consolidação de propostas urbanísticas que tentavam vislumbrar uma nova configuração espacial para as cidades. Neste sentido, o maior desafio dos urbanistas ao lidar com a complexidade pós-industrial foi tentar estabelecer uma conexão entre as novas atividades, as relações humanas nelas desenvolvidas e o espaço urbano.

A urbanística do século XX foi decorrente do amadurecimento de idéias lançadas no século XIX e da constante busca de se criarem modelos para as cidades desta nova era. Apesar de haver certas diferenciações de propostas, Choay (1965) subdividiu o urbanismo em culturalista, progressista e naturalista. Pode-se dizer que elas convergiam em direção ao papel do arquiteto-urbanista como sintetizador das funções/tarefas presentes na cidade e organizador do espaço urbano, de forma a tentar resolver os problemas do crescimento demográfico e facilitar a vida nas cidades. Estava, então, sendo formada a base teórica e prática do movimento modernista no século XX, que ganhou força e tendência ainda mais racionalista e funcionalista a partir das décadas de 1920 e 1930, com o principal líder teórico, Le Corbusier.

Considera-se, então, que o modernismo, apesar de ter sido criticado como parte de um cenário das utopias sociais iniciadas na URSS e Europa, das décadas de 1920 e 1930, antes de tudo representou uma mudança significativa no modo de projetar obras arquitetônicas e cidades, possibilitado pela Revolução Industrial e aliado à vontade de se construir uma nova sociedade. Assim, os pioneiros da nova arquitetura, os construtivistas russos (URSS) e os funcionalistas (estes liderados por Le Corbusier) aceitaram o risco de construir para o futuro, tentando encontrar formas arquitetônicas condizentes com os novos materiais.

Nesse intuito, segundo os primeiros ideais modernistas, necessitava-se de uma nova forma de habitação e de cidades para atender às novas relações humanas e às formas tornadas possíveis pelas técnicas e materiais inovadores e, acima de tudo, para a reconstrução do "modo de vida" mais condizente com a sua proposta social (KOPP,1990).

Realmente as propostas apresentavam-se como abstração da realidade e, às vezes, até utópicas, mas, dialeticamente, criavam modelos concretos, isto é, um projeto de cidade com traçado e/ou diretrizes bem definidas. Foram assim que surgiram, dentre outros, os modelos⁶ da Cidade-Jardim do culturalista Howard, da Cidade industrial e Cidade Radiosa, respectivamente dos progressistas Garnier e Le Corbusier e da Broadacre City do naturalista Frank Lloyd Wright.

Harvey (1998) aponta três fases dentro do modernismo⁷ que foram definidas por influência de acontecimentos externos: a industrialização e as duas grandes guerras mundiais. A primeira fase, anterior à Primeira Guerra Mundial, era, então, mais uma reação às novas condições de produção, circulação e consumo industriais e em muitos casos integrada a uma causa política e social. Foi um período de experimentações e transformações no modo de projetar e pensar a arquitetura e urbanismo.

Na segunda fase, entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, o modernismo assume uma postura "heróica" de reconstrução das nações envolvidas na guerra e agrega a esta ação social a visão estética que surgia. O modernismo foi também associado a movimentos políticos mesmo que antagônicos. "Era difícil manter-se indiferente à Revolução Russa, ao crescente poder de movimentos socialistas e comunistas, ao colapso de economias e governos e à ascensão do fascismo" (HARVEY,1998:40).

Foi também nesse período que, na busca de aliados e alternativas para reforçar a importância social e dos avanços formais e tecnológicos da nova arquitetura, iniciaram-se os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM's) em 1928, como forma de sintetizar o conjunto de questões colocadas pela habitação humana (KOPP,1990). Segundo

⁶ Esta classificação de modelos de acordo com as vertentes culturalista, progressista e naturalista é a mesma evidenciada por CHOAY (1965).

⁷ A distinção das fases do modernismo feita por Harvey (1998) no âmbito mais geral até a sua crise foi colocada neste estudo para visualizar a diferença de contexto entre o surgimento do modernismo internacional e o brasileiro, o que será feito posteriormente. Não se tem como objetivo aprofundar a análise a respeito da origem, ascensão e decadência do modernismo e nem tão pouco investigar as correntes de planejamento que se sucederam no pós-modernismo, mas tentar ver sob um ângulo diferente a repercussão da aplicação dos preceitos modernistas no Brasil que foram ofuscados pela crítica pós-moderna, mesmo que não de toda coerente no caso brasileiro, para então voltarmos para a pergunta principal deste trabalho: A crítica pós-moderna internacional pode ser pertinente no caso brasileiro? Seria ela pertinente?

Harvey (1989), a Carta de Atenas, já referenciada anteriormente, iria definir e difundir amplamente o objetivo da prática arquitetônica modernista mundial⁸.

Já na terceira fase, partir de 1945, o modernismo caracterizado como “universal” ou “alto” é assimilado pelos governos e estabelece “[...] uma relação mais confortável com os centros de poder dominante na sociedade” (HARVEY,1998:42). A busca na reorganização e reconstrução das cidades foi associada à ascensão do papel do Estado como aquele que poderia reverter a situação de destruição do pós-guerra. “[...] era necessário algum tipo de planejamento e industrialização em larga escala na indústria da construção, aliado à exploração de técnicas de transporte de alta velocidade e de desenvolvimento de alta densidade” (HARVEY,1998:42).

Os planejadores, artistas, arquitetos, críticos passaram a produzir obras que, apoiadas na vontade racionalista progressista, na idéia de padronização, deveriam ser imagens de poder e de prestígio de corporações e governos que buscavam o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que podiam ser justificadas como frutos de uma máquina eficiente para a reconstrução e renovação urbana. Foi a partir desse momento que o modernismo disseminou-se com maior intensidade pelo mundo e ficou conhecido como Estilo Internacional, buscando atingir um universalismo⁹.

Entretanto, após as concretizações das propostas racionalistas e funcionalistas do modernismo em várias partes do mundo, a partir da década de 60, começaram as primeiras críticas a esse modo de pensar a arquitetura e as cidades. A descrença nasceu justamente da exacerbação do racionalismo universal que passou a ser interpretado, não como solução para os problemas da cidade, mas como um modelo rígido e opressor.

O modernismo, segundo Colquhoun (2004), foi criticado justamente por ele ir contra a sua proposta inicial de proporcionar a inovação, apresentando-se conservador, profissionalizado e rotineiro, isto é, algo que não mais estimulava a liberdade. Por isso, acredita-se que a reação era mais voltada ao enrijecimento do modernismo do que contra as experimentações e obras das suas duas primeiras fases, como definido por Harvey (1998). Passou-se a não se acreditar ser possível controlar a vida nas cidades a partir de projetos universalistas - e por isso inviáveis - como idealizados pelos modernistas. Os sistemas fixos de representação

⁸ “Em Atenas, no ano de 1933, foi realizado o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Foram então estabelecidos princípios para uma carta de urbanismo. Entretanto, estas conclusões careciam de uma ordenação e formulação mais precisa. Então, só em 1941 aparece publicada na França a ‘Carta de Atenas’. A obra não vinha assinada, era uma publicação anônima, mas percebia-se muito bem, nesta 1^a edição, o trabalho de Le Corbusier. (DANTAS, Jorge.In: CARTA..., 1964:[3])

⁹ Segundo Harvey (1989) a hegemonia econômica e cultural norte-americana e suas linhas de produção fordistas e tayloristas influenciaram fortemente o modernismo internacional, após a segunda guerra mundial.

e o consenso se tornaram valores suspeitos e ultrapassados. O caótico e o descontínuo passaram a ser aceitos como parte das cidades.

Assim, a crítica pós-moderna internacional colocou em um mesmo “pacote” as manifestações do modernismo “alto” como uma aplicação rotineira e menos bem sucedida do período “heróico”:

A vulgarização da morfologia moderna virá a fazer-se sem o brilho dos grandes mestres e das qualidades do seu desenho, entregues a arquitetos menos talentosos ou a rotina burocrática dos organismos de decisão. Nesta avalanche de planos e projectos acabará por se instalar a rotina e a monotonia, porque o próprio sistema facilita a tomada de decisões freccionada por sistemas, remetendo as questões menos arquitetônicas para as mãos da Administração ou das engenharias (LAMAS, 1993:298)

Apesar de margear o mesmo ponto crítico do modernismo, como aponta Colquhoun (2004), o pós-modernismo também divergia em correntes progressistas e culturalistas¹⁰, o que mostra que a idéia universalista e consensual do modernismo “alto” foi substituída por uma pluralidade de tendências, novamente em um período de experimentações.

Para os progressistas, o pós-modernismo é uma transfiguração do modernismo. Mantém muitas das idéias associadas ao modernismo – principalmente a noção de uma radical ruptura com a história -, mas as transforma. Para os culturalistas, ao contrário, o pós-modernismo implica uma completa dissociação do modernismo e uma reação contra ele e a favor da tradição. (COLQUHOUN, 2004:223)

Entretanto a proposta de reduzir drasticamente uma autoridade no planejamento urbano foi uma postura comum entre as duas correntes e acabou por relegar a outros setores, com interesses particulares, o poder de decidir sobre a cidade.

A minimização da autoridade do produtor cultural cria a oportunidade de participação popular e de determinações democráticas de valores culturais, mas ao preço de certa incoerência ou, o que é mais problemático, de certa vulnerabilidade à manipulação do mercado de massa (HARVEY, 1998:55).

A essa constatação de Harvey, soma-se a vulnerabilidade ao mercado imobiliário, que passa a ser um grande agente modificador da paisagem urbana, entretanto, sem cuidar dos interesses da cidade como um todo. É presente a existência de uma superposição de interesses e classes no ambiente urbano onde haverá aqueles grupos que dominarão os demais e passarão a agir em seu favor. Por isso, acredita-se não ser possível deixar que as cidades pós-industriais passem a se desenvolver espontaneamente, como defendido pelos

¹⁰ Critério adotado por Colquhoun (2004) e que seguiu a linha de raciocínio da sistematização de Choay (1965).

pós-modernos, voltando à situação de crescimento de cidades anteriormente à industrialização.

Acreditamos que as propostas urbanísticas devem ser coerentes com a época em que vivemos, por isto, desconfia-se de soluções que se espelham em situações já passadas sem considerar as alterações na própria conjuntura da sociedade atual, estejam elas envolvendo o modo de produção econômico, o desenvolvimento tecnológico, científico, etc. Experiências, decisões e conceitos já tomados são relevantes para se discutir a arquitetura e o urbanismo, mas não devem ser simplesmente importados sem ter a consciência do propósito para qual irão ser utilizados, deixando de vislumbrar os atuais agentes do processo de construção do ambiente urbano.

Assim, julgou-se importante contextualizar a situação pós-industrial em que vivemos e que o modernismo, de certa forma, foi a primeira postura efetiva que tentou lidar com os problemas decorrentes desta nova era, tomando como pressuposto teórico a classificação que Lefèbvre¹¹ (1969,1999) usou para a evolução das cidades. Esse autor sintetizou e localizou no espaço e no tempo a transformação da cidade desde a sua origem, quando sai da completa ausência da urbanização até sua situação pós-industrial, agregando conceitos a forças e valores presentes nas cidades.

Na tentativa de avaliarmos a pertinência da crítica pós-moderna no caso brasileiro, não queremos, no entanto, resgatar a discussão filosófica de Lefèbvre (1999,1969), que tem forte influência do marxismo, abarcando questões relativas ao modo de produção vigente e os anteriores¹², mas tentar utilizar a sua colocação a respeito de elementos presentes na cidade como um meio possível para discernir os agentes que estão envolvidos no processo de planejamento urbano, e aplicá-los na análise do caso "Ipatinga", a ser desenvolvido na parte analítica deste trabalho.

¹¹ Lefèbvre foi um filósofo francês que se dedicou às questões referentes ao espaço urbano, principalmente a partir da década de 60. Ele questionava o mundo moderno do século XX tendo como base o pensamento de Marx. As suas obras consultadas para este estudo foram "O direito à cidade" (1969) e "A revolução urbana" (1999).

¹² Este estudo não tem o objetivo analisar e questionar modo de produção vigente e os anteriores, pois não estaria ao alcance dos arquitetos modificá-los, já que estão associados a uma questão mais ampla. No entanto, conceitos adotados por Lefèbvre (1999,1969) podem ser úteis à prática do planejamento urbano.

3.4 Cidade política, comercial, industrial e a zona crítica

Ao contrário dos modernistas Lefèbvre (1969) acreditava que os planos urbanísticos eram ilusórios e que não se poderia modificar a cidade sem que houvesse uma modificação da sociedade em seu conjunto. Apesar da descrença desse autor com relação à prática do urbanismo, suas considerações são relevantes para discutir a respeito da problemática urbana e construir argumentos desta vez mais favoráveis ao planejamento urbano.

Apesar de a cidade pré-existir à industrialização, segundo Lefèbvre (1999) a sociedade urbana é aquela que nasce a partir dela. Não que as outras sociedades como as existentes nas antigas cidades gregas, orientais e medievais não tivessem características particulares de um ambiente urbano, mas ainda representavam uma parcela populacional muito inferior a da sociedade rural. A sociedade urbana, então, é a que nasce com industrialização, “constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola” (LEFÈBVRE, 1999:15).

Primeiramente, expõem-se aqui os tipos de cidade de acordo com cada período e associados a seu modo de produção. Essa interpretação de Lefèbvre (1999) é bastante relevante, pois serviu como referencial para determinadas situações específicas ao longo deste estudo, mesmo que utilizadas fora do eixo espacial e temporal proposto pelo autor e sem ter a pretensão de entrar em detalhes na sua discussão a respeito da sociedade capitalista.

A cidade política seria aquela mais próxima à origem das primeiras cidades, quando a agricultura supera a coleta de alimentos e o homem se fixa ao solo, formando pequenas aldeias. O território, freqüentemente vasto, é ocupado por “[...] conquistadores hábeis que se tornaram protetores, exploradores, e opressores, isto é administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado” (LEFÈBVRE, 1999:21). Nessa cidade também existiam artesanato e trocas, entretanto, as relações comerciais ficavam em segundo plano, acontecendo normalmente na periferia das cidades, enquanto que o local privilegiado era o do encontro político, como no caso da ágora grega.

Nessa cidade privilegiava-se a ordem e o poder político que normalmente era representado por obras, fossem elas voltadas para a agricultura ou para um monumento. O valor de uso, isto é, a importância da efetiva apropriação do local para o seu usufruto, neste caso ainda não tinha sido abalado pelo valor de troca, isto é, o valor de comercialização, já que o poder

não estava em vender mercadorias, mas em ter propriedades territoriais e utilizar espaços políticos e de encontro da cidade. Para Lefèbvre (1969) a obra representa o próprio valor de uso e o produto, o valor de troca.

O surgimento da cidade comercial acontece justamente quando os comerciantes excluídos da cidade política conseguem trazer a praça do mercado para o centro da cidade, suplantando “[...] a praça da reunião (a ágora, o fórum). Em torno do mercado, tornado essencial, agrupam-se a igreja e a prefeitura. [...]. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca.” (LEFÈBVRE, 1999:22). Segundo esse autor, no ocidente, esse tipo de cidade surgiu no final da Idade Média, ocupando novas regiões e transformando o espaço urbano.

A troca comercial passa a ser uma função urbana e as cidades assim formadas gradativamente começam a se tornarem centrais e a ter condições de disputar a influência com as cidades políticas. Apesar de o mercado ter conquistado o núcleo urbano e afirmado o valor de troca na cidade comercial, o valor de uso ainda era bastante percebido, com as obras urbanas, mesmo que voltadas para marcar o lugar do comércio. O centro da cidade se apresentava ao mesmo tempo comercial, intelectual, político, econômico e lugar de obra e de festa. Aos poucos a primazia camponesa cede lugar à urbanidade e aparecem os primeiros planos de cidades que, apesar de não terem um rigor geométrico, eram uma tentativa de compreender a sua totalidade.

Com o surgimento da indústria, embora esta não necessitasse estar dentro do núcleo urbano e sim próxima às fontes de energia e matéria prima, as cidades passaram a ir em sua direção, devido à necessidade de supri-la com mão-de-obra. Outras cidades surgiram ainda, construídas pela indústria, e continuavam a crescer devido às oportunidades por ela criadas, seja de forma direta ou indireta.

Entretanto, Lefèbvre (1999) nos alerta para uma profunda mudança da cidade que crescia após a industrialização, sem, contudo, achar que esta deveria ser compreendida apenas como subproduto desse processo, já que a industrialização de dominante passou a ser dominada, com “[...] a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélite, etc.)” (LEFÈBVRE, 1999:26).

Essa mudança negou a cidade na sua antiga concepção política e comercial para novamente agregar os valores de uso e de troca em uma nova sociedade. Em uma relação dialética: “a não-cidade e anti-cidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e

com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano, recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria.” (LEFÉBVRE, 1999:25).

O produto industrial, em suas mais variadas formas, torna-se então um potencializador do comércio, o mundo da mercadoria passa a triunfar e o valor de uso, presente desde a origem da cidade, tende a ser diminuído. De acordo com Lefébvre (1969) a cidade, nesse contexto, acaba virando lugar de consumo e consumo do lugar. Segundo ele, passamos a viver uma zona crítica, a cidade ultrapassa a dimensão da indústria e a problemática urbana fica em evidência. Esta transformação teria sido proporcionada por uma “revolução urbana” que foi designada como:

[...] o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (LEFÉBVRE, 1999:19)

Nesse sentido, o pensamento de Lefébvre (1999,1969) é uma base na qual podemos nos apoiar para argumentarmos que a própria cidade, que anteriormente era solução, servindo como suporte para as atividades agrárias, comerciais e industriais, hoje se apresenta com inúmeros problemas, sejam eles operacionais, sociais ou econômicos, que se tornam obstáculos às próprias atividades nela desenvolvidas. Essa situação dificulta que o habitante faça uso da sua cidade, perdendo o direito à ela, isto é, ao que de melhor a cidade pode lhe oferecer.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat, ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFÉBVRE, 1969:124)

Os excluídos da cidade política, por exemplo, eram na verdade excluídos dos locais de festa, da obra; por isto buscaram construir uma nova cidade em que eles pudessem participar. Tanto é que a cidade comercial apenas se forma quando o mercado conquista o seu lugar no núcleo da cidade. Nesse sentido, a questão que se coloca para a cidade contemporânea é de ela conseguir se tornar urbana e recuperar a sua característica de festa, encontro e obra. Assim ela garantiria a sua própria condição de existência por meio do resgate do valor de uso de forma a conciliá-lo ao valor de troca.

Para isso é necessário também ter consciência das forças que regem a cidade. Lefébvre (1969) classificou-as em ordem distante e ordem próxima que se fizeram presentes desde a

cidade política. A ordem distante está ligada a fatores econômicos, políticos e a grandes e fortes instituições como o Estado e a Igreja. A ordem próxima seria a relação existente entre grupos mais ou menos amplos que podem ser as relações familiares, profissionais, etc. A cidade então seria a concretização daquilo que está entre estas duas forças. Mesmo que a ordem distante não esteja tão visível, ela se encontra sobreposta à ordem próxima: A ordem distante se projeta na/sobre a ordem próxima. Entretanto, a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência. (LEFÈBVRE, 1969:49).

Acredita-se que as forças ligadas à ordem distante não estejam ao alcance direto do planejador urbano, mas ao admitir que relações mais imediatas possam afetar a cidade, apesar de divergir da opinião deste autor, consideramos ser possível por meio do planejamento urbano promover melhorias na cidade, mesmo que de certa forma atreladas aos interesses econômicos, políticos e ideológicos da ordem distante e ainda que tragam repercussão no aumento do valor de troca.

É necessário compatibilizar a ordem distante e a ordem próxima, o valor de troca e o de uso para recuperarmos o direito à cidade e para isto devemos agir naquilo que nos é palpável. Desta forma, é na ordem próxima que não somente os arquitetos, mas a população em geral pode interferir e agir no espaço urbano, agregando valores de uso às suas propostas e atividades.

Consideramos aqui que a ordem mais próxima é o próprio indivíduo e que se cada pessoa passar a se envolver em atividades em prol da cidade, pode-se melhorar a qualidade de vida do ambiente urbano. Entretanto, se não houver critérios definidos pelo planejamento urbano, as experiências vistas nas grandes metrópoles brasileiras nos mostram que a população acaba ficando a mercê da ordem distante, pois não tem como se defender dos especuladores imobiliários.

O que não se pode admitir é ficarmos imobilizados pela ordem distante, desacreditados que não se tem como mudar a situação vigente. Acredita-se poder reverter essa situação criando canais de comunicação entre a ordem distante e a ordem próxima por meio da participação popular na cidade, pois é onde as relações e atividades mais complexas acontecem.

As críticas pós-modernas aos projetos urbanísticos são importantes para nos alertar para possíveis problemas decorrentes de escolhas de certos caminhos feitas no passado, mas não devem deixar os arquitetos urbanistas em uma situação de imobilidade.

A necessidade atual não mais se apresenta como no início do século XX, quando havia nos países em processo de industrialização demanda e território disponível para a construção de cidades, motivando os arquitetos a elaborar planos e modelos urbanísticos. Entretanto, considera-se que importantes aspectos do planejamento urbano foram abordados nesse período, mas obscurecidos pela crítica que os próprios arquitetos passaram a fazer ao modernismo, a partir de 1960.

Após a revolução urbana¹³ consideramos que temos, ainda hoje, o desafio de conseguir com que o processo de urbanização e crescimento populacional não acabe por destruir a positividade original da cidade, como local de convergência de pessoas e conhecimento, promovendo as mais diversas atividades e oportunidades para a população. Sabemos que essa tarefa não é somente do arquiteto-urbanista, mas da sociedade como um todo. Entretanto, acredita-se que principalmente nós, enquanto profissionais, não podemos deixar de participar da construção de uma cidade com melhor qualidade de vida.

3.5 Industrialização, modernismo, modernização e modernidade

Percebe-se que a interpretação clássica do surgimento e decadência do modernismo e as críticas a esse tipo de planejamento não podem ser consideradas, na sua totalidade para o caso brasileiro, que foi uma manifestação periférica do modernismo, mas que não deve ser vista apenas como uma aplicação local da corrente modernista central. Pode-se dizer que as fases do modernismo definidas por Harvey (1998) não estão presentes em todo o mundo. Há, ainda, uma relação entre modernidade, modernismo e modernização, como definido por Gorelik (1999):

O modernismo, em todo caso, deve ser analisado como um dos depósitos de respostas explorados na modernidade para se entender a modernização. A modernidade é tomada aqui, então, como o *ethos* cultural mais geral da época, como os modos de vida e organização social que vêm se generalizando e se institucionalizando sem pausa desde sua origem racional-européia nos séculos XV e XVI (e aqui me apoio em um autor como Giddens), e a modernização, como aqueles processos duros que continuam transformando materialmente o mundo. (GORELIK,1999:59)

¹³ Como definida anteriormente por Lefêvre (1999).

Gorelik (1999) mostra, entretanto, que esta relação não aconteceu da mesma forma nos países desenvolvidos, como os da Europa e dos Estados Unidos, e naqueles em desenvolvimento, como os da América Latina, incluindo aí o Brasil. Em ambos os casos, o modernismo continuava a ser um arcabouço das idéias consolidadas na modernidade, para se compreender a modernização que se tornava possível pela industrialização. Entretanto, enquanto que nos países desenvolvidos o modernismo era resultante desse processo, na América Latina era um instrumento propulsor da modernização. Assim, nesse caso, “[...] a modernidade se impôs como parte de uma política deliberada para conduzir à modernização e nessa política a cidade foi o objeto privilegiado” (GORELIK,1999:59).

A cidade latino-americana, no pensamento desse autor, tinha o duplo sentido de ser fruto da modernidade e ao mesmo tempo capaz de reproduzi-la e por isso não se podia ignorar “a vontade ideológica de uma cultura para produzir um determinado tipo de transformação estrutural”. (GORELIK,1999:59).

Fazendo associação das três fases do modernismo propostas por Harvey (1998), com o pensamento de Gorelik (1999), percebe-se que, como o Brasil não foi envolvido em guerras e a industrialização aconteceu tardiamente, o modernismo aqui teve sua ascensão também tardiamente, a partir da associação das manifestações da elite com o Estado, desde o nacionalismo de Getúlio Vargas, na década de 30, e juntamente com avanço de processo de industrialização do país e da atitude progressista de Juscelino Kubitschek (JK)¹⁴, principalmente, a partir de 50¹⁵.

Dentro desse ‘estado de espírito nacional’, o ideário Modernista enfrentava o desafio de como conjugar tradição e modernidade, sob a perspectiva do nacional como fio condutor desse processo. Sob a suspeita dos efeitos dessa vanguarda no Brasil, vai nascendo e se firmando uma consciência favorável à criação de um Estado forte. (PEREIRA, 1997:63-64)

Nesse sentido é oportuno registrar que, na relação da vanguarda (representada pelas idéias de Le Corbusier) com a tradição arquitetônica brasileira, Costa sempre procurou explicá-la não como uma importação de uma vertente qualquer dentre tantas outras, mas como uma versão contemporânea de valores universais. Tratava-se de legitimar o novo como continuidade do passado, à luz da vinculação da cultura com a política, em que a polarização ideológica nacionalista suspeitaria de uma arquitetura internacional (PEREIRA, 1997:79)

Assim, a arquitetura modernista brasileira nasceu diferente do contexto internacional, conciliando, em um mesmo período, esforços para a preservação da arquitetura colonial, com a criação do SPHAN, e para renovação, com a construção do primeiro exemplar

¹⁴ Juscelino Kubitschek, durante a sua carreira política e também como figura de destaque no cenário nacional e internacional ficou conhecido ainda na história brasileira simplesmente pela abreviatura de seu nome “JK”.

¹⁵ Esta afirmação não seria para aceitar a postura desenvolvimentista do Estado, da assimilação da arquitetura e urbanismo modernista como instrumento ideológico e racionalista, mas de tentar ver alguns dos benefícios que os preceitos modernistas podem trazer para a atualidade.

monumental da arquitetura modernista brasileira que foi Edifício do Ministério da Educação (MEC), no Rio de Janeiro, durante os anos de 36-45.

Esse projeto nasceu com a presença de Le Corbusier no Brasil, em 1936, e sob coordenação de Lúcio Costa, juntamente com outros jovens arquitetos, dentre eles Oscar Niemeyer, realmente foi uma inovação, unindo os preceitos do modernismo internacional - pano de vidro, brise-soleil, terraço-jardim, pilotis - aos elementos locais, resgatando os azulejos portugueses e o granito pedra-de-galho.

A trajetória modernista arquitetônica em nosso território foi diferente da internacional, os aspectos sociais, econômicos, culturais eram bem distintos (FIG. 3).

[...] as questões valorativas e conceituais aparecem no mesmo momento, ou inclusive antecedendo os processos que geravam em seus lugares de origem. Muitas vezes insisto, as idéias e os climas culturais demonstram viajar mais rápido que os objetos e processos a que se referem, e nisso radica boa parte da riqueza potencial de uma história cultural local, na possibilidade de explorar esse desajuste permanente, para notar que seus resultados não podem ser senão originais e específicos (GORELIK,1999:59).

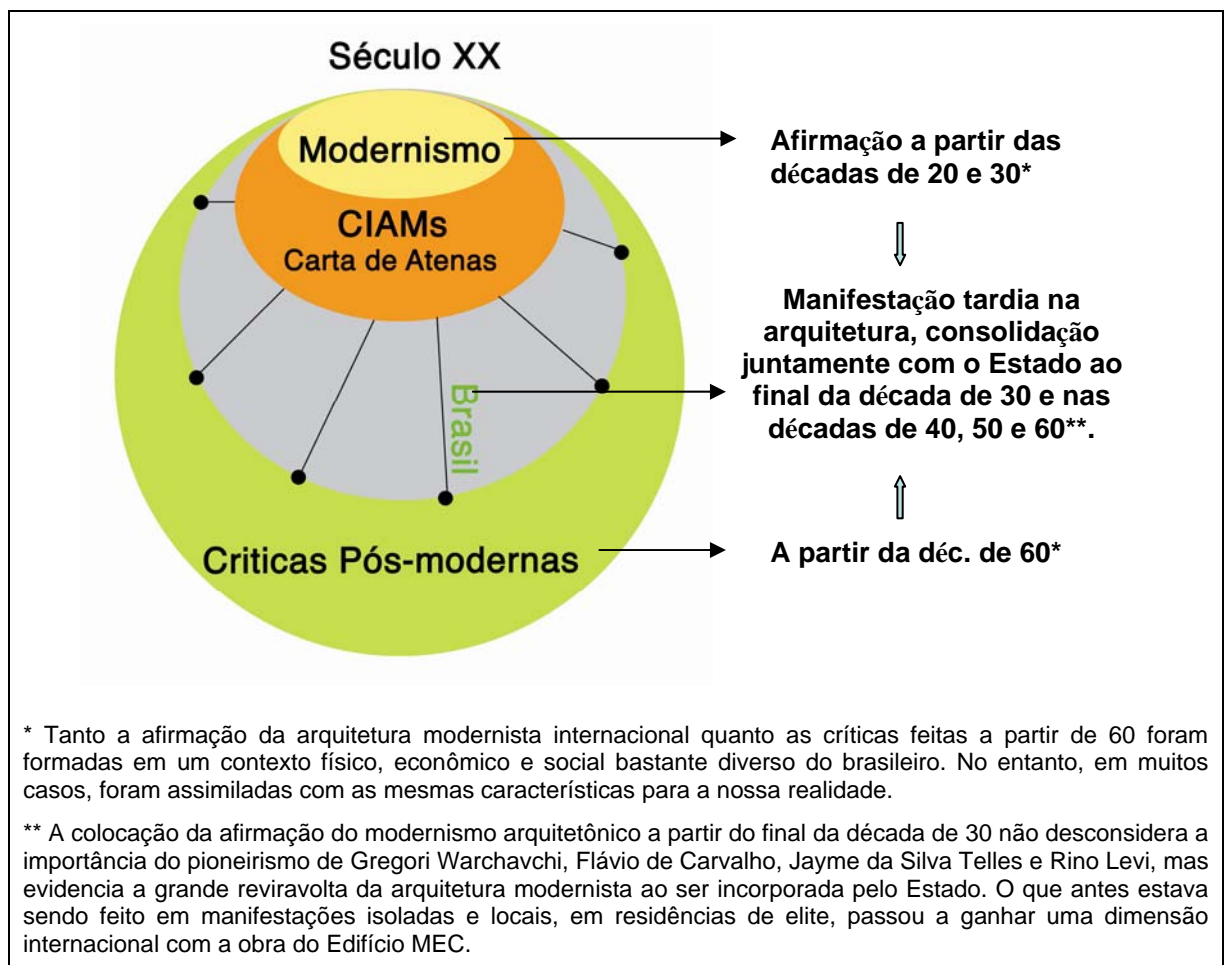


FIGURA 3 – O contexto brasileiro do modernismo e pós-modernismo
Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se dizer que na Europa o modernismo foi decorrente de um processo que foi amadurecendo ao longo do tempo, em que conceitos foram formados a partir de uma causa, como defendido por Kopp (1990)¹⁶. Mas, no Brasil, como a corrente de pensamento e obras modernistas já existia internacionalmente, essa base conceitual foi usada como instrumento simultâneo às causas locais e agregados a manifestações políticas, que às vezes têm pouco em comum com a causa inicial do movimento internacional.

Assim, entendemos que o caos europeu decorrente do surgimento e crescimento acelerado de núcleos urbanos voltados para a atividade industrial foi o propulsor dos ideais modernistas de projetar cidades e torná-las mais organizadas para facilitar a produção industrial. Já no Brasil, esses ideais foram incorporados em uma proposta do Estado para induzir o desenvolvimento nacional através da promoção da indústria local, formando cidades mais coerentes com o processo de industrialização e capazes de simbolizar o progresso pretendido para o país. Entretanto, não podemos ignorar que, de certa forma, os preceitos modernistas foram também aplicados na tentativa de organizar as cidades que cresciam decorrentes deste processo.

Isto não quer dizer que aqui não houve um processo original de criação e transformação de conceitos. Ao contrário, o resultado da aplicação, no Brasil, de preceitos derivados da corrente modernista central foi considerado inusitado e por isto reconhecido internacionalmente. Um exemplo disso é Brasília que, apesar da polêmica existente quanto ao fato da cidade ser ou não um resultado positivo da urbanística modernista, seu plano piloto foi declarado como “patrimônio histórico da humanidade” (GORELIK, 2005).

Entretanto, apesar do modernismo arquitetônico aqui nascer vinculado com os centros de poder da sociedade (indivíduos da elite, empresas privadas e Estado), essa manifestação não encontrou bases econômicas consolidadas para absorver a urbanização. Ferreira (1985) descreve este processo no Brasil:

Se bem que a urbanização preceda a industrialização, ambos os fenômenos se interligam na fase de desenvolvimento industrial. Não se trata de uma relação linear em que industrialização leva à urbanização e vice-versa, mas ambas decorrem de um mesmo processo de formação da sociedade urbano-industrial. (FERREIRA, 1985:46).

¹⁶ KOPP (1990) em seu livro “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa” defende a arquitetura moderna não somente como uma manifestação estética e tecnológica e sim oriunda de causas visíveis na Europa decorrentes da necessidade de moradias, a partir da industrialização e da primeira guerra mundial. Ela ainda nos mostra que os problemas que afligiam aquela época ainda são atuais já que a deficiência quanto à habitação, lazer, transporte nas cidades ainda prejudicam a qualidade de vida nestas.

Assim, as diversas críticas à segregação espacial e social atribuídas ao plano piloto de Brasília não podem ser vistas fora do contexto de urbanização brasileiro, decorrente da industrialização e da postura do Estado. Segundo Lefèbvre (1999), o frágil circuito de urbanização decorrente de uma industrialização incipiente, como a nossa, propicia especulação do terreno. A população que abandona o campo e não encontra bases fortes de industrialização acaba desempregada e se amontoa em favelas. Isto não poderia ter sido evitado pelo plano piloto de Brasília, como também não foi em outras metrópoles brasileiras não projetadas.

Holston (1993), um antropólogo norte-americano, critica a utopia de Brasília em tentar construir uma nova sociedade mais igualitária através do plano da cidade e, conseqüentemente, do seu papel de representar o desenvolvimento almejado para a nação brasileira. Ele aponta que a proposta de Brasília era um contraste à situação de desigualdade social que o Brasil enfrentava e que ainda tem que lidar até hoje, pois a própria mão de obra que construiu a capital ficou em sua periferia, isto é, sem o direito à cidade¹⁷ que havia edificado.

Mas se verificarmos a situação das grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, cidades não modernistas, que sofreram o processo de urbanização com industrialização incipiente, a periferização, excluindo os mais pobres da cidade, também ocorreu. Assim, não podemos culpar o planejamento modernista de ser o responsável pela formação de favelas ao redor de Brasília, mesmo que o Plano Piloto realmente não tenha previsto esse processo. O problema é mais profundo e antigo e remonta ao nosso passado como um país colonizado e dependente do capital externo. O processo de “favelização” é, antes de tudo, um problema decorrente de países que não tiveram uma industrialização consolidada, capaz de gerar um maior número de empregos.

Outra crítica à proposta do plano de Brasília, ainda segundo Holston, é de que ela “[...] elimina o sistema de ruas como espaço público e a multidão urbana que as ruas tradicionalmente veiculam nas cidades brasileiras; destrói também a estrutura arquitetônica do tipo de cidade que o modernismo quer atacar” (HOLSTON, 1993:29). E para argumentar a favor dessa afirmação ele compara as ruas de Brasília com as cidades pré-industriais brasileiras como Ouro Preto do século XVIII e o Rio do século XIX. “Nessas cidades, a rua define um contexto para a vida social, nos termos de um contraste entre os espaços públicos e os edifícios privados. É este contexto, ou contraste, que Brasília subverte” (HOLSTON, 1993:29).

¹⁷ Como definido, anteriormente, por Lefèbvre (1969).

Entretanto, percebe-se que não se pode comparar a realidade de ruas em momentos tão distintos, pois as ruas e as calçadas da sociedade urbano-industrial apresentam-se muito mais voltadas para as atividades comerciais e industriais do que para o passeio fruidor. O dinamismo e o movimento de pessoas e de carros é intenso, entretanto, essas pessoas utilizam as ruas e calçadas mas não as percebem como um local de encontro e sim de passagem de carros e pedestres, como se pode observar principalmente nas metrópoles brasileiras.

Nota-se, então, que as críticas que se fizeram à Brasília não eram somente decorrentes de uma nova proposta de se organizar as cidades. Da mesma forma que a aplicação de preceitos modernistas na arquitetura e no urbanismo brasileiros estava vinculada a propostas políticas¹⁸, a crítica pós-moderna brasileira estava também entrelaçada com a própria crítica à postura do Estado desenvolvimentista. Ela questionou, não apenas a organização espacial adotada para as cidades, mas, o controle do Estado, isto é, o seu poder de decisão sobre a cidade, como apontado por Bicca (1985:117): “A garantia da realização do planejado é assim diretamente proporcional à concentração de poder por aqueles que planejam, a autoridade desses devendo se afirmar em cada lugar e a cada momento”

Devemos assumir a condição da arquitetura modernista brasileira que foi utilizada como um instrumento de representação do poder do Estado e ter consciência das deficiências decorrentes deste tipo de planejamento “autoritário” que deixou, de certa maneira, mais evidente e visível a segregação espacial e social já existente em nossa sociedade. Entretanto, a reação ao projeto urbanístico foi substituída por uma ausência de critérios mais rigorosos ao processo de crescimento de nossas cidades:

“[...] o trajeto do flâneur, fragmentário e disperso, hoje não faz mais que reproduzir a fragmentação e a dispersão [...], tais trajetos não implicam uma liberação do ‘projeto’ autoritário da modernidade, mas a sujeição ao ‘destino’ – ainda mais autoritário porque elimina por definição o desígnio dos homens – ditado pela economia de mercado como ideologia única” (GORELIK, 1999:78).

Deixar de observar resultados positivos decorrentes da aplicação de importantes aspectos, como alguns dos apontados na Carta de Atenas, no projeto de cidades e, ao contrário, permitir um crescimento urbano livre de regras, seria uma solução possível para as cidades, principalmente as brasileiras? O que seria melhor? Ideologia e autoritarismo estatal ou a suposta liberdade mascarada pelos agentes especuladores?

¹⁸ Desde a década de 30 com o Estado Novo de Getúlio Vargas, a arquitetura modernista foi incorporada pelo Estado para simbolizar progresso e desenvolvimento nacional.

Considera-se que nenhuma das duas opções seria uma resposta para as nossas cidades. Acredita-se, entretanto, ser possível agregar ao planejamento urbano importantes elementos como o sol, espaço e vegetação, consideradas como as matérias primas do urbanismo pela Carta de Atenas e proporcionar uma maior participação da população nesse processo.

Como escreveu Duarte da Silva 'a análise da construção de Brasília foi comprometida pelo julgamento sobre a segregação espacial'. De fato. E poderíamos agregar em coro, como em uma litania: também foi comprometida pelo julgamento sobre o autoritarismo planejador e conseqüente julgamento sobre o Estado desenvolvimentista e sua utopia modernizadora; pelo julgamento sobre a divisão de funções e o conseqüente julgamento sobre a ausência das qualidades urbanas tradicionais (a rua, em primeiro lugar); pelo julgamento sobre a abstração e o anonimato e o não-conseqüente julgamento sobre a monumentalidade e o barroquismo espetacular da arquitetura de Niemeyer [...]. Todos esses julgamentos ofuscaram exatamente nosso julgamento para compreender Brasília. Então compreendê-la agora supõe incorporar essas críticas, nem tanto porque se aceitem sem questionamentos seus argumentos (...), mas porque dizem muito da capacidade de Brasília para gerá-los e, sobretudo, permitiriam entender a peculiar conjuntura (não somente brasileira) da sua realização e obscurecimento (GORELIK, 2005:153).

Brasília e Chandigarh, como cidades políticas¹⁹ e fora do contexto das cidades mais ricas, foram projetadas tendo como proposta a aplicação dos preceitos modernistas e, por isso, ainda hoje são lembradas como dois grandes exemplos da concretização desses ideais. Entretanto, justamente por esse fato, são alvo de críticas voltadas para uma urbanística que na década de 1960 já era questionada e tida como fracassada, mesmo sem considerar que no país em que foram construídas passaram a ser metrópoles com uma boa aceitação de sua população e com qualidade de vida igual ou superior às demais metrópoles desses países.

Assim, as críticas ao planejamento urbano modernista não devem ser vistas somente como capazes de apontar problemas na forma como estavam sendo pensadas as cidades, mas como elementos que encobriam demais maneiras de entender essas cidades. Pretende-se, nesse sentido, fazer um caminho contrário: avaliar críticas pós-modernas para entender a pertinência destas em situações mais condizentes com a realidade brasileira, por meio do estudo de caso da cidade de Ipatinga, que cresceu a partir de um núcleo urbano projetado segundo preceitos modernistas.

A proposta, então, consiste em verificar, por meio de uma cidade que nasceu para ser industrial, quais foram os efeitos da aplicação dos parâmetros urbanísticos modernistas na construção do ambiente urbano, a partir do contraste de áreas projetadas com as que

¹⁹ O que temos hoje é uma superposição de valores na cidade, um não excluindo o outro, mas, às vezes, o encobrendo. Por este motivo, acredita-se que os conceitos apontados por Lefèbvre (1999) de cidade política, comercial, industrial podem ser usados na atualidade pós-industrial, pois eles ainda existem mesmo que camuflados.

criaram sem um plano. Para esse intuito foram destacadas as visões de três autores estrangeiros Alexander²⁰ (1967), Jacobs²¹ (2000) e Lefèbvre (1969,1999). Esses autores foram escolhidos por terem sido importantes representantes da crítica que se fazia às cidades modernistas a partir da década de 60 e que foram incorporados na formação da opinião dos arquitetos brasileiros também contra as cidades modernistas.

Lefèbvre (1969,1999) faz uma análise mais sociológica e Jacobs (2000) discute a respeito do modo de vida do cotidiano de cidades e bairros projetados segundo os preceitos modernistas. Ambos, entretanto, não entraram em maiores detalhes a respeito da configuração espacial das cidades, o que já pode ser percebido no trabalho de Alexander (1967). Este, por ser arquiteto, foi o único, dentre eles, que fez uma análise mais voltada para a forma das cidades modernistas e de como essa forma influenciava na articulação das partes presentes na cidade.

3.6 O espaço urbano “natural” e “artificial” e a crítica pós-moderna

A distinção entre espaço “natural” e “artificial” foi feita por Alexander (1967) para caracterizar, respectivamente, cidades que se formaram ao longo dos anos por um processo mais espontâneo e cidades que foram criadas por urbanistas a partir de um plano, isto é, projetadas. Essa distinção foi feita justamente na época em que se criticava a inviabilidade de cidades, bairros e conjuntos habitacionais modernos projetados em várias partes do mundo no século XX, como foi o caso de novas cidades britânicas, bairros e conjuntos habitacionais nos EUA, além de Chandigarh e Brasília.

Nesse sentido, a distinção feita por Alexander já subentendia a própria crítica pós-moderna que considerava as cidades “artificiais”, criadas por urbanistas, demasiadamente simples e

²⁰ O texto do arquiteto norte-americano Christopher Alexander (1967), “Uma cidade não é uma árvore” foi traduzido e publicado em Portugal em 1967 e constituiu uma das mais importantes referências à crítica que se fazia ao funcionalismo e à configuração da cidade modernista.

²¹ A jornalista norte-americana Jane Jacobs publicou em 1961 o livro “Morte a vida de grandes cidades” (JACOBS, 2000), um dos mais polêmicos trabalhos contra as “[...] práticas urbanísticas em voga nos Estados Unidos, cujas origens Jacobs identificava nas propostas de Ebenezer Howard e suas cidades-jardins (1898), nas idéias contidas na Ville Radieuse (1935) de Le Corbusier e, em menor grau, o movimento City Beautiful (1893) ideado por Daniel Burnham” (SEGAWA, 2001)

que não conseguiam acompanhar a complexidade existente no ambiente urbano. Dessa forma, Alexander compara a organização de cidades projetadas com a de uma árvore: “Ao pensarmos em termos de árvores estamos a trocar a humanidade e a riqueza da cidade viva por uma simplicidade conceptual que apenas beneficia os ‘designers’, urbanistas e administradores” (ALEXANDER,1967:29).

Assim, Alexander (1967), analisando diversos projetos modernistas, protesta para reconquistar a riqueza das formas como explorada nas cidades antigas e fazer com que as cidades tenham alto grau de concentração de pessoas além de buscar manter uma relação de escala, de maneira que se perceba uma maior interligação entre as construções e o espaço ocupado nas cidades.

Lefèbvre (1969,1999) vai ainda além da crítica aos modelos urbanísticos, considerando que o urbanismo em si pode ser instrumento ideológico, utopia abstrata ou promoção de estilo de vida, respectivamente de acordo com a vontade do Estado, humanistas e promotores imobiliários, agregando conhecimentos parciais e extrapolando-os a uma totalidade mal fundamentada ou legitimada.

Esse autor, apesar de não entrar em detalhes a respeito da forma física das cidades modernistas planejadas, parte do princípio que a cidade é uma obra mais do que um produto e que as relações interpessoais têm um papel fundamental, mais do que a produção de objetos. Nesse sentido, ele critica também o planejamento funcionalista como aquele que trata a cidade como instrumento, fazendo uma simplificação demasiada da realidade urbana, na tentativa de listar as funções nela presentes.

“A cidade, ou o que resta dela, é construída ou remanejada como se fosse uma soma ou uma combinatória de elementos” (LEFÈBVRE, 1969:75). Assim, ele interpreta a cidade modernista como monótona, com espaços rigidamente segregados que tendem “[...] para a isotopia, geométrica, cheia de ordens e de signos e onde a diferença qualitativa dos lugares não têm mais importância”, iniciando um processo de dissolução das antigas formas onde “[...] nada tomou o lugar dos símbolos, das apropriações, dos estilos, dos monumentos, dos tempos e dos ritmos, dos espaços qualificados e diferentes da cidade tradicional” (LEFÈBVRE, 1969:75).

Dessa forma, ele coloca Le Corbusier como um filósofo e homem de síntese que concebe a cidade como um organismo, estabelecendo uma nova ideologia para a sociedade que aborda aspectos mentais (racionalidade e organização) e sociais (noção de espaço em primeiro plano). Para ele, não se pode falar em uma síntese acabada, pois as novas necessidades vão sendo sempre descobertas. Entretanto, acreditamos que apesar de correremos o risco de deixar de contemplar certos aspectos da realidade urbana, ao analisarmos determinadas configurações urbanas estamos sintetizando aquilo que

percebemos, pois assim conseguimos agir, desde que essa síntese esteja sempre aberta a adaptações e reformulações.

Alexander (1967), no mesmo raciocínio de Lefèbvre (1969), buscava ainda entender o motivo pelo qual a qualidade de vida era melhor nos prédios e nas cidades antigas do que nos conjuntos modernos, atribuindo essa vitalidade ao fato deles serem “naturais”. Realmente essa comparação é, em parte, relevante e motivo de pesquisas para a Europa e Estados Unidos, onde as áreas urbanas projetadas convivem com conjuntos urbanos históricos ou com uma realidade social muito diferente do caso brasileiro.

Como lembra Gorelik (2005:51,52) aqui não “[...] se podia propor a tabula rasa porque o problema local por excelência era a tabula rasa: na América Latina não havia um passado clássico sólido para se aproveitar e reciclar, mas um vazio a preencher [...]”.

Assim, as cidades construídas no período modernista não estavam destruindo o poder simbólico e referencial das cidades antigas e tradicionais, como Ouro Preto e o próprio Rio de Janeiro, mas buscavam, justamente o contrário do afirmado por Lefèbvre (1969), criar símbolos para o progresso nacional. Brasília foi um fato consumado dessa vontade de criar novos horizontes para a arquitetura brasileira e, por isto, como mostra Gorelik (2005), esbanjava monumentos e marcos referentes à modernização que estava sendo incorporada ao plano da cidade.

Entretanto, a crítica atribuída à configuração “artificial” das cidades vista pela corrente pós-moderna foi incorporada ao contexto brasileiro, da mesma forma com que foi aplicada internacionalmente, acusando-a como a principal causa da monotonia, da fragmentação do território urbano e da falta de vida nas ruas, criando espaços urbanos pouco adaptáveis à dinâmica das grandes cidades, sem apontar as qualidades que a modernidade trazia para o ambiente urbano.

Jacobs (2000), por exemplo, criticou o planejamento urbano modernista e o definiu como monótono e não adequado para a promoção da vida nas cidades norte-americanas. Entretanto, pode-se dizer que, ao criticar modelos rígidos, a autora construiu argumentos que também caíram na classificação e na generalização. Seu ponto de vista das situações no ambiente urbano pode ser interpretado como abstração de fatos do cotidiano, enxergando a cidade a partir de determinadas atividades que muitas vezes já não são possíveis após a revolução urbana do século XX e ainda mais no caso brasileiro.

Jacobs (2000) critica também os centros comerciais modernistas como sendo uma imitação de lojas suburbanas, e a separação das vias de circulação de pedestres das vias expressas

de automóveis como uma agressão à cidade, deixando passeios desertos. Assim ela interpreta esse tipo de planejamento como direcionado para os automóveis e não para as pessoas. Mas, se verificarmos o contrário, a realidade das cidades “naturais” que estão crescendo de acordo com o mercado imobiliário, a rua vem se apresentando como do automóvel do mesmo jeito e em alguns casos até em piores condições, pois possuem passeios e caixa viária em dimensões inferiores à desejada para o conforto, tanto dos pedestres quanto dos veículos.

A apologia da rua como local de encontro feita por Jacobs, isto é, com valor de uso, é outro exemplo de que devemos estar atentos à diferença de contextos entre a cidade norte-americana e a brasileira, e entre a cidade antiga e a pós-industrial. Se verificarmos as ruas das grandes metrópoles, incluídas aí as brasileiras, que cresceram “naturalmente”, essas são usadas para muitas outras coisas, mas pouco encontro é promovido.

Não que a rua não seja um local apropriado para o encontro, mas porque as atividades nela desenvolvidas e a dinâmica urbana de comércio e serviços sobrepõem-se à antiga concepção de cidade política, como apontado por Lefébvre (1999). Dessa forma, percebe-se que hoje já não se encontra nas grandes cidades “naturais” a vivacidade que Jacobs idealizava para as ruas.

Realmente, o local de encontro, como defendido por Lefébvre e Jacobs, não deve desaparecer, entretanto não podemos forçá-lo a acontecer sem que haja um plano que consiga administrar a pressão que a ordem distante, oriunda do mercado imobiliário e dos fatores macro-econômicos, faz sobre a dinâmica da vida urbana, influenciando as relações da ordem próxima.

O que se percebe é que se não houver instrumentos próprios do planejamento urbano para conter que a ordem distante se sobreponha, “esmagando” a ordem próxima, a cidade ficará a mercê de fatores cada vez mais externos. Não que ela não deva adaptar-se e moldar-se a eles, mas deve também estar consciente de si, da sua dinâmica, em uma constante análise da sua própria configuração espacial e social.

Assim, acredita-se que o planejamento urbano, que foi capaz de gerar espaços segmentados e sem articulação, pode ser direcionado para aproximá-los, sem contudo, perder os benefícios que propostas de zoneamento e auto-suficiência podem trazer para a cidade.

Segundo, Jacobs (2000:262) “Raskin, em seu ensaio sobre a variedade afirmou que a maior falha do zoneamento é permitir a monotonia. Acho que é isto mesmo. Talvez a segunda seja que o zoneamento ignora a proporção de uso [...] ou a confunde com tipo de uso [...]”.

Consideramos, então, que as idéias modernistas e pós-modernistas, quanto ao zoneamento são extremistas. Se muito rígido, o zoneamento pode causar monotonia, falta de vida nas ruas, etc. Se inexistente, isto é, sem qualquer estabelecimento de normas para que serviços, comércio ou equipamentos públicos de saúde, educação, lazer estejam em determinados locais, pode, em muitos casos, deixar a cidade em situação de carência ou super-oferta de determinados equipamentos.

Assim, não se defende o zoneamento estanque, separando as quatro funções-chaves (habitar, trabalhar, recrear e circular) em setores distintos como idealizado pela Carta de Atenas, mas usar essa proposta de forma a garantir um mínimo de equipamentos de saúde, educação, esporte e recreação, além de permitir áreas verdes públicas e melhores condições de insolação aos edifícios na cidade, em cada bairro ou região.

Não se pode dizer, então, que a idéia de Unidade de Vizinhança (UV), com certa auto-suficiência, como pensado pelos modernistas e que esteve presente em Brasília e também em Iapatinga (como demonstraremos adiante), foi uma experiência em si negativa para a cidade, a não ser pelo fato de ela ter também sido tratada originalmente como uma árvore e defendida com um zoneamento rígido.

Realmente, observa-se que a articulação das diversas regiões projetadas, quando presas a uma estrutura de árvore, como em um circuito fechado, que não tem uma ligação mais direta entre as partes, pode promover a segregação espacial e social. Mas será que isso também não acontece em cidades “naturais”? Será que não existem áreas mal articuladas e afastadas da cidade, isto é, sem o direito de usufruir do local de festa, poder e troca? Basta somente observar as periferias de nossas cidades para constatarmos que essa realidade existe e, às vezes, é bem mais problemática do que as áreas projetadas para serem auto-suficientes, pelo urbanismo modernista.

Nota-se que há uma comunhão de idéias entre os norte-americanos Alexander e Jacobs²². Entretanto, nenhum deles chega a um consenso sobre como lidar com as cidades. Alexander até admite a situação polêmica que ele próprio levantou e não soube dar resposta:

²² Alexander (1967), porém, discorda de Jacobs (2000) porque ela idealiza situações para as cidades metropolitanas, tentando resgatar a qualidade de vida de pequenas cidades.

É impossível dar forma visual à semi-retícula, através de um único acto mental. Num único acto mentar só podemos vizualizar uma árvore [...]. Qual é o aspecto de uma cidade com a estrutura de semi-retícula? Tenho de confessar que ainda não me é possível apresentar planos ou esboços desta estrutura. (ALEXANDER, 1967:29)

Somando-se essa falta de proposta efetiva à descrença de Lefèbvre (1999) no que diz respeito à prática do urbanismo, seria possível pensar em crescimento urbano agregando qualidade de vida? Estariam, então, as cidades realmente fadadas a morrer ou a estarem sempre imergidas em uma situação caótica, sem controle, já que, segundo a crítica pós-moderna, áreas urbanas projetadas seriam uma ordem imposta?

Assim, devido à distância temporal tanto em relação à tentativa modernista de planejar as cidades quanto em relação às críticas pós-modernas, parece que hoje estamos mais aptos a refletir a respeito de espaços urbanos projetados. Isso porque, no caso brasileiro, o “artificial” não pode ser encarado como experiências fracassadas, que foram abandonadas ou renegadas pela população.

Os cortiços norte-americanos, segundo Jacobs (2000) possuem melhor qualidade de vida que os conjuntos modernistas. Mas, e a realidade brasileira? Será que as aglomerações espontâneas em fundo de vale ou encostas são melhores do que os alojamentos dos operários mais subalternos da Vila-Operária em Ipatinga? Não se considera possível compararmos realidades tão distintas - a brasileira e a norte-americana – pois, a história de cada país é uma, com configuração econômica e social bem diversa.

O caos nas cidades para Jacobs é encarado com uma questão de percepção visual e espacial, e neste sentido ela considera que na desordem existe uma ordem: “É preciso ter compreensão para ver os complexos sistemas de ordem funcional como ordem e não como caos. (...). A própria mistura é o elemento fundamental, e a sustentação mútua, a ordem” (JACOBS, 2000:419).

Não pretendemos discutir se realmente essa afirmação é válida, mas despertar para uma outra abordagem, em que o caos para nós brasileiros seja visto não somente como uma questão de percepção visual e espacial, mas também ligado a uma desordem que envolve questões de sobrevivência e interfere nos requisitos básicos à vida.

Por isso, esta dissertação pretende avaliar a pertinência das críticas pós-modernas que, principalmente, os três autores aqui tratados fizeram ao modelo modernista de planejamento urbano, voltadas para um caso brasileiro.

Pelo menos em Brasília, pode-se dizer que apesar de todas as críticas à cidade, as suas superquadras são espaços normalmente usados, bem cuidados e que oferecem uma boa

qualidade de vida e infra-estrutura a seus moradores, além da cidade ter experimentado “[...] um processo de metropolização mais ordenado territorialmente que no resto das grandes metrópoles brasileiras, e também habitats populares semi-planificados de maior qualidade relativa, especialmente se pensamos nas favelas do Rio e de São Paulo.” (GORELIK, 2005:174).

Após as tentativas do século XX de compreender as cidades, percebe-se que estas precisam de planos urbanísticos, pois os problemas decorrentes da explosão demográfica e da falta de organização do ambiente urbano realmente podem torná-las inviáveis. Neste sentido, concorda-se com Jacobs (2000) ao ver as cidades como “[...] um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano” e de apostar neste laboratório como o local onde “[...] o planejamento urbano deveria aprender, elaborar e testar teorias” (JACOBS, 2000: 5).

É isto que pretendemos fazer, procurar justamente o ambiente urbano como um laboratório para testar tanto as idéias de planejamento modernistas quanto as críticas pós-modernas, por meio do estudo de caso da cidade “Ipatinga”, em Minas Gerais.

4 A INDÚSTRIA, O PROJETO DE SUA VILA-OPERÁRIA E A CIDADE DE IPATINGA

“De qualquer forma, mesmo com os defeitos e falhas naturais num empreendimento do vulto deste, a cidade de Ipatinga é válida bastante como uma experiência urbanística num dos rincões deste Brasil.” (HARDY FILHO, 1970:40).

4.1 A Indústria siderúrgica e o modernismo na criação da USIMINAS e sua Vila-Operária

O florescimento do modernismo e o desenvolvimento da Indústria Siderúrgica no Brasil, como exposto na terceira parte do trabalho, foram frutos da vontade política de se construir uma identidade nacional e proporcionar condições favoráveis ao progresso do país, no início do século XX. Nesse período, as idéias modernistas, vindas da Europa, trouxeram a possibilidade de vincular o desenvolvimento industrial com as novas técnicas e materiais disponibilizados pela indústria.

Nesse sentido, a arquitetura modernista brasileira foi incorporada como símbolo do progresso, e a indústria como uma condição estruturante e necessária para atingí-lo. Em Minas Gerais, as idéias modernistas e o processo de industrialização do estado carregavam a vitalidade necessária para resgatar, nacionalmente, a originalidade arquitetônica conquistada pelo Barroco Mineiro e a prosperidade econômica da atividade aurífera.

A análise do movimento modernista em Minas revelou que ele se constitui de muitos momentos. [...] [A] história do modernismo se funde com a própria narrativa da mudança em Minas, da passagem de uma realidade não-industrializada para um novo tempo, em que a política de industrialização no país, forçou transformações profundas no Estado (VIEIRA, 1986:[s.p.]).

Após um longo período de estagnação econômica, causado pelo declínio da mineração de ouro, no século XVIII, Minas Gerais aposta na Siderurgia para construir uma nova base para o seu desenvolvimento²³. O potencial de Minas para esta atividade econômica foi visto mesmo antes do Movimento Moderno, em 1889, quando se instala em Itabirito, seu primeiro alto-forno na Usina Esperança.

O solo deste estado, rico em minério de ferro, propiciou, nas décadas de 20 e 30, o surgimento de novas pequenas empresas. Dentre elas, destaca-se a Cia. Siderúrgica Mineira, inaugurada em 1917, em Sabará, que logo, em 1921, deu origem a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira. Esta vocação para a exploração mineral teve sustentação pelo corpo docente da Escola de Minas de Ouro Preto, fundada em 1876 que foi referência para estudos voltados a nossa riqueza mineral e no delineamento de uma política mineral nacional (USIMINAS,1990).

No plano nacional, a questão siderúrgica adquire conotações ideológicas e políticas a partir de 30, com as posições nacionalistas do governo Vargas. Nesse mesmo momento, Vargas passa, também, a incentivar a renovação arquitetônica, com a obra do Edifício do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Segundo Gorelik (2005:47) era a “Nova Arquitetura para um Estado Novo”.

Minas Gerais se insere perfeitamente dentro da política nacional, quando se mostra referência para o desenvolvimento da Indústria, abrindo também a oportunidade para que Niemeyer, em 1938, realize, juntamente com o Governo de Minas, a construção do Grande Hotel de Ouro Preto (MACEDO, 2002).

Durante o longo período de Getúlio na presidência, 1930-45 e 1951-1954, o caminho para ampliar a indústria, partiu da junção do capital estrangeiro com o apoio do Governo Federal que viabilizou, em 1942, a Cia. Vale do Rio Doce, em Itabira, no Estado de Minas Gerais e a Cia.Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro. Em Minas, além das já mencionadas indústrias, foram fundadas a nova unidade da Cia. Belgo Mineira e a ACESITA (Aços Especiais Itabira S.A.) com suas Vilas-Operárias, respectivamente nos anos

²³ Sabemos que o Brasil historicamente, desde a sua colonização pelos portugueses, foi submetido a relação de dependência econômica para atingir o seu suposto desenvolvimento interno. Isto não foi diferente com a promoção da indústria siderúrgica, em que capital estrangeiro foi investido para que esta atividade fosse implantada em nosso solo. Desta forma, consideramos frágil o nosso modo de desenvolvimento econômico. No entanto, este trabalho não busca discutir o “preço” pago para atingirmos este o desenvolvimento industrial, mas de como a arquitetura e urbanismo que fizeram parte deste projeto de desenvolvimento nacional atuou na configuração das cidades construídas durante este período.

de 1937 e 1944, em Monlevade e Coronel Fabriciano²⁴, municípios próximos localizados na porção leste do estado. O capital alemão viabilizou ainda no estado, a criação da Mannesmann, em 1952.

A vontade de progresso nacional foi compartilhada e continuada por Juscelino Kubitschek (JK) que, além de apoiar o desenvolvimento da indústria no Estado de Minas Gerais, viabilizou diversas obras modernistas, muitas delas de caráter monumental. Pode-se dizer que o modernismo nacional deixa de ser um receptor do Estilo Internacional e passa a ser referência mundial, com as obras idealizadas por JK em conjunto com Oscar Niemeyer.

Essa parceria iniciou-se com JK à frente da prefeitura de Belo Horizonte, com a construção, em 1942, do conjunto modernista na Lagoa da Pampulha. Já como Governador, em 1950, JK edificou diversas outras obras de Niemeyer em Minas Gerais²⁵. Entretanto foi a partir de 1955, que as realizações, tanto na Indústria Siderúrgica quanto em prol da consolidação de uma arquitetura autêntica brasileira, atingiram o ápice, com JK na presidência da república.

Juscelino Kubitschek coloca a ampliação da Indústria de Base como uma ação prioritária para os seus cinco anos de governo. O seu plano de desenvolver o país “50 anos em 5” precisava contar com mais aço, por isto, era necessário ampliar as indústrias já existentes e implantar duas novas usinas: a USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais), em Minas Gerais, e a COSIPA, em São Paulo (FIG 4 e 5). O objetivo era sair do patamar de 980.000 toneladas de produção de aço e atingir, em 1965, uma produção de 3.500.000, toneladas. Isto significaria ampliar, em 11 anos, a produção de aço em 72 % (USIMINAS, 1990).

²⁴ O município de Coronel Fabriciano, anteriormente, abrigava os distritos de Timóteo e Ipatinga. Foi apenas em 1964 que estes se separaram, formando seus respectivos municípios. A ACESITA localiza-se hoje no município de Timóteo e a USIMINAS no município de Ipatinga.

²⁵ Foram edificadas, dentre outras, o Conjunto JK (1951) e o Colégio Estadual de Minas Gerais (1956), em Belo Horizonte, o Clube Diamantina (1950), a escola Júlia Kubitschek(1951) e o Hotel Tijuco (1951-53), em Diamantina.



FIGURA 4 – Localização de Ipatinga
 Fonte: IPATINGA..., [200-]ja



FIGURA 5 – Localização de Ipatinga
 Fonte: Elaborado pela autora a partir de Hardy Filho (1970)

No final da década de 50, a USIMINAS tinha, ao se instalar, dois grandes problemas operacionais: a falta de mão de obra qualificada na região e a falta de infra-estrutura local, para abrigar a nova população necessária à Indústria²⁶. Dessa forma, pode-se considerar que as vilas-operárias que surgiam em conseqüência da implantação de indústrias também eram subprodutos da política de desenvolvimento nacional.

Simultaneamente a este crescimento da indústria brasileira e embutida no contexto político desenvolvimentista com o objetivo de criar uma identidade nacional e ampliar fronteiras territoriais no centro do país, nasceu a idéia de uma nova capital para o Brasil. Era o auge da realização do Governo JK como “patrocinador” do Modernismo brasileiro. Brasília, então, surgia “[...] em 1956-57 como um monumento da modernidade ocidental, destinada a marcar rumos novos na concepção cultural da cidade no mundo e a consolidar o lugar de privilégio que a arquitetura brasileira havia obtido nas duas décadas anteriores no panorama internacional” (GORELIK,2005:152).

Neste sentido, percebe-se que tanto o plano de vilas-operárias industriais como o de cidades políticas²⁷ tinham em comum a presença de um “patrocinador”, isto é, de um setor que investisse financeiramente num grande empreendimento e apostasse em um plano para a organização espacial para a cidade dele decorrente.

Para as cidades políticas, o Estado foi este setor e para a vila-operária, a Indústria, que muitas vezes contava, também, com o apoio do governo, como no caso da Usiminas, empresa que nasceu de uma parceria do governo de Minas com um grupo japonês. Em ambos os casos, estado e indústria viam na elaboração de um plano para cidades um modo de ordenar o espaço, sendo que, em meados do século XX, a urbanística modernista, devido à sua proposta de racionalidade na organização espacial, era a diretriz que mais se compatibilizava com os interesses desses “patrocinadores”.

Como cidade política, Brasília, por exemplo, deveria ser um símbolo nacional de progresso e, por isto, seus espaços monumentais e de poder ocuparam o eixo principal da cidade. A vila-operária, no entanto, não tinha a pretensão de ser cidade monumental, mas de oferecer condições para a relação moradia-trabalho de uma indústria. Ipatinga é um exemplo de

²⁶ Monte-Mór apresenta os casos da Belgo Mineira, Usiminas e Cenibra que tiveram que criar cidades industriais planejadas para resolver o problema de déficit habitacional em decorrência da necessidade de abrigar a população para atender “(...)às demandas da reprodução coletiva da força de trabalho no espaço da cidade, assim como aos requisitos mais amplos das condições de produção exigidas pela produção industrial. Nesses casos, a inclusão da força de trabalho no espaço da cidade é a própria condição de sua existência.” (MONTE-MÓR,2004:27).

²⁷ Considera-se que todas as cidades tem uma proposta política, entretanto o conceito de cidade política e cidade industrial foi resgatado de Lefèbvre (1999).

cidade que cresceu a partir da Indústria, tendo seu processo de urbanização se intensificado, a partir de 1962, com a inauguração da USIMINAS²⁸ e de sua vila-operária.

4.2 O projeto da Vila-Operária e os primeiros estudos urbanísticos e habitacionais da USIMINAS

A fundação da Usiminas ocorreu em 1956 e em 1957 firmou-se o convênio entre Japoneses e um grupo brasileiro, consolidando a estrutura financeira para a compra de aproximadamente 3000 ha. da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira S/A, no Município de Coronel Fabriciano, próximo às margens do Rio Piracicaba (USIMINAS,1976). A escolha do local para a implantação da indústria considerou principalmente as premissas técnicas buscando proximidade com o sistema rodoviário, com a ferrovia que liga ao porto de Vitória e um local com terra barata e fartura de água (MACHADO, 2004).

No ano seguinte, em 1958, foi feita pela USIMINAS, por meio de análise de currículo, a seleção do arquiteto para a elaboração do plano urbanístico da cidade que seria o suporte habitacional da Indústria. Os profissionais envolvidos neste processo foram: Sylvio de Vasconcellos, Raphael Hardy Filho²⁹ e Eduardo Kneese de Mello de São Paulo. Dentre estes, o arquiteto mineiro Raphael Hardy Filho foi o escolhido, convidando o arquiteto Marcelo Bhering para compartilhar da direção da equipe para assuntos relativos à construção da cidade que se formou logo em seguida (HARDY FILHO, 1970).

Ao final de 1958, o plano preliminar de Hardy & Bhering para a cidade já estava pronto. A respeito deste plano foram encontrados vários registros em documentos internos da Usiminas, entretanto, apenas poucos foram realmente relevantes por conter plantas com a definição das áreas a serem ocupadas e do traçado urbano proposto para ele, com as

²⁸ Criada em 1956, a USIMINAS entra em operação em 1962. A área destinada para a indústria foi de 7 km de comprimento por 1,5Km de largura. Com a USIMINAS, em Ipatinga, e a existência da ACESITA, em Timóteo, formou-se a Região Metropolitana do Vale do Aço, um aglomerado urbano formado por quatro cidades: Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo. (MACHADO, 2004).

²⁹ As informações referentes à seleção do arquiteto para projeto da vila-operária foram fornecidas pelo próprio Raphael Hardy Filho em entrevista cedida à autora e ao arquiteto Fernando Lara, realizada em sua residência no ano de 2003. (HARDY FILHO, 2003). Nesta entrevista, ele também conta que ao aceitar o plano para Ipatinga descarta a oportunidade de trabalhar na construção da capital Brasília, que acontecia também no final da década de 50.

devidas recomendações de zoneamento, equipamentos urbanos, áreas verdes e estudos de expansão³⁰. Desta forma, o que se traz para o conhecimento é uma interpretação do material que se conseguiu levantar durante o período desta pesquisa, que corre o risco de ser alterada ou refutada caso se identifiquem demais documentos e plantas que complementem os que foram encontrados.

Um dos mais importantes documentos consultados foi o denominado “Vila-Operária da USIMINAS em Ipatinga” (USIMINAS,1958) que se encontra no ANEXO A. Este documento é um memorial descritivo feito pelos arquitetos Hardy & Bhering em 1958 onde são justificados os critérios utilizados para a implantação da vila no local já determinado e atribuídas de ante-mão algumas deficiências ao plano proposto devido à realidade local e à necessidade da Indústria. Tais trechos do documento são elucidativos ao fato exposto:

“[...] as áreas a serem urbanizadas não oferecem espaço suficiente para um planejamento adequado de expansão futura. [...] poucas áreas suscetíveis de serem aproveitadas sem que a trama urbana acarretasse inconveniências de ordem econômica, levou-nos a adotar o partido de pequenos núcleos interligados por vias de penetração e tráfego periférico [...]” (USIMINAS,1958:1) ou “[...] as próprias condições de trabalho duma Usina do porte da Usiminas, seja por tradição, seja por conveniências administrativas, obrigam a uma discriminação das unidades habitacionais por classe de funcionários, engenheiros e operários.” (USIMINAS,1958:2) e ainda [...] nossa tarefa consistia em dar forma gráfica aos postulados da unidade de vizinhança, evitando que a ‘urbanização’ venha impedir o desenvolvimento físico e espiritual dos habitantes da vila operária da Usiminas” (USIMINAS,1958:5).

Estes depoimentos mostram que qualquer decisão de projeto deveria estar atenta ao que já havia sido estipulado pela empresa, de forma a manter o cronograma de execução da vila operária e não ultrapassar os limites de tempo e gastos para a sua inauguração.

A falta de espaço local e os imperativos econômicos e estratégicos da indústria, além dos naturais (topografia e hidrografia) foram então fatores que justificaram a criação de unidades habitacionais autônomas equipadas com setores de educação, saúde, comércio, esportes e diversões, caracterizando a formação de Unidades de Vizinhança (UVs) que passariam a abrigar todos os funcionários da empresa segundo sua posição hierárquica, reproduzindo na cidade a hierarquia existente na empresa.

Neste documento também fica claro a influência de idéias da urbanística modernista internacional, por meio da sistematização de preceitos normativos, critérios de zoneamento, taxa de ocupação do solo e tipologia de residências para a produção em série. Mesmo que inconsciente, pode-se dizer que a solução ali exposta era uma combinação da cidade jardim

³⁰ Os demais documentos consultados eram quase como compilações dos que já haviam sido produzidos. Sabe-se ainda da existência de outros documentos que, inclusive, estavam referenciados nos que foram consultados, mas não foram localizados nos arquivos da USIMINAS.

de Ebenezer Howard, da cidade industrial de Tony Garnier e das idéias desenvolvidas por Le Corbusier, além de ter como ponto norteador os critérios urbanísticos sistematizados na Carta de Atenas em 1933.

Ainda neste documento de 1958 encontram-se os cálculos de habitações necessárias para a vila, de acordo com a produção de aço da Usina, estudo que teve como referência dados de demais cidades operárias tais como Volta Redonda, ACESITA, Monlevade. Neste sentido, os arquitetos constataram a necessidade de considerar como parte integrante da população da vila, além dos empregados da indústria, a população ativa em outros setores tais como a vinculada às atividades terciárias (comércio e serviços), administrativas e à construção da cidade, além das crianças e familiares inativos³¹.

A partir destes cálculos iniciais, o pré-plano de urbanização de 58 foi, então, esquematizado para atender a construção de alojamentos (hotéis, pensões e repúblicas) para solteiros e população móvel, habitações de um até quatro quartos e equipamentos urbanos destinados às seguintes funções/infra-estrutura: esportes e recreação, transportes coletivos, administração e serviços públicos em geral, núcleo comunal, zona hoteleira, assistência religiosa, ensino, assistência médico-hospitalar, luz e força, abastecimento de água, esgotos, lixo, abastecimento de alimentos, atividades econômicas auxiliares. As plantas deste plano representam apenas uma pequena porção dos quase 3.000 ha destinados para a Vila-Operária e são ainda incipientes para a compreensão da dimensão do empreendimento como um todo, como pode ser observado, por exemplo, na planta de zoneamento do plano. (FIG. 6).

³¹ Estimou-se em 37.500 habitantes para a primeira etapa de produção da Usina (1.000.000 toneladas de aço/ano), distribuídos em 6000 funcionários ativos, 1500 ativos de setores externos e 3000 dependentes inativos. A necessidade seria então de 1958 alojamentos para solteiros e de 5542 unidades residenciais. Embora este plano tivesse o objetivo de atender somente a primeira etapa de produção foram feitos os cálculos também para uma segunda etapa de produção (2.000.000 toneladas/ano), considerando um acréscimo de 34.500 habitantes. (USIMINAS, 1976).

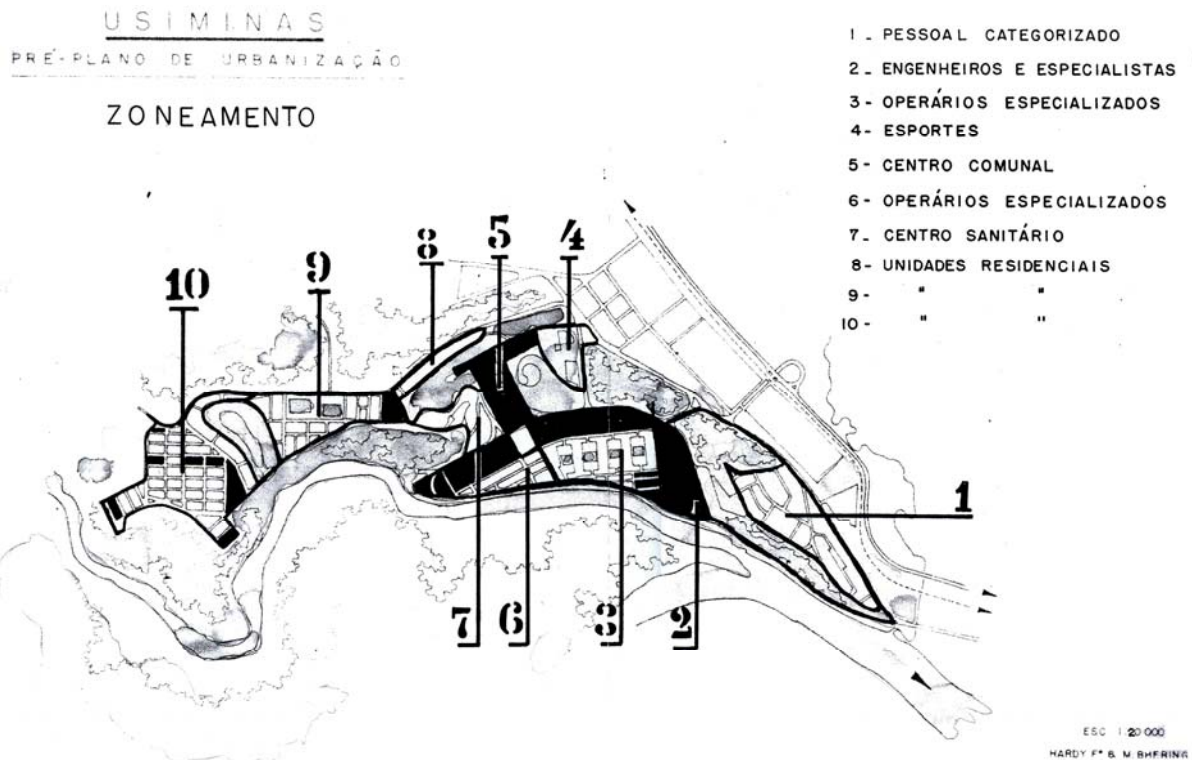


FIGURA 6 – Planta de zoneamento.
Fonte: USIMINAS (1958)

Encontrou-se ainda a reprodução de uma outra planta³² (FIG. 7) mais detalhada deste estudo inicial em um documento produzido pela própria Usiminas em 1990, abrangendo a mesma região, mas com a definição da malha urbana em lotes, a destinação das áreas verdes³³, localização e identificação mais precisa dos equipamentos urbanos que haviam sido descritos no memorial de 1958 (USIMINAS, 1990).

O que se percebe, com base nestes primeiros documentos, é que inicialmente se pensava em concentrar a ocupação da vila na região indicada, que era apenas uma parcela da área total da empresa, incluindo as variações de moradias necessárias: residências isoladas, residências em faixa contínua e blocos de apartamento. Supõe-se que, por este motivo, a densidade de ocupação indicada nestas plantas iniciais apresentava-se bem superior ao que realmente foi construído.

³² Planta de autoria de Hardy & Bhering. Apesar de não constar a data de execução desta planta, supõe-se que ela faz parte do conjunto da primeira etapa do projeto em 1958, pelo fato de ter a mesma proposta de ocupação das anteriores. A planta encontrada é uma redução da planta original, não identificada nos arquivos da Usiminas, o que compromete a sua legibilidade. Por este motivo a planta foi trabalhada pela autora para melhorar a compreensão da legenda, ficando entretanto alguns números sem identificação.

³³ Nesta planta as áreas verdes foram divididas em reserva florestal, parques urbanos e pequenas praças no interior das quadras residenciais.

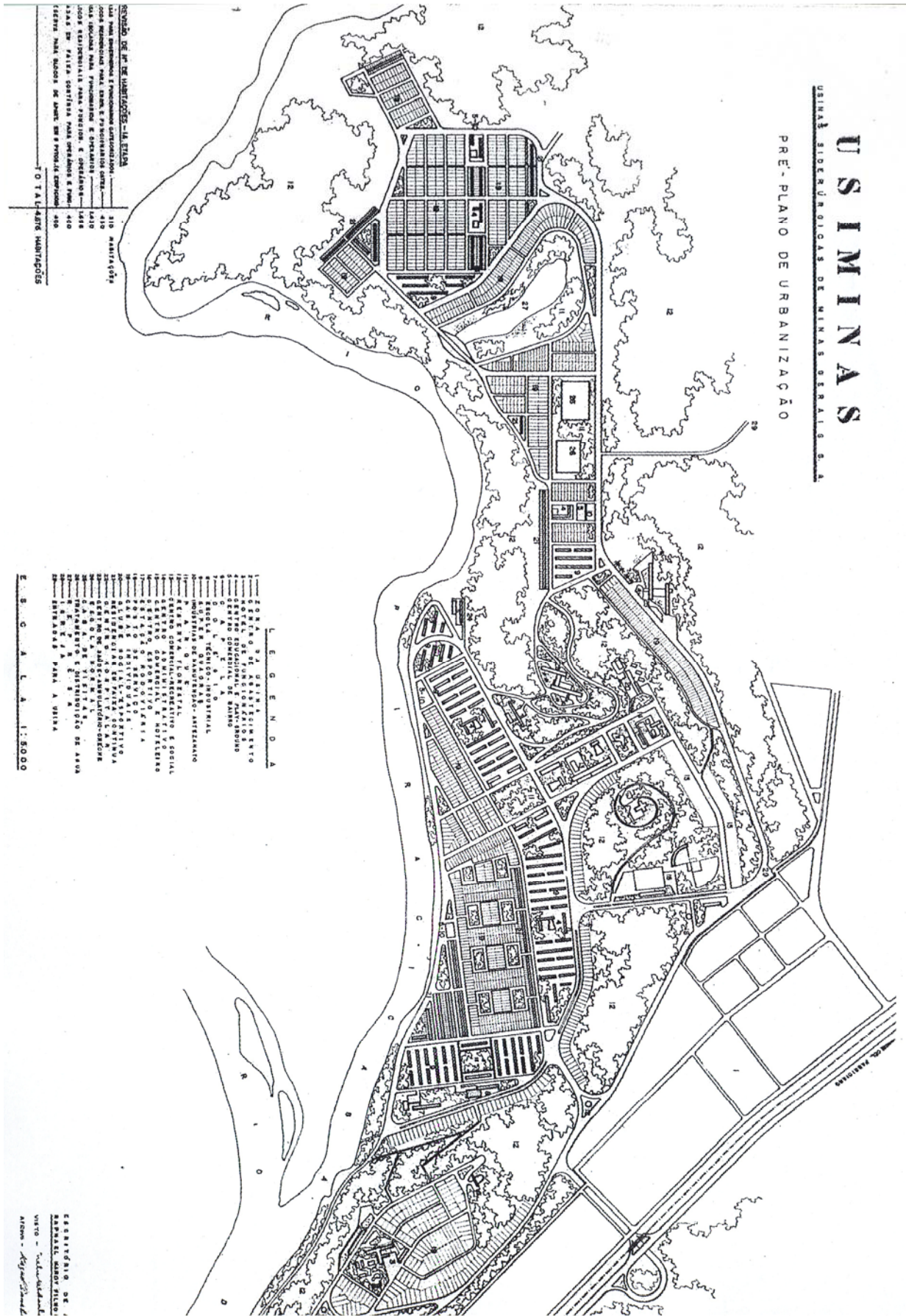


FIGURA 7 – Pré-Plano de Urbanização. Fonte: USIMINAS ,1990

que a existente hoje no local e a região indicada nesta planta corresponde aos atuais bairros Cariru, Castelo e o local de tratamento de água e o hospital. Houve, então, uma redução dos equipamentos propostos para esta área, eliminando-se o centro comunal e administrativo da vila bem como as residências próximas ao centro de tratamento de água. Percebe-se também que entre o bairro Cariru e a portaria da usina houve uma nova proposta de implantação da zona esportiva e da bancária/comercial.

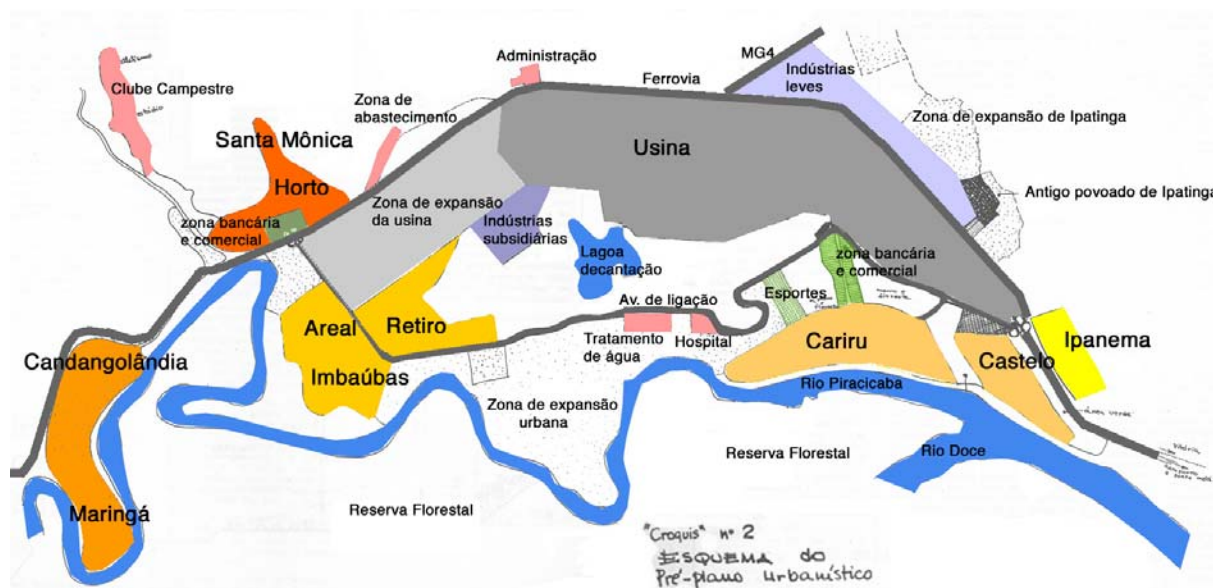


FIGURA 9 - Esquema do Pré-plano urbanístico.
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Hardy (1970).

Grande parte da vila-operária foi então implantada entre a margem esquerda do rio Piracicaba e a Usina e fizeram parte do plano inicial os seguintes bairros: Castelo, Cariru, Horto, Santa Mônica, Bom Retiro, Areal, Imbaúbas, Vila Ipanema, Candangolândia, Maringá. Embora não tenham sido encontrados registros documentais referentes ao período de construção da vila, entre 1958 e 1962, supõe-se que estes estudos iniciais tenham sido detalhados para a execução das habitações e de toda a infra-estrutura necessária para uma cidade.

Pode-se dizer que o pré-plano da vila-operária de 1958 foi o embrião das demais propostas habitacionais da Usiminas e teve como objetivo gerar, com recursos próprios, todo o suporte habitacional e urbano para viabilizar a inauguração e funcionamento da indústria em 1962. Em 1964, o distrito de Ipatinga que pertencia a Coronel Fabriciano torna-se cidade, ficando apenas os bairros Candangolândia e Maringá fora dos seus limites, em Fabriciano, mas ainda sob controle da Usiminas.

Logo após os primeiros anos de funcionamento da Usina, a empresa, que já necessitava planejar e construir novas moradias decide, em 1965, providenciar oficialmente seu primeiro plano habitacional que ficou a cargo do arquiteto Raphael Hardy Filho³⁴. Segundo consta neste documento, a Vila-Operária a esta época possuía “[...] em sua maioria 3.460 moradias e também 351 em final construção e mais 100 com construção iniciada. Este total é distribuído entre casas individuais (3.232 unidades) e apartamentos (228 unidades)” (USIMINAS,1965:[s.p]).

Por este perfil percebe-se que ainda não havia sido construído o número de moradias indicado para a primeira fase de produção da indústria e que, de acordo com as necessidades de produção para fins de 1965 e início de 1966, haveria de se programar a construção de novas moradias para suprir o déficit habitacional. Ao mesmo tempo, certos de que a Usiminas não mais teria condições de arcar com todas as despesas como vinha fazendo desde 58, o plano buscou aliar as necessidades da empresa às oportunidades de financiamento que se tornavam possíveis com o plano nacional de habitação instituído pela lei 4380 em 1964, dando origem ao Banco Nacional de Habitação (BNH).

Foi então por meio do BNH que foi feito o programa de venda das moradias existentes, com prestações de baixo valor, aos funcionários da empresa e a construção de novas habitações. Segundo o plano de Hardy, possibilitar a casa própria ao cidadão significaria lhe dar dignidade, possibilitar liberdade pessoal e segurança como garantia de subsistência (USIMINAS,1965). A partir deste plano foram também liberadas reformas nas residências-tipo, desde que aprovadas pela Usiminas.

Desta forma, a empresa estaria beneficiando seu empregado e aos poucos se ausentando da responsabilidade de financiamento das novas obras e se voltando cada vez mais para a sua função primordial que é a produção de aço. “[...] é importante que se tenha em mente que a USIMINAS não é uma empresa imobiliária e nem, tampouco, uma sociedade beneficente – ela é, sim, uma organização industrial destinada à produção de bens econômicos” (USIMINAS,1965:[s.p]).

Entretanto, a USIMINAS ainda mantinha o total controle do processo de crescimento urbano de seu núcleo habitacional, como aponta Hardy “[...] a cidade operária será um grande

³⁴ O arquiteto Raphael Hardy Filho, co-autor do projeto da vila-operária, tornou-se também o arquiteto consultor da USIMINAS para assuntos de arquitetura e urbanismo. Marcelo Bhering deixou em 1960 a supervisão da equipe que acompanhava o desenvolvimento e a execução de planos para a cidade. Hardy, com isto produziu documentos sobre a construção de Ipatinga e foi também o responsável pelo plano habitacional da USIMINAS, feito em 1965.

condomínio horizontal do qual o grande síndico será o organismo apropriado da empresa, o seu Departamento de Habitação e Urbanismo” (USIMINAS,1965:[s.p]).

Neste intuito, foi incluído ao programa habitacional de 65 um plano diretor criando normas de urbanismo e regulamento de obras (ANEXO B). As normas de urbanismo abrangeram cada área pertencente a Usiminas, com indicação do uso do solo, a densidade populacional e dimensão de vias, definido os critérios de zoneamento.

A setorização deve conduzir sempre ao estabelecimento das diferentes zonas de uso ou seja, ao “zoneamento espacial”, dando como resultado o organismo dos setores residenciais diferenciados, dos setores de comércio, indústria, de saúde, de recreação, de educação, ou ainda de atividades rurais (USIMINAS,1965:[s.p])

E o regulamento de obras estabelecia os parâmetros construtivos para realizar qualquer construção³⁵. Desta forma, o Departamento de Habitação e Urbanismo (UDH), dentro da área da Usiminas fazia o papel da prefeitura, se responsabilizando pela aprovação de qualquer projeto a ser construído.

Registros documentais e fotográficos dos primeiros bairros criados faziam também parte do plano de 1965. Dentre estes se destacam fotos do conjunto de cada bairro que havia sido construído até então (FIG 10 a 16), as plantas e fotos dos principais equipamentos urbanos e de cada tipologia de moradia projetada. Entretanto, estas informações ainda não eram suficientes para caracterizar a configuração urbana que se formava. Sendo assim, buscou-se, por meio de entrevistas com profissionais³⁶ vinculados aos primeiros anos do planejamento urbano da cidade, resgatar e complementar preciosas informações históricas:

³⁵ Foram definidos o pé-direito e dimensões mínimas de cada cômodo e suas aberturas como forma de garantir a insolação, iluminação e ventilação das construções.

³⁶ As informações referentes aos bairros foram obtidas através de entrevistas com os seguintes profissionais: engenheira Maria Emília Valadares Rocha, coordenadora do segundo “Plano habitacional USIMINAS”, fundado em 1973, o arquiteto Joany Machado, consultor da equipe do segundo “Plano habitacional USIMINAS”, entre 1974-81 e o arquiteto Ronaldo Marques: ex- arquiteto da USIMINAS e atual Chefe do Departamento de Controle e Uso do Solo (DECS), na Prefeitura de Ipatinga (ROCHA, 2004; MACHADO, 2004; MARQUES, 2004, 2005). Já os dados referentes as fases de ocupação dos bairros e de seu desenho urbano foram obtidos em plantas e planos urbanísticos encontrados na prefeitura, tendo como referência as plantas contidas nos documentos do Programa Cura (IPATINGA..., [197-]), da proposta de Plano Diretor (IPATINGA...,1991) e na mapoteca vital do Departamento de Geoprocessamento da prefeitura de Ipatinga.

CASTELO:

FIGURA 10: Bairro Castelo.
Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos quadros superiores e chefias. Foi o bairro que ficou mais isolado dos demais, localizado no alto de um morro. Não foi projetado com nenhum equipamento de saúde, educação comércio e não é dotado de serviço de transporte coletivo. Neste local também foi projetado o Grande Hotel Ipatinga, para abrigar visitantes e funcionários externos, que ocupavam altos cargos. Próximo ao Hotel, foi construído um clube social. Apesar do Castelo não ter obtido a autonomia desejada em uma UV, ele está bem próximo ao centro comercial do bairro Cariru.

Fases de ocupação: primeira fase até 1962; segunda fase após 1973.

Desenho urbano: malha retangular de quadras compridas e largas, com lotes grandes, apenas uma pequena praça.

CARIRU:

FIGURA 11: Bairro Cariru.
Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos funcionários intermediários (especialistas e técnicos operadores). MACHADO(2004) considera este bairro o mais famoso do plano, por ser o mais autônomo, construído com posto de saúde, escolas, cinema, comércio, clubes sociais e oscilar entre o modernismo da Carta de Atenas e o conceito de cidade Jardim de Ebenezer Howard.

Fases de ocupação: primeira fase até 1962; segunda fase até 1967; terceira fase depois de 1973.

Desenho urbano: quadras de diversos tamanhos e formatos, com pequenas praças em seu interior.

HORTO E SANTA MÔNICA:

FIGURA 12: Bairros Horto e Santa Mônica. Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos funcionários intermediários (especialistas e técnico operadores). Foram os únicos bairros que não foram implantados entre a área da Usina e o rio Piracicaba. No princípio, o Horto serviu de apoio para os funcionários de todas categorias, inclusive chefias, pois os demais bairros ainda estavam sendo construídos. Ali era onde a Vila-Operária tinha o centro comercial mais forte e onde foi construída a primeira igreja católica, além de contar com uma escola e um setor destinado a clínicas médicas. Na parte do Santa Mônica foram construídos alojamentos geminados e um refeitório.

Fase de ocupação: até 1962 praticamente todos os dois bairros haviam se formado.

Desenho urbano: quadras retangulares e compridas. Possui algumas pequenas praças no seu interior.

BOM RETIRO:

FIGURA 13: Bairro Bom Retiro. Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos técnicos operadores. Projetado com escola e uma unidade de saúde localizada entre ele e os bairros vizinhos, Areal e Imbaúbas. Uma zona comercial se formou com a construção da Avenida Fernando de Noronha que interliga o bairro com os vizinhos.

Fase de ocupação: primeira fase até 1962: uma pequena parte bairro; segunda fase até 1967: a parte maior do bairro; terceira fase após 1973: o restante.

Desenho urbano: a maioria das quadras retangulares compridas com ruas paralelas. Uma parte do bairro possui quadras “cul-de-sac”. Apenas duas praças no seu interior.

AREAL E IMBAÚBAS:

FIGURA 14: Bairros Areal e Imbaúbas. Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos técnicos operadores. Estes bairros começaram a ser ocupados posteriormente aos demais. Foram projetados para receber escolas e um centro social, hoje área do Sesi. A unidade de saúde e o centro comercial eram os mesmos que serviam ao Bom Retiro. Na verdade, pode-se considerar que, ao longo do processo de ocupação, os bairros Areal, Imbaúbas e Bom Retiro acabaram se encontrando e configurando uma única unidade de vizinhança.

Fase de ocupação: primeira fase até 1967: quase todo o Imbaúbas e parte do Areal; segunda fase após 1973: o restante dos dois bairros.

Desenho urbano: quadras retangulares compridas com ruas paralelas. Há apenas uma praça no bairro Areal e outra no bairro Imbaúbas.

VILA IPANEMA:

FIGURA 15: Bairro Vila Ipanema. Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos técnicos operadores. Foi projetado com um centro social, hoje área do Sesi, escola, centro comercial e posto de saúde.

Fase de ocupação: primeira fase até 1962; segunda fase até 1967, terceira fase até 1973.

Desenho urbano: quadras retangulares compridas. Possui algumas pequenas praças no seu interior.

CANDANGOLÂNDIA E MARINGÁ:

FIGURA 16: Bairros Candangolândia e Maringá. Fonte: USIMINAS, 1965.

Descrição: destinado aos técnicos operadores e aos operários para a construção da cidade. Desde o início, houve a necessidade de acampamentos para os operários que trabalhavam na construção da cidade. No plano inicial, estes bairros foram destinados para abrigar moradias provisórias, feitas de madeira e, posteriormente, eles receberam uma reformulação de natureza técnica recebendo infra-estrutura para se tornarem bairros permanentes. Foram projetados uma escola para o Candangolândia e outra para o Maringá, um centro social no limite entre os dois bairros e uma unidade de saúde. Estes bairros atualmente formam um só que passou a ser chamado de Amaro Lanari, pertencente à Coronel Facriciano. Devido ao fato deste bairro estar fora dos limites de Ipatinga não foram encontrados na prefeitura os dados referentes às fases de ocupação e desenho urbano.

Como visto, os primeiros bairros da Vila-Operária foram, aos poucos, se expandindo para suprir o déficit de 2291 moradias, de acordo com o plano habitacional, USIMINAS (1965), e em muitos casos já contando com os sistema de financiamento do BNH.

Ainda em decorrência do plano habitacional de 1965 foi viabilizado, em 1966, o convênio entre o Banco Nacional de Habitação, a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB-MG), a Usiminas e a Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos de Material Elétrico de Ipatinga (COHATRAMI). Entretanto, este convênio não pode ser atendido em sua totalidade, devido a modificações na linha de atuação do BNH, e “[...] só a Cohab teve condições de construir, em terreno cedido pela USIMINAS, a primeira etapa do Prato Raso com 200 moradias”, como está em USIMINAS (1976:11), que deu origem ao bairro Novo Cruzeiro.

Em 1975, foram construídas mais 300 moradias, completando, também pela COHAB, a segunda etapa do Prato Raso. Segundo Marques (2005), na época, este novo núcleo habitacional recebeu o nome de Contingente e foi construído no centro³⁷. Desta forma, o Novo Cruzeiro e o Contingente foram as duas primeiras intervenções da Usiminas do outro lado da ferrovia, sem contar com os bairros pioneiros Horto e Santa Mônica, em uma região que ultrapassava os limites daquela localizada entre o a área da Usina e o Rio Piracicaba.

Segundo Rocha (2004), após a constituição da USIMINAS Mecânica S.A (USIMEC), em 1970, a situação habitacional de Ipatinga tornou-se ainda mais crítica e as novas moradias feitas pelo “Prato Raso” não eram suficientes para cobrir o déficit habitacional.

³⁷ Hoje, o antigo povoado de Ipatinga e o Contingente formam o bairro Centro.

O grau de desenvolvimento alcançado pela vila-operária implantada pela USIMINAS conduzia à necessidade de uma avaliação dos seus aspectos urbanísticos, especialmente de ordem física, face ao propósito iminente de ampliar a oferta da moradia. As construções efetuadas em programações intermediárias estavam sendo insuficientes para o atendimento, tanto da demanda vegetativa quanto da motivada pelas expansões da Usina (USIMINAS, 1987:03).

Mesmo após o início das vendas das habitações, Machado (2004) considera que, até então, toda a vila-operária ainda era o “quintal da empresa” e a própria Usiminas neste momento queria se ausentar da responsabilidade de “síndica-proprietária”.

Desta forma, para dar continuidade a expansão urbana, a Usiminas criou uma superintendência habitacional com o intuito de viabilizar um novo programa habitacional e um plano diretor para as áreas a serem ocupadas. A superintendência montou uma equipe de engenheiros e arquitetos que se instalou em Belo Horizonte e promoveu, em 1973, uma concorrência Internacional para o “Plano habitacional USIMINAS/USIMEC”.

Foram convidados a participar desta concorrência os arquitetos: Lúcio Costa, Sérgio Bernardes e Maurício Roberto. Lúcio Costa não aceitou participar, ficando a decisão entre os dois últimos (MACHADO,2004). A proposta do arquiteto Maurício Roberto foi a escolhida e ao final do ano de 1975 eram iniciados os estudos propriamente ditos para plano.

Segundo Rocha (2004), o plano apresentado priorizava um sistema viário de integração, dando enfoque aos aspectos ambientais da região sendo este um dos primeiros planos no Brasil a contemplar o meio ambiente como prioridade no crescimento das cidades, servindo de exemplo para outros no estado de Minas Gerais. “Essa visão conjunta e permanente do físico com o ecológico deverá presidir todo o planejamento urbanístico que está sendo elaborado” (USIMINAS,1977:[sp]).

Foi o maior plano até então desenvolvido pela empresa, em que foi feita uma minuciosa análise da situação da cidade, apurando os resultados positivos e negativos decorrentes da configuração urbana formada, resultando em extensos volumes documentais. Características de cada bairro, índices de poluição e ruído foram estudados de forma a tentar conduzir um crescimento habitacional com um mínimo de impacto na região e com maior qualidade de vida, além de alertar para o fato de não se poder pensar mais a cidade em duas partes, uma pertencente a USIMINAS e a outra que cresceu mais espontaneamente.

[...] a mesclagem entre funcionários da USIMINAS e pessoas estranhas ao seu quadro funcional recomendado para qualquer agrupamento habitacional, além de criar o clima diversificado, ‘democrático’, indispensável à vida da cidade, minimizaria, ou mesmo permitiria anular, os subsídios que a USIMINAS é obrigada, hoje, a dispensar a fim de viabilizar economicamente seus empreendimentos habitacionais.

As proposições feitas para um novo tratamento urbanístico da cidade, embora extravasando os limites das áreas de propriedade da USIMINAS [...], visam a propiciar um crescimento paralelo e harmônico entre a Usina e a Cidade. Ipatinga e USIMINAS poderão ter no futuro vida cordial alegre e próspera (USIMINAS,1977:3).

Em 1977, o plano foi finalizado, trazendo algumas novas estratégias para o planejamento urbano, criticando a formação da cidade por unidades residenciais isoladas umas das outras. No entanto, este plano não se mostrava contra a formação de UVs auto-suficientes, mas sim delas estarem dispersas no território urbano:

A cidade não tem o aspecto de um aglomerado urbano normal e coeso (...) Os bairros resultaram dispersos, separados por morros e áreas livres, demasiado distantes um dos outros por morros, zonas livres, bairros residenciais onde a vida de relações se torna difícil (USIMINAS,1977:63).

Entretanto, muito do que foi exposto neste Plano para proporcionar a unificação social dos diversos bairros de Ipatinga não foi realizado e nem tão pouco se tem conhecimento de ter sido compartilhado com a prefeitura municipal. Segundo Rocha (2004), o resultado efetivo deste plano foi criar bases de informação para a elaboração de termos de referência para futuros loteamentos da USIMINAS.

Sendo assim, a superintendência habitacional colocava em licitação, quando necessário, o projeto para uma nova unidade de vizinhança (UV) que deveria utilizar as premissas contidas no termo de referência. Neste contexto, surgiram os bairros Bela Vista³⁸, o bairro das Águas, o Ideal e foi realizada um nova etapa de expansão em diversos bairros já formados da USIMINAS (Areal, Imbaúbas, Cariru, Castelo, Bom Retiro).

Segundo Rocha (2004), no início da década de 80, a superintendência foi desativada, pois a demanda maior da Usiminas por novas habitações havia cessado, já que a mecanização da indústria proporcionou uma redução no número de funcionários. A partir de então, a cidade passava a se desenvolver com maior independência da Usina. Isto, entretanto, significou um maior controle do mercado imobiliário sob a cidade (MACHADO, 2004).

Encontraram-se ainda, nos arquivos da USIMINAS, registros de programas urbanísticos posteriores, como o Plano Diretor para ocupação das áreas urbanas em Ipatinga e região adjacente de 1985 e uma nova fase do plano Habitacional de 1987 (USIMINAS, 1987). Entretanto, o núcleo urbano da vila-operária já estava consolidado.

³⁸ O bairro Bela Vista, por exemplo, foi projetado pelo arquiteto Joany Machado, consultor da Usiminas, financiado pelo BHN e executado por uma empreiteira licitada, de forma que os prédios e casas deveriam ser vendidos seguindo normas, também presentes no termo de referência, buscando controlar a especulação imobiliária (MACHADO, 2004).

4.3 Evolução urbana do núcleo “espontâneo” de Ipatinga e os planos urbanísticos para a cidade.

A formação do núcleo urbano de Ipatinga está atrelada a própria criação da Usiminas, já que antes da implantação da indústria, esta região era apenas um vilarejo com 60 casas e 300 habitantes (HARDY FILHO, 1970). Existiam no local apenas duas pequenas aglomerações, uma na parte que hoje é o centro e outra na região do Barra Alegre (FIG. 17).



FIGURA 17- Mapa com a divisão atual de bairros na cidade. Expansão para Norte e Noroeste da Vila-Operária. Fonte: IPATINGA..., [200-]a.

Desde a criação da USIMINAS, a região de Ipatinga tem sido um pólo de atração de pessoas em busca de oportunidades, seja na Indústria ou nas atividades de serviços e comércio. Como visto, a Usiminas se encarregava de oferecer moradias à população por ela calculada, incluindo aí as pessoas que trabalhavam em outras atividades. Havia, porém, sempre um crescimento populacional que não era absorvido por seus núcleos planejados

(MONTE-MOR,2004). Desta forma, ao longo do tempo, paralelamente ao crescimento da Vila-Operária, acontecia o crescimento da cidade “espontânea”.

Pode-se dizer que a primeira nucleação que se formou, juntamente com a criação da Usiminas foi a do Bom Jardim, ver FIG. 17, que teve seu assentamento iniciado nos anos de 1960/61. Sem um controle maior da Usiminas e fora do perímetro de seus terrenos, o crescimento urbano ocorria de acordo com o mercado imobiliário, com forte tendência a especulação, induzindo a “um parcelamento e ocupação da área à revelia de qualquer orientação e controle do Poder Público” (IPATINGA..., [197-]:[sp]).

A falta de recursos da prefeitura de Ipatinga, principalmente durante o período de 1958/67 foi um fator que prejudicou ainda mais a participação da Prefeitura Municipal de Ipatinga (PMI) no desenvolvimento da cidade, não conseguindo acompanhar seu processo de urbanização³⁹. Diante da fragilidade do poder público, a Usiminas continuou arcando com grande parte da infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos necessários a seus bairros, enquanto que do outro lado pouco se fazia para se administrar o crescimento urbano principalmente em locais inadequados, o que aumentava ainda mais a diferença existente entre as duas partes da cidade.

Durante os anos 1962/67, ao mesmo tempo em que se programava a expansão habitacional da Usiminas com o plano de 65, acontecia a expansão dos núcleos urbanos pioneiros da área “espontânea” - o centro e o Bom Jardim - além da formação do bairro Iguaçu.

Com o aumento da produção da indústria e a criação da Usimec, na década de 70, e conseqüente crescimento das atividades terciárias (comércio e serviços), ocorreu um intenso fluxo migratório para Ipatinga e para cidades vizinhas de pessoas em busca de emprego. A fronteira urbana de Ipatinga expande-se vertiginosamente e como o terreno na parte central era mais valorizado, os novos loteamentos se distanciaram avançando na direção Noroeste e Norte. Foram então formados os bairros: Esperança, Canaã, Vila Celeste, Jardim Panorama, Veneza, Bethânea e expandidos os Bairros Iguaçu e Canaãzinho, FIG.17)

A população de baixa renda foi se instalando prioritariamente no Bom Jardim, em algumas áreas do bairro Veneza, nos bairros Vila Formosa e Limoreiro (bairros que avançaram mais

³⁹ Praticamente durante os primeiros dez anos desde a formação da vila-operária em 1958, a prefeitura de Ipatinga não tinha recursos para investir na urbanização da cidade. Foi apenas a partir de 1967, quando o governo Federal passa então a privilegiar municípios que abrigam empresas que contribuem com o ICM (imposto sobre circulação de mercadorias), que o poder público passa a atuar, mas ainda de forma muito precária, visto a atuação da USIMINAS dentro dos limites da vila e a velocidade com que a cidade crescia fora dos seus limites.

a noroeste, após o Esperança) e em locais irregulares como o “Morro do Querozene”, no Vila Celeste e na “Rua do Buraco”⁴⁰, próximo ao centro a às margens do Ipanema.

Como visto na FIG. 17, praticamente quase todos os bairros e loteamentos que fazem parte da cidade hoje foram formados até o final da década de 70, sendo necessário que a prefeitura de Ipatinga passasse a ser mais atuante e assumisse os serviços urbanos, tais como abastecimento de água e manutenção de esgotos, inclusive dentro da vila-operária. Assim, ao mesmo tempo em que a Usiminas se preocupava em disciplinar o crescimento de sua área urbana, com o plano Habitacional USIMINAS/USIMEC de 1975/77, foi desenvolvido, a partir de 1976, o Programa CURA⁴¹ pela prefeitura municipal.

Pode-se dizer que o Programa CURA foi a maior intervenção urbana feita pela prefeitura em Ipatinga até os dias atuais e que tinha como objetivo principal eliminar a dualidade Usiminas/Ipatinga “espontânea” e promover a “[...] integração social, física e afetiva das duas Ipatingas numa cidade única” (IPATINGA..., [197-]:[sp]). A estratégia do programa era basicamente detectar os principais entraves para a articulação da cidade como um todo e por meio de reestruturação de ordem física e espacial tentar reverter esta situação, o que de certa forma coincidia com as idéias apresentadas por Maurício Roberto, no plano Habitacional USIMINAS/USIMEC (USIMINAS, 1977).

Segundo os estudos realizados para este programa, devido especulação imobiliária feita sobre determinadas áreas e barreiras naturais à ocupação (morros e córregos), a cidade “espontânea” também se desenvolvia de maneira fragmentada, destacando-se na cidade quatros núcleos isolados:

Em primeiro plano o Centro, com maior densidade; em seguida Bairro Iguaçu, despontando com vocação de centro terciário a nível urbano; segue-se o braço formado pelos bairros Bom Jardim e Esperança; e, finalmente, o conjunto integrado pelos bairros Canaã, Vila Celeste, Canaãzinho e Bethânia, de maior extensão territorial e acelerado processo de adensamento. (IPATINGA..., [197-]:[sp])

Embora estes núcleos não fizessem parte da área planejada pela USIMINAS, desde o princípio, eles foram crescendo, mantendo certa autonomia em relação aos demais e de

⁴⁰ A rua do comércio era praticamente o que existia anteriormente na região central e era um ponto de concentração de pessoas que vinham de fora. Aos poucos ela foi se afirmando como um pólo comercial de Ipatinga, entretanto, devido ao rápido crescimento da cidade, muitos imigrantes passaram a se instalar nas suas redondezas, as margens do ribeirão Ipanema. A aglomeração irregular neste local passou então a se chamar de “Rua do Buraco”. (PMI, 2000)

⁴¹ O Programa CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) foi iniciado em 1973 pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) com o objetivo de recuperar áreas urbanas degradadas. Em 76, na gestão do prefeito Lamego, houve, então, uma linha de financiamento para o Programa CURA, em Ipatinga. O primeiro, no estado, havia sido realizado em Contagem (1973-74), na gestão do Newton Cardoso (BRANCO,2005).

certa forma reproduzindo o conceito de Unidade de Vizinhança da Vila-Operária: “[...] a distância entre eles contribuiu para que em todos se desenvolvessem atividades de serviços que, embora de porte reduzido, lhes conferem um certo grau de autonomia”(IPATINGA..., [197-]: [sp]).

As principais barreiras físicas então diagnosticadas pelos estudos do CURA em Ipatinga [197-]) e da USIMINAS (1977) para a integração da cidade foram: o complexo industrial da Usiminas, as vias (ferrovias e rodovias) que cortavam a cidade, o ribeirão Ipanema e os morros presentes e inadequados à ocupação residencial.

A proposta do programa partiu, então, do princípio de que toda área desarticuladora tinha um grande potencial de articular as partes segregadas. Neste sentido, o grande desarticulador da cidade que era o Vale do Ribeirão Ipanema poderia ser o pólo de atração de pessoas e fazer a articulação entre as duas partes da cidade. Foi então por meio desta proposta que foi construído o Parque Ipanema, linearmente ao longo do ribeirão Ipanema.

Outras intervenções como a reestruturação do sistema viário local, de maneira mais independente do sistema rodoviário estadual, buscando conectar os quatro núcleos da cidade e as melhorias de infra-estrutura mais especificamente aos bairros Esperança e Bom Jardim foram também realizações deste programa. De certa forma, as intervenções feitas tiveram um resultado positivo, principalmente porque a cidade passou a ter um local público de encontro bem na região central de referência para toda a população de Ipatinga.

O Programa CURA estava também vinculado ao plano regional: “Plano de Desenvolvimento integrado do Aglomerado Urbano do Vale do Aço” (PDI do vale do aço), trabalho executado a partir do convênio firmado em 1976 entre o governo do estado de Minas Gerais, os municípios de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, as empresas Usiminas, Acesita e a fundação João Pinheiro (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1978).

Não somente Ipatinga, mas toda a região adjacente formava um grande pólo industrial do país. Por isto este plano procurou consolidar a estrutura administrativa e legislação urbana de ocupação e uso do solo de cada município em questão com o objetivo de administrar os impactos do crescimento da região como um todo.

Posada (1991) diz que, durante a década de 80, os loteamentos existentes na cidade de Ipatinga se expandiram e a ocupação irregular acontecia a revelia, pois não havia instrumentos legais de controle e uso do solo. Apesar de algumas iniciativas para formular legislação urbana para futuras expansões, foi somente em 1991, que a prefeitura apresentou a sua primeira proposta de Plano Diretor que, no entanto, não foi aprovada.

Assim, sem maior controle, a situação da “Rua do Buraco” às margens do ribeirão Ipanema se tornava crítica sempre em épocas de chuvas, quando este transbordava. Apenas em 1995/96, com projeto Novo Centro⁴², a PMI tomou providências, optando por remover a população do local e realocá-la em áreas mais periféricas. Foi neste contexto que surgiu o bairro Planalto II, projetado pela prefeitura para abrigar 600 casas que foram contruídas através do regime de mutirão em autogestão (IPATINGA..., [200-]b)

Até hoje o município não possui Plano Diretor e atualmente a prefeitura está trabalhando em uma nova proposta para que a cidade consiga atender ao estatuto da cidade⁴³. Entretanto, mesmo não tendo sido aprovada, algumas realizações da PMI tem buscado atender as diretrizes estabelecidas na proposta do plano de 1991, como foi o caso e de sua última maior realização na cidade, em 2003, voltada para o tratamento de fundo de vale e de esgoto (FERREIRA, 2005).

O que se percebe é que os planos urbanísticos, feitos a partir do “boom” populacional de 70, passaram a ver a importância de se considerar a cidade de Ipatinga como um todo e amenizar a separação física e social existente entre os bairros da Vila-Operária e o restante da cidade. Na visão de Machado (2004), o plano do arquiteto Hardy Filho foi bem executado e influenciou a política habitacional da USIMINAS posterior a ele. Entretanto, Machado (2004) considera ainda que esta empresa, ao escolher o local da Usina e das habitações, não deu a devida atenção aos fatores ambientais e humanos, em detrimento do técnico.

Segundo Marques (2004) a característica da cidade mudou ao longo dos anos, não tendo somente o caráter industrial que deu origem a sua construção. Ipatinga alterou muito quando começou o desenvolvimento de setores de serviços e atualmente está ganhando um novo caráter com o surgimento de universidades na região, atividade que se mostra com grande poder de atratividade populacional, o que induz a especulação imobiliária em determinadas regiões da cidade⁴⁴.

Entretanto, apesar de todos os problemas e das críticas quanto ao isolamento dos bairros, Marques (2004) afirma que a política da prefeitura, tanto atual como das anteriores, vem

⁴² O projeto do Novo Centro fazia parte do Programa de Saneamento Ambiental, organização e modernização dos municípios (SOMMA), com financiamento do Banco Mundial e Governo do Estado através do BDMG. (IPATINGA, [200-]b)

⁴³ O estatuto da cidade estabelece o prazo de até o final de 2006 para que todos os municípios brasileiros tenham um plano diretor (ESTATUTO..., 2002).

⁴⁴ Marques (2004) acompanha este processo de modificação de cidade e mostra-se preocupado com a especulação imobiliária que está sendo feita na parte planejada da cidade. Segundo ele, o bairro Cariru, atualmente, já conta com a proteção provisória da legislação que impede a construção de edifícios maiores de três pavimentos. Entretanto os demais bairros estão ainda sem um plano para a sua expansão, o que deve ser abordado no plano Diretor, em desenvolvimento. O bairro Bom Retiro, por exemplo, abriga hoje uma comunidade de estudantes que cresce a cada dia e sofre uma forte pressão imobiliária para a sua verticalização.

sendo de tornar a cidade “espontânea” “tão boa e organizada” quanto à parte planejada pela USIMINAS. Sua visão é de que a população vê qualidades na organização espacial e infraestrutura desta parte da cidade, já que, segundo ele, nesta região poucas intervenções foram feitas na configuração urbana, se comparado com o restante da cidade.

4.4 Cidade Jardim, Cidade Industrial, Cidade modernista e o caso “Ipatinga”

Na época da elaboração do plano para a Vila-Operária da USIMINAS, Raphael Hardy Filho⁴⁵ tinha conhecimento das teorias modernistas desenvolvidas até então no cenário mundial e nacional, como pode ser observado por meio de seus escritos com relação à arquitetura e urbanismo. Por este motivo não se pode descartar a forte influência destas teorias na sua formação profissional e no plano da vila operária de Ipatinga. Ele acreditava que para planejar a arquitetura e o urbanismo, deveríamos seguir “[...] um complexo de parâmetros ou cânones de medidas adequadamente estabelecidos de forma a permitir e proteger o desenvolvimento da vida e do progresso humanos” (HARDY, FILHO, 1965: 6). Nesta secção, busca-se aprofundar a análise da vila-operária em um estudo comparativo com os preceitos modernistas da Carta de Atenas, resgatando também conceitos anteriores de Cidade-Jardim, desenvolvido por Ebenezer Howard e da Cidade Industrial de Tony Garnier.

⁴⁵ Hardy havia se formado como arquiteto em 1938 pela recente Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, fundada em 1930 e acompanhava o movimento moderno de Minas Gerais desde o primeiro Salão de Arte Moderna em 1936, em Belo Horizonte (VIEIRA, 1986).

4.4.1 Três experiências do século XX: Ebenezer Howard, Tony Garnier e Le Corbusier

Ebenezer Howard idealizou a Cidade Jardim no final do século XIX, propondo formar cidades ideais auto-suficientes em meio à natureza, idéia que, vinda desde a Idade Média, havia também sido aplicada, em 1817, na cidade da harmonia de Robert Owen e, em 1822, nos falanstérios de Charles Fourier. Na verdade passava-se a ver “[...] o campo como lugar privilegiado para a instalação de cidades equilibradas, [...] empresários esclarecidos instalam suas fábricas com unidade de moradia, formando comunidades junto ao campo [...]” (OTTONI, 1996:39). A Cidade Jardim de Howard, neste sentido, com o crescimento da industrialização, buscava salvar a cidade do congestionamento e o campo do abandono, por meio de uma proposta de descentralização e dispersão planificada⁴⁶. “Howard reintroduziu o conceito grego de limite natural de crescimento para qualquer organismo ou organização, restabelecendo, ao mesmo tempo, a medida humana da nova imagem de cidade” (SANTA ROSA, 2002:[42]).

Este modelo de cidade ideal mostrava um modo de disciplinar o crescimento urbano seguindo um critério racional. Nos diagramas propostos para a cidade, a forma circular definia a sua expansão, ordenando desde a localização dos equipamentos na região central quanto a formação de novas Cidades Jardins, caso a cidade central ultrapassasse 30.000 habitantes. A idéia de Howard, apesar de não ter sido concretizada de acordo com seus diagramas, foi amplamente utilizada por urbanistas que o sucederam, influenciando o planejamento de cidades inglesas, bairros norte-americanos e outros no mundo todo, durante o século XX, inclusive no Brasil. Além dos cuidados sanitários relacionados à cidade, neste modelo começa-se a perceber o delineamento de critérios de zoneamento de acordo com a função, agregando qualidade ambiental e baixo custo ao alojamento.

⁴⁶ A idéia desta cidade foi representada por um círculo dividido por seis setores, delimitados por bulevares arborizados que partindo do centro vão até o perímetro externo. No núcleo do círculo se localiza a sede da municipalidade com “salas para concerto e conferências, o teatro, a biblioteca, o museu, a galeria de arte e o hospital” (HOWARD, 1996:115). Envolvendo este núcleo está um grande Parque Central, delimitado pelo “Palácio de Cristal”, composto por uma arcada de vidro que recebe a população de toda a cidade e que pode ser usado pelo público como abrigo ou jardim de inverno. Deste ponto até ao anel extremo da cidade encontram-se as vias circulares que dão acesso às residências, dispostas em lotes de no mínimo 6,10m x 30,5m. Na parte mais periférica localizam-se as fábricas, serviços e estabelecimentos para abastecimento alimentar. O conjunto todo é definido para no máximo 30.000 habitantes e é rodeado pela linha férrea. No caso de uma expansão da cidade ela aconteceria até atingir no máximo 58.000 habitantes e depois partiria para a formação de novas cidades-jardins, cada uma localizada seguindo a extensão das seis divisões do círculo interno. Howard chamou esta ordenação do crescimento da cidade de “constelação de cidades”. (HOWARD, 1996)

Entretanto, apesar do controle da autoridade municipal na construção das residências, não se estimulava, ainda, a padronização das residências.

Tony Garnier, em 1904, apresentou uma proposta de Cidade Industrial hipotética⁴⁷ que utilizava também o princípio de zoneamento de elementos, dentro e fora dela. Fora da cidade, os hospitais e as fábricas ficavam isolados de forma a crescerem independentemente. Dentro dela, o sistema socialista proporcionava a todos o direito de participar ativamente da vida na cidade⁴⁸, resgatando, em seu centro, o conceito de ágora grega, simbolizado pelo edifício de reuniões e demais equipamentos culturais e administrativos. Tipologias e padronização de moradias de acordo com critérios de iluminação e ventilação; áreas verdes permeando as construções; parâmetros para ocupação do solo, definindo porcentagem do terreno a ser ocupada; rede de ruas paralelas e perpendiculares, organizadas conforme hierarquia de sistema viário e o uso de novos materiais eram pontos suscitados na elaboração de uma cidade industrial.

Tanto o modelo de Cidade Jardim como o de Cidade Industrial tinham densidade baixa e localizavam a indústria fora da cidade. A diferença é que na Cidade-Jardim a indústria era de porte médio e não tinha uma influência tão forte na economia quanto à cidade de Garnier, que era sustentada e voltada para a indústria pesada, de preferência a metalúrgica. Desta forma, Garnier estava consciente que a Cidade Industrial deveria justapor o espaço do trabalho aos espaços do excedente, poder e festa que Lefévre (1969) considerava ser parte substancial de uma cidade e capaz de interagir os valores de uso e de troca.

Entretanto, foi Le Corbusier que, no século XX, construiu fundamentos teóricos mais elaborados. Traduzir o modo de vida dos habitantes da era industrial por meio de regras que refletiam diretamente na organização espacial da cidade foi um desejo de Le Corbusier, ao idealizar suas teorias urbanísticas. Desta forma, para estabelecer parâmetros urbanísticos, ele criava modelos de cidade em condições ideais e não reais.

Pode-se dizer que era por meio da abstração, traduzindo as necessidades da cidade em números, que Le Corbusier chegava à formulação de uma imagem integralmente trabalhada em todos os seus detalhes, afirma Colquhoun (2004), como pode ser visto nas propostas da Cidade Contemporânea e Cidade Radiosa.

⁴⁷ Para maiores detalhes ver Frampton (1997) e Choay (2002).

⁴⁸ Esta tentativa de Garnier na cidade industrial se identifica com que Lefévre (1969) diz a respeito ao direito à cidade.

Apesar das variações conceituais existentes entre estas duas propostas⁴⁹, Le Corbusier apostava sempre na geometria como um instrumento para a padronização e assentamento das habitações e no zoneamento como uma forma de organizar e separar as funções nas cidades. Tudo parecia ter o seu devido lugar e funcionar na mais perfeita harmonia. Seria como mudando-se a cidade fosse possível transformar a sociedade.

Le Corbusier (1946) reconheceu que cada tipo de assentamento humano⁵⁰ deveria ter uma configuração urbana compatível com a atividade principal desenvolvida. Para racionalizar a infra-estrutura das cidades ele desenvolveu também o conceito de Cidade Jardim vertical que conciliava altas densidades, por meio de edifícios verticais permeados por muita área verde.

Junto à indústria, a ocupação deveria acontecer linearmente a ela, acompanhando sua extensão e ligando as cidades radiocêntricas, tendo como opção de moradia tanto a Cidade Jardim horizontal quanto a vertical. Para os centros governamental, administrativo e de negócio a densidade de ocupação deveria ser aumentada, conservando, entretanto, um generoso afastamento entre as construções.

Pode-se dizer que o poder de síntese de Le Corbusier foi essencial na elaboração de verdadeiros tratados de arquitetura e urbanismo que exaltava a ordem, o ângulo reto, o uso da geometria, englobando, desde a unidade de habitação até os loteamentos e as vias de comunicação de uma cidade. Estes critérios de organização espacial influenciaram o pensamento urbano modernista que deu origem à Carta de Atenas.

Le Corbusier (1992:67) criava lemas, tais como: “Padrão em toda parte, uniformidade no detalhe.”, “O Urbanismo reclama uniformidade no detalhe e movimento no conjunto” (LE CORBUSIER, 1992:69), com o objetivo de construir uma cidade em que as unidades residenciais pudessem ser repetidas a baixo custo, articulando-as no espaço de forma a atingir as três matérias primas do Urbanismo, explicitadas na Carta de Atenas: sol, vegetação e o próprio espaço.

⁴⁹ Em 1922, Le Corbusier idealizou um modelo de Cidade Contemporânea para 3 milhões de habitantes. Seria uma cidade capitalista de elite, com o centro destinado para a administração e controle de suas atividades. Nesta cidade hierarquizada, conjugou-se a idéia de loteamentos fechados autônomos por um bloco perimetral (*Immeuble-Ville*), com loteamentos formando reentrâncias (*redents*), além de cidades jardins, em seu entorno, junto às indústrias. Em 1930, já com a concepção de Cidade Radiosa, Le Corbusier abandona o modelo urbano centralizado e o bloco perimetral. O zoneamento passa a se organizar em faixas e a idéia de reproduzir moradias em série, fugir da monotonia do quadriculado e da rua-corredor faz com que ele adote os loteamentos *redents* na zona residencial desta cidade. (FRAMPTON,1997)

⁵⁰ Para Le Corbusier os tipos de assentamento urbano podem ser classificados em unidade de produção agrícola, cidade industrial linear e a cidade radiocêntrica de caráter governamental, onde se destacam as artes e o comércio.

Entretanto, diferente dos modelos urbanos de Howard, Garnier e Le Corbusier, a Carta de Atenas não desenvolvia um modelo de cidade ideal, mas estabelecia princípios urbanísticos que buscavam equilibrar em leis as necessidades do coletivo e do individual. A carta, desta forma, resume as principais idéias para planejar uma cidade, dentro da concepção modernista, tendo em vista as quatro chaves do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear-se e circular. A estratégia era dar autonomia para cada função-chave e criar planos para cada um dos setores.

Percebe-se que muito do que foi proposto pelos primeiros urbanistas do século XX que tentaram resolver a problemática das cidades após a industrialização é utópico, pois considera que os arquitetos e urbanistas são capazes de eliminar os problemas existentes nas cidades e configurar uma nova organização social por meio de um projeto urbanístico. A busca do campo pela cidade-jardim, por exemplo, pode ser vista como referência ao paraíso, lugar aprazível. “Ambos, jardins e utopias combinam o que o imaginário humano busca em termos de mundos ideais e perfeitos” (SANTA ROSA, 2002:[9]).

4.4.2 Os conceitos da urbanística modernista internacional aplicados na Vila-Operária

O urbanismo de hoje ultrapassou a noção que se tinha de ser ele uma estreita e limitada ‘ciência’ dos planos de cidades para chegar a ser aquela de ser ele a ‘arte e a ciência da organização dos espaços’ [...] chegamos ao urbanismo humano, ao urbanismo destinado a satisfazer às necessidades básicas do ser humano tão bem definidas pela ‘Carta de Atenas’, isto é, as necessidades de habitar, circular, trabalhar e recrear o corpo e o espírito (HARDY FILHO, 1967:7).

Urbanismo porém, como já disse, não é somente o planejamento de novos bairros ou de novas cidades: é, também, ordenação e previsão. Ele, o urbanismo, é orientador e normativo, portanto (HARDY FILHO, 1967: 25)

Percebe-se que a proposta de Hardy de deixar uma cidade mais humana está atrelada à idéia de organizar o espaço como visto em experiências desenvolvidas por Howard, Garnier, Le Corbusier e nos preceitos urbanísticos da Carta de Atenas.

O ponto que mais se destaca no plano da Vila-Operária, envolvendo os preceitos modernistas, é a sua concepção voltada para Unidades de Vizinhança como definido por Hardy:

Bairro ou Unidade de Vizinhança é um grupo de residências abrangendo uma ou mais unidades residenciais, em torno de, no mínimo, um estabelecimento de ensino primário, além de outros equipamentos que polarizam a vida social de 1000 a 1200 famílias. Todo bairro deverá ser equipado com um centro de educação primária, recomendando-se a distância de máxima de 400 metros entre este centro e a habitação mais afastada (USIMINAS,1965:[sp]).

Diferente de Brasília, seu zoneamento não chega a propor uma área definida para ser o centro de negócios e comercial para a cidade e horizontalidade e auto-suficiência da Cidade Jardim de Howard neste caso é um ponto de maior destaque em Ipatinga.

Neste sentido, o conceito de Unidade de Vizinhança adotado na vila-operária é uma tentativa de satisfazer às necessidades de habitar, circular, trabalhar e recrear-se, como pode ser visto através da comparação dos critérios aplicados na vila com os abordados na Carta de Atenas.

Item **HABITAÇÃO:**

Promover a habitação foi o principal motivo da existência da Vila-Operária, em suporte à atividade industrial. A USIMINAS foi responsável pela elaboração, administração e execução de todo o plano das UVs. Neste caso, o poder público municipal foi substituído pela Indústria, uma parceria do governo e iniciativa privada, como “patrocinadora” do plano e proprietária das terras e habitações. A vontade da USIMINAS de criar uma cidade em que seus funcionários ficassem satisfeitos era imprescindível para o bom funcionamento da empresa e por isto ela a pensou como sua extensão⁵¹. A Indústria era a síndica-proprietária da vila e a Carta de Atenas um instrumento que poderia ajudá-la a atingir o seu objetivo de crescer administrando bem o núcleo urbano.

A cidade, definida então como uma unidade funcional, deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes, dispondo dos espaços e das uniões em que poderão inscrever-se, dentro do equilíbrio, as etapas de seu desenvolvimento. A cidade adquirirá o caráter de uma empresa estudada precocemente e submetida ao rigor de um planejamento geral (CARTA de Atenas,1964:103)

O caso da Vila-Operária da USIMINAS é significativo para se ter uma visão do que seria planejar uma cidade realmente como se ela fosse uma empresa. O que na carta de atenas foi uma comparação, no caso “Ipatinga” foi um fato. Ipatinga é hoje uma cidade pública que cresceu a partir de um núcleo urbano privativo da Indústria. A preocupação com o controle e a disciplina do crescimento da cidade, segundo Cascardo (2005) seria para evitar que houvesse especulação imobiliária e resguardar as boas condições de moradia a todas as UVs, independentemente da categoria de funcionário a que era destinada.

⁵¹ “O espaço urbano produzido pela indústria apresenta maior rigidez e controle pois que é uma extensão do espaço da produção da fábrica/usina” (MONTE-MÓR,2004).

Com este controle, a USIMINAS conseguia preservar as características do entorno de cada UV e promover um adensamento mais distribuído, observando a realidade local e procurando os terrenos em condições topográficas mais favoráveis, deixando as áreas de alta declividade sem ocupação.

A construção da vila-operária se baseou em números, número de produção, que definiu o cálculo de operários e moradias que nortearam o dimensionamento de toda a infra-estrutura e equipamentos da cidade. A tipificação das casas de acordo com a categoria dos funcionários foi desejada para que esta fosse reproduzida em série, em uma economia de tempo e investimento. Foi de certa forma aplicação concreta de uma abstração numérica, como a defendida por Le Corbusier. Era o funcionário-tipo que definia a casa-tipo, que, por sua vez, era inserida no bairro que havia sido projetado de acordo com a categoria de funcionário que iria abrigar.

Dessa maneira, a cidade corbusiana é um tipo de representação diagramática das propriedades da cidade moderna, como foi descrita pelo sociólogo alemão do século XIX Georg Simmel. Segundo Simmel, todas as relações da cidade moderna são abstratas e reduzidas à quantidade. O paradigma dessa abstração é o dinheiro, o meio pelo qual a diferença entre os objetos é reduzida à pura quantidade (COLQUHOUN,2004:113)

Entretanto a proposta habitacional para a vila-operária não seguiu a recomendação da Carta de Atenas em promover a verticalização como forma de aproveitar ao máximo a infra-estrutura a ser construída para a cidade optando em sua maioria por moradias unifamiliares⁵² (ver fotos do item 4.4.3.)

Nota-se que as habitações não foram alinhadas junto à rua, deixando um generoso afastamento frontal. Segundo Hardy no documento da USIMINAS (1958), se tentou evitar o empilhamento de pessoas. As UVs podem então ser interpretadas como pequenas cidades-jardins horizontais, onde o conceito de limite de crescimento de Howard foi aplicado com a delimitação de cada UV por uma área verde desocupada.

Entretanto, no bairro Cariru, a necessidade de um número maior de moradia e a falta de espaço em condições topográficas favoráveis impediu que a ocupação fosse somente horizontal e por residências individuais (ver FIG. do item 4.4.3). “Por este motivo adotamos uma solução mista de grandes quadras, onde se localizariam blocos de apartamentos com no máximo de 3 pavimentos, quadras estas conjugadas com quadras destinadas a habitações individuais” (HARDY FILHO,1958:2).

⁵² A exigência inicial da Usiminas de no mínimo 4000 casas isoladas foi um dos motivos que fez com que os arquitetos adotassem poucas habitações coletivas verticais (USIMINAS,1958).

Desta forma, a proposta dos espaços verdes desocupados e a padronização das moradias seria um modo de conciliar um custo mais baixo na construção da vila com a vontade de se criar um espaço agradável de viver. Neste contexto, a idéia da moradia-tipo de Le Corbusier era perfeitamente desejável para a construção das habitações e o conceito de cidade-jardim como referência a um lugar perfeito (SANTA ROSA, 2002).

Depois de finalizados os dez bairros propostos inicialmente para a Vila-Operária, o bairro Cariru foi o que mais realmente conseguiu configurar uma UV, conjugando habitações coletivas e individuais em um desenho urbano que, juntamente com as praças, comércio, serviço, educação, lazer (clube e cinema), posto médico e a pouca presença de carros em seu interior, formaram uma grande área coletiva. (FIG. 18).

A padronização para a construção de cidades modernistas no caso das habitações para a vila da Usiminas se mostrou contrário ao gosto da população, já que assim que a Usiminas, a partir do plano de 65, começa a liberar, sob sua aprovação, reformas às residências-tipo propostas para as UVs, estas foram, aos poucos, sendo mudadas pelos próprios moradores. Estes queriam atribuir uma marca pessoal em meio à uniformidade proposta para o bairro. Howard (1996) em sua cidade jardim já alertava para a importância da municipalidade, apesar de exercer o controle na construção das residências, permitir e encorajar a expressão da preferência e gosto individuais.

Desta forma o que se tem em Ipatinga não pode ser considerado como uma aplicação dos preceitos somente da Carta de Atenas, mas que agregou o conceito de cidade jardim horizontal como defendido por Howard. O zoneamento aconteceu dentro de cada unidade de vizinhança projetada, tendo como referência fixa o trabalho industrial.

Item **RECREIO:**

Um dos aspectos mais deficientes da Vila-Operária desde a sua construção é com relação às opções de lazer. A vila foi construída tendo como opções de lazer, em cada UV pequenas praças no seu interior e clubes sociais-esportivos, além do clube da cidade, o Usipa.

Os clubes esportivos criados em cada bairro eram destinados aos funcionários da USIMINAS e não locais públicos. No princípio, como toda a Vila-Operária era uma grande propriedade particular da USIMINAS, este fato não causaria grandes problemas, pois todos os moradores teriam acesso aos clubes. Como hoje os bairros dentro da área da USIMINAS abrigam também aqueles que não trabalham na Usina e a cidade ganhou dimensões que ultrapassam os limites da Vila, estes clubes passaram a ser ilhas de lazer cujo acesso é

restrito aos sócios.

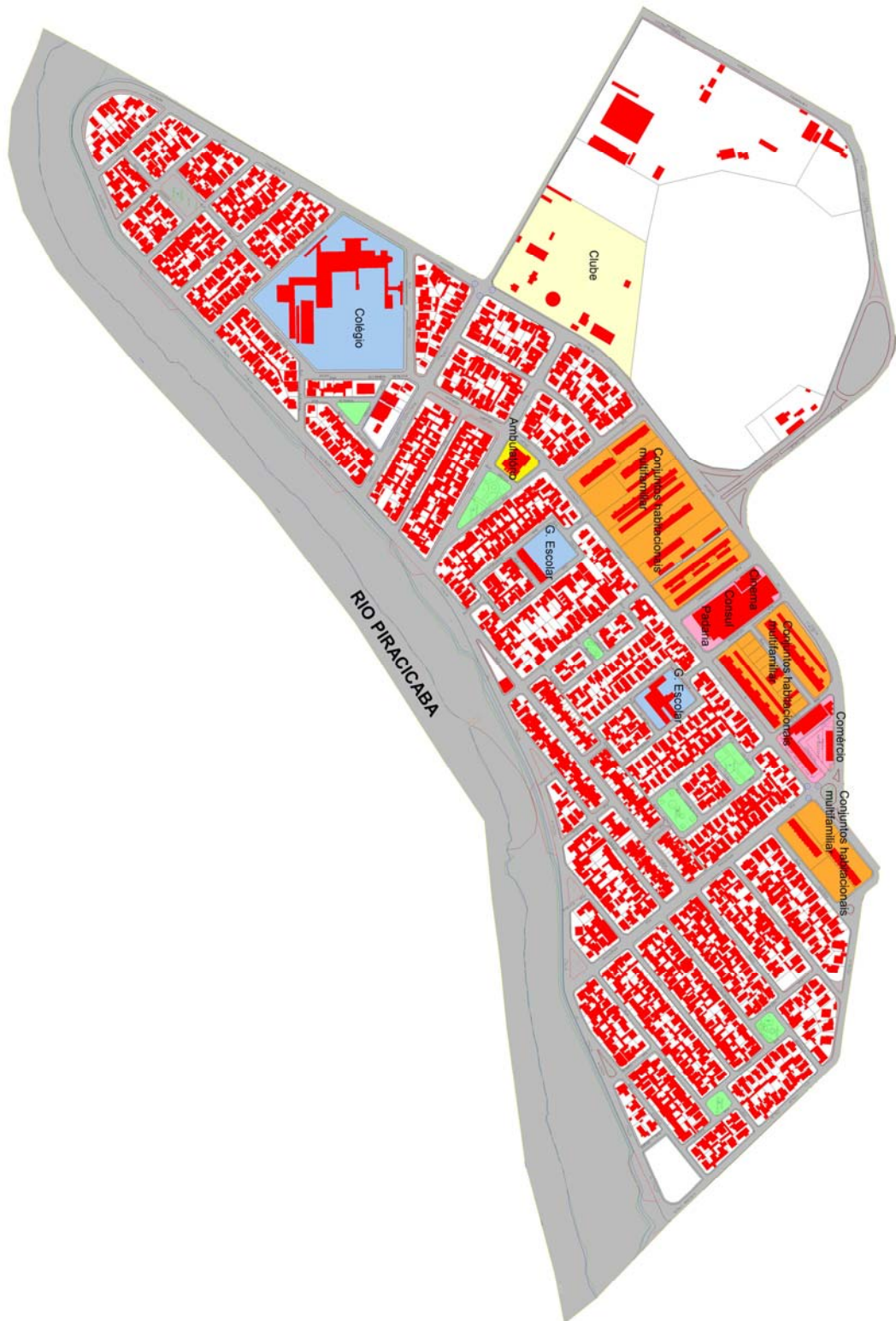


FIGURA 18- Mapa do bairro Cariru.

Fonte: Elaborado pela autora. Base Cartográfica cedida pela Prefeitura Municipal de Ipatinga

Caberia ao arquiteto e ao urbanista [...] lançar diretrizes de um planejamento urbano que [...] pudesse ser suficientemente flexível e dinâmico de modo a poder acompanhar toda a evolução, que se previa não só da indústria siderúrgica em si, mas, também, de todo o processo de desenvolvimento urbano social, econômico e demográfico que, fatalmente se deflagraria [...]. (HARDY FILHO, 1970:34).

Assim, desde o início, a cidade deveria ser projetada em termos de comunidade aberta em que, passada a fase inicial de construção e implantação, a livre iniciativa passasse a atuar cada vez com maior intensidade. (HARDY FILHO, 1970:38).

Desta forma, a proposta de Hardy em proporcionar que a vila-operária fosse aos poucos se desvincilhando da empresa e se tornando uma cidade mais independente foi prejudicada com a eliminação do plano inicial de algumas áreas públicas de lazer e convívio que poderiam vir a ser de usufruto não somente dos moradores de cada UV, mas dos moradores de todas as partes da cidade. A Vila-Operária de Ipatinga ofereceu aos seus funcionários toda a infra-estrutura para uma habitação “saudável”, se consideradas as matérias primas do urbanismo: sol, vegetação, espaço, segundo a Carta de Atenas (1964), mas não promoveu um local público de encontro.

Devido a questões de ordem econômica não se construiu o centro-comunitário, administrativo, ficando os esforços direcionados para resolver os aspectos operacionais necessários à Indústria. Como pôde ser observado no caso específico do bairro Cariru, juntamente com a redução de áreas destinadas às habitações e equipamentos urbanos, algumas áreas de lazer deste bairro foram então incorporadas na área da Usina, não sendo construídos um parque e uma represa que faziam parte dos estudos iniciais (ver figura 4).

Item **TRABALHO:**

O plano da cidade se baseou na dinâmica moradia-trabalho, isto é, moradia-porta de entrada da Usina de forma a favorecer o fácil acesso dos operários à indústria. Por esse motivo, era conveniente a implantação das habitações paralelas à Usina, de acordo com as recomendações da Carta de Atenas, quais sejam:

Que os setores industriais sejam independentes dos setores da Habitação, separados uns dos outros por uma superfície verde. [...] Sendo linear e não circular, poderá alinhar, à medida em que se for desenvolvendo, seu próprio sentir de habitação paralela a ela [...] A casa, então situada em pleno campo, estará completamente protegida dos ruídos e das poeiras, sem perder a proximidade do trabalho[...].(CARTA...,1964:66)

Entretanto, considera-se que a implantação da vila foi realizada muito próxima à indústria. Apesar das áreas verdes existentes entre a Usina e as Uvs, a distância deixada foi insuficiente para proteger a população da poluição.

Desta forma, a configuração urbana da Vila-Operária, sob a ótica da indústria como o local de trabalho, pode ser comparada com a proposta de acessibilidade ao Palácio de Cristal da Cidade-jardim de Howard, pois de cada UV planejada o acesso à portaria da indústria se faz em poucos minutos. Aqui o lazer foi substituído pelo trabalho. A diferença, entretanto, é até um pouco contraditória à cidade jardim já que a indústria, juntamente com a linha férrea acabaram ficando na região central da cidade, ao invés de ocupar o anel extremo.

Em Ipatinga, a implantação de grande parte da vila em um local delimitado pelas barreiras físicas naturais (rio, morros) e da área destinada a indústria deixou pouca área de expansão urbana paralela a indústria. A cidade então passou a crescer ao seu redor e a usina a ocupar o centro da cidade, tornando-se de certa forma uma barreira física à integração da Vila-Operária e da cidade que se formou de maneira mais “espontânea” em decorrência da Indústria .

Item **CIRCULAÇÃO:**

O sistema de circulação da vila foi classificado de acordo com diversos níveis de tráfegos, separando-o em vias de tráfego intenso, médio e local, como proposto na Carta de Atenas. Desta forma, o interior de uma Uv é sempre preservado de um tráfego intenso, tendo apenas vias locais de acesso às habitações. As vias periféricas são de tráfego médio, pois é onde o transporte coletivo circula, de modo a facilitar que a pessoa de qualquer ponto da UV possa acessar o ponto de ônibus, percorrendo pequenas distâncias, com certo conforto. Foi pensada também uma grande via de ligação entre os bairros que contorna toda a área da Usina, onde o tráfego se torna mais intenso, pois coleta todos os veículos das UVs. A implantação da vila paralela à usina, apesar de facilitar o acesso ao trabalho, aumentou a distância a ser percorrida entre um bairro e outro, além de dificultar a comunicação com os bairros que cresceram fora das UVs.

4.4.3 A Vila-Operária ontem e hoje

A VILA-OPERÁRIA ONTEM....



FIGURA 19- Vista parcial do Bairro Caruru
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 20- Vista geral do Bairro Bom Retiro
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 21- Vista parcial do Bairro Bom Retiro
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 22- Bairro Castelo ao alto, Ipatinga à esquerda. Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 23- Vista parcial do Bairro Maringá
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 24- Vista parcial do Bairro Vila Ipanema
Fonte: USIMINAS,1965

CARIRU



FIGURA 25- Casa tipo G.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 26- Casa tipo H.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 27- Apto tipo J21.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 28- Apto tipo J22.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 29- Apto tipo J23.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 30- Apto Tipo J23.
Fonte: USIMINAS,1965

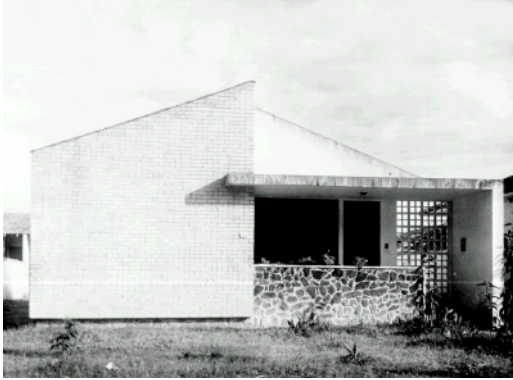


FIGURA 31- Casa tipo A.
Fonte: USIMINAS,1965

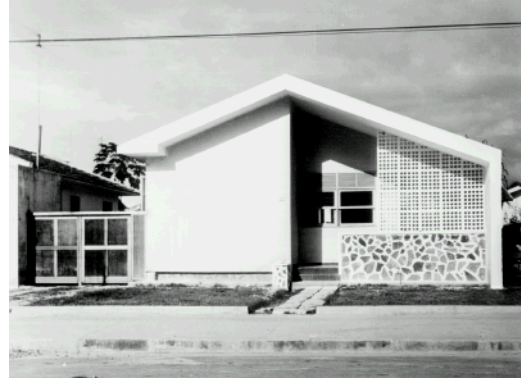


FIGURA 32- Casa tipo B.
Fonte: USIMINAS,1965

HORTO



FIGURA 33- Casa tipo 126m2.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 34- Casa tipo 110m2.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 35- Casa tipo 78-80 m2.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 36- Casa tipo I2.
Fonte: USIMINAS,1965

CASTELO



FIGURA 37- Casa tipo A.
Fonte: USIMINAS, 1965



FIGURA 38- Casa tipo A2.
Fonte: USIMINAS, 1965



FIGURA 39- Casa tipo B5.
Fonte: USIMINAS, 1965



FIGURA 40- Casa tipo G.
Fonte: USIMINAS, 1965

CANDANGOLÂNDIA



FIGURA 41- Casa tipo E1.
Fonte: USIMINAS, 1965

SANTA MÔNICA



FIGURA 42- Casa tipo D5.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 43- Casa tipo R.
Fonte: USIMINAS,1965

VILA IPANEMA



FIGURA 44- Casa tipo R1.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 45- Casa tipo R1.
Fonte: USIMINAS,1965

EQUIPAMENTOS URBANOS



FIGURA 46- Ginásio Bairro Cariru.
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 47- Padaria Bairro Cariru
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 48- Posto de Saúde
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 49- Supermercado Padrão
Fonte: USIMINAS,1965

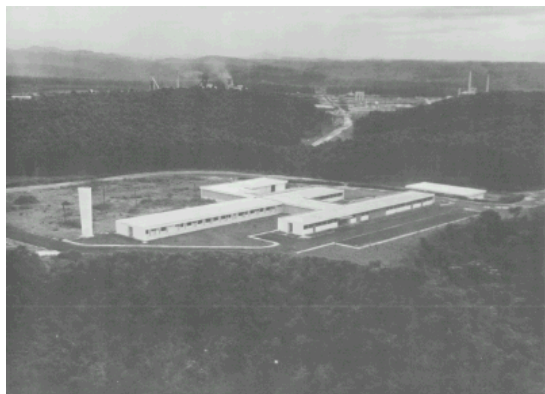


FIGURA 50- Unidade Hospitalar
Fonte: USIMINAS,1965



FIGURA 51- Grupo Escolar, Lactário e Posto de Saúde do Bairro Areal. Fonte: USIMINAS,1965

A VILA-OPERÁRIA HOJE...

CARIRU



FIGURA 52- Alojamento na rua Finlândia
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 53- Alojamento na rua Finlândia
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 54- Apartamentos J-21 A e B. Fonte: Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 55- Apartamento J-21 B.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 56- Árvore patrimônio histórico da cidade
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 57- Casa Av. Japão.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 58- Casa Av. Japão.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 59- Casa Av. Japão.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 60- Casas geminadas na rua Síria.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 61- Casa Rua Argentina.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 62- Caso de verticalização.
Fonte: Arquivo particular da autora

CASTELO



FIGURA 63 – Casa Castelo
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 64 – Casa Castelo
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 65 – Casa Castelo
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 66 – Casa Castelo
Fonte: Arquivo particular da autora

CANDANGOLÂNDIA



FIGURA 67 – Casa Candangolândia
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 68 – Casa Candangolândia
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 69 – Casa Candangolândia
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 70 – Casa Candangolândia
Fonte: Arquivo particular da autora

MARINGÁ



FIGURA 71 – Casa Maringá
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 72 – Casa Maringá
Fonte: Arquivo particular da autora

EQUIPAMENTOS URBANOS



FIGURA 73 – Colégio São Francisco Xavier
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 74 – Colégio São Francisco Xavier
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 75 – Hotel Bairro Castelo
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 76 – Hotel Bairro Castelo
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 77 – Igreja Bairro Horto
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 78 – Igreja Bairro Horto
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 79 – Centro Comercial Bairro Cariru
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 80 – Centro Comercial Bairro Cariru
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 81 – Centro Comercial Bairro Cariru
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 82 – Centro Comercial Bairro Cariru
Fonte: Arquivo particular da autora

5 A PERTINÊNCIA DA CRÍTICA PÓS-MODERNA NO CASO "IPATINGA"

Nesta parte do trabalho é feita uma análise da pertinência da aplicação dos fundamentos da crítica pós-moderna ao urbanismo modernista no caso "Ipatinga". Adotar-se-ão, nessa análise, os referenciais teóricos e críticos presentes no pensamento de Lefèbvre (1969;1999), Jacobs (2000) e Alexander (1967). Para isso foram destacados, a seguir, os principais pontos a serem abordados neste estudo de caso. Segundo Lefèbvre (1969), para entendermos a cidade, devemos nos conscientizar das instituições oriundas de classe e as do poder municipal, já que é na cidade que acontecem as mediações. Para ele, a cidade não é um lugar passivo, mas um sistema de relações onde a ordem distante se impõe sobre a ordem próxima.

Primeiramente, foram destacados os principais agentes responsáveis pela formação da cidade e as duas situações presentes na sua configuração urbana. Em seguida foi feita uma análise propriamente dita da pertinência da crítica ao urbanismo modernista, com base na observação em campo e na interpretação dos dados obtidos pelas entrevistas realizadas com os moradores da cidade¹.

O que não é possível esquecer é a condição atual do município como lugar público que cresceu a partir de um núcleo privativo da Indústria e, por isso, alguns aspectos não contemplados na implantação da Vila-Operária hoje causam problemas para a cidade como um todo. Ipatinga mudou muito quando começou o desenvolvimento de seus setores de serviços e atualmente está ganhando um novo caráter com o surgimento de Universidades na região, não podendo ser mais vista apenas como uma cidade operária.

Assim, como a cidade é algo que está sempre em construção, torna-se necessária uma análise da situação de áreas urbanas projetadas e das que cresceram sem um plano, de forma a identificar aquilo que já não mais está se adequando à nova realidade da cidade. Nesse sentido, a abstração conceitual de Lefèbvre (1999) de que a cidade industrial acaba ficando em segundo plano é vista em Ipatinga, pois a cidade cresceu a partir de um núcleo

¹ Foram realizadas 26 entrevistas em campo no período de 23 a 27 de agosto de 2005, em quatro bairros: Cariru, Novo Cruzeiro, Cidade Nobre e Bom Jardim e constam no Apêndice desse trabalho. Outras informações também foram coletadas com os moradores da cidade de Ipatinga em conversas informais em um estudo de campo, realizado entre novembro de 2004 e agosto de 2005.

urbano projetado para a indústria e hoje ganha dimensões que extrapolam à questão da atividade industrial.

5.1 Configuração urbana de Ipatinga: os agentes responsáveis por sua formação e pelas situações urbanas

A formação urbana do município de Ipatinga foi decorrente, principalmente, de quatro agentes. O primeiro foi a USIMINAS, responsável pelo plano e pela construção da vila-operária e que organizou toda a ocupação da área em sua propriedade. O segundo foi o mercado imobiliário, responsável pela ocupação de quase todos os demais terrenos fora da área da empresa, que estavam nas mãos de poucos proprietários. O terceiro foi o poder público municipal que, embora tenha acompanhado o processo da formação urbana da cidade, teve efetivamente pouca participação no modo como esta cresceu². E o quarto foi a organização popular, em regiões, onde o crescimento foi desordenado ou em desacordo com seus habitantes, tentando trazer melhorias para as mesmas. Os três primeiros fatores estão ligados às forças pertencentes à ordem distante e o último é o que se mostra capaz de fazer a conexão entre a ordem distante e a ordem próxima.

Ipatinga compreende duas realidades bem características e distintas: setor planejado e implantado pela Usiminas, percebido pela população em geral como USIMINAS, e a área desenvolvida fora do controle da empresa, identificada pela população como CIDADE DE IPATINGA (IPATINGA, [197-]).

Assim, partimos dessa divisão perceptiva do território de Ipatinga, identificada no Programa CURA, de forma a poder lidar com duas situações bem distintas: uma projetada, outra sem um plano geral. A primeira corresponde aos bairros implantados pela Usiminas, em terrenos de sua propriedade. Nessa situação houve um controle da empresa para organizar a ocupação do solo e programar o seu crescimento. “A segunda surgiu, pode-se dizer, como sub-produto não previsto do processo de implantação e expansão da Usina Intendente Câmara”, conforme descrito no documento sobre o Programa CURA (IPATINGA, [197-]). Nesse cenário não havia um plano de ocupação. Os loteamentos independentes ocorreram

² Sua atuação ficou mais direcionada a programas de melhorias urbanas, como foi o caso do Programa CURA que realizou obras de infra-estrutura, pavimentação de vias e proporcionou a construção do Parque Ipanema. Só recentemente a prefeitura vem tomando maior poder de decisão sobre a cidade com a proposta em andamento do plano Diretor para a cidade.

ao sabor do mercado imobiliário e, em alguns casos, ainda ocorreram invasões, ocupando áreas impróprias para edificações, como leitos de rios e morros.

A ocupação indevida e clandestina, acima mencionada, isto é, que não foi aprovada pela Prefeitura, não foi abordada nesse estudo, pois não poderia ser comparada com os bairros projetados pela USIMINAS, por ser uma situação muito específica. Além disso, muitos desses casos, como a ocupação na antiga “rua do buraco”, às margens do ribeirão Ipanema, já foram regularizados, em programas da Prefeitura, por meio de mutirões. Esses programas foram responsáveis por projetos de novos bairros, como o caso do Planalto II, ou extensões dos já existentes, como no caso das áreas denominadas de Nova conquista e Primeiro de Maio, no bairro Bom Jardim (CONTI, 1999).

Para compreender melhor a realidade de Ipatinga, a área da Usiminas foi subdividida em USIMINAS “A” e USIMINAS “B” e a área loteada por empreendedores independentes em Loteamentos “A” e Loteamentos “B”, como mostra a FIG. 83.

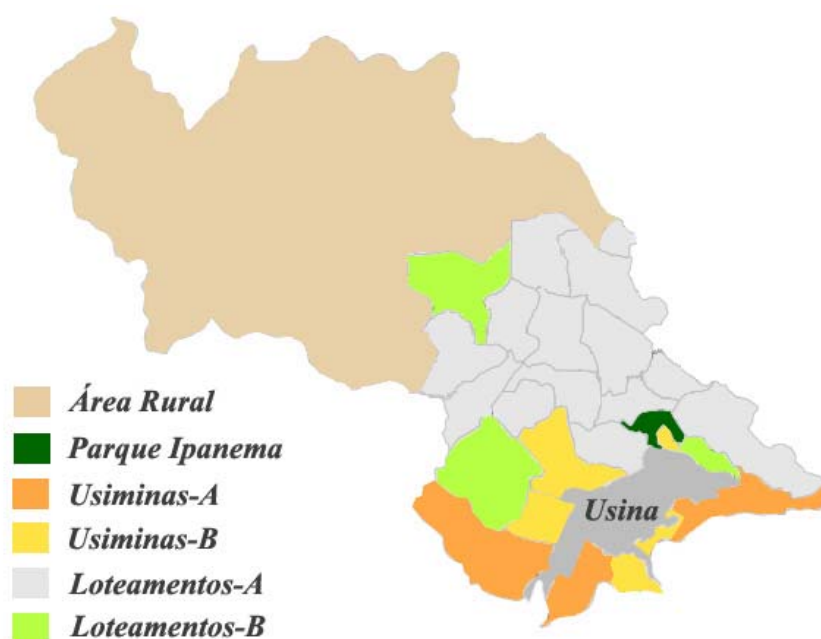


FIGURA 83 – Município de Ipatinga com a subdivisão proposta.
 Fonte: Elaborado pela autora com a base cartográfica adquirida em Ipatinga (200-)b.

A USIMINAS "A" corresponde às primeiras unidades habitacionais da Vila-Operária em Ipatinga, implantadas em um local onde havia um núcleo urbano bem reduzido, de acordo com o projeto urbanístico feito pelos arquitetos Raphael Hardy Filho e Marcelo Bhering em 1958 (USIMINAS, 1958). A concepção do plano, como visto anteriormente, foi influenciada

pelas idéias de Cidade Jardim e Cidade Industrial, e pelos preceitos desenvolvidos na Carta de Atenas, além de ter que se adequar às exigências da USIMINAS e à realidade local.

A USIMINAS “B” corresponde aos núcleos habitacionais posteriores que foram ocupando áreas próximas vazias, também de propriedade da indústria, à medida que esta necessitava de mais moradias. Foram bairros que sofreram influência do projeto da Vila-Operária e dos planos posteriores desenvolvidos pela USIMINAS. A empresa, nesse caso, teve sua participação reduzida, deixando, muitas vezes, o projeto e o financiamento dos bairros a cargo de empresas terceirizadas e de setores como a Cooperativa Habitacional (COHAB) e o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Os Loteamentos “A” foram aqueles localizados fora dos terrenos da indústria, propriedade praticamente de apenas duas famílias: Jair Gonçalves e Selim de Sales. Os bairros formados tiveram uma malha urbana definida pelo empreendedor, de acordo com o mercado imobiliário, configurando, na maioria das vezes, um traçado quadriculado, mas desconexos uns dos outros. Esse traçado, entretanto, de certa forma procurou dimensionar avenidas largas como que se buscasse mostrar que do outro lado da Usiminas também havia bairros com ruas e avenidas bem dimensionadas.

E os Loteamentos “B” foram resultantes de um crescimento mais espontâneo de regiões que se formaram anteriormente ou simultaneamente à inauguração da USIMINAS. São diversos loteamentos mal articulados, formando uma “colcha de retalhos”, situação típica de um crescimento urbano desordenado e mais popular.

Para um estudo ainda mais aproximado de cada uma dessas realidades escolhemos, então, quatro bairros: Cariru, Novo Cruzeiro, Cidade Nobre e Bom Jardim (FIG. 84).

Como pode ser visto no QUADRO 1, esses bairros se encontram em diferentes configurações urbanas. Dentro da divisão proposta, entretanto, estabelecem correspondência de padrão social. O Cariru equipara-se ao bairro Cidade Nobre e o Novo Cruzeiro a algumas regiões do Bom Jardim. Fez-se uma breve descrição de cada bairro a ser analisado, de acordo com observações feitas em campo e com as informações obtidas por meio de entrevistas com os moradores.

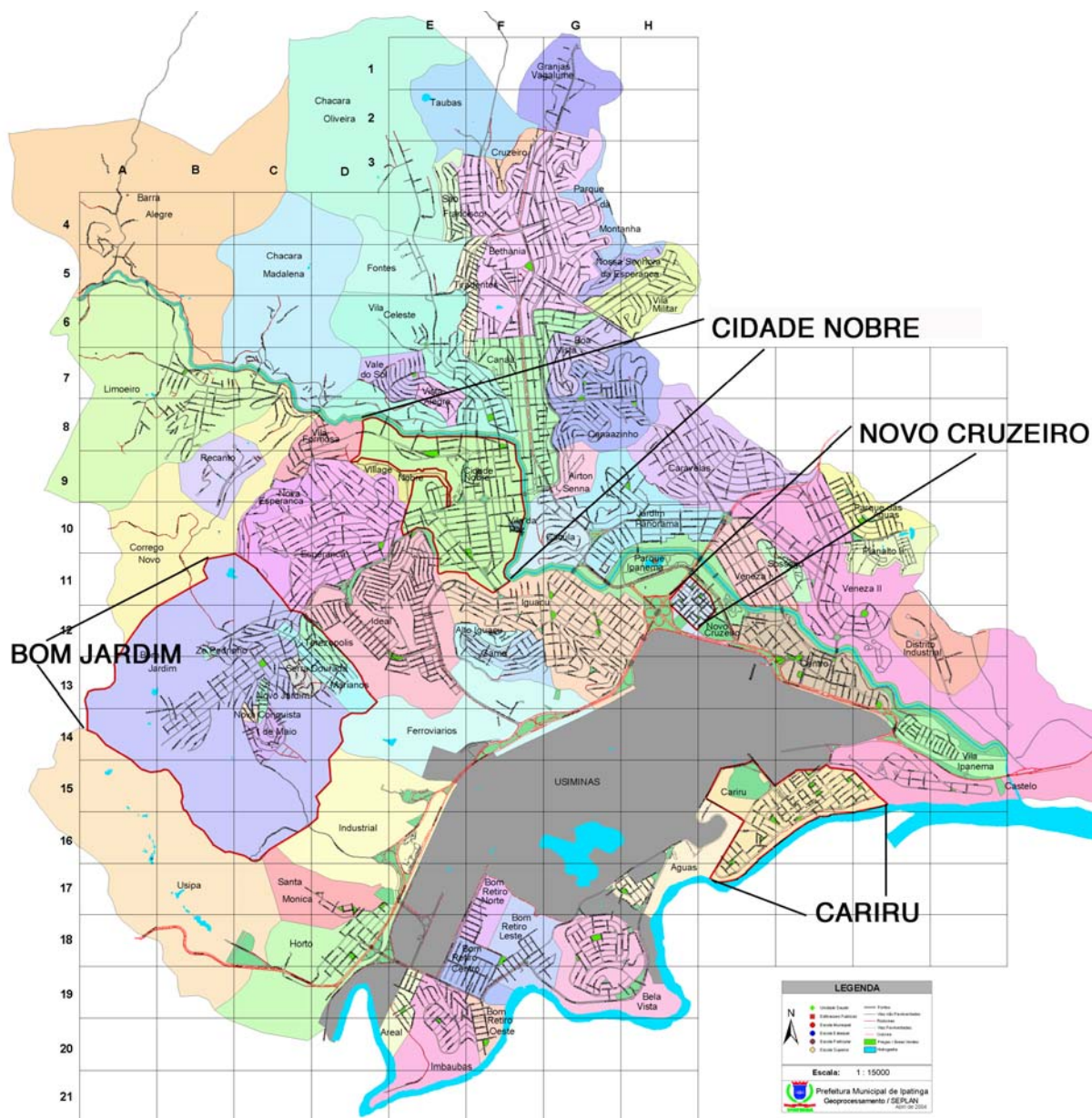


FIGURA 84- Mapa com localização dos bairros
 Fonte: Base cartográfica cedida pela Prefeitura Municipal de Ipatinga

QUADRO 1
 Configuração urbana de Ipatinga

USIMINAS		INDEPENDENTES	
Usiminas-A	Usiminas-B	Loteamentos-A	Loteamentos-B
Castelo	Bela Vista	Bethânia	Barra Alegre
Horto e Santa Mônica	Águas	Cidade Nobre	Bom Jardim
Cariru	Ideal	Veneza	Centro
Bom Retiro	Novo Cruzeiro	Iguaçu	
Vila Ipanema	Ferrovários	Canaã	
Areal e Imbaúbas		Esperança	
Candangolândia e		Jardim Panorama e	
Maringá (Amaro Lanari)		demais bairros da cidade.	

Fonte: Elaborado pela autora.

O bairro Cariru (ver mapa e fotos do bairro apresentadas na quarta parte do trabalho e ainda ver item 5.2) foi aquele que, dentro da área da USIMINAS, mais se aproximou dos modelos urbanos modernistas internacionais. O projeto do bairro oscilou entre a cidade modernista de Le Corbusier e o conceito de Cidade Jardim de Ebenezer Howard. Pensado para ser auto-suficiente, sua construção iniciou-se entre 1958 e 62, prevendo, de acordo com os critérios de zoneamento definidos na Carta de Atenas, posto de saúde, escolas, cinema, clubes sociais e uma zona comercial com banco, lojas, açougue e supermercado.

No interior das quadras do Cariru foram planejadas as habitações unifamiliares em suas diversas variações tipológicas, as escolas, o posto de saúde e diversas praças. Próximo à zona comercial foi reservada uma área para os blocos de apartamentos e alojamentos para solteiros. Assim, toda a Unidade de Vizinhança é um exemplo de aplicação de conceitos que são duramente criticados no pós-modernismo. Esse bairro e o bairro Horto formaram os núcleos principais da vila-operária, onde foram instaladas as atividades comerciais e de serviços de maior porte, com o objetivo de dar apoio às demais UVs, dentro da Vila-Operária.

O bairro Novo Cruzeiro (ver item 5.2) foi projetado e construído em terrenos da empresa, pela COHAB, por meio do projeto Prato Raso³. O Novo Cruzeiro é um dos menores bairros da cidade e estabelece, devido à proximidade, uma forte ligação com o centro de Ipatinga, que serve de suporte de serviços e comércio ao bairro.

Mesmo assim, o Novo Cruzeiro, em si, possui certa autonomia, sendo equipado com um pequeno setor comercial, igreja, escola, associação de bairro, quadra de esportes, além de possuir sete praças no seu interior. Apesar da implantação em meio a grandes rodovias e avenidas tornar o bairro “ilhado”, este mantém conexões com demais bairros da região central e com importantes equipamentos públicos de lazer como o Parque Ipanema, o “Ipatingão” (estádio municipal de futebol), Kartódromo, etc.

Fora dos limites dos terrenos da USIMINAS, pode-se considerar que a cidade foi crescendo “espontaneamente” e um dos primeiros núcleos nessa situação foi o Bom Jardim. Entretanto, essa “espontaneidade” não pode ser comparada àquela que se verifica nas cidades do período colonial. Na verdade, foram loteamentos independentes que se instalaram sem nenhuma planificação geral, regidos apenas pelas leis de mercado, embora com projetos geométricos aprovados pela Prefeitura.

³ Ver explicação sobre o projeto Prato Raso na item 4.2 deste trabalho.

O bairro Cidade Nobre (ver item 5.2) foi construído nos anos de 1972-73 na região que pertencia à fazenda do Sr. Jair Gonçalves. O empreendimento, voltado para ser um bairro nobre residencial unifamiliar, foi realizado pela imobiliária Pedro Linhares, que se responsabilizou pelo projeto, loteamento e financiamento das habitações no local. O interior do Cidade Nobre, ao contrário dos bairros da USIMINAS, é cortado por vias que distribuem o tráfego de veículos para várias regiões da cidade, possui poucas praças públicas e um comércio bem diversificado que, como na maioria das cidades “naturais”, se instalou ao longo das avenidas e ruas mais movimentadas.

Entretanto, percebe-se que houve uma preocupação em se criar vias bem dimensionadas de acordo com o fluxo de veículos e uma estrutura auto-suficiente para o local, semelhante ao conceito de Unidade de Vizinhança dos bairros da USIMINAS. Desta forma, o bairro é dotado de clube social, escolas, postos de saúde e igreja que, mesmo não seguindo critérios rígidos de zoneamento, se instalaram bem próximos uns dos outros. Esse bairro possui uma parte mais nobre e outra mais simples, que faz divisa com demais bairros periféricos.

A ocupação da região do Bom Jardim (ver item 5.2) iniciou-se juntamente com a construção da Usiminas e pertencia à fazenda do Sr. Geraldo Damásio, que, aos poucos, foi sendo dividida entre os demais parentes. Esses proprietários lotearam o local em ações esporádicas, sem nenhum planejamento, muitas vezes em situação irregular perante a legislação federal, ocupando áreas impróprias, como nascentes de rios, e configurando uma malha urbana com ruas e calçadas estreitas.

O bairro que se formou é hoje um dos mais populosos e extensos da cidade, com escola, posto de saúde, igrejas, associação de bairro, centro comunitário e cultural. Entretanto, possui uma grande escassez de área pública de lazer e a infra-estrutura existente se tornou insuficiente para atender aos demais assentamentos habitacionais que foram surgindo no bairro, como os criados pela Prefeitura, por meio de mutirões.

5.2 Os bairros: Cariru, Novo Cruzeiro, Cidade Nobre e Bom Jardim

CARIRU

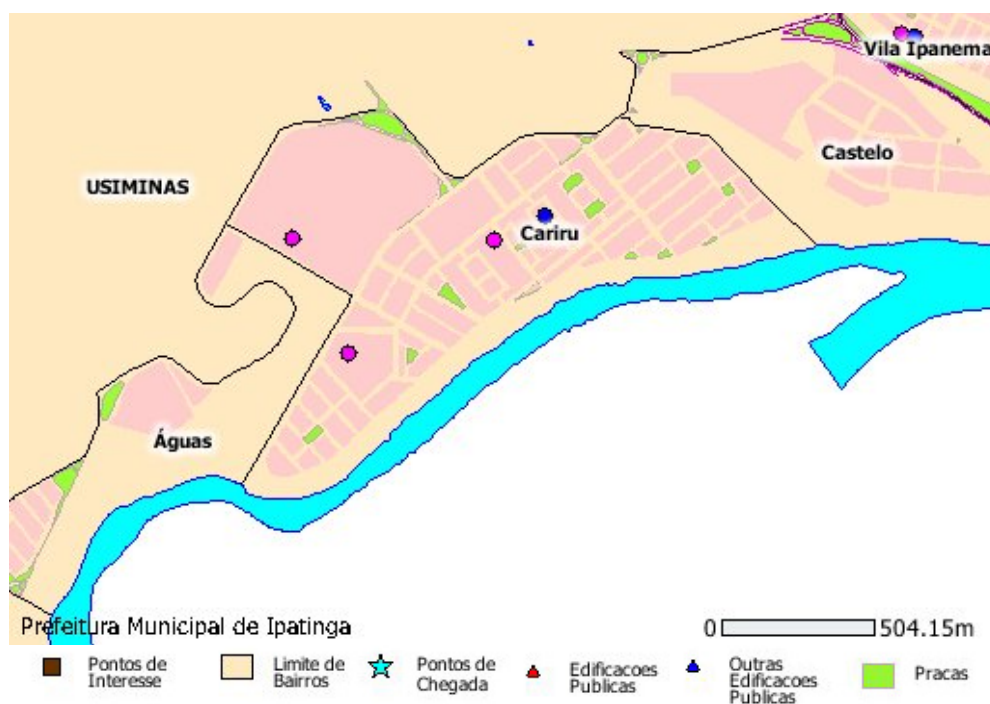


FIGURA 85 – Mapa do Bairro Cariru. Fonte: IPATINGA (200)-b

NOVO CRUZEIRO



FIGURA 86 – Mapa do Bairro Novo Cruzeiro. Fonte: IPATINGA (200)-b



FIGURA 87 – Foto Praça Novo Cruzeiro. Perto da praça está a maioria das atividades comerciais.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 88 – Entrada principal do bairro. Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 89– Rua de entrada para Bairro
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 90– Caso de verticalização no Bairro
Fonte: Arquivo particular da autora

CIDADE NOBRE



FIGURA 91 – Mapa do bairro Cidade Nobre. Fonte: IPATINGA (200-)b

FIGURA 92 – Avenida e prédios no Bairro.
Fonte: Arquivo particular da autoraFIGURA 93 – Avenida comercial do Bairro
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 94 – Avenida comercial do Bairro
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 95 – Praça do bairro
Fonte: Arquivo particular da autora

BOM JARDIM

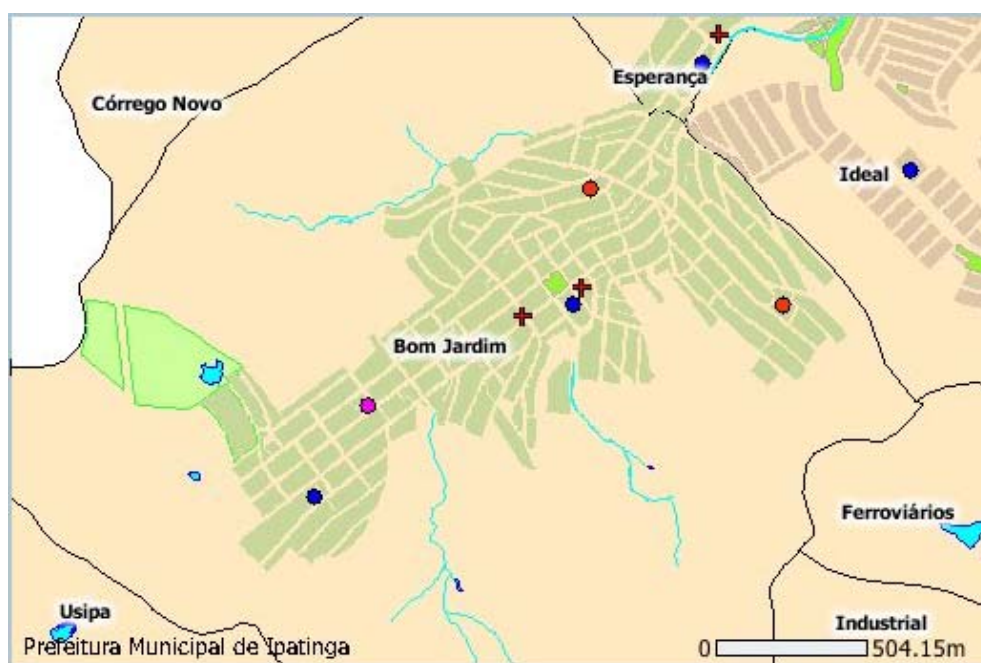


FIGURA 96 – Mapa do bairro Bom Jardim. Fonte: IPATINGA (200-)b



FIGURA 97 - Vista parcial do Bairro
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 98 – Rua do Bairro
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 99 – Morro ainda desocupado.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 100 – Vista do Centro Comunitário
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 101 – Rua do Bairro.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 102 – Rua do Bairro.
Fonte: Arquivo particular da autora

5.3 A crítica pós-moderna no caso “Ipatinga”

A partir dessas primeiras observações foram tecidas algumas considerações sobre a pertinência da crítica pós-moderna aos núcleos urbanos projetados, no caso “Ipatinga”. O que se quer mostrar é que há um outro lado, não tão perverso como o apontado pela crítica pós-moderna, a ser considerado nas cidades que foram planejadas segundo os preceitos modernistas.

Aspectos como a auto-suficiência de bairros, rígida setorização funcional (zoneamento)⁴, padronização de residências, uso de ruas e calçadas, uso de áreas verdes, autoritarismo de planos urbanísticos, etc. são alguns dos pontos levantados pela crítica feita por Lefèbvre (1969;1999), Jacobs (2000) e Alexander (1967) e que foram abordados na análise que empreendemos. No QUADRO 2 foram sistematizadas as críticas feitas pelos referidos autores aqui tratados (ver QUADRO 2 na página seguinte).

5.3.1 O “artificial” e o “natural” no caso “Ipatinga”

O projeto da Vila-Operária de Ipatinga, mostrado anteriormente no capítulo III, esteve voltado para a aplicação dos “postulados da unidade de vizinhança” (USIMINAS, 1958:5). Foram agregados numa mesma experiência conceitos de Cidade Jardim, Cidade Industrial e Cidade Modernista.

As considerações feitas neste estudo de caso levou em conta o confronto entre as duas realidades de Ipatinga – a projetada e a sem um plano geral - por meio do estudo comparativo entre os bairros escolhidos (Cariru, Novo Cruzeiro, Cidade Nobre e Bom Jardim) que pertenciam às subdivisões USIMINAS “A” e “B” e Loteamentos “A” e “B”.

⁴ O zoneamento envolve tanto a setorização funcional de infra-estrutura e equipamentos urbanos (saúde, educação, lazer e circulação, etc.) quanto da população operária.

QUADRO 2⁵
Síntese das críticas pós-modernas.

<p>Crítica ao ZONEAMENTO como uma série de ações estáticas que não mistura os usos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Ordem enfadonha, monotonia dos conjuntos habitacionais modernistas ❑ Planejamento para os automóveis que separam pedestres dos automóveis. As vias e passeios ficam desertos. ❑ A favor da diversidade de usos, zoneamento pela diversidade. ❑ Centros comerciais que imitam lojas suburbanas. ❑ Contra separação de áreas residenciais das comerciais. ❑ Falta de vida gera zona de cortiço. Bairros monótonos são abandonados pelos mais ativos. ❑ A favor da alta concentração de pessoas para a vida urbana florescer. ❑ Áreas desertas e monótonas possuem um maior índice de criminalidade.
<p>Crítica às ÁREAS VERDES “gramado que ninguém pediu”(JACOBS,2000:XXX).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Área verde mais para aparência do que para o uso. ❑ Excesso de áreas verdes, que as tornam inutilizadas.
<p>Crítica às UNIDADES AUTO-SUFICIENTES, pois formam ilhas hostis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ As Unidades de Vizinhança não tem poder para defender seus direitos na prefeitura. ❑ Contra a descentralização.
<p>Crítica à PADRONIZAÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Contra a homogeneidade e a favor da diversidade das construções. “(...) o zoneamento deve exigir uma aparência semelhante ou deve proibir a mesmice?(...)” (JACOBS,2000:249) ❑ Reconquistar a riqueza de formas das cidades antigas “naturais”.
<p>Crítica ao PLANEJAMENTO URBANO AUTORITÁRIO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Contra o culto ao projeto imutável. ❑ Contra a autoridade do arquiteto em definir um plano para as cidades. ❑ Urbanismo como técnica e ideologia, este ponto foi visto mais de acordo com o pensamento de Lefèbvre (1969, 1999). ❑ A favor da participação popular.
<p>Crítica aos CIRCUITOS FECHADOS: “artificiais”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ Crítica a visão da cidade de uma maneira mais simples, como uma relação entre duas variáveis ou variáveis probabilísticas, como que organizadas em gavetas. ❑ Inércia e rigidez são próprias dos sistemas fechados. Dar vida à árvore, isto a um sistema fechado é visto como uma tentativa frustrada. ❑ As unidades de vizinhança são circuitos fechados por isto são modelos fracassados.
<p>Crítica à DIFERENÇA DE ESCALA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ❑ “(...) a sequência espacial dos edifícios e espaços livres deve ser controlada para que a escala seja mantida – idéia que deriva do livro de Camillo Sitte sobre praças e largos antigos.” (ALEXANDER,1967:23)

⁵ Este quadro foi feito para sintetizar as idéias dos três autores que nos serviram de referência e facilitar a visualização de pontos que foram tratados no caso de Ipatinga.

Como apresentado anteriormente, a parte da cidade projetada, isto é, definida de acordo com os planos da USIMINAS, representa o “artificial”, e a parte sem um plano geral corresponde ao “natural”⁶, evidenciando o modo como a cidade expandiu sem ter um plano que disciplinasse o crescimento do conjunto urbano que se formava fora dos limites da Vila-Operária.

Para tal empreendimento, as entrevistas realizadas junto aos moradores geraram um precioso material que complementou as informações obtidas por meio de conversas informais ou através da observação em campo (APÊNDICE). As entrevistas foram, então, organizadas de modo que os moradores de cada um dos bairros escolhidos avaliassem as quatro chaves do urbanismo, segundo a Carta de Atenas (habitar, trabalhar, recrear, circular), tomando como partida o bairro onde moram e o bairro escolhido como equivalente a ele na outra classificação⁷.

Assim, foi possível tecer algumas considerações a respeito da pertinência das críticas pós-modernas, principalmente aquelas evidenciadas do QUADRO 2 a respeito do caso da Vila-Operária da USIMINAS e a cidade de Ipatinga como um todo.

Em uma primeira tentativa buscou-se discernir as questões analisadas em Ipatinga em itens separados, tal como foram feitas com as críticas pós-modernas. Entretanto, a realidade analisada mostrou que os fatores urbanos são tão complexos e ligados uns aos outros que não caberia uma análise compartimentada de cada realidade separada.

Por esse motivo foram colocadas primeiramente considerações de ordem geral para em um segundo momento tentar organizá-las em um quadro síntese a ser apresentado ao final deste capítulo.

⁶ Seria o mesmo que dizer que a área projetada (USIMINAS A e B), estaria ligado ao conceito de “artificial” e a parte sem um plano geral refletiria o tipo de crescimento “natural”, de acordo com a definição de Alexander (1967). Entretanto, o “natural”, isto é, o “espontâneo”, no caso “Ipatinga”, não corresponde ao modo de como as cidades antigas cresciam anteriormente a industrialização, como Alexander (1967) gostaria de recuperar para as cidades contemporâneas. Como já dito, os loteamentos independentes se instalaram sem nenhuma planificação geral e foram regidos pelas leis de mercado e grande parte deles teve projetos geométricos aprovados pela Prefeitura.

⁷ Por exemplo, o Cariru seria o equivalente a Cidade Nobre e o Novo Cruzeiro a Bom Jardim. Na equivalência Cariru-Cidade Nobre, o morador do Cariru estaria avaliando as chaves do urbanismo considerando sua condição de morador do Cariru e na condição de possível morador do bairro Cidade Nobre. Já o morador de Cidade Nobre faria o mesmo, avaliando sua condição real e de possível morador do Cariru.

5.3.1.1 Considerações sobre os bairros Cariru (USIMINAS "A"), Novo Cruzeiro (USIMINAS "B"), Cidade Nobre (Loteamentos "A") e Bom Jardim (Loteamentos "B")

A cidade de Ipatinga possui, de fato, muitos problemas decorrentes da segregação social e espacial imposta pela concepção de unidades autônomas, projetadas de acordo com as categorias hierárquicas dos funcionários dentro da empresa USIMINAS. Mas a modernidade representada pelo plano urbanístico da Vila-Operária teve seu lado positivo ao ser incorporada pelos outros três agentes responsáveis pelo crescimento da cidade.

Tanto o mercado imobiliário, como o poder público municipal e as organizações populares tentaram promover ações para que a cidade tivesse uma configuração urbana mais organizada⁸. Isso não quer dizer que houve a intenção de se repetir o que foi feito na Vila-Operária, mas de trazer para a outra parte da cidade qualidades que foram obtidas por meio de um plano urbanístico⁹.

Pode-se dizer que o plano da Vila-Operária de Ipatinga foi decisivo para que o processo de crescimento urbano da cidade não se desenvolvesse a partir de um único núcleo central, mas de vários pequenos núcleos periféricos, sendo que alguns se sobressairam aos outros, de acordo com a sua localização¹⁰.

A relação que se criou entre os bairros (FIG. 103) tornou-se muito peculiar, porque os que moram no interior da Vila, principalmente na área da USIMINAS "A", na maioria das vezes, resolvem as atividades do dia-a-dia dentro do próprio bairro, com apoio comercial dos bairros Cariru e Horto, além de ter uma maior ligação de trabalho vinculado à indústria ou ao centro da cidade.

Já os loteamentos independentes, apesar de também manterem certa autonomia, estabelecem um intercâmbio maior de pessoas entre bairros vizinhos que se relacionam

⁸ A falta de um plano geral para a cidade fez com que cada um dos agentes agisse separadamente, buscando qualidades de acordo com o interesse de cada um.

⁹ Pontos deixados de lado pelos agentes USIMINAS, mercado imobiliário e o poder público municipal, isto é, os mais envolvidos com a ordem distante, as organizações populares tentam buscar para o seu bairro, fazendo a intermediação entre a ordem distante e a próxima. Assim, as organizações populares buscavam melhores condições de lazer, saúde, educação, etc...

¹⁰ Supõe-se que esta descentralização ou polinucleação periférica pode ter inibido uma afirmação maior do antigo centro de Ipatinga como área de atração de pessoas e de atividades comerciais e, ao mesmo tempo, estimulado uma boa infra-estrutura comercial e de serviços aos novos bairros que cresceram fora da área da USIMINAS.

tanto por meio do comércio e serviços, quanto pelo trabalho. Os bairros da USIMINAS “B”, como o Novo Cruzeiro, ficaram “no meio termo”, usufruindo tanto da infra-estrutura já construída para a USIMINAS “A”, quanto dos equipamentos de bairros independentes, tendendo mais para um ou outro lado, dependendo da localização onde foram assentados.

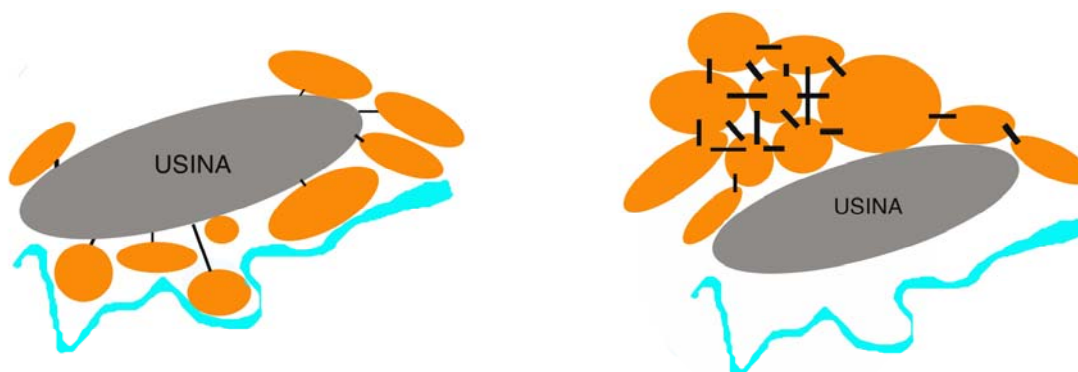


FIGURA 103 – Esquema mostrando as principais relações entre os bairros dentro e fora da Vila-Operária. Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, o conceito de Unidade de Vizinhança, apesar de não ter sido aplicado da mesma forma nos loteamentos posteriores, teve grande repercussão no direcionamento do crescimento da cidade como um todo, proporcionando melhores condições de habitação, trabalho e circulação à cidade, se comparadas com outras cidades brasileiras que cresceram sem um plano. Entretanto, percebemos que a falta de áreas públicas de encontro e a separação da população, de acordo com a sua posição hierárquica na empresa, incorporadas às UVs, foram pontos do projeto original que trouxeram certas deficiências para a cidade como um todo.

Na maioria das áreas da USIMINAS “A”, principalmente nos bairros destinados às categorias de funcionários mais graduados, além das praças e setores comerciais, não foram construídos outros equipamentos públicos de lazer e sim clubes sociais, na realidade um em cada bairro. Assim, o local de encontro das pessoas acontecia, na maioria, em locais privados, com pouco contato com o ambiente urbano¹¹.

No Bairro Cariru, por exemplo, foram criados dois clubes sociais: o Cariru Tênis Clube e o Acearia. Pelo fato desse bairro abrigar categorias funcionais intermediárias da empresa, desde técnicos até engenheiros, foi feita também uma separação desses funcionários em clubes diferentes, e a população assentada em locais diferentes no bairro. Sendo assim, apesar da população, no geral, utilizar as praças públicas existentes, o local de encontro

¹¹ Como foi apontado no Capítulo II, alguns equipamentos de lazer, como os parques públicos previstos para o Cariru e um centro comunitário e administrativo para a cidade não foram construídos.

repetia a hierarquia da empresa e não estimulava uma maior interação entre os diversos segmentos. A partir do momento em que a cidade crescia e ultrapassava os limites da Vila-Operária, os clubes existentes na cidade tornaram-se ilhas de lazer, ficando a nova população sem um local de referência na cidade.

Nos bairros que nasceram fora da área da usina essa tradição de se ter clubes sociais foi mantida. Ruas bem dimensionadas e avenidas largas foram incorporadas ao projeto dos Loteamentos independentes do tipo A, que engloba os empreendimentos destinados a classe social mais elevada, como o caso do bairro Cidade Nobre. Nos Loteamentos "B", como visto no bairro Bom Jardim, as ruas e avenidas são estreitas. Entretanto, em ambos os casos, a ausência de um plano inicial e a vontade de cada loteador buscar aproveitar ao máximo o potencial de venda do terreno fez com que, nos novos loteamentos, pouco espaço fosse reservado para praças e áreas verdes. Estas, quando existentes, foram quase sempre envolvidas por vias de grande circulação viária, em um local muito movimentado.

Dessa forma, pode-se dizer que no Cariru e Novo Cruzeiro as praças no interior das quadras são quase como extensões da residência e a população destes bairros as usufrui mais intensamente, enquanto que no Cidade Nobre e Bom Jardim as malhas urbanas contínuas de lotes resultaram em carência de áreas verdes e praças. Consideramos que esse fato pode ser um indício de que a cidade de Ipatinga, que cresceu fora do controle da USIMINAS, incorporou pontos que lhe agregavam valor de troca, compatível com os interesses de investimento do mercado imobiliário.

Apesar do plano implantado pela USIMINAS não ter estimulado áreas públicas de lazer comum a todas as áreas da cidade, percebe-se que a situação dos empreendimentos independentes tornou-se ainda mais problemática, pois esses bairros apresentaram-se com áreas que não estimulam o valor de uso¹², como o conquistado pelas praças dos bairros Cariru e Novo Cruzeiro.

O Bairro Cidade Nobre, por exemplo, possui uma grande área de comércio, serviços e opções de bares e restaurantes, com uma diversidade urbana bem maior que o Bairro Cariru, o que torna algumas de suas partes mais movimentadas e atraentes. As ruas e calçadas são mais utilizadas, mas contraditoriamente ao colocado por Jacobs, continuam sendo projetadas para privilegiar o automóvel.

O valor de troca, como apontado por Lefèbvre (1969), é então refletido na forma urbana, reduzindo os encontros à forma dos trocadores e o lugar de encontro ao mercado. O que se percebe é que, com isso, há pouco entrosamento entre os vizinhos, principalmente na parte mais nobre do bairro. Nas regiões mais periféricas, menos valorizadas e onde o valor de

¹² Os conceitos de valor de uso e de troca assim como definidos por Lefèbvre (1969).

troca não é tão evidente, o bairro ainda preserva uma maior relação de vizinhança e amizade¹³.

Pode-se dizer que o que comanda o crescimento urbano do Bairro Cidade Nobre é o mercado imobiliário e sem considerar importantes aspectos como sol, espaço e vegetação, isto é, as matérias primas do urbanismo, segundo a Carta de Atenas (1964) e que foram consideradas no plano da vila operária.

A observação em campo confirma a percepção de Jacobs de que as áreas projetadas como Unidades de Vizinhança são mais isoladas, com pouca interação com demais bairros da cidade e com as ruas internas tranquilas e pouco movimentadas. Isto porque realmente cada uma das UVs em Ipatinga foi pensada para ser bairros-dormitórios, auto-suficientes. Entretanto, a sua visão de que áreas urbanas projetadas são fadadas a virarem cortiços, com certeza não é uma realidade em Ipatinga, pois os bairros projetados da USIMINAS, apesar de todos os problemas presentes, são vistos pelos seus moradores como bairros com boa qualidade de vida.

Então, não se pode dizer que a monotonia nas ruas, reflexo do zoneamento proposto inibindo um movimento intenso de pessoas e carros no interior das UVs, foi capaz de expulsar a população residente desses bairros para os bairros “naturais”, isto é, os mais ativos. Supõe-se que isso não ocorreu porque encontra-se qualidade de vida nesses bairros que, para muitos moradores, se sobrepõem à diversidade tanto de usos quanto de construções encontrada na parte “natural” da cidade.

A auto-suficiência dos bairros da USIMINAS “A” e “B”, por exemplo, é vista, pela maioria de seus moradores como algo positivo, pois as pessoas conseguem resolver, no bairro, algumas das atividades diárias, com certa comodidade. Ao contrário, pode-se dizer que os bairros Cidade Nobre e Bom Jardim possuem a diversidade urbana característica das cidades “naturais”, que é valorizada pelos pós-modernos, mas, a desigualdade social existente em Ipatinga e o modo como os loteamentos foram feitos, de acordo com o mercado imobiliário - situações características das cidades brasileiras - de certa maneira trazem problemas tão ou mais graves do que nas áreas que foram projetadas segundo critérios de zoneamento e auto-suficiência.

Como reflexo desse processo, a população do Cidade Nobre, passa a valorizar o Bairro Cariru, mesmo mantendo as críticas quanto ao seu isolamento, pelo fato dele possuir praças

¹³ A associação de moradores surgiu da iniciativa desta parte do bairro que é bastante atuante e foi por meio desta mobilização social que foram conquistadas junto à prefeitura a construção das únicas praças existentes no local.

e áreas verdes para o lazer. Já a população do Bairro Cariru, em um movimento contrário, a partir da observação do processo de verticalização que vem acontecendo no Cidade Nobre (FIG. 104) e da constatação que o próprio bairro pode perder o que foi conquistado com o plano inicial da Vila-Operária (FIG. 105), mostra-se engajada para impedir que o crescimento do bairro continue a acontecer sem critérios que assegurem melhor qualidade de vida urbana.



FIGURA 104: Bairro Cidade Nobre, exemplo de verticalização fora da área da USIMINAS.
Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 105: Bairro Cariru, exemplo de verticalização dentro da área da USIMINAS.
Fonte: Arquivo particular da autora

O que se percebe, entretanto, é que tanto a boa infra-estrutura, praças e áreas verdes presentes nos bairros da USIMINAS “A” e “B”, quanto a diversidade dos bairros dos Loteamentos “A” e “B” não conseguem por si só promover o encontro das pessoas se não houver locais que possuam a característica de serem centrais em que a população se sinta como parte do local que pode muito bem ser a rua, o passeio, as praças ou os parques.

Outro ponto a ser destacado é que a solução adotada em quase todas as UVs¹⁴, de se construir moradias horizontais unifamiliares, torna-se hoje crítica, devido à escassez de terrenos adequados para o crescimento da cidade. Entretanto, a partir dos casos de verticalização, tanto no Cidade Nobre quanto no Cariu, percebe-se que o controle sobre o crescimento da cidade acontecido até então dentro da área da Vila-Operária se mostrou melhor do que deixar que o mercado imobiliário passasse a ditar as regras.

A situação do Bairro Bom Jardim torna-se ainda mais comprometida no momento em que a infra-estrutura do bairro não consegue acompanhar o crescimento da região. Um dos

¹⁴ A implantação das residências, feita em lotes com uma grande área disponível para jardins, considerou afastamento frontal, mas não seguiu a recomendação da Carta de Atenas (1964) em promover a verticalização como forma de aproveitar ao máximo a infra-estrutura a ser construída para a cidade. Desta forma, a maioria das UVs podem ser interpretadas como cidades-jardins horizontais, onde o conceito de limite de crescimento de Howard (1996) foi aplicado com a delimitação de cada uma por uma área verde desocupada.

reflexos desse crescimento mal planejado é o aumento da violência dentro do próprio bairro, que hoje já traz repercussões para a cidade como um todo.

As queixas quanto à insegurança são também percebidas nos bairros de maior poder aquisitivo, como o Cariru e Cidade Nobre, e nos bairros de passagem para outros pontos da cidade como o Cidade Nobre e Novo Cruzeiro. Assim, a violência na cidade não pode ser atribuída ao fato do bairro ser sem movimento e isolado, como percebido por Jacobs (2000). O Bom Jardim é um bairro muito movimentado, mas a sua carência atual de infra-estrutura urbana é vista pela população como algo que também torna o bairro monótono e sem opção de encontro, favorecendo o aumento da violência.

Por meio de entrevista com os moradores do bairro Bom Jardim, percebe-se que essa situação começou a se tornar crítica devido à transferência de um número muito grande de pessoas que ocupavam áreas impróprias na região central para o bairro, sem crescimento de outros equipamentos de lazer, postos de saúde, escolas, praças e também sem incorporar aos loteamentos feitos parte da área verde existentes no local. A falta de recursos da população que foi removida para o bairro, que lhe tinha pouca relação de afetividade, e a sua não participação no que de melhor a cidade podia oferecer, desencadeou, então, o que Lefèbvre (1969) chama de suburbanização, renegando o direito à cidade a quem ali passou a morar.

Com a suburbanização principia um processo que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará de se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar. (LEFÉBVRE, 1969:22)

O que ainda consegue controlar esse processo de suburbanização é a atuação da própria comunidade, que criou raízes no local através de centro comunitário, igrejas, ou associação de bairro. Pelo fato do Bom Jardim ser um bairro antigo e se ter desenvolvido de forma mais independente, as pessoas que ali se firmaram têm orgulho de onde moram, cultivam a amizade entre os vizinhos e fazem com que a falta de áreas públicas de lazer, em parte, seja suprida pela relação de companheirismo.

O bairro Bom Jardim, apesar dos problemas de violência, ocupações em encostas e fundos de vale, carência de opções de lazer, conta com organizações populares - como o grupo Cultural Roda Viva e a associação de bairro – que tentam controlar a ocupação e preservar ainda algumas regiões, além de promover festas populares e oferecer apoio cultural e social à população, como forma de tentar reverter esta situação.

A situação do bairro Novo Cruzeiro é também contrária ao apontado pela crítica pós-moderna, pois apesar de apresentar problemas que as validam, pelo fato de ser pequeno, fisicamente isolado dos outros bairros por uma extensa área verde, não ser um local “agitado” como o idealizado por Jacobs¹⁵, ele é valorizado por usufruir da centralidade, aproveitando tanto seu valor de uso, devido a proximidade às opções de lazer ao longo do ribeirão Ipanema (o parque, estádio de futebol, kartódromo, etc...) quanto ao valor de troca, com fácil acesso à atividade comercial do centro da cidade e de demais núcleos de bairros vizinhos.

Mesmo tendo sido um empreendimento mais popular, com ruas e calçadas muito estreitas, em situação semelhante à de um crescimento urbano desordenado, como visto no Bom Jardim, houve, entretanto, uma preocupação no projeto do bairro Novo Cruzeiro em se deixar pequenas praças no seu interior, com área verde livre, equipamentos urbanos públicos como quadra de esporte, igreja e uma sede para associação de bairro, onde acontecem festas locais. Esse pequeno núcleo comunitário do bairro, diferente da situação de clubes fechados do Cariru, as praças e até mesmo ruas, devido o seu pequeno fluxo de veículos, tem um valor de uso muito importante para os moradores, pois é nesses lugares que efetivamente acontece o encontro, favorecendo uma relação mais próxima entre os moradores.

Nesse sentido, apesar de ver que houve em Ipatinga um processo de suburbanização, discorda-se que qualquer ação descentralizadora, configurando unidades auto-suficientes e de zoneamento pode ser responsável pela destruição da urbanidade, como visto por Lefèbvre e apontado também por Jacobs¹⁶. Consideramos que o problema não está em descentralizar e organizar funções na cidade, por meio do zoneamento, mas sim de se perder o sentido de obra da cidade e da sua importância como um local de mediações entre a ordem distante e a próxima.

Consideramos, também, que não basta proporcionar boas condições de moradia e trabalho em uma ocupação espacial mais disciplinada, para que haja uma maior interação da população com a cidade. A auto-suficiência das UVs dentro da Vila-Operária, apesar de conseguir promover um crescimento mais ordenado, também contribuiu para o isolamento e

¹⁵ Um dos quatro moradores entrevistados neste bairro, jovem com 30 anos, adora o local pelas opções de lazer que se tem por perto e também pela quadra de esporte, mas não gosta da fofoca no bairro. Pelo fato de o Novo Cruzeiro ser bem pequeno todos se conhecem e falam da vida dos outros. Outro fato colocado por ele é que houve rivalidades de grupos de jovens do bairro Iguazu com o do Novo Cruzeiro, confirmando a formação de “ilhas hostis” como percebido por Jacobs (2000).

¹⁶ “[...] devemos refutar qualquer modelo que encare os bairros como unidades auto-suficiente ou introvertida” (JACOBS,2000:125). Para Jacobs este tipo de modelo transforma a cidade em territórios hostis e desconfiados uns dos outros.

a segregação espacial e social destas áreas, aproximando-se da idéia dos “sistemas fechados” de Alexander (1967), do aspecto de uma “coletividade etiquetada” como criticado por Jacobs (2000) e percebido em Ipatinga, principalmente pelos que vivem fora da área da USIMINAS, e da visão de Lefébvre (1969:90) de que “as estratégias de classe (inconsciente ou conscientes) visam a segregação”¹⁷.

A própria USIMINAS tentou amenizar a proposta do plano de separar a população de acordo com a sua posição hierárquica na empresa ao perceber que, após os primeiros anos da Vila, a padronização das residências era um fator que, apesar de ter facilitado a construção em série das moradias¹⁸, não deixava a população residente satisfeita, pois também a segregava quanto à sua condição financeira, expondo-a socialmente na cidade. Isto confirma o pensamento de Jacobs (2000:360) de que “[...] está errado separar uma parte da população segregada pela renda, separada em seus próprios bairros, que têm uma organização comunitária própria e diferente.”

Como resultado, após o plano habitacional de 1965 (USIMINAS, 1965) e principalmente após a postura mais firme da USIMINAS de estimular uma mistura da população não empregada por ela junto aos bairros da Vila-Operária, com o plano do Maurício Roberto em 1977, citado em USIMINAS, 1977, as residências dos bairros da USIMINAS “A” e “B” foram quase todas alteradas.

Essa vontade de reformar as residências-tipo mostra, por um lado, que a diversidade, como apontado por Jacobs (2000), era um desejo do morador de Ipatinga. Mas, por outro lado, as construções que foram feitas ou reformadas dentro das UVs FIG. 106, 107 e 108, principalmente as mais recentes, quando a USIMINAS foi cada vez mais se afastando da fiscalização no cumprimento dos parâmetros urbanísticos para a construção de obras¹⁹ deixaram de contemplar os generosos afastamentos. Isso tem contribuído para que algumas UVs percam boa parte dos espaços amplos e verdes dentro das residências, que eram mecanismos naturais de climatização e proteção solar das residências.

¹⁷ Lefébvre ao falar de estratégias de classe está se referindo principalmente à figura do Estado e da Empresa. Realmente, no Brasil, deve-se ter a consciência de que a arquitetura e urbanismo modernista faziam parte de uma estratégia da classe dominante, representada na grande maioria pelo Estado e Indústria, com o objetivo de consolidar o progresso do país e criar uma identidade nacional.

¹⁸ Um problema que se enfrenta ao se propor construir moradias em grande quantidade é conciliar baixo custo com a diversidade. Sabemos que a padronização é um fator que facilita a obra de grandes conjuntos habitacionais, principalmente em casos em que há apenas um órgão financiador. As residências-tipo propostas para os bairros da Usiminas, aos poucos foram sendo mudadas pelos próprios moradores, que queriam atribuir uma marca pessoal em meio à uniformidade proposta para o bairro. Howard (1996) em sua cidade jardim já alertava para a importância da municipalidade, apesar de exercer o controle na construção das residências, permitir e encorajar a expressão da preferência e gosto individuais.

¹⁹ O plano de 65 (USIMINAS, 1965), conforme descrito no capítulo II estipulava afastamentos mínimos para as construções bem como o tamanho de aberturas e área verde disponível no terreno (ver Anexo 2).



FIGURA 106 – Indicação de dois prédios previstos no plano da Vila-Operária e as construções que foram permitidas em uma rua aberta entre eles. Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 107 – Vista da rua que foi construída entre a área livre que havia entre os prédios residenciais, indicados na figura anterior. Fonte: Arquivo particular da autora



FIGURA 108 – Residências totalmente modificadas, ocupando toda a área verde anteriormente existente. Fonte: Arquivo particular da autora

Realmente, observa-se que o tipo de organização espacial por setores torna-se falha quando a cidade não possui centralidades afirmadas como valor de uso. Nessa conjuntura é importante resgatar o sentido de obra na cidade, como entendido por Lefèbvre (1969).

Isso fica bem claro no nosso estudo, visto ser Ipatinga dotada de bairros com boa infraestrutura, que ainda colhe benefícios pela sua configuração polinucleada, mas que é carente de locais públicos de encontro. Nesse aspecto, seus diversos núcleos, mostram-se introspectivos, seletivos e em alguns casos ainda “fracos”, pois incapazes de aproximar a população como um todo que basicamente estabelece relações por meio do trabalho, comércio e serviços.

Isso faz com que, no geral, a população tenha uma percepção muito fragmentada da cidade, não a compreendendo em suas diversas realidades e estabelecendo uma nítida separação entre a área da USIMINAS e os loteamentos independentes feitos posteriores. No entanto,

algumas ações locais já realizadas pela Prefeitura, como a construção do Parque Ipanema na região central de Ipatinga, mostraram ser possível “fortalecer” e resgatar a importância da centralidade urbana como local da festa e do encontro²⁰.

Percebe-se ainda que há uma vontade muito grande da população em atuar nos assuntos correlatos à cidade, o que pode ser atribuído justamente à consolidação da estrutura interna de cada bairro, despertando o orgulho de seu próprio bairro, apesar dos problemas que ele apresenta.

A população se mostra participativa quando se sente ameaçada pela ordem distante como ficou visto nos casos específicos relatados aqui: bairro Bom Jardim e Cariru. Como lembra Lefévre, a luta de facções, de grupos de classes, reforça o sentimento de “pertencer” e a cidade se mostra como uma arena e que neste confronto “[...] Sociedades muito opressivas foram muito criadoras e muito ricas em obras” (LEFÈVRE, 1969:12). E ainda: “A vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem na cidade”. (LEFÈVRE, 1969:20).

Nesse sentido, acredita-se ser preciso canalizar essa vontade de participar, não só em benefício local, mas também em prol da cidade como um todo, mesmo que para isto haja conflitos. Concordamos com o argumento de Lefévre de que conflitos geram mais frutos para a cidade do que o total isolamento de suas partes; mas percebe-se também que se não começarmos a estimular o engajamento social dentro do próprio bairro, torna-se ainda mais difícil que haja a aproximação destas partes. Sem uma consolidação das partes e uma coesão entre elas, a cidade acaba virando “terra de ninguém”, totalmente a mercê da “ordem distante”. A cidade faz parte deste eterno jogo de interesses e o seu desafio torna conciliar os interesses individuais e coletivos.

²⁰ A população de todos os quatro bairros estudados (Cariru, Novo Cruzeiro, Cidade Nobre e Bom Jardim) frequentam e usam o Parque Ipanema, inclusive para participar de festas populares e encontros religiosos. Fato confirmado pelas entrevistas.

5.3.1.2 Quadro Síntese

Como visto na seção anterior, muito do que foi criticado por Lefèbvre (1969,1999), Jacobs (2000) e Alexander (1967) pôde ser confirmado através dos relatos de alguns moradores e pela observação em campo, ao mesmo tempo em que aspectos positivos foram também apontados como advindos do plano urbanístico modernista da Vila-Operária e que colaboraram para que a cidade de Ipatinga, como um todo, obtivesse uma estrutura urbana mais organizada. Outros aspectos foram considerados neste estudo como indiferentes no tipo de planejamento urbano, pois são encontrados tanto na realidade projetada quanto na parte que cresceu a partir dela.

Há, então, uma parte da população, principalmente os jovens e adolescentes e pessoas que vivem fora da área de USIMINAS, que reitera as críticas pós-modernas, apontando os aspectos negativos do isolamento tanto da Unidade de Vizinhança com relação a outros bairros na cidade, quanto das áreas residenciais como as comerciais e de bares, como responsáveis pela monotonia e a falta de vida destas áreas projetadas. As opiniões são muito diversas e por isto seria uma atitude muito reducionista e tendenciosa se colocássemos aqui qual opção de planejamento seria melhor e mais adequada para a cidade.

O QUADRO 3 mostra um resumo daquilo confirmado como critico, daquilo percebido como atributo positivo e dos aspectos considerados indiferentes com relação ao planejamento urbano modernista. Assim, conseguimos perceber mais claramente os pontos da crítica pós-moderna correlacionados com as áreas projetadas que seguiram critérios modernistas.

Dessa forma, as considerações presentes no QUADRO 3 consolidam as três fontes da pesquisa em campo: observação in loco, conversas informais com moradores e profissionais ligados ao planejamento urbano e as entrevistas com moradores que se basearam no roteiro: “*As quatro chaves do urbanismo*” (ver APÊNDICE).

QUADRO 3
Quadro Síntese

<p>Criticas confirmadas:</p>	<p>O zoneamento separando setores comerciais dos residenciais favorece a monotonia, proporcionando algumas ruas e calçadas desertas.</p> <p>A composição da cidade por <u>UVs</u>, separadas fisicamente por uma área livre desocupada, favorece a deficiência na articulação dos bairros e espaços mais segregados. Em nosso estudo, a população acaba perdendo a percepção da cidade como um todo e fazendo uma nítida separação entre os bairros da Usiminas e os bairros independentes.</p> <p>A destinação de cada bairro de acordo com a posição hierárquica dos funcionários dentro da empresa contribuiu para aumentar a animosidade entre os moradores de cada bairro.</p> <p>A padronização das construções, de acordo com o perfil do funcionário, além de aumentar a monotonia da paisagem urbana, foi um fator que favoreceu o aumento da discriminação entre os próprios moradores que passaram a ser vistos em grupos distintos, em alguns casos, formando “ilhas hostis”.</p>
<p>Atributos positivos:</p>	<p>A Carta de Atenas melhor atendia as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular no que diz respeito a assegurar no ambiente urbano infraestrutura, o espaço, a vegetação e o sol, criando e/ou preservando parâmetros urbanísticos de forma a monitorar espacialmente o crescimento da cidade.</p> <p>A auto-suficiência que cada <u>UV</u> obteve é vista pela população como algo positivo, pois facilita as atividades diárias. No caso dos bairros independentes que foram implantados mais próximos uns dos outros a auto-suficiência favoreceu um intercâmbio entre eles relacionando as atividades de trabalho, serviços e comércio.</p> <p>A consolidação interna de cada bairro, com certa autonomia foi importante para a identificação da população com o bairro, procurando reivindicar melhorias para o mesmo sempre quando necessário.</p> <p>A preocupação em reservar praças públicas próximas às residências.</p> <p>Infra-estrutura urbana mais bem distribuída com escolas, posto de saúde, praças, comércio e serviços.</p> <p>A descentralização pode ser positiva, desde que se criem novas centralidades.</p>
<p>Fatores indiferentes:</p>	<p>O autoritarismo do planejador e o aumento da criminalidade são fatores que independem do tipo de planejamento urbano, pois podem existir também em cidades que não foram projetadas segundo critérios modernistas e que cresceram de acordo com o mercado imobiliário. O mercado imobiliário se torna tão autoritário quanto o planejamento urbano modernista. O ideal seria conciliar participação popular com critérios para preservar as materias primas do urbanismo (sol, espaço e vegetação) além de favorecer uma melhor distribuição de infra-estrutura urbana.</p> <p>Lugar público de encontro foi um fator desconsiderado no plano da vila e não abordado nos loteamentos independentes feitos posteriormente. Este fato poderia ter sido amenizado se o plano inicial tivesse contemplado equipamentos públicos de lazer previstos em cada bairro ou se houvesse parâmetros urbanísticos para uma melhor configuração dos bairros que se formaram.</p> <p>A segregação social e espacial na cidade existe independente do tipo de planejamento urbano, está ligado a questões sociais e econômicas, situação típica de países que tiveram uma industrialização incipiente.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Estes itens foram selecionados dentre outros por considerarmos os mais significativos²¹, procurando colocar a percepção da maioria dos entrevistados.

5.4 Considerações finais

A realidade de nossas cidades mostra ser difícil contrariar a ordem distante, segundo Lefèbvre (1969) atual e impedir que a cidade continue crescendo e promovendo seu valor de troca e, fisicamente, impossível que todos tenham fácil acesso ao centro da cidade e participação efetiva. A descentralização, dessa forma, com a criação de novos centros regionais, com certa auto-suficiência, não deve ser vista como uma opção que destrói a cidade e sim como aquela que tenta trazer para a periferia a própria noção de urbanidade, tentando conciliar o valor de troca ao de uso.

É como se buscássemos uma aliança com a própria causa do problema para poder solucioná-lo, sem contudo desconsiderar a importância de centros de referência para a cidade como um todo, como foi o caso do Parque da Ipanema. Locais como esse são imprescindíveis para despertar a consciência da população para vida urbana, por meio do confronto das suas diferenças.

A falta de controle que ordene o crescimento atual de Ipanema e a forte pressão do mercado imobiliário para a verticalização são as principais ameaças para a cidade, pois podem causar sérios problemas envolvendo as quatro chaves do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear e circular. Os mecanismos que estão conseguindo evitar maiores transtornos para a cidade são as organizações populares, por meio de associações de bairros e grupos culturais, que buscam sempre reivindicar do poder público municipal melhores condições para os bairros.

A participação da população é, então, imprescindível para que haja uma intermediação entre a ordem distante e a ordem próxima, intervindo sempre que a ordem distante favorecer o processo de suburbanização, renegando o direito às regiões mais periféricas da cidade.

²¹ Existem outros fatores que são vistos como positivos pela população residente nos bairros projetados pela Usiminas e os mesmos vistos como negativos pelos que moram nos bairros fora dos limites da vila-operária. E vice-versa, os que moram fora da vila valorizam certas características que não são tão importantes para os que estão no seu interior. Isto quer dizer que há pontos indicados no quadro que não correspondem com a opinião de alguns moradores, mas são indicativos de um ponto de vista de como a cidade está sendo percebida.

As dificuldades enfrentadas pela cidade de Ipatinga, em seus primeiros anos de vida, no que diz respeito a carência de estrutura administrativa e de planejamento da parte que cresceu fora da vila-operária e a consolidação de unidades isoladas e com certa auto-suficiência foram fatores que podem ter estimulado um maior engajamento da população em defender os seus direitos junto ao poder público.

Conti em seu estudo a respeito da experiência da autogestão em Ipatinga relata que as primeiras tentativas da população em buscar auxílio junto à prefeitura “Apesar de [...] não ter apresentado o resultado esperado, conseguiu quebrar de maneira simbólica a postura passiva da administração” (CONTI, 2000:87) e abrir caminhos para a concretização de umas das mais bem sucedidas experiências de mutirão no Brasil.

Hoje a cidade conta também com a participação da população no programa de orçamento participativo da Prefeitura (OPA), confirmando a postura do Estatuto das cidades (2002) em promover o engajamento da população para discutir o futuro das cidades.

Nesse sentido, percebe-se ser possível articular idéias modernistas, como as apresentadas na Carta de Atenas, com a participação popular. O pensamento da Carta de que a ausência do urbanismo é a causa do anarquismo é ainda bastante atual e em caso de anarquismo brasileiro, as cidades sempre saem prejudicadas. As idéias contidas nesse documento de 1933 mostram-se ainda bastante apropriadas para o planejamento urbano de nossas cidades, sendo úteis em um contexto temporal e espacial diverso daquele em que foram geradas de forma a tentar manter um certo parâmetro para tentar equilibrar os interesses individuais do coletivo.

Pondera-se, entretanto, que não devemos ficar presos a regras ou tratados universalistas, embora as regras sejam necessárias ao planejamento urbano, para garantir um mínimo de condições de habitabilidade à população de baixa renda, consideradas as matérias primas do urbanismo, explicitadas na Carta de Atenas: o sol, a vegetação e o espaço.

Assim como em Gorelik (2005), compreende-se que não se devem assimilar as críticas que foram geradas ao planejamento urbano modernista acriticamente, para os casos brasileiros. A visão pós-moderna de que o urbanismo modernista é um modelo fracassado não encontra, aqui, um amplo respaldo. Pelo contrário, as cidades aqui projetadas que seguiram esses preceitos, são ricos laboratórios para o planejamento urbano. Ipatinga é um importante exemplar deste caso que, apesar de todos os problemas nela existentes, a população entrevistada se mostra satisfeita com os benefícios que a cidade oferece e engajada para atuar em assuntos ligados ao planejamento urbano.

6 CONCLUSÃO

Acreditamos que seja muito difícil admitir a existência de uma teoria científica de caráter universal que consiga explicar todos os fenômenos urbanos, independentemente de seus aspectos contextuais. Assim, não nos parece possível haver um planejamento urbano totalizador, que controle todas as variáveis intervenientes na vida das cidades. Por outro lado, reconhecemos a necessidade de uma postura planificadora que possibilite a formação de uma visão maior do conjunto, para assegurar um melhor equilíbrio entre os interesses coletivos e os interesses individuais.

Sabemos que em toda decisão há algo a se ganhar e a se perder e que planejar uma cidade exige a tomada de decisões a todo tempo. Consideramos, assim, que mesmo um planejamento urbano de sucesso não é perfeito, pois isso seria dizer ser possível a concretização exata de modelos ideais e utópicos, como os propostos pelos modernistas. Entretanto, pode haver estratégias de planejamento que conseguem atingir mais aspectos positivos do que negativos, sendo capazes de oferecer uma melhor qualidade de vida a um maior número de pessoas, na cidade.

Como vimos ao longo deste estudo, o modernismo brasileiro surgiu em um contexto diferente daquele que o originou na Europa. Aqui ele foi assimilado, juntamente com a elite e o governo, para simbolizar o progresso e desenvolvimento almejados para o país. As idéias arquitetônicas internacionais adquiriram uma fisionomia própria em uma aliança entre o Estado e a *Nova Arquitetura*, em um projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo governo de Getúlio e continuado pelo governo de JK.

A experiência do urbanismo modernista em Minas Gerais, analisado sob o prisma do caso de Ipatinga, revelou, sobretudo, que a construção da Vila-Operária possibilitou a concretização de um plano piloto específico, com o objetivo de suprir o déficit habitacional necessário para o funcionamento de uma empresa siderúrgica.

A finalidade da construção da USIMINAS, em Ipatinga, estava inserida no projeto de desenvolvimento nacional e tinha como objetivo dinamizar a atividade siderúrgica no Brasil.

Para isso, a região escolhida necessitava de infra-estrutura que viria a ser suprida com a idealização da construção de uma Vila-Operária.

Assim, a Vila-Operária de Ipatinga projetada por Hardy & Bhering foi um marco do planejamento urbano modernista que buscava servir aos requisitos de uma indústria. Devido à época de seu planejamento e sua construção, 1958-62, foram aplicadas as teorias modernistas. Essas teorias influenciaram o plano urbanístico proposto pelos arquitetos e foram espacializadas, de certa maneira, em solo ipatinguense, gerando um caso particular do nosso modernismo.

As críticas que se iniciaram a partir de 60 no cenário mundial contra este tipo de planejamento racionalista e funcionalista já eram comuns logo nos primeiros anos de vida da Vila-Operária. Assim como Brasília, Ipatinga nascia em um momento em que os preceitos modernistas eram questionados como não apropriados para se projetar cidades. As críticas que se faziam então, no cenário internacional, notadamente as proferidas por Jacobs (2000), Alexander (1967) e Lefèbvre (1969;1999) foram assimiladas também em solo brasileiro, atingindo principalmente a experiência de Brasília.

O estudo da cidade de Ipatinga mostra que o que foi conquistado aqui, no Brasil, não pode ser comparado com os fracassados conjuntos habitacionais norte-americanos. Apesar de todos os problemas, tais como, formação de núcleos residenciais isolados, muitas vezes monótonos, a população brasileira parece aceitar e utilizar esses espaços.

No caso brasileiro, as críticas de Jacobs (2000) de que a violência urbana acontece mais nos núcleos projetados não condizem com a nossa realidade, já que ela está presente principalmente nas grandes metrópoles, independente delas serem ou não projetadas, como o que se pode perceber nas duas partes da cidade de Ipatinga. Cabe ao arquiteto, como visto no caso do Bom Jardim, criar condições de lazer e infra-estrutura urbana para que a população passe a valorizar seu bairro e, com isto, possivelmente diminuir o índice de criminalidade local.

A estrutura habitacional da Vila-Operária não foi suficiente para absorver toda a população que se deslocou para a região, formando uma parte da cidade que passou a crescer sem o controle da USIMINAS. A cidade de Ipatinga cresceu de uma maneira bastante peculiar, formando diversos núcleos com certa autonomia, mesmo na parte que cresceu fora dos limites da Vila Operária.

Dessa forma, pode-se dizer que o projeto da Vila-Operária influenciou o crescimento de todo o seu entorno, provocando uma interligação, ora mais fraca, ora mais forte, entre os bairros

de acordo com o papel por eles exercidos, por seu maior desenvolvimento comercial e de serviços (como foi o caso do Horto, Cariru, dentro da Vila-Operária e dos diversos bairros fora da vila, como Veneza e Cidade Nobre) ou estritamente residencial como os bairros das Águas e Castelo.

Entretanto, hoje, comparada a parte projetada com a não projetada, percebe-se que tanto uma como outra foram prejudicadas por não terem sido contempladas por espaços públicos de lazer a nível municipal. A parte a não projetada fica ainda mais prejudicada, pois nela foram reservadas poucas áreas verdes e praças no interstício das habitações.

Percebemos que a participação popular no processo de planejamento urbano é importante e que áreas segregadas espacialmente dificultam as relações sociais. Por esse motivo, a análise das críticas pós-modernas, como feita no capítulo IV, nos mostra que houve uma contribuição a ser acrescentada pela população no planejamento urbano, atuando de forma a reivindicar seus interesses junto ao poder público municipal. Nesse caso, a crítica pós-moderna torna-se pertinente ao alegar que havia pouca participação da população no planejamento urbano de cidades.

Assim, não significa que para ter um maior controle no crescimento de uma cidade fosse necessário que uma empresa ou municipalidade se tornasse a “proprietária” da cidade, como foi o caso de Vila-Operária da USIMINAS, mas que a cidade fosse, sobretudo, dotada de critérios normativos para estabelecer um balanceamento entre os interesses coletivos e privados.

Percebemos que um controle autoritário do planejamento urbano, feito por uma proposta de um zoneamento rígido, de uma setorização social, de acordo com a hierarquia da indústria, ou padronização das construções, é algo não desejado pela população de Ipatinga. Mas permitir que o mercado imobiliário comande a construção do ambiente urbano seria também uma suposta liberdade, já que a população novamente ficaria excluída desse processo.

Neste caso, a diversidade das construções e de usos, além de uma maior densidade populacional, conforme o desejado pelos pós-modernos, seria atingida acentuadamente por uma redução da presença de aspectos ambientais de infra-estrutura e de lazer, que são pontos notadamente carentes em nossas cidades brasileiras.

Não devemos atribuir ao planejamento urbano modernista e de Cidades Jardins como tipos de planejamento voltados para favorecer um grupo de maior renda, excluindo os mais pobres, mesmo que no Brasil isso tenha sido aceito e mais aplicado em projetos envolvendo as camadas mais ricas. Se analisarmos, em nosso país, uma cidade ou bairro que não

foram planejados segundo esses preceitos, constatamos a mesma segregação social: os pobres na periferia e os ricos mais próximos da cidade, que segundo Lefèbrve, é o local da festa, do poder, da troca e do encontro.

De acordo com Braga esta segregação também ocorre nas cidades não planejadas:

Os mais ricos também ocupam lugares específicos: ou estão nas áreas centrais, de localização privilegiada ou ocupam áreas nobres da periferia, nos chamados 'loteamentos fechados' com todo conforto e, principalmente, segurança." (BRAGA, 2004:11).

Podemos dizer que essa distribuição de usos no espaço urbano obedece, num primeiro momento, a uma lógica de natureza econômica, de caráter quase que espontâneo (BRAGA, 2004:12).

Sabemos que resolver os problemas decorrentes da segregação social e da violência urbana presente em nossa sociedade é algo utópico, pois eles não podem ser solucionados apenas a partir do planejamento urbano. Contudo, acreditamos que, analisando as medidas tomadas pelos principais agentes responsáveis pelo modo de como Ipatinga cresceu, (Usiminas, mercado imobiliário, poder público municipal e organização popular) podemos contribuir para amenizar ou aumentar os problemas na cidade, a partir de decisões políticas e técnicas.

Se tomarmos a indústria como o ponto central da cidade de Ipatinga, considerando, sobretudo, o motivo de ela existir, esta deveria também contribuir para promover o direito à cidade. Tanto no modelo de Ebenezer Howard como no de Tony Garnier e Le Corbusier é no centro que acontece a festa, onde há o encontro, onde estão os órgãos de poder. Não se trata aqui, entretanto, de resgatar um centro geográfico para Ipatinga, mas um local onde a sua população possa participar daquilo que de melhor a cidade pode oferecer. A construção do Parque Ipanema, por exemplo, foi um elemento urbano que amenizou a segregação entre as duas partes da cidade (a vila-operária e o restante de Ipatinga), promovendo o encontro de grande parte da população, por meio do valor de uso.

Não devemos ficar presos a regras ou tratados que na realidade se mostram inadequados para que o cidadão usufrua de sua cidade, como criticado pela corrente pós-moderna ao ver o enrijecimento do modernismo, a partir de 1945. Entretanto, regras são pertinentes ao planejamento urbano para garantir um mínimo de qualidade de vida à população de baixa renda. Dessa forma, ainda segundo Lefèbrve, o direito à cidade somente será atingido se a população tiver acesso ao espaço urbano de forma atuante e participante.

Nesse sentido, os planos e projetos urbanísticos podem servir de parâmetro para se construir a realidade que somente se tornará efetiva com a presença e uso dos seus

habitantes. Como está colocado na Carta de Atenas, devemos estar constantemente reavaliando as normas urbanísticas, de acordo com a realidade em que vivemos.

A realidade nos mostra indícios de que “a urbanização rápida e a intensa concentração de indústrias, serviços e, portanto, de seres humanos, têm transformado as cidades no oposto de sua razão de ser – um lugar para viver bem, nas palavras de Aristóteles.” (RATTNER, 2001:9). No Brasil, como visto, no capítulo III, a industrialização, sem uma base econômica forte, promoveu uma urbanização deficiente e em precárias condições, principalmente nas regiões periféricas e excluídas do direito à cidade.

A organização territorial por Unidades de Vizinhança auto-suficientes da vila-operária influenciou a organização da parte da cidade que expandiu sem um planejamento geral. Nessa parte, os principais agentes do poder público municipal, o mercado imobiliário e própria população foram responsáveis pela configuração urbana que se formou.

Pelas entrevistas percebemos que, em algumas situações, a população local se encarregou de discernir o que é ou não desejável para o ambiente urbano, e de buscar meios de comunicação com o poder público municipal. Um exemplo disso é a valorização, pelos habitantes, de aspectos ambientais e urbanísticos presentes na parte planejada da cidade, reivindicando-os para a parte não planejada pela USIMINAS, mesmo mantendo certas críticas quanto à monotonia e ao isolamento das Unidades de Vizinhança (UVs) na cidade.

Por meio do estudo do caso “Ipatinga”, constatamos que não basta oferecer boas condições de infra-estrutura e de moradia e trabalho para a população ficar satisfeita, enquanto existir exclusão no usufruto daquilo que a cidade pode oferecer. Acreditamos na participação da população para resgatar o valor de uso e conciliando-o ao de troca.

Devido ao distanciamento temporal, tomando como objeto de estudo Ipatinga, e observando as repercussões que este tipo de planejamento teve na cidade como um todo, pode-se perceber a pertinência de algumas das críticas pós-modernas ao caso analisado. As hipóteses levantadas no início deste estudo agora podem ser mais fundamentadas e avaliadas, apesar de considerarmos que o estudo de Ipatinga não seja suficiente para comprovar toda a relevância da crítica pós-moderna, nos casos analisados.

O que se percebeu com este trabalho - e que se mostrou relevante ao analisarmos a crítica pós-moderna - é que ela nos alertou para a prática de um planejamento urbano que estava sendo adotado - o modernista - que buscava ser muito rígido, com zoneamentos bem definidos e difíceis de serem alterados.

O autoritarismo do planejador, no papel do governo e do arquiteto, mesmo que com “boas intenções”, para tornar a obra mais econômica e rápida, se mostrava na padronização das construções e na construção de uma unidade de vizinhança com poucas opções de lazer e com pouca participação popular.

Vimos que a cidade tratada como um circuito fechado como dito por Alexander (1967), dificultou a comunicação entre as diversas partes da cidade, principalmente, dentro da Vila Operária, o que tornou a cidade segregada social e espacialmente. Mas percebemos que o próprio planejamento urbano, através do exemplo da construção posterior do Parque Ipanema, contribuiu para agregar as partes da cidade e trazer para a população a percepção de uma cidade única – Ipatinga – mesmo com as suas diferenças internas que existem em qualquer cidade, mesmo as não projetadas.

Verificou-se, também, que a crítica pós-moderna encobria aspectos positivos que haviam sido conquistados com os modernistas. Hoje se percebe que aspectos ambientais, como a preservação de áreas verdes, a insolação e o espaço a ser deixado entre as edificações se tornaram importantes aspectos valorizados pela população residente em Ipatinga e que são pontos essenciais da Carta de Atenas, confirmando alguns elementos que foram abordados e que são essenciais para uma boa habitação, recreação, trabalho e circulação.

As praças previstas no plano da Vila Operária, parques construídos pela prefeitura na cidade, boas condições de transporte e de circulação são pontos valorizados pelos habitantes de Ipatinga. Estes, em sua maioria aprovam a presença desses aspectos urbanos e percebem que a parte “espontânea” da cidade, que não apresenta essas benfeitorias, acaba sendo prejudicada e perdendo qualidade urbana.

A partir deste estudo verificamos que foi possível conciliar participação popular com alguns preceitos da Carta de Atenas. Um exemplo foram as reivindicações dos habitantes do bairro Cariru para que se discipline o crescimento da cidade, respeitando seus aspectos ambientais. Esse é um grande indício de que a população unida pode conseguir construir uma cidade que seja, no mínimo, mais condizente com a sua proposta original de ser, resgatando de alguma forma o valor de uso da polis grega.

Assim como em Gorelik (2005), compreende-se que não se deve assimilar as críticas que foram geradas ao planejamento urbano modernista acriticamente, para os casos brasileiros. A visão pós-moderna de que o urbanismo modernista é um modelo fracassado não se torna aqui efetiva, já que esse modelo, apesar de todas as críticas como as feitas ao plano-piloto em Brasília e ao plano da vila-operária Ipatinga, colaborou para a construção de espaços

que até hoje são usados normalmente, bem cuidados e que oferecem uma boa qualidade de vida e infra-estrutura à seus moradores.

No Brasil, a população, talvez, tenha relacionado esse tipo de arquitetura e urbanismo - e o modo de organização espacial urbana dele decorrente - ao progresso e ao desenvolvimento. Este assunto, entretanto, merece um estudo bem mais aprofundado. Isso pode ter criado uma relação de aceitação dos usuários para com os espaços modernistas bem diferente daquela que se verifica nos países ricos. Como foi dito anteriormente, o modernismo aqui chegou em atitude progressista, desenvolvimentista, para construir um futuro que, mesmo com problemas, seria certamente melhor do que deixar que a cidade crescesse sem um planejamento urbano.

6.1 Perspectivas para futuras pesquisas

Ao final deste estudo percebe-se que se tem muito a ser estudado a respeito de Ipatinga. Esta cidade é um excelente laboratório para futuras pesquisas que poderiam abordar os seguintes aspectos:

- A importância da Vila-Operária e de suas construções modernistas para a memória da cidade de Ipatinga. Estudo, junto à prefeitura, para viabilizar um museu para a cidade, relatando o contexto de seu surgimento e construção.
- O estudo e levantamento das residências e conjuntos habitacionais para a Vila-Operária, como exemplo da arquitetura modernista construída em série para atender diversos níveis sociais. Desde casas populares até residências para a elite.
- Estudar o envolvimento da população de Ipatinga no planejamento urbano da cidade.

Os caminhos para futuros estudos são muitos, mas as iniciativas de como transitar por eles é um desafio que, historicamente, se faz sempre presente. O processo não tem fim. Diante dessa afirmativa e para além do estudo proposto, ainda cabe a seguinte pergunta: Quais seriam as possíveis e efetivas repercussões deste estudo no desenvolvimento urbano de Ipatinga e na formação de futuros arquitetos urbanistas?

REFERÊNCIAS

- ACSELARD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 9-19.
- ALEXANDER, Cristhopher. Uma cidade não é uma árvore. *Arquitectura: revista de arte e construção*. Lisboa, n. 95, p. 22-29.1967.
- BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. *Legislação urbanística do município de Belo Horizonte* : plano diretor, Lei n.7165 de 27 de agosto de 1996, parcelamento, ocupação e uso do solo urbano, lei n.7166 de 27 de agosto de 1996. Belo Horizonte: PBH, 1996. 301p.
- BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAIVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985. p.101-133.
- BRAGA, Roberto. *Cidade: espaço da cidadania*. 2004. Disponível em: <www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga11.pdf>. Acesso em :01 ago. 2005.
- BRANCO, Alípio Pires Castello. Belo Horizonte, 10 jan. de 2005. Entrevista concedida a Roxane Sidney Resende de Mendonça.
- CARTA de Atenas. Belo Horizonte: Diretório Acadêmico da Escola de Arquitetura da UMG, 1964. 111p.
- CASCARDO, Danilo Ruback. Ipatinga, 12 mai. 2005. Entrevista concedida a Roxane Sidney Resende de Mendonça.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 5 ed. São Paulo. Perspectiva, 2002. 350p.
- COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naif, 2004. 253p.
- CONTI, Alfio. *A experiência da autogestão em Ipatinga*. 1999. 215 fls. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999
- DANTAS, Jorge. Apresentação. In: CARTA de Atenas. Buenos Aires: : [s.n], 1964
- ESTATUTO da cidade: o jogo tem novas regras. CREA-MG: [Belo Horizonte], 2002.
- FERREIRA, Ignez. Brasília: mitos e realidades. In: PAIVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 43-56.
- FERREIRA, José Maria. Ipatinga, 13 de maio 2005. Entrevista concedida a Roxane Sidney Resende de Mendonça.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 470p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. *Plano de desenvolvimento integrado do aglomerado urbano do Vale do Aço*. Belo Horizonte: FJP, 1978.

GORELIK, Adrián. *Das vanguardas à Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. 190p.

GORELIK, Adrián. O Modernismo em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

HARDY FILHO, Raphael. Ipatinga, cidade aberta. *Revista USIMINAS*, Belo Horizonte, v.1, n. 2, p. 34-41, 1970.

HARDY FILHO, Raphael. *Pesquisa e planejamento*. Belo Horizonte: 1965. 26p.

HARDY FILHO, Raphael. Belo Horizonte, out: 2003. Entrevista concedida a Roxane Sidney Resende de Mendonça.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das letras, 1933.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996. 211p.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. *Perfil do município de Ipatinga*. Ipatinga: PMI, [200-]a. Disponível em: < <http://perfil.ipatinga.mg.gov.br/> >. Acesso em: 19 mai. 2005.

IPATINGA. Prefeitura Municipal. *Portal do cidadão*. Ipatinga: PMI, [200-]b. Disponível em < <http://www.ipatinga.mg.gov.br/> > Acesso em: 25 ago. 2005.

IPATINGA, Prefeitura Municipal. Programa Cura. Ipatinga, [197-].

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 510 p.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel / Edusp, 1990. 253p.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian. 1993. 564p.

LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 307p.

LE CORBUSIER. *Concerning town planning*. London: 1946.

LEFÈBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 1999. 178p.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo. 1969, [s.n], 133p.

MACEDO, Danilo Matoso. *A matéria da invenção criação e construção das obras de Oscar Niemeyer 1938-1954*. 2002 2v. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002.

MACHADO, Joany. Belo Horizonte, out. 2004. Entrevista concedida a Roxane Sidney Resende de Mendonça.

MARCONI *et al.* *Técnicas de pesquisa*. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990.

MARQUES, Ronaldo. Ipatinga, 10 nov., 2004. Entrevista concedida a Roxane Sidney Resende de Mendonça.

MENDONÇA, Roxane S. R. *As quatro chaves do urbanismo*. Ipatinga: [s.n.], 2005. Entrevista em campo. Não publicado.

MENDONÇA, Roxane S. R. de. *Conforto térmico urbano*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2000. 50 p. Monografia apresentada ao Programa de Aprimoramento Discente.

MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MONTE-MÓR, Roberto; COSTA, Heloisa. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. *Topos – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v1, n3, p. 26-33, jul./dez.2004.

OTTONI, Dacio Araújo Benedicto. Introdução. In HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996. 211p.

PAIVIANI, Aldo (org). *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985. p.101-133.

PEREIRA, Miguel. *Arquitetura, texto e contexto: o discurso de Oscar Niemeyer*. Brasília: Ed. da UnB, 1997. 199p.

POSADA, Jorge. O plano e a cidade (II). *Diário do Aço*. Ipatinga, 27 de mar. 1991.

RATTNER, Henrique. Prefácio. In: ACSELARD, Henri (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p 9-19.

ROCHA, Maria Emília Valadares. Belo Horizonte, 23 nov., 2004. Entrevista concedida à Roxane Sidney Resende de Mendonça.

SANTA ROSA, Jason Barroso. *“Cidade Jardim” a utopia de um urbanismo ajardinado: os planos urbanísticos de 1985 e 1935* .[255] f, 2002. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. *A maravilhosa incerteza: pensar, pesquisar e criar*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SEGAWA, Hugo. *Vida e morte de um grande livro*. São Paulo: Vitruvius, 2001. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha020.asp> > Acesso em: 03 nov. 05.

USIMINAS. *Relatório sobre a cidade 1976: aspectos habitacionais*. Ipatinga: Usiminas, 1976. Relatório.

USIMINAS. *Conjunto de informações sobre os primeiros estudos urbanísticos e habitacionais da USIMINAS*. Ipatinga: USIMINAS / U-IGA, 2005. [1 CD-ROOM, não publicado].

USIMINAS. *Plano habitacional*. Belo Horizonte: USIMINAS, 1965. Não publicado.

USIMINAS. *Plano Diretor: cidade operária em Ipatinga*. Belo Horizonte: USIMINAS, 1965. Não publicado.

USIMINAS. *Plano Diretor do programa habitacional da Usiminas Usimec: relatório consolidado*. Rio de Janeiro:USIMINAS, 1977. Não publicado.

USIMINAS. *Usiminas conta sua história*. Belo Horizonte: USIMINAS, 1990.182p.

USIMINAS. *Vila Operária da Usiminas em Ipatinga*. Belo Horizonte: USIMINAS, 1958. Não publicado.

USIMINAS. *Plano Habitacional IV fase*. Ipatinga: USIMINAS, 1987. Não publicado.

VIEIRA, Ivone Luzia. *O Modernismo em Minas O Salão de 1936*, São Paulo. Catálogo da Exposição, Museu de Arte Contemporânea da USP, 1986.[s.p.]. mimeografado.

APÊNDICE

Entrevistas “ As quatro chaves do urbanismo”

As quatro chaves do Urbanismo

CARIRU.

HABITAR:

- 1- Como é morar aqui no bairro Cariru?
2. Então do que você mais gosta e menos gosta ao morar aqui?
3. O que você acha como seria morar lá no Cidade Nobre?
4. Então do que você mais gostaria e menos gostaria se morasse no Cidade Nobre?
5. Quais são as condições de sua habitação aqui?
6. Quais seriam as condições de sua habitação no Cidade Nobre?

TRABALHAR:

7. Como é a sua relação de proximidade com o trabalho morando no Cariru?
8. Qual seria sua relação de proximidade com o trabalho morando no Cidade Nobre?

RECREAR:

9. Você tem opções de lazer no Cariru? Quais são?
10. Você teria opções de lazer no Cidade Nobre? Quais seriam?
11. Quais outros locais de lazer na cidade você frequenta?
12. Quais outros locais de lazer na cidade você frequentaria se morasse no Cidade Nobre?

CIRCULAR:

13. Como você vai para os locais que frequenta no dia-a-dia e finais de semana?
14. O que você acha desta opção?
15. Como você iria para os locais que frequenta no dia-a-dia e finais de semana, se morasse no Cidade Nobre?
16. O que você acharia desta opção?

Entrevistado 1

Sexo: feminino

Idade: entre 20-30 anos.

Tempo que mora no bairro: 4 meses

Região do bairro onde mora: Rua Bélgica esquina com Itália.

Trabalho: arquiteta na prefeitura, centro.

Condição social: classe média.

- 1- Gosta de morar porque toda família mora lá. Não conhece direito o outro "lado" da Usina.
- 2- Mais gosta de: tranquilidade
Menos gosta de: questão do transporte.
- 3- Bairro verticalizado, mais movimentado. Não gostaria de morar.
- 4- Mais gostaria de: parte de comércio e bar para sair.
Menos gostaria de: o movimento trânsito de carros. Apartamentos que são construídos um do lado do outro, piora ventilação, insolação e vista.
- 5- Condição agradável. Difícil achar apartamento para morar. A casa tem um quintal grande. A casa é simples.
- 6- Se morasse lá teria que ser apartamento. O espaço seria menor com menos privacidade.
- 7- Tranquilo, 10 minutos de carro. Ir para o trabalho é tranquilo. Para sair no final de semana tem que esperar ônibus

- 8- Mais longe, mais complicado.
- 9- Caminhada em volta do bairro. Não é sócia do clube. Vai pouco ao centro comercial. Tem o bar Estação do Choque.
- 10- Não teria opção para caminhada ou seria pior. Tem os bares perto da praça.
- 11- Usicultura. Tem o centro Cultural no Shopping. Preço muito barato. Tem também o parque Ipanema, não vai lá, mas é uma opção. Bares, boates, cinema no Shopping. Eventos, shows, teatro giramundo.
- 12- A opção de lazer na cidade como um todo seria a mesma.
- 13- No dia-a-dia de ônibus ou carona. Nos finais de semana, de carona.
- 14- Dependente dos outros ou esperar ônibus para ir aos lugares.
- 15- Seria de ônibus e carona. É difícil de circular na cidade como um todo.

Entrevistado 2

Sexo: masculino

Idade: 50 anos.

Tempo que mora no bairro: 4 anos

Região do bairro onde mora: Rua Inglaterra, 37.

Trabalho: É aposentado, mas trabalhou fora do Bairro.

Condição social: classe média-alta.

1 e 2 - Mais gosta de: pequeno fluxo de veículos, maioria residências confortáveis, facilidade de locomoção para veículos e ônibus, dois clubes sociais no bairro.

Menos gosta de: andar para comprar. Anda por volta de 1200m para ir no mercado.

3 e 4 - Mais gostaria de: comércio diversificado, opção de morar com facilidade em um prédio, bairro dotado de clubes sociais.

Menos gostaria de: proximidade de favela, fluxo acentuado de veículos, alto índice de furtos.

5- 95% das residências de excelente qualidade. As casas da rua síria são geminadas, aí apresentam alguns problemas.

6- 70% das casas são excelentes.

7- 4 km, 6 minutos de carro, 25 a pé e 10 minutos de bicicleta.

8- 6 km, 9 minutos de carro, 40 a pé, 15 minutos de bicicleta.

9- Clube social e praças públicas, pista de caminhada, o centro comercial. Há também concentração para assistir jogo de futebol no centro comercial.

10- Clube social e praça pública.

11- Futebol no "Ipatingão", Parque Ipanema, Lagoa Silvana, Parque das Cachoeiras.

12- Seria a mesma coisa.

13- Carro e ônibus.

14 - Ambas as opções são boas. O carro é melhor.

14- Carro e ônibus, mas com maior tempo de trânsito.

Observações:

Todo bairro tem campo de futebol bom. A cidade o recebeu bem. Ela é referência nacional. Tem um bom sistema de transporte urbano e municipal. Acha um dos melhores do Brasil, com bons carros, sempre bem cuidados e limpos. O horário de ônibus depende do tamanho do bairro. Entretanto acha a passagem cara, pois aqui as ruas não têm buraco e não tem tanto sinal para parar e arrancar. O ônibus não anda muito lotado.

Entrevistado 3

Sexo: feminino

Idade: entre 15-18 anos.

Tempo que mora no bairro: nasceu no bairro.

Região do bairro onde mora: Rua Síria esquina com Chile.

Trabalho: estudante no bairro.

Condição social: classe média-baixa.

1- Gosta, mas não tem muito movimento.

2- Mais gosta de: da praça e dos amigos do bairro que moram perto. A maioria dos amigos são da rua Síria. A Praça Brasil é "melhor que tem!".

Menos gosta de: das fofoqueiras das ruas (se refere às senhoras).

3- "Deve ser bom de mais, perfeito!".

4- Mais gostaria de: "o lugar parece ser bom".

Menos gostaria de: dos "playboys", lá tem pessoas antipáticas.

5- Gosta.

6- Melhor um pouco.

7- Estuda no bairro, no colégio Almirante Toyoda. São 2 minutos à pé.

8- Teria a escola Educação Criativa, seria fácil também.

9- Tem a overnight (boate) na Avenida Itália (onde era o cinema), tem o Hamburguesia (trailer de sanduíche) que serve um lanche "humilde", na Rua Síria. Tem o Francis que é outro trailer perto do centro comercial. Tem a Estação do chope e quando tem jogo vai todo mundo para a o centro comercial. Tem ainda o clube Cearia.

10- Sim. O Ipaminas.

11- Shopping, Parque Ipanema. Sorveteria.

12- Os mesmos lugares.

13- Ônibus. Usa bicicleta no Bairro. Vai a pé para a escola e de carro para o Shopping.

14- Gosta.

15- Ônibus ou carro. Não iria a pé.

16- Seria pior porque tudo é mais longe.

Entrevistado 4

Sexo: feminino.

Idade: entre 75-85 anos.

Tempo que mora no bairro: 41 anos.

Região do bairro onde mora: mora em um dos apartamentos do J23.

Trabalho: aposentada. Trabalhou em uma boutique na Rua Estados Unidos e em uma loja no centro.

Condição social: classe média.

1- Acha muito bom. Sempre achou bom. Criou raízes aqui. Os filhos cresceram aqui. Sente cidadã Ipatinguense.

2- Mais gosta de: gosta de tudo no bairro. Convivência muito boa, a estrutura do bairro é ótima. Tem escolas.

Menos gosta de: não soube falar.

3- Achou difícil falar. Bairro novo, estrutura nova. Um bairro mais de pessoas que não se sociabilizam que não têm amizade, entrosamento. Bairro mais violento, pois está mais próximo a favela. Bairro com estrutura "moderna".

4- Mais gostaria de: o bairro mais moderno, populoso. Lá tem muito barzinho, comércio, loja de material de construção, de móveis. A filha mudou-se do Cariru para o Cidade Nobre por causa de fofoca no bairro Cariru.

Menos gostaria de: falta de segurança, não tem entrosamento.

5- Acha confortável.

6- Sentiria muito isolada. Lá não tem entrosamento. Lá as pessoas estão em busca do serviço. São pessoas mais de fora (Cenibra, empreiteiras).

7- Hoje ela só faz trabalho voluntário. Já teve uma loja no centro de Ipatinga. Era fácil de ir de ônibus ou de carro.

8- Iria ser muito difícil, mais longe, mais perigoso. O bairro distribui trânsito para tudo quanto é lugar.

9- Ela não faz nada. Borda para o clube das vovós que tem 20 anos de existência. Fazia parte do Lions Clube que era no Horto. Nesta época saia mais. Não gosta de freqüentar os clubes sociais do bairro e nunca usou o Parque do Rio Doce para caminhada, que fica no bairro.

10- Não teria. Lá tem o Ipaminas que ela acha ser o melhor clube da cidade.

11- Não freqüenta nenhum porque prefere assistir novela na televisão.

12- A mesma coisa da resposta anterior.

13- De carro.

14- Vai até o centro de Ipatinga de carro. Ela acha que hoje estacionamento lá é um problema. Usa no geral ônibus ou carro.

15- Seria de carro e os horários de ônibus seria mais difícil.

16- Acha o transporte bom.

Observações

No início do bairro Cariru o comércio era mais forte na Rua Estados Unidos, depois é que construiu o centro comercial.

Acha que a cidade merece uma rodoviária nova, pois a de hoje é feia. Ela que acompanhou o crescimento da cidade desde 1964 diz que Ipatinga ficou muito bonita. A Rua 28 de abril era um buraco. Pela sua lembrança, João Lamego Neto fez o Ipatingão. Chico Ferramenta fez o Parque Ipanema. Um outro prefeito fez o “mergulhão”, estrutura viária próxima ao Horto.

Entrevistado 6

Sexo: feminino

Idade: entre 35-45 anos.

Tempo que mora no bairro: 12 anos.

Região do bairro onde mora: Iraque com Etiópia.

Trabalho: já trabalhou no hospital da Fundação da Usiminas, hoje vai, às vezes, no distrito Industrial, onde ajuda na empresa do marido.

Condição social: classe média-alta.

1- Bairro plano com pista de caminhada em volta dele, tem muitas árvores, supermercado, padaria, banco, correio.

2- Mais gosta de: por ser um lugar tranquilo, que não é área de circulação e cercado de verde e além de tudo ser plano. “Vem gente de longe caminhar aqui”.

Menos gosta de: Só a poluição da usina. Acha que ela deveria ter mais filtro.

3- Não gosta de lá. Acha um lugar quente, abafado, que tem muito trânsito para ir para outros bairros. O fluxo de veículos é intenso. Acha o bairro mais perigoso, próximo ao “morro” no Vila Celeste. Considera a segurança lá menor pois o bairro está mais exposto, já o Cariru é mais isolado. O Cariru é como se fosse para morar e lá para trabalhar, com centro comercial, escritórios. Acha então que deveria estimular estas atividades no bairro Cidade Nobre e evitar a moradia lá. Muitos empresários moram lá, mas estão cercados por áreas de violência. Lá tem mendigo, inclusive crianças.

4- Mais gostaria de: Não acha positivo morar lá.

Menos gostaria de: área com trânsito intenso. Cercado por pobreza. Não tem segurança, o bairro é mais exposto a marginalidade e onde se tem muita exploração de criança para mendigar.

5- Acha ótimo.

6- Não se vê morando lá, pois hoje mora numa casa que tem verde e acha que lá não tem tanto, além de ser um lugar abafado.

7- Mora próximo do distrito industrial.

8- Acha que seria mais longe.

9- Sim. Clube, centro comercial, barzinho e ciclovia que dá volta no bairro inteiro. No bairro tem dois clubes, muitas praças. No Cariru, quase toda quadra tem praça.

- 10- Pizzaria a noite. Tem o clube Ipaminas.
- 11- Vai ao Parque Ipanema. Vai à Lagoa Silvana, ao Shopping.
- 12- Seria a mesma coisa.
- 13- Usa muito a bicicleta para ir para o Parque. Usa carro ou vai a pé para os demais lugares.
- 14- Acha esta opção conveniente.
- 15- Para o parque de carro e bicicleta. Para o shopping de bicicleta.
- 16- Satisfatória.

Observações

CIDADE NOBRE.

HABITAR:

- 1- Como é morar aqui no bairro Cidade Nobre?
2. Então do que você mais gosta e menos gosta ao morar aqui?
3. O do que você acha como seria morar lá no Cariru?
4. Então do que você mais gostaria e menos gostaria se morasse no Cariru?
5. Quais são as condições de sua habitação aqui?
6. Quais seriam as condições de sua habitação no Cariru?

TRABALHAR:

7. Como é a sua relação de proximidade com o trabalho morando no Cidade Nobre?
8. Qual seria sua relação de proximidade com o trabalho morando no Cariru?

RECREAR:

9. Você tem opções de lazer no Cidade Nobre? Quais são?
10. Você teria opções de lazer no Cariru? Quais seriam?
11. Quais outros locais de lazer na cidade você frequenta?
12. Quais outros locais de lazer na cidade você frequentaria se morasse no Cariru?

CIRCULAR:

13. Como você vai para os locais que frequenta no dia-a-dia e finais de semana?
14. O que você acha desta opção?
15. Como você iria para os locais que frequenta no dia-a-dia e finais de semana, se morasse no Cariru?
16. O que você acharia desta opção?

Entrevistado 1

Sexo: feminino.

Idade: 30 anos.

Tempo que mora no bairro: 6 anos.

Região do bairro onde mora: Dom Pedro II, entre Carlos Chagas e Monteiro Lobato.

Trabalho: trabalha fora do bairro, no Vila Celeste.

Condição social: classe média.

- 1- Muito inseguro, não tem policiamento. Para crianças é inseguro.
- 2- Mais gosta de: perto escolas, perto do trabalho. Está no centro.
Menos gosta de: falta policiamento. Bairro inseguro

- 3- Mais residencial. Acha que lá tem muita poluição, por isto prefere o bairro Cidade Nobre. Se ela fosse escolher entre os dois preferiria o Cidade Nobre.
- 4- Mais gostaria de: tranquilidade.
Menos gostaria de: Poluição.
- 5- Localização da casa é ótima. Gosta.
- 6- Seria casa, a mesma coisa.
- 7- Fácil, é próximo do bairro Vila Celeste. Pode ir de carro ou a pé.
- 8- Muito longe. Teria que ir para lá de carro ou de ônibus.
- 9- Praça perto de casa e o Ipaminas.
- 10 - Praça e clube.
- 11- Parque Ipanema, ABB (clube do Banco do Brasil), no bairro Industrial.
- 12- Seria a mesma coisa.
- 13- De carro. Para a praça vai à pé.
- 14- Acha esta opção boa, que atende.
- 15- Carro.
- 16 – Boa, lhe atende.

Entrevistado 2

Sexo: masculino

Idade: entre 35-40 anos.

Tempo que mora no bairro: 6 anos.

Região do bairro onde mora: Rua Joaquim Nabuco com Simon Bolívar.

Trabalho: Dentista. Tem consultório no Bom Jardim e no Vila Celeste.

Condição social: classe média.

- 1- Não tem nada a reclamar. Quanto à estrutura, acha que falta um mercado no bairro. Em termo de serviço é bom aumentou consultórios e serviços no bairro.
- 2- Mais gosta de: tranquilidade de morar (não no sentido de segurança)
Menos gosta de: trânsito, segurança, assalto.
- 3- Impossível morar do lado de lá. Quando comprou olhou muito bem a distância com o trabalho, aí preferiu no Cidade Nobre. Só não moraria pelo fato de trabalhar no Bom Jardim.
- 4- Mais gostaria de: o silêncio.
Menos gostaria de: seria a distância, poluição e segurança. Acha o bairro Cariru até mais inseguro que o Cidade Nobre, pelo fato de ter mais casas. Segundo ele, as casas atraem mais ladrões.
- 5- Tamanho 130 metros quadrados. Gosta e foi também o que teve condições de comprar.
- 6- Seria melhor porque seria casa. O preço era o mesmo.
- 7- Acha ideal. O bairro está no meio do caminho dos dois trabalhos.
- 8- Difícil para montar consultório. Hoje ele é clínico geral e atende no Bom Jardim e Vila Celeste. Pensa até em montar consultório lá no Cariru, mas acha que teria que se especializar em transplante, pois a clientela lá é melhor, que paga por serviços mais caros.
- 9- Tem o Ipaminas e só agora, recentemente, tem praça pública. Restaurantes, bares, igreja perto.
- 10- Basicamente as mesmas opções, clube e praça.
- 11- Não vai muito ao Shopping. Vai em média duas vezes por mês no Parque Ipanema. Parque das Cachoeiras ou quando não vai para a “roça”.
- 12- Acha que seria a mesma coisa. Talvez ira ao clube Morro do Pilar que fica no Castelo, onde ele tinha cota.
- 13- Carro.
- 14- A única, porque tem que levar filhos que estudam no Cidade Nobre.
- 15- Carro.
- 16- A única.

Observações

Ele acha que o trânsito na cidade flui. O tempo de alguns semáforos no bairro piora o trânsito.

Entrevistado 3

Sexo: feminino.

Idade: 20 anos.

Tempo que mora no bairro: 20 anos.

Região do bairro onde mora: Av. Monteiro Lobato perto da rua Euclides da Cunha.

Trabalho: Estudante da Unileste no Bom Retiro.

Condição social: média-alta.

1 - Acha que quanto à estrutura é bom, mas que agora está ficando perigoso. O bairro está crescendo muito, tem bastante comércio.

2 - Mais gosta de: facilidade de ir para outros lugares.

Menos gosta de: a atividade no bairro fica restrita ao comércio. Há pouco contato com vizinhos.

3 - Não imagina, acha longe de tudo.

4- Mais gostaria de: só o acesso ao bairro Bom Retiro, onde estuda. Prefere o bairro Cidade Nobre. Quanto ao perigo considera que é a mesma coisa.

Menos gostaria de: A acessibilidade, ela acha lá "fora de mão".

5- Considera boa a sua habitação, a atende bem. Mora na Avenida, tem movimento.

6- Acha que no Cariru a rua fica isolada e que aqui tem movimento.

7- Estuda no Bom Retiro, na Unileste. Às vezes tem que ir também para Coronel Fabriciano. Tem que pegar ônibus e o percurso demora 20, 30 minutos. Acha que o ônibus demora, é ruim.

8- Seria Pior. Lá é mais próximo, mas aqui tem muito mais recurso de transporte.

9- Tem um clube o Ipaminas, mas não gosta de freqüentar. Têm barzinhos bem freqüentados.

10- Um pouco menos. Tem a boate, mas o pessoal não vai tanto. Acha o Cidade Nobre melhor. Só acha lá bom por causa da área de caminhada.

11- Vai mais é para boate nos Bairros Bela Vista, Horto.

12- Iria para os mesmos lugares.

13- No dia-a-dia vai de ônibus, nos finais de semana, sai com o namorado de carro e, às vezes, usa o carro do pai.

14- Acha difícil a locomoção. Tem que olhar horário sempre.

15- A mesma coisa.

16- Difícil.

Entrevistado 4

Sexo: masculino.

Idade: mais de 80 anos

Tempo que mora no bairro: 30 anos

Região do bairro onde mora: esquina da Rua Von Goethe com Wiston Churchill.

Trabalho: Foi comerciante 20 anos no centro. Depois foi para a Cidade Nobre e começou a trabalhar de jardineiro.

Condição social: simples.

1- Acha bom morar no bairro. Morou 11 anos na Av. Monteiro Lobato, mas ficou desempregado e foi obrigado a vender a casa e mudar-se. Tem 19 anos que mora na atual casa. Morou antes no bairro Panorama e Canaã.

2- Mais gosta de: dos vizinhos. Acha local bom, perto mercearia e de três postos médicos. Gosta muito. Tem ponto de ônibus perto.

Menos gosta de: quase que gosta de tudo.

3- Acha lá também um bom bairro, mas já acostumou com o bairro Cidade Nobre. Acha o bairro onde mora melhor. Lá o pessoal é de classe social mais alta.

- 4- "O caso é da gente se ambientar no lugar. Lá tem mais conforto".
- 5- Acha bom.
- 6- Considera que podia ser diferente.
- 7- Já trabalhou no centro 20 anos. Já trabalhou com horta no bairro e hoje ainda é jardineiro. Não gosta da poluição da indústria. Acha que atrapalha o seu trabalho, pois mexe com terra que fica cheia de poeira. Quando morava no Jardim Panorama ia a pé para o centro, pois na época não tinha transporte coletivo que chegava lá. Quando era a empresa Sayonara de Coronel Fabriciano era pior. Depois que passou para a Águia branca melhorou.
- 8- Sera mais fácil ir para o trabalho no centro.
- 9- No bairro não tem não. Quando quer lazer vai para o Parque Ipanema. Têm estes clubes, mas... (deixou a entender que por ser pago não podia frequentar).
- 10- Considera que lá tem clubes e mais condição. Mas sempre tem que pagar, por isto não poderia participar.
- 11- Não frequenta nenhum. Vai ao Parque Ipanema quando tem encontros das comunidades das diversas igrejas.
- 12- Não sabe dizer, mas acha que lá tem mais vida social, pois está tudo perto.
- 13- Ônibus. Sendo muitas vezes a pé.
- 14- "Boa, é muito boa. Aqui em Ipatinga este circular é bom".
- 15- Acha que é conforme o lugar que está destinado a ir. Lá seria melhor porque é mais perto.
- 16- Bom.

Observações

Nasceu em Caratinga, mudou-se para Ipatinga em 67. Desde 75 mora no bairro, completando 30 anos que está naquela região. Teve 12 filhos. Em 72- 73 começaram os loteamentos nesta região. Aí ele comprou um lote. O bairro Canaã veio antes. Depois do Cidade Nobre veio o Bethânia.

Entrevistado 5

Sexo: feminino.

Idade: 30-35 anos.

Tempo que mora no bairro: 6 anos.

Região do bairro onde mora: Simon Bolívar perto da esquina com João Monlevade.

Trabalho: Sempre trabalhou fora. Hoje é doceira, mas já trabalhou no Aeroporto de Ipatinga.

Condição social: Classe média.

- 1- Acha que o melhor modo de morar aqui é em apartamento, pois as casa são frequentemente assaltadas.
- 2- Mais gosta de: gosta de bairro grande com movimento, não gosta de "interiorzinho". Poder sair de um bairro e rapidinho estar no outro. Não gosta de bairro morto. No bairro Cariru, no domingo pode "sair pelado na rua que ninguém vê".
Menos gosta de: acha que falta praça para criança (só agora é que tem). "Mas o pior é ladrão. Para morar em casa tem que ter cachorro."
- 3- Acha que não teria problema nenhum. Não gosta do pó da usina, pois toda hora tem que ficar limpando a casa.
- 4- Mais gostaria de: Acha a segurança de lá melhor. Bairro que oferece muitas praças, mais tranquilidade e mais lazer para criança.
Menos gostaria de: da poluição.
- 5- Mora de aluguel. Gosta do apartamento. Acha bom.
- 6- Talvez tivesse que construir uma casa no lote do lado da casa da mãe que mora no Cariru. A família tem o equivalente a 3 lotes no Cariru.
- 7- Do Cariru seria mais próximo da ir para o Aeroporto. Mas não teria diferença porque tinha um carro da empresa que vinha buscá-la. Para ela é ótimo ser doceira no bairro Cidade Nobre, porque ele é grande.

- 8- Teria do mesmo jeito ou mais clientes. Acha que não teria diferença para o seu trabalho se morasse lá.
- 9- Quando quer passear vai ao Parque Ipanema. No bairro não tem opção. É sócia do Cariru Tênis Clube, pois a família ainda mora lá. Mas não gosta muito de clube, prefere cachoeira.
- 10- Iria para o Shopping com o seu filho. Iria mais à casa da mãe e ao Cariru Tênis Clube.
11. Clube, Parque das Cachoeiras. Gosta de ir ao Parque Ipanema durante a semana para fazer caminhada. Durante o final de semana não gosta de ir para lá, pois acha que tem "farofa".
- 12- Iria mais ao Parque Ipanema e ao Cariru Tênis Clube. Acha que a cidade tem pouca opção de lazer.
- 13- De carro
- 14- De carro é mais rápido.
- 15- Iria a pé para o Clube.
- 16- Para o lazer seria melhor sim.

Entrevistado 6

Sexo: feminino.

Idade: entre 55 e 65 anos.

Tempo que mora no bairro: 17 anos.

Região do bairro onde mora: Rua Cândido Portinari perto da esquina com Inconfidência Mineira.

Trabalho: É comerciante, dona de um salão de beleza no bairro.

Condição social: simples.

- 1- Gosta do bairro.
- 2- Mais gosta de: ter mais comércio próximo. Gosta porque já acostumou com o local, sua rua é sossegada.
Menos gosta de: Acha o bairro muito inseguro.
- 3- Não gosta do Cariru. Acha muito poluído e muito isolado.
- 4- Mais gostaria de: não sabe.
Menos gostaria de: bairro isolado e muito poluído. O cheiro incomoda muito.
- 5- Gosta da casa onde mora. "Jardim é pequeno, sem muita coisa."
- 6- Não sabe.
- 7- Mora próximo ao trabalho. Vai à pé.
- 8- Acha muito difícil, já acostumou aqui. Teria que criar novos clientes. Aqui ela tem clientes de todo lugar inclusive também do Cariru. Ela tem até um ponto comercial no setor comercial do Cariru, mas aluga para outra pessoa. Seria mais difícil de ir para o salão, estando no Cariru.
- 9- Acha que não tem. O Bairro tem clube bom, mas não é sócia. Não gosta de clubes. Tem bares, lanchonetes e comércio. Mas ela não sai muito, vai nestes lugares de vez em quando.
- 10- Lá tem clube, mas ela não tem costume de ir ao clube.
- 11- Ultimamente não frequenta nada. Mas tem a Lagoa Silvana, a Usipa. Mas para lá tem que ir de carro e ela está sem carro. Quando tem carro vai, quando não tem fica.
- 12- Seria a mesma coisa. Nunca foi no Parque Ipanema para passear. O único lugar que ela vai mais, no bairro, é a Igreja.
- 13- A pé ou de ônibus. Quando vai para a casa da mãe que é fora da cidade tem que ir de carro.
- 14- Gosta de andar pé, mas precisa de veículo. Acha que não ter carro limita a circulação.
- 15- Seria mais difícil. Teria que ir de ônibus para "tudo quanto é lugar".
- 16- Acharia pior.

Observações

A cidade já foi mais limpa. Hoje ela está carente. Acha que a cidade tem até divertimento. Mas quem reclama muito da falta de opção de lazer é a juventude. A cidade está carente de cuidado.

Entrevistado 7

Sexo: masculino.

Idade: entre 25-30 anos

Tempo que mora no bairro: 20 anos

Região do bairro onde mora: Candido Portinari 411.

Trabalho: autônomo, mexe com construção civil.

Condição social: simples.

1- Lugar bom sossegado.

2- Mais gosta de: bairro que está perto do centro, favorece sair para todos os lados.

3- Acha poluição muito grande. "Trem preto", bairro escondido. Bom para morar, mas para locomover é difícil.

4- Mais gostaria de: mais lazer com vários clubes. Perto do Morro do Pilar.

Menos gostaria de: pessoas que tem pouco convívio, menos comunicativas. Acha que as pessoas têm que ser comunicativas. Acha que o bairro Cariru é muito procurado por assaltantes. No local onde mora no bairro Cidade Nobre é mais perto de bairros mais carentes. Tem muito movimento.

5- Gosta, mas quer melhorar as condições.

6- Em termo de moradia prefere o bairro Cidade Nobre. Difícil falar, pois só convivendo no bairro para saber.

7- Quando trabalha por aqui, anda a pé, de bicicleta. Quando o trabalho é longe anda de bicicleta ou de carro.

8- Seria a mesma coisa daqui. Lá é ótimo para trabalhar. Os orçamentos para lá são mais caros, entretanto para ir para lá trabalhar é mais difícil. E também lá é mais difícil de ir andando para os outros bairros.

9- Não tem lazer na cidade. No bairro Cidade Nobre tem uma praça que é nova. Vai para a Igreja.

10- Freqüentar praça, clube, poderia ir ao cinema. Mas seria mais difícil para achar peças de máquinas. Acha que o comércio da cidade, no geral, ainda depende de outras cidades perto e até de BH.

11- Às vezes, parque Ipanema. A cidade tem pouco lugar de lazer. "Aqui é um lugar fechado. O que tem de lazer é fechado para as pessoas que 'podem'. No litoral a gente fica mais a vontade, mais aberto, a praia é de todos. Aqui quando a gente sai de casa, olha para um lado para o outro, aí decide ir para o Parque Ipanema. Aí chega lá é morto. A gente fica até 'estressado' de ir para a igreja. Quando quer achar alguma coisa diferente tem que sair da cidade, ir para Coronel Fabriciano, para cachoeiras".

12- Ali tem o Parque Ipanema. Não tem nada. A opção é a mesma: rua, clube, lanchonete, tem o shopping (mas lá é tudo caro).

13- Andando ou de bicicleta.

14- Quando é perto sim, quando longe tem que ir de carro ou ônibus. É cansativo.

15- De ônibus.

16- Tanto faz. Para ele trabalhar lá também seria bom.

Entrevistado 8

Sexo: masculino.

Idade: entre 37 anos

Tempo que mora no bairro: 18 anos

Região do bairro onde mora: Gabriela Mistral, 174.

Trabalho: Representante comercial.

Condição social: simples.

1- Considera um bairro bom de morar, afastado da poluição do Centro, Cariru. Próximo a nascente do rio, próximo à mata e longe da poluição.

2- Mais gosta de: tranquilidade ambiental. Não tem poluição sonora e do ar.

Menos gosta de: questão da localização geográfica na cidade que favorece a marginalidade, insegurança. Do bairro se tem acesso a bairros periféricos. Acha que o bairro que tem menos saída é mais seguro, pois se consegue vigiar mais. Aqui tem várias saídas.

3 e 4- Mais gosta de: questão da segurança. Só tem uma entrada e uma saída. Para o ladrão é mais difícil sair.

Menos gosta de: questão da poluição, dentro da usina, que causa problemas respiratórios.

5 – Acha bom. Atende bem, um bairro organizado, o projeto urbanístico bem feito, com ruas largas. Não favorece a formação de cortiço.

6- Moraria em apartamento devido à poluição.

7- É um representante comercial que trabalha muito fora da cidade, então tem pouco a falar sobre o trabalho na cidade. Mas acha o bairro de fácil acesso. É um dos bairros que mais tem linhas de ônibus.

8- Mudaria. Não é um bairro que tem muitas linhas de ônibus. Tem a divisão do pessoal que mora do lado da Usina com a que mora deste lado. Tem gente de lá que não conhece o bairro Cidade Nobre. Lá a pessoa fica mais presa. Aqui as pessoas socializam mais.

9- Lazer seria o clube e por meio da associação de bairro conseguiram três praças.

10- O clube e as praças. Não é diferente.

11- O Parque Ipanema é uma excelente opção de lazer público. O Kartódromo, onde as pessoas de diversas classes se encontram. Parque das Cachoeiras.

12- Do lado de lá já não tem. Acha mais longe do Parque Ipanema e que o pessoal de lá discrimina o parque.

13- Carro.

14- Bom. Fácil. Trânsito bom ruas bem sinalizadas.

15- Acha que seria a mesma coisa.

16- Bom. Fácil, ruas largas.

Observações

Ele participa ativamente da associação dos moradores do bairro. Acha que a participação da classe social mais alta é menor. Deve-se trabalhar mais para despertar a consciência das pessoas participarem mais. A maior reclamação das pessoas no bairro é a violência. Aqui era uma fazenda de propriedade do Sr. Jair Gonçalves.

NOVO CRUZEIRO

HABITAR

1- Como é morar aqui no bairro Novo Cruzeiro?

2. Então do que você mais gosta e menos gosta ao morar aqui?

3. O que você acha como seria morar lá no Bom Jardim?

4. Então do que você mais gostaria e menos gostaria se morasse no Bom Jardim?

5. Quais são as condições de sua habitação aqui?

6. Quais seriam as condições de sua habitação no Bom Jardim?

TRABALHAR

7. Como é a sua relação de proximidade com o trabalho morando no Novo Cruzeiro?

8. Qual seria sua relação de proximidade com o trabalho morando no Bom Jardim?

RECREAR

9. Você tem opções de lazer no Novo Cruzeiro? Quais são?
10. Você teria opções de lazer no Bom Jardim? Quais seriam?
11. Quais outros locais de lazer na cidade você frequenta?
12. Quais outros locais de lazer na cidade você frequentaria se morasse no Bom Jardim?

CIRCULAR

13. Como você vai para os locais que frequenta no dia-a-dia e finais de semana?
14. O que você acha desta opção?
15. Como você iria para os locais que frequenta no dia-a-dia e finais de semana, se morasse no Bom Jardim?
16. O que você acharia desta opção?

Entrevistado 1

Sexo: masculino

Idade: mais de 60

Tempo que mora no bairro: 20 anos

Região do bairro onde mora: mora perto da telemar e da Avenida Santa Helena, na Rua São Gabriel.

Trabalho: aposentado da Usiminas

Condição social: classe média.

- 1- Gosta do bairro. Bairro pequeno conhece todo mundo, perto do Centro.
- 2- Mais gosta de: da tranquilidade, da infra-estrutura: tem açougue, padaria, igreja católica no bairro. Local bom, área verde perto que protege da poluição. Apesar de ser poluído, pode acordar com os pássaros.
Menos gosta de: violência. Mas acha que é bem menos se comparando com o Cidade Nobre, Cariru e Iguaçu. Ele acha que há mais roubo na região onde tem mais dinheiro.
- 3 - Acha complicado.
- 4 - Mais gostaria de: não conhece o bairro direito.
Menos gostaria de: Acharia mais difícil, mais complicado. Acostumou com o Novo Cruzeiro, valoriza a proximidade do bairro com o Centro. Não tem correio nem banco no Novo Cruzeiro, mas é próximo do Centro. No Bom Jardim teria que pegar ônibus para tudo.
- 7 - O bairro é perto portaria da Usina. Não dependia de ônibus nem de carro.
- 8 - Teria que depender de ônibus ou de carro.
- 9 - Caminhada no Parque Ipanema. Todas segundas e quintas-feiras pode fazer a feira de verduras no Ipatingão. Teatro livre de vez em quando. Parque da ciência, encontros católicos. No Novo Cruzeiro passa ônibus para ir para os locais de lazer.
- 10- Teria que sair de lá para ter lazer como ir ao cinema, shopping.
- 11- Na sexta-feira tem o conjunto dos aposentados no Bom Retiro.
- 12 - Tudo longe, praticamente não tem lazer. As pessoas saem de lá para poder vir ao Parque Ipanema.
- 13 - É mais caseiro. A noite costuma ir ao cinema no Shopping de carro.
- 14 e 15 - Ônibus para quase todos os bairros: Bom Jardim, Barra Alegre, Bethânia, Águas, Bom Retiro, Cariru, Cidade Nobre.
- 15-16 - Sair mais de carro.

Observações

Antes o bairro se chamava "Prato Raso", feito pelo BNH.
Ele desmanchou a casa anterior e fez outra.

No bairro pode construir prédio. Ele falou que só basta ter dinheiro para construir prédios. Tem muita gente que trabalha nos EUA e manda dinheiro para construir prédio. Tem muita procura por casa e apartamento.

Os bairros Planalto I e II foram construídos por causa de déficit de moradia. Todos os bairros da Usina têm piscina.

Ele acha que o bairro foi construído sem ser vinculado com a Usiminas e que se ela tivesse feito o bairro teria uma infra-estrutura melhor. Para ele faltou proximidade entre a prefeitura e a Usiminas na época de fazer o bairro. No bairro não tem asfalto em tudo. No bairro, no geral, tem pessoas que trabalham na prefeitura, Usiminas e aposentados. As sete praças são usadas.

Entrevistado 2

Sexo: masculino

Idade: entre 35-45 anos.

Tempo que mora no bairro: 20 anos

Região do bairro onde mora: mora perto da esquina da Rua São Marcos com São Mateus. Tem uma praça na frente.

Trabalho: comerciante no Bairro

Condição social: classe média.

1- Adora o bairro.

2- Mais gosta de: perto do Centro. Características diferentes por ser um bairro pequeno. A amizade no bairro o uso da praça. A boa relação de vizinhança.

Menos gosta de: ruas estreitas. Carência de estacionamento.

3- Não teria dificuldade. Bairro grande.

4- Mais gostaria de: mais afastado da poluição, mais retirado.

Menos gostaria de: bairro violento.

5- Acha boa, mas com os lotes pequenos.

6- Casa com quintal amplo, lotes maiores para criar animais.

7- Trabalha no bairro. Não acha bom trabalhar e morar na mesma casa.

8- Nem imagina. Pouco conhecimento de lá. Depois do Novo Cruzeiro ele acha o Iguazu o melhor bairro para morar e trabalhar, pois é um bairro de trânsito. Considera que para o comércio é ruim o bairro ser ilhado.

9- Quadra esportiva pública, Cartódromo, bicicleta na periferia do bairro, estádio, parque Ipanema.

10- Campo do Nescou.

11- Usipa, parque Ipanema. Lagoa Silvana. Green Park.

12- Pesque e pague que acha que tem no bairro ou próximo

13- Moto, carro.

14- Satisfaz.

15 - Moto, carro.

16 - Sim.

Entrevistado 3

Sexo: masculino

Idade: 31 anos

Tempo que mora no bairro: 20 anos.

Região do bairro onde mora: mora no meio do bairro, na Rua São Clemente perto da Associação e da quadra de esporte.

Trabalho: Trabalhador na Usiminas

Condição social: simples.

1- Acha bom, pois está no centro de Ipatanga.

2- Mais gosta de: de quando chegar do trabalho poder jogar bola a noite e aos domingos.

Menos gosta de: das pessoas se envolverem na vida dos outros, fofoca.

- 3- Não conhece direito o bairro
- 4- Mais gostaria de: não conhece direito o bairro, mas acha que seria poder jogar bola no campo Ideal, que é mais próximo.
Menos gostaria de: violência, tiroteio.
- 5- Morava de aluguel, mas a casa tinha piscina.
- 6- Pode encontrar moradia boa em qualquer lugar.
- 7- Perto pode ir a pé, mas prefere bicicleta.
- 8- Iria de bicicleta. Tudo plano, só tem o morro da Usipa.
- 9- Só futebol. Corre no Parque Ipanema.
- 10- Não sabe, não conhece.
- 11- Usipa, Cearia (Clube no Cariru onde ela jogava bola, era atleta do clube)
- 12 - Campo de futebol.
13. Quase sempre bicicleta.
- 14- Gosta.
- 15- Bicicleta também. Não gosta de esperar ônibus porque demora.
- 16- A opção de ônibus seria ruim.

Observações gerais

Mora desde pequeno e foi cinco vezes no Bom jardim. Acha que o bairro Novo Cruzeiro tem pouca violência.

Tinha há uns 12 anos atrás briga entre o Bairro Iguaçu e Novo Cruzeiro. Tiveram que fechar a quadra de futebol, onde acontecia o pagode por causa disto. Ele acha que quando o bairro é pequeno, todo mundo conhece todo mundo e por isto a fofoca é maior.

Entrevistado 4

Sexo: masculino.

Idade: acima de 70 anos.

Tempo que mora no bairro: 33 anos.

Região do bairro onde mora: Rua Santa Maria nº 115. Tem uma praça na frente.

Trabalho: Aposentado, foi jornalista. Trabalhou em jornais no Centro, em Coronel Fabriciano, na Cidade Nobre e na prefeitura.

Condição social: simples.

1- Acha bom, ótimo. Bairro próximo de tudo com acesso a tudo que tem necessidade. Inclusive entretenimento, perto do Parque Ipanema, do estádio "Ipatingão".

2 - Mais gosta de: sua localização e que hoje possui a viabilidade de locomoção para todos os lugares da cidade. Sistema viário muito bom.

Menos gosta de: as ruas são estreitas. O projeto que a prefeitura permitiu construir tinha ruas estreitas. Hoje o bairro é também perseguido por assaltantes, consumo de drogas. Mas esta mudança ocorreu na cidade como um todo. Ele acha que bairro de passagem propicia violência.

3- Não, gostaria. Muito distante de tudo.

4- Mais gostaria de: o sistema de transporte. Muitos ônibus servem o bairro.

Menos gostaria de: bairro longe de tudo. Longe do lazer, tudo. Não tem clube social. O bairro Novo Cruzeiro também não tem clube, mas tem a associação, está perto de clubes de outros bairros.

5 - Satisfeito. Acha que depois que acabar a reforma vai ficar melhor. Ele mora bem localizado, em frente a uma praça.

6- Não sabe, pois acha que depende do local. Acredita na possibilidade de achar boas casas lá.

7- Acha que foi excelente, sem dificuldade. Não teve dificuldade de locomover da casa para trabalho. Muitas vezes podia ir à pé.

8- Acha que não mudaria, pois considera que o meio de transporte facilita o trajeto de casa para trabalho. Mais demorado, reduziria o tempo de descanso.

9- Tem a Associação de Bairro que organiza bailes em épocas especiais (dia dos pais, namorados,etc.). O Estádio de Futebol. O Parque Ipanema e a marginal do bairro para caminhadas.

10- Nenhuma praticamente.

11- Já freqüentou praticamente todos os clubes da cidade. Por causa da profissão teve uma vida social intensa. Participava sempre das áreas sociais e dos eventos. Lagoa Silvana e Parque das Cachoeiras no Barra Alegre.

12 - Ipaminas na Cidade Nobre e o Shopping do Vale do Aço. No Bom Jardim tem uma estrada que servia de caminho para as lavadeiras. Hoje ela está asfaltada e pode passar carro. Este caminho facilita o acesso ao Shopping.

13 - Às vezes a pé ou de ônibus.

14 – Sim está satisfeito, bem servido de transporte coletivo. Para quem não tem carro, não tem como ir à pé.

15 - Se morasse lá teria que estar satisfeito.

BOM JARDIM

HABITAR

- 1- Como é morar aqui no bairro Bom Jardim?
2. Então do que você mais gosta e menos gosta ao morar aqui?
3. O que você acha como seria morar lá no Novo Cruzeiro?
4. Então do que você mais gostaria e menos gostaria se morasse no Novo Cruzeiro?
5. Quais são as condições de sua habitação aqui?
6. Quais seriam as condições de sua habitação no Novo Cruzeiro?

TRABALHAR

7. Como é a sua relação de proximidade com o trabalho morando no Bom Jardim?
8. Qual seria sua relação de proximidade com o trabalho morando no Novo Cruzeiro?

RECREAR

9. Você tem opções de lazer no Bom Jardim? Quais são?
10. Você teria opções de lazer no Novo Cruzeiro? Quais seriam?
11. Quais outros locais de lazer na cidade você freqüenta?
12. Quais outros locais de lazer na cidade você freqüentaria se morasse no Novo Cruzeiro?

CIRCULAR

13. Como você vai para os locais que freqüenta no dia-a-dia e finais de semana?
14. O que você acha desta opção?
15. Como você iria para os locais que freqüenta no dia-a-dia e finais de semana?
16. O que você acharia desta opção?

Entrevistado 1

Sexo: feminino

Idade: 40 anos.

Tempo que mora no bairro: 28 anos

Região do bairro onde mora: Avenida das Flores 1185.

Trabalho: Trabalha na prefeitura, centro.

Condição social: classe média.

- 1- Gosta, pois a família mora lá. Muito longe, faz tudo no Cidade Nobre.

2- Mais gosta de: de morar próximo da família.

Menos gosta de: não pode trabalhar o dia inteiro porque tem que levar as crianças para a escola no bairro Cidade Nobre.

3- Pior ainda, porque é mais longe do Cidade Nobre e da família.

4- Não conhece direito o bairro. Foi uma vez lá.

5- Boa.

6- O mesmo padrão.

7- Longe, 9 km. Chega rápido por que vem de carro.

8- Muito mais próximo.

9- Não tem.

10- Parque Ipanema,

11- Freqüenta o Parque Ipaminas no Cidade Nobre.

12- Iria ao Ipaminas e poderia fazer a caminhada no Parque Ipanema.

13 - De Carro.

14 - A melhor.

15 - De carro.

16 - A melhor.

Observações:

O bairro cresceu muito. Tinha esgoto a céu aberto, não tinha asfalto.

Tem uma praça. Morte quase todos os dias. Não tem clube.

Tem um centro-comunitário.

Entrevistado 2

Sexo: masculino.

Idade: entre 50-60 anos.

Tempo que mora no bairro: 42 anos

Região do bairro onde mora: Rua Avenca com Glicinia.

Trabalho: Trabalha na prefeitura, centro.

Condição social: simples.

1- Bom

2- Mais gosta de: não sabe falar porque trabalha o dia inteiro fora. Lá para ele á apenas dormitório.

Menos gosta de: sair no bairro. Acha perigoso. Não gosta de ir na praça, porque lá é um ponto de droga.

3- já quis morar lá.

4- Mais gostaria de: mais sossegado.

Menos gostaria de: Acha que o barulho de carro, pois é perto das BRs e no trevo tem movimento de carro.

5- Boa.

6. Seria boa.

7- Bom. Fica o dia inteiro no trabalho

8 - Melhor ainda.

9 - Não.

10 - Sim. Parque Ipanema (a melhor opção) onde existem quadras, Cartódromo, Lagoa e o estádio de futebol perto.

11- Só o Parque Ipanema.

12 - O Shopping.

13- Usa ônibus.

14- Seguro, bom.

15- Para o trabalho iria a pé e algumas vezes ônibus.

16 - Bom.

Entrevistado 3

Sexo: feminino.

Idade: 14 anos.

Tempo que mora no bairro: 14 anos

Região do bairro onde mora: no final da Avenida das Flores.

Trabalho: estuda no bairro.

Condição social: simples.

1- É bom, mas tem violência.

2- Mais gosta de: amizade, passear com os amigos do bairro.

Menos gosta de: de ir nas festas da rua. Toda vez que vai morre um.

3- Acha lá mais tranquilo.

4- Mais gostaria de: ter a liberdade de sair na rua.

Menos gostaria de: não sabe.

5- Sim é boa. Tem quintal espaçoso.

6- Seria melhor.

7- Vai a pé.

8- Acha que teria que pegar ônibus.

9- Só lanchonete e sorveteria. Poderia ir ao Parque Samambaia.

10- Acha sim. Talvez fosse mais ao Parque Ipanema.

11- Shopping ou ao centro de Ipatinga fazer compras. Vai algumas vezes ao Parque Ipanema.

12- Os mesmos lugares.

13- Ônibus ou a pé.

14- Acha que sim.

15- Lá iria de ônibus.

16- Sim.

Entrevistado 4

Sexo: feminino.

Idade: entre 50-60 anos.

Tempo que mora no bairro: 10 anos

Região do bairro onde mora: na Rua Imperatriz, perto da rua H, no 1º de maio.

Trabalho: já trabalhou fora, hoje fica mais em casa.

Condição social: simples.

1- Acha bom.

2- Mais gosta de: da pracinha pequena.

Menos gosta de: não gosta do lugar que mora. Acha muito parado.

3- Acha bem melhor, perto do centro, perto de tudo.

4- Mais gostaria de: não conhece lá direito, mas acha que seria a proximidade com o centro, com tudo.

Menos gostaria de: não sabe porque nunca morou lá.

5- Boa.

6- Melhor. Acha a condição social das pessoas melhor.

7- Quando trabalhava no Panorama e morava no Caçula ia a pé. Acha difícil pois o Bom Jardim é mais distante.

8- Mais fácil.

9- Praça que tem campo de futebol.

10- Não sabe. Conhece o bairro de passagem.

11- Parque Ipanema, clube 7 de outubro no bairro Veneza. Participa da 3ª idade no centro comunitário.

12- Iria mais ao Parque Ipanema. Mesmo morando no Bom Jardim ela vai.

13- De ônibus e a pé.

14- Não tem nada a reclamar

15- Para o parque e par o centro a pé.

16- Seria melhor esta opção.

Entrevistado 5

Sexo: feminino.

Idade: entre 35-45 anos.

Tempo que mora no bairro: 28 anos

Região do bairro onde mora: Rua Flor de Campo, esquina com Rua Jardineira.

Trabalho: trabalha na Fundação, no Hospital.

Condição social: simples.

1- Bom acha ótimo.

2- Mais gosta de: participar da Igreja.

Menos gosta de: som alto dos vizinhos.

3- Seria bom também.

4- Mais gostaria de: a tranquilidade.

Menos gostaria de: o meio de transporte. Acha que de lá não teria como ir de ônibus, teria que ir à pé.

5- Gosta tem área verde. Lote pequeno.

6- Acharia melhor lá. Bairro mais plano.

7- É boa. Demora 35 minutos de ônibus.

8- Seria melhor sairia mais tarde um pouco.

9- Não frequenta nenhum lugar. Sai muito pouco de casa.

10- Também não iria a lugar de lazer. É caseira.

11- Nenhum. Só vai ao Parque Ipanema quando tem atividade da Igreja. Para ela que trabalha a semana toda, deixa o final de semana para arrumar as coisas de casa.

12- Campo de Futebol.

13- Ônibus.

14- Acha boa.

15- Ônibus também.

16- Acha bom.

Entrevistado 6

Sexo: masculino.

Idade: entre 35-45 anos.

Tempo que mora no bairro: 6 anos

Região do bairro onde mora: Rua Angélica, perto da Avenida das Flores.

Trabalho: comerciante no bairro.

Condição social: média.

1- Gosta acha bom

2- Mais gostaria de: amizade que tem no bairro.

Menos gostaria de: não tem opção de lazer. Tem que ir para o Centro para ter lazer.

3- Acharia bom.

4- Mais gostaria de: não tem opinião. Acha que para o lazer teria mais opção, pois o Parque Ipanema fica próximo.

Menos gostaria de: para o comércio seria pior.

5- Boas.

6- Mesma coisa. Ele tem amigos que moram lá. Então ele percebe que seria a mesma coisa.

7- Ele mora muito perto da Padaria onde trabalha.

8- Acha que se morasse lá, não abriria comércio. Viria para o Bom Jardim trabalhar. Não seria difícil de pegar o ônibus para vim para o Bom Jardim.

9- Não tem.

- 10- Teria. Tem o parque Ipanema para caminhar. Tem quadras de esporte lá no parque. Iria para lá com os amigos que gostam de futebol.
- 11- Sempre que pode vai para o parque das cachoeiras. Aqui as opções de lazer são pagas.
- 12- Iria para o Green Park e para o Termas.
- 13- De carro. Acostumou usar o de carro para trabalhar mesmo sendo perto.
- 14- Acha bom
- 15- Carro
- 16- Acha bom.

Observações

Ele já morou 16 anos em BH. Aí voltou para Ipatinga. Prefere morar em Ipatinga, pois acha a vida de BH muito agitada.

Entrevistado 7

Sexo: feminino.

Idade: 22 anos.

Tempo que mora no bairro: 22 anos

Região do bairro onde mora: próximo ao centro comunitário na Av. Orquídea.

Trabalho: fez magistério e é voluntária no centro comunitário que é vinculado à associação de bairro.

Condição social: simples.

- 1- Acha bom morar no bairro, apesar da violência, pois o pessoal é muito amigo.
- 2- Mais gosta de: amigos do bairro.
Menos gosta de: a violência que está crescendo, por causa do pessoal que vem de fora. Tiraram muitas pessoas do centro e construíram casas pelo projeto mutirão.
- 3- Não se vê morando nestes bairros. Acha o final de semana lá muito tranqüilo. No Bom Jardim tem agitação mesmo no final de semana. Ela já acostumou morar neste bairro. Não sairia dali.
- 4- Mais gostaria de: o acesso ao centro da cidade.
Menos gostaria de: acha que lá não se encontra tanta amizade. Acha que se acontecer alguma coisa com o vizinho o outro nem vai saber. No Bom Jardim as pessoas se ajudam.
- 5- Boa. No fundo do quintal é praticamente uma roça. Gosta de ter contato com animais. Na sua casa tem pé de banana, café, cana, goiaba. "Tudo num pedaço pequeno no fundo da casa".
- 6- Já não poderia ter um quintal para plantar algo, pois o espaço seria menor. Poderia ter mais coisas materiais, como uma casa melhor, mas com pouca área verde.
- 7- Quando próximo vai de ônibus. Acha que para quem trabalha fora não é difícil ir de ônibus para qualquer lugar. Entretanto, por ser um bairro populoso e por causa de terem reduzido o horário dos ônibus, as condições de transporte ficaram mais complicadas. O pai dela que trabalha na Usina vai de carro ou de bicicleta. Quando ele não tinha carro preferia ir de bicicleta do que pegar ônibus.
- 8- Para o pai seria mais perto. Acha que se tivesse morando lá, teria que trabalhar no centro.
- 9- Tem o parque Samambaia, parque público que a prefeitura fez. Ela acha lá bem tranqüilo, com árvores e bancos para sentar.
- 10- Parque Ipanema e o 7 de outubro.
- 11- O Shopping, o clube Usipa e a Lagoa Silvana. Não gosta de sair muito de casa. Sai mais para ir para a Igreja.
- 12- Os mesmos lugares.
- 13- Normalmente de ônibus.
- 14- Está bom.
- 15- Também de ônibus
- 16- Boa.

Observações

O bairro tem cinco comunidades católicas:

São José (fica no topo de um morro).

São Geraldo (na Av. das Flores).

Maria de Nazareth (Rua Francisco Constâncio).

Nossa Senhora Aparecida (no multirão).

Sagrada Família (Rua Mariano Félix).

O verde se encontra em volta do bairro ou na casa dos próprios moradores. Antes o bairro tinha muito verde que foi retirado para construir. Esta foi uma iniciativa dos próprios moradores.

Acha que o bairro tem pouco policiamento. Apesar de hoje existir um posto policial na praça, os guardas não ficam lá à noite e só aparecem quando morre alguém. Algumas festas de rua já não são mais feitas por causa da violência.

Entrevistado 8

Sexo: feminino.

Idade: entre 50-60 anos.

Tempo que mora no bairro: 12 anos.

Região do bairro onde mora: Av. Novo Jardim 213, perto da Rua Primula.

Trabalho: Vendedora de cosméticos.

Condição social: simples.

1- É bom. Gosta porque tem amizade, mesmo sendo um bairro violento.

2- Mais gosta de: acha um local fácil de sair. Tem ônibus para vários locais da cidade. Morava em outra cidade, Santana do Paraíso, e lá ela achava muito mais difícil sair para onde quisesse.

Menos gosta de: da violência.

3- Não acha lugar ruim. Quando chegou a Ipanema, o único bairro que gostaria de morar é o Bom Jardim. Não gostaria de morar no Novo Cruzeiro.

4- Mais gostaria de: não sabe dizer, simplesmente, não gosta do bairro.

Menos gostaria de: não sabe por que não gosta de lá, acostumou morar no bairro Bom Jardim.

5- Gosta, mas o lugar onde mora está sempre arrumando a rua. "Na avenida tudo arreventa" (se referindo às tubulações de água e esgoto). Mas gosta da casa onde mora.

6- Acha que se morasse lá teria uma casa parecida.

7- Ela trabalha como autônoma e tem uma deficiência na perna que dificulta a ela andar. Tem que ficar de repouso se anda muito.

8- Seria melhor, pois é mais perto de locais onde ela poderia vender os seus produtos.

9- Na comunidade em que mora não tem, mas tem o centro comunitário com opção para futebol, ginástica.

10- No Centro. Iria passear no Centro, no Parque Ipanema. Já tem costume de ir sempre no parque.

11. Vai mais é para a Igreja na Paróquia São Geraldo. Na cidade é muito difícil ter opção.

12- No Parque Ipanema.

13- Ônibus.

14- Era melhor, os horários pioraram.

15- Lá é diferente, pode ir a pé para muitos lugares.

16- Seria melhor.

Observações

Ela acha que o mais importante é o trabalho na Igreja. No bairro tem muita Igreja. Que ela se lembre são cinco católicas e algumas outras evangélicas. Há ainda no bairro escolas e duas praças.

Outras Informações sobre o Bairro Bom Jardim obtidas no Centro Cultural Roda Viva.

O grupo Cultural Roda Viva tem 23 anos e atualmente recebe ajuda financeira através da lei de incentivo à cultura. O grupo procura preservar as áreas verdes do bairro e tem projeto de reflorestamento de encostas, além de realizar festas populares, como o Festival Roda Viva que acontece anualmente desde a fundação do grupo.

A região do Bairro Bom Jardim era praticamente toda pertencente à fazenda do Sr. Geraldo Damásio que passou a vender algumas terras para parentes como o Valdomiro e José Pedrinho. Estes proprietários foram vendendo lotes sem nenhum planejamento, muitas vezes em situação irregular. Muitos deles ocuparam áreas impróprias como nascente de rios. Só o bairro tem aproximadamente 23 nascentes.

A violência no bairro aumentou depois da construção de habitações pelo projeto mutirão que retirou a população que morava na rua do Buraco. Segundo os membros do grupo cultural, a prefeitura tirou o “problema” de lá, mas causou um grande impacto social e ambiental no Bom Jardim, pois não construiu equipamentos de lazer, esportes e não aumentou o número de posto de saúde.

Este grupo acha que todo governo fala em infra-estrutura viária, instalações de água, esgoto, etc..., mas não dá condições para a população ter opções de lazer.

ANEXO A

“Vila Operária da USIMINAS em Ipatinga”

VILA OPERÁRIA
da
USIMINAS
em
IPATINGA

O local destinado à primeira etapa da vila operária da Usiminas, situado à margem esquerda do Rio Piracicaba, oposta à reserva florestal do Vale do Rio Dóce, excepto em uma pequena área, é bastante acidentada.

Por esse motivo as áreas a serem urbanizadas não oferecem espaço suficiente para um planejamento adequado de expansão futura.

A circunstância, também, de ocorrer a localização da Usina entre as vias principais de comunicação e o espaço reservado à vila, fez com que tivéssemos a de apelar para o estudo do plano de urbanização dentro das características de uma cidade de desenvolvimento linear.

Acresce considerar que em virtude da disseminação das poucas áreas suscetíveis de serem aproveitadas sem que a implantação da trama urbana acarretasse inconveniências de ordem econômica, levou-nos a adotar o partido de pequenos núcleos interligados por vias de penetração e tráfego periférico, o que, evidentemente, nos conduziu a uma solução diversificada, sem a rigidez dos planos absolutamente geométricos.

Onde as condições topográficas do terreno foram favoráveis ali resolvemos implantar uma unidade habitacional que tivesse, o mais possível, certa autonomia quer quanto ao comércio de abastecimento, quer quanto às necessidades de recreação e educação.

Evidentemente que êsses imperativos nos conduziram à solução das unidades de vizinhança. Do mesmo modo as características especiais da vila, estreitamente ligadas à vida da Usina, - também deveriam determinar uma ordem de considerações que nos conduziriam a uma só solução do problema, isto é, a de que a população dessa vila se constituirá de elementos heterogêneos, quer quanto às condições econômico-sociais, quer quanto às condições de educação e hierarquia.

Não seríamos nós que haveríamos de preconizar uma cidade "segregada". No entanto, as próprias condições de trabalho duma Usina de porte da Usiminas, seja por tradição, seja por conveniências administrativas, obrigam a uma discriminação das unidades habitacionais por classe de funcionários, engenheiros e operários.

Assim sendo a solução a que as condições topográficas do terreno nos obrigou, encaminha-se naturalmente para a separação por bairros, das diversas categorias de empregados da Usina.

A exigência de que deveríamos, na área indicada, localizar um mínimo de 4 000 casas isoladas não pode ser estritamente observada.

Por êsse motivo adotamos uma solução mista de grandes quadras onde se localizariam blocos de apartamentos com o máximo de 3 pavimentos, quadras estas conjugadas com quadras destinadas a habitações individuais.

Desse modo o partido por nós adotado procura conjugar os elementos locais com os preceitos normativos de uma solução ideal que, a mais das vezes, não pode ser obedecida na sua totalidade.

A localização da Usina, o rio, as vias de comunicação existentes e as condições topográficas em geral, condicionaram

3

Procuramos isolar a vila dos ruídos e do pó da Usina mantendo, tanto quanto possível, as cortinas verdes já existentes e aproveitando também as elevações do terreno como elementos isoladores.

Apesar da auto-suficiência de cada unidade, procuramos criar um centro geral de atração e de vida comunal que seria como que um elemento especial de convergência das atividades sociais, administrativas, comerciais e religiosas do núcleo inicial.

A vila dividir-se-á pois em quadras de habitações coletivas (com alguns setores destinados a operários e funcionários subalternos e outras destinadas a operários especializados, contramestres e engenheiros) e em quadras de habitações individuais (também divididas em setores para as diversas categorias hierárquicas da companhia).

O setor de residências para engenheiros, funcionários administrativos e pessoal de alto nível, ficará situado numa elevação favorável de terreno, e junto ao hotel principal.

As grandes quadras de apartamentos ficarão situadas de tal forma que permitirão ampla ventilação das residências individuais situadas mais à margem do rio e, portanto, mais próximas da grande reserva florestal do Rio Dôce.

O grande eixo da zona cívico-administrativa será normal ao eixo geral das principais vias de acesso.

Útil seria considerar que o sistema circulatório será e mais possível periférico, de tal forma que somente penetrarão no interior das quadras aqueles veículos que se destinarem especificamente ao serviço e uso de seus moradores.

Não ficamos estritamente amarrados a "esquemas" de dimensionamento e localização das zonas e setores.

4

Fugires e mais possível ao sistema de "empilhamento" de pessoas.

Sómente quando a exiguidade de áreas nos obrigou é que adotamos uma taxa de ocupação maior não ultrapassando, porém, nunca, o mínimo de 70 metros quadrados por pessoa.

Procuramos o mais possível fugir ao tipo usual de loteamentos, em que cada casa se alinha no seu quarteirão e contempla o fluxo e o refluxo da circulação das ruas.

Procuramos abolir, dentro de nossas possibilidades, a "rua corredor".

A criação de pequenos parques interiores e o desligamento do tráfego de modo a que êle contorne as zonas residenciais, fará com que o conjunto da vila se constitua numa espécie de parque cuja forma se adapta o mais possível às condições topográficas locais.

De certa forma procuramos fazer com que as casas e blocos residenciais estejam dispostas segundo a melhor orientação quer quanto à insolação quer quanto à ventilação.

As quadras de habitação estão ligadas entre si por ruas de tráfego quase que só de pedestres e os veículos de serviço trafegarão por elas muito lentamente.

Procuramos fazer com que as habitações disponham de mais ar, mais luz, mais intimidade e mais sossego. O sol e os espaços livres estarão junto às casas e dentro delas.

Como já dissemos, procuramos o mais possível adotar os princípios básicos e fundamentais da "unidade de vizinhança": ou da unidade, zona ou setor, comporta uma célula de residências ou blocos residenciais, agrupados segundo os princípios de "mais ar, mais luz e mais espaço", e incluirão em sua trama todo um sistema de serviços comuns: lojas, escolas, "play grounds", etc.

5

É evidente que cada setor, como já dissemos, teve o seu dimensionamento e seus limites bem definidos pela topografia local.

Em se tratando, como se trata, de um agrupamento humano cuja ocupação principal está definida (serão operários, funcionários, engenheiros e dirigentes de uma usina siderúrgica) e estando também, perfeitamente definidas a localização e condições topográficas do sítio, nossa tarefa consistia em dar forma gráfica aos postulados da unidade de vizinhança, evitando o mais possível que a "urbanização" venha a impedir o desenvolvimento físico e espiritual dos habitantes da vila operária da Usiminas.

No decorrer do desenvolvimento de nosso pré-plano original é evidente que ocorrerão oportunidades para encaminhar-se o estudo de um "planejamento regional, com a conseqüente utilização racional e planificada dos recursos naturais da região: conservação do solo e das águas, reflorestamento, construção de barragens e usinas, criação de parques regionais, exploração agrícola e pecuária, etc.

Quanto aos problemas de abastecimento de água e luz estes já estão sendo estudados e resolvidos pelas equipes próprias da Usiminas.

O sistema de esgotos será automaticamente resolvido em função mesmo das condições topográficas e está sendo estudado com interesse pela Usiminas.

Quanto ao abastecimento de gêneros, estamos prevenindo um centro de abastecimento dotado de silos, armazens e câmaras frigoríficas com capacidade suficiente para o consumo local e das aglomerações próximas, tais como Coronel Fabriciano, Acesoita, etc.

Dentro do núcleo inicial de 4 000 habitações não previmos indústrias de grande porte (a não ser, evidentemente, a da Usiminas) por ser fixamos dentro do esquema geral setores onde se lo

6

calizes pequenas indústrias de manutenção e artesanato.

Para as zonas industriais satélites que surgirão e se manterão em decorrência da existência da Usiminas, nosso plano prevê sua localização em terrenos próprios, situados na zona norte acima da Usina principal ou, então, em terrenos topograficamente favoráveis situados à margem direita do Rio Dóce.

Dessa forma o deslocamento de operários, tanto da Usiminas como de outras indústrias, far-se-á sempre em direção à periferia das zonas residenciais.

Em virtude da caracterização específica da cidade (uma vila operária para uma indústria dada), sentimos a necessidade da diferenciação dos tipos de habitação, não só no que tange à sua capacidade e tamanho como no que toca às afinidades sociais de cada grupo de famílias que as locar.

Pedimos portanto à Usiminas que mandasse proceder a pesquisas urbanas em cidades da mesma tipificação, tais como Volta Redonda, Acesita, Monlevade, etc.

De posse desses cortes populacionais, que nos deram elementos sobre a constituição média da população quanto à constituição familiar, ocupação, tipos de comércio e residências, idade média da população ativa, índices escolares, meios preferidos de diversão, etc. etc., procedemos à sua análise e simplificação, chegando aos seguintes resultados médios:

7

Casais sem filhos	10,2%
Casais com 1 filho	12,9%
Casais com 2 filhos	15,1%
Casais com 3 filhos	12,3%
Casais com 4 ou mais filhos ..	23,4%

Vê-se, portanto, que o número de solteiros numa comunidade desse tipo é bastante elevada, principalmente nos primeiros anos de funcionamento.

Daf a necessidade que tivemos de prever uma grande zona hoteleira, onde se localizariam os hotéis, pensões ou repúblicas destinadas ao alojamento de solteiros.

Quanto às atividades da população, os índices recomendados pelos tratadistas chocam-se com os observados em Volta Redonda, p. ex., que são os seguintes, em percentagem sobre a população:

Operários da Usina	8,69%
Funcionários da Usina	5,58%
Pessoal especializado da Usina ..	0,51%
Pessoal categorizado	0,51%
Operários em outras atividades ..	1,00%
Comércio e serviços auxiliares ..	2,00%
Outras atividades	0,93%
Mulheres, crianças e inativos ...	80,78%

Nota-se aí uma hipertrofia administrativa pois para uma percentagem de 8,69% de operariado, temos uma percentagem total de 6,60% de pessoal de administração e direção. Isto quer dizer que, em Volta Redonda, em 1958, para um total de 10.712 assalariados da Usina, temos: 56,82% de pessoal de operação e 43,18% de

de pessoal administrativo.

De qualquer forma em números relativos temos, em Volta Redonda, a seguinte constituição populacional:

Pessoal da Usina:	15,29%
Pessoal para comércio, indústrias de manutenção, profissões liberais, serviços urbanos, etc.	3,93%
Mulheres, crianças e inativos	80,78%
Total	100,00%

Dessa forma os encargos administrativos em Volta Redonda ultrapassam de muito as normas recomendadas, pois para cada 6 operários temos 4 funcionários administrativos, quando as recomendações em geral preconizam a relação de 4 para 1.

Adotamos para previsão da população o índice médio de 6 pessoas por tonelada de aço o que nos conduz à seguinte relação de população:

Para a 1a. etapa da Usina (1.000.000 de toneladas)	500.000
Operários e funcionários da Usina..	6 000 (16% da população)
População ativa em outros setores..	1 500 (4% da população)
Mulheres crianças e inativos	30 000 (80% da população)

Aplicando-se os índices de constituição familiar a esses números absolutos teríamos:

$1000000 \text{ t} / 240$		200 = 16% P.
		800 = 4%
		18.000 = 8%
Operários Usina — 3.000 (16%)	20	— 3.000 — (6%)
Outros — 750 (4%)		— 07.000 — (14%)
Inativos — 15.000 (80%)		— 40.000 — (80%)
<u>18.750</u>		<u>50.000</u>

9

População total na 1a. etapa	37 500 habitantes.	19.000	
População ativa na 1a. etapa	7 500 habitantes.	4.000	
Solteiros ou celibatários ... 26,1%	1 958 habitantes.	1.000	
Casais sem filhos	10,2%	765 habitantes.	410
Casais com 1 filho	12,9%	968 habitantes.	520
Casais com 2 filhos	15,1%	1 132 habitantes.	600
Casais com 3 filhos	12,3%	922 habitantes.	500
Casais com 4 ou mais filhos .. 23,4%	<u>1 755</u> habitantes.	970	
		4000	
Total	7.500 habitantes.		
Mulheres crianças e inativos.. 80,0%	<u>30 000</u> habitantes.	16.000	
		20.000	
		37 500 habitantes.	

Assim sendo, teríamos basicamente, as seguintes necessidades de alojamentos:

Hoteis pensões e repúblicas para..	1 958 pessoas.	1
Apartamentos de 1 quarto (para casais sem filhos)	765	4
Apartamentos, casas e faixas contínuas com 2 quartos	968	5
Apartamentos, casas e faixas contínuas com 3 quartos	3 000	1.6
Casas com 4 quartos (para famílias de mais de 4 filhos)	809	4

Ou seja, em resumo, alojamentos para 1958 solteiros e 5 542 unidades residenciais.

Para a segunda etapa, quando a Usina passar à produção de 2.000.000 de toneladas, as necessidades da Usiminas serão de 12 000 operários e funcionários, o que nos daria uma população global da cidade estimada em 72 000 habitantes.

É evidente, e a experiência nos demonstra, que já nessa fase a porcentagem de alojamentos para solteiros tende a decrescer e que fatalmente nos conduzirá ao aumento percentual das unidades residenciais, seja em apartamentos, em faixas contínuas

ou em residências isoladas.

De qualquer forma a ampliação da Usina forçosamente nos conduz à previsão de áreas de expansão.

A nosso ver, as melhores áreas de expansão acham-se a jusante do Rio Dôce, e à sua margem direita.

Poderíamos estimar as seguintes quantidades de alojamentos e unidades residenciais da 2a. etapa:

Aumento de população	mais	34	500	habitantes.
Aumento da população ativa ...	mais	4	500	habitantes.
Alojamentos para solteiros ...	mais		500	
Unidades de 1 quarto	mais		400	
Unidades de 2 quartos	mais		800	
Unidades de 3 quartos	mais	2	500	
Unidades de 4 quartos	mais		300	
Total			4	500

Assim, levando em consideração os fatores e índices testados pela pesquisa local, pudemos desde logo estabelecer a composição populacional e os elementos básicos constitutivos da vila operária da Usiminas em Ipatinga.

Tomando-se a média entre os dados estatísticos apresentados pelos traçadistas e aqueles observados e pesquisados em cidades do mesmo tipo, tais como Volta Redonda e Acesita, pela equipe da Usiminas, poderíamos adotar os seguintes índices em relação à população ativa da cidade:

11

Operários da Usina	46,50%	✓	
Funcionários da Usina	28,00%	✓	28
Pessoal especializado da Usina	2,80%	✓	
Pessoal categorizado	2,50%	✓	
Operários em outras atividades	5,10%	✓	
Comércio e serviços públicos	10,50%	✓	
Outras atividades (profissões liberais, etc.)	4,80%		

Aplicando-se êsses índices às previsões de população ativa e considerando em princípio, que a cada habitante ativo deva corresponder uma unidade habitacional, poderíamos prever o programa de construções dentro do seguinte esquema geral:

(VIDE QUADRO ANEXO)

ESPORTES E RECREAÇÃO

No centro de cada setor habitacional e, o mais possível, junto às unidades educacionais, são previstos "play grounds" e áreas de recreação.

Na periferia da vila e o mais próximo possível do acesso principal, localizamos o centro esportivo principal, com áreas de estacionamento, campos de futebol, basebal, etc.

A motivação da escolha desse local é óbvia: em caso de competições de intercâmbio as caravanas esportivas de intercâmbio não penetrarão na cidade propriamente dita e quando da futura expansão da vila, o centro esportivo ficará praticamente equidistante de ambos os núcleos principais.

Previsamos a construção de um clube sócio-esportivo de

categoria média, provido de campos de tenis, voleibol, basquetebol, piscinas e "play grounds", destinado a operários e funcionários subalternos.

Além disso, para engenheiros, funcionários categorizados e elementos da direção, estamos prevendo, a montante da cidade, junto à margem do Piracicaba, em frente à reserva florestal, a localização de um "country-club" compreendendo: sede social, campos de esportes, campos para equitação, pedanas de tiro, piscinas, "play grounds", etc.

Outros clubes sociais (para danças, etc.) deverão ser localizados nas proximidades do núcleo central onde estão previstos também, três cinemas, dos quais um será da melhor categoria para lançamentos de filmes de 1.ª classe.

Além disso, em cada centro comercial de bairro, estão previstas áreas dotadas de um salão para atividades sociais e, caso necessário, pequeno cinema de bairro.

TRANSPORTES COLETIVOS

Os transportes coletivos, distribuindo-se em transportes urbanos, isto é, de intercomunicação entre bairros e setores e destes com a Usina, e transportes interurbanos, isto é, de comunicação com cidades vizinhas, terão suas trajetórias perfeitamente definidas.

Os transportes interurbanos, proporcionados pela estrada de ferro, pelo aeroporto e pelos ônibus intermunicipais, terão suas terminais localizadas de tal maneira que o seu tráfego não interferirá com o tráfego urbano.

Os transportes urbanos estão de tal forma distribuídos pelas vias periféricas que nenhuma pessoa terá de caminhar a pé mais de 250 metros para alcançá-los.

O sistema de transporte coletivo urbano que talvez

Algumas de suas desvantagens, tais como instalações fixas da linha aérea, necessidade de maiores fundos de capital inicial, instalação de sub-estações conversoras, etc., são largamente compensadas pela economia no consumo de combustível, despesas de manutenção, custos operacionais e pelo aumento da vida útil do veículo que chega a ser de 50% mais do que um ônibus de tração a diesel ou gasolina.

ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL

Foi previsto o centro cívico-administrativo da vila operária no qual se localizarão a prefeitura, o fórum, as coletórias, central de polícia, central de bombeiros, biblioteca, auditório.

NÚCLEO COMUNAL

Junto ao centro cívico-administrativo ficará o núcleo comunal que ocorrerá às necessidades gerais do comércio especializado e de vida social em comum da vila projetada.

Aí, nesse núcleo comunal estarão, o centro de compras e diversões (lojas de artigos finos, tais como tecidos, bijuterias, roupas feitas, materiais elétricos em geral, etc.) as cinco principais, auditório ao ar livre, clubes sociais recreativos, etc. etc.

ZONA HOTELEIRA

Junto ao núcleo comunal e ao centro cívico administrativo, deverá ser localizada a zona hoteleira, onde estarão situados os hotéis, pensões e repúblicas destinados aos funcionários e

e operários solteiros, e também a população móvel (compradores, vendedores e visitantes).

Dois outros hotéis de melhor categoria estão previstos. 1º o de engenheiros, situado junto ao setor residencial de funcionários categorizados e que, localizado num grande parque do qual constarão campos de tênis, basquete, volei e piscinas, constituirá quase que como um centro social desse sector; 2º a casa de visitas, localizada na elevação dominante da usina e da cidade e se destinará à hospedagem de visitantes ilustres: industriais, governantes, congressistas, etc.

ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Estão previstas: 1ª) a construção de uma grande matriz situada em uma elevação que domina todo o vale onde se localizarão os principais setores da vila; 2ª) dentro de parques e junto a alguns núcleos populacionais estarão previstas capelas e pequenos templos destinados tanto à fé católica como a outras religiões.

É evidente que a construção desses templos, capelas e mesmo da matriz, deverão ficar a cargo dos respectivos fiéis. A Usiminas contribuirá com o terreno e, caso julgue oportuno, poderá auxiliar financeiramente com pequenas parcelas equitativamente distribuídas.

ENSINO

No pré-plano que ora apresentamos, o problema da localização dos estabelecimentos de ensino foi estudado de tal forma que, para o ensino pré-primário e primário, o aluno não percorrerá nunca distâncias superiores a 800 metros. Acresce dizer que a circulação da criança de casa para a escola e vice-versa estará sempre livre do tráfego de veículos.

Numa comunidade do tipo da vila operária da Usini-

nas um dos problemas sociais mais sentidos é o da preparação das novas gerações no campo técnico-profissional.

Indo ao encontro a esse problema é que julgamos in prescindível o estabelecimento de uma escola de grau médio para o ensino técnico e profissional.

Além disso um colégio e uma escola normal estão pre vistos para a 1.ª etapa.

ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR

Previmos a construção, na 1.ª etapa, de um hospital para um mínimo de 150 leitos, além do centro de saúde, ambulatório, creche e lactário geral.

Além disso, junto às unidades escolares, em cada uni dade de vizinhança, deverá ser localizado um pequeno centro de assis tência médico-social.

LUZ E FORÇA

A distribuição elétrica deverá ficar a cargo de em préssa especializada (possivelmente a CEMIB).

A iluminação pública deverá ser custeada pela admi nistração da vila.

De qualquer forma, excluindo-se o consumo de energia elétrica para transportes coletivos (troleibuses ou bondes), pode remos estimar um consumo "per capita" em cerca de 200 W-dia ou seja, um consumo total de 7 500 kilowatts-dia.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Se estimarmos em 250 litros-dia o consumo por habi tante na 1.ª etapa, teremos um consumo total de cerca de 10.000 mé tros cúbicos por dia.

16

Assim sendo, considerando as necessidades de expansão, é necessário que se cogite da captação e tratamento para um consumo global de 20 a 30 000 metros cúbicos por dia.

A água poderá ser captada do rio Piracicaba, a montante da cidade. As estações de tratamento e bombeamento ficarão localizadas nos locais pré-determinados pela Usina por intermédio das equipes industriais.

ESGOTOS

Os esgotos de águas servidas deverão ser lançados no rio Dôce, a jusante da cidade.

Creemos que, devido ao volume de vazão desse rio, não haverá necessidade imediata de tratamento das águas servidas.

As águas pluviais deverão ser lançadas indiferentemente no Piracicaba (abaixo do ponto de captação d'água) ou no rio Dôce, de forma a obtermos um mínimo de comprimento nas redes de escoamento das águas pluviais.

LIXO

Para o tratamento do lixo deverá ser adotado o sistema de aproveitamento total, seja por meio de usinas de industrialização do lixo, seja pelo sistema de acumulação em cubas de fermentação para posterior aproveitamento do lixo como adubo.

De qualquer forma a localização da estação de tratamento do lixo ou das baterias de cubas de fermentação deverá ser o mais possível afastada dos núcleos populosos.

Recomendamos sua localização à margem direita do ri-beirão Ipanema, entre este e a ferrovia e rodovia.

ABASTECIMENTO

O abastecimento da vila operária deverá ser feito

por uma rede de armazens e açougues de bairro com distribuição central por meio de um grande centro de abastecimento.

Devido a circunstância da construção em fase adiantada das rodovias pavimentadas que ligarão Ipatinga a Coronel Fabriciano, Caratinga e Governador Valadares (centros produtores) e que ficarão situados (como Governador Valadares) dentro de um círculo máximo de 100 quilômetros de raio, qualquer produto agrícola poderá ser encaminhado à vila de Usiminas, em menos de quatro horas de viagem.

A capacidade do centro de abastecimento deverá ser estimada para a população final de 80 000 habitantes e que nos dará, aproximadamente, as seguintes quantidades, por dia:

Carne de boi (80 grs.per capita)-	6.400 quilos p/dia.
Carne de porco(30 grs.per capita)-	2 400 quilos p/dia.
Peixe(10 grs. per capita)	800 quilos p/dia.
Aves(6 grs.per capita)-	480 quilos p/dia.
Laticínios ... (200 grs.per capita)-	16 000 quilos p/dia.
Ovos(20 grs.per capita)-	1 600 quilos p/dia.
Feljão(90 grs.per capita)-	7 200 quilos p/dia.
Arroz(100 grs.per capita)-	8 000 quilos p/dia.
Milho(30 grs.per capita)-	2 400 quilos p/dia.
Batatas(100 grs.per capita)-	8 000 quilos p/dia.
Frutas(100 grs.per capita)-	8 000 quilos p/dia.
Legumes(150 grs.per capita)-	12 000 quilos p/dia.
Açúcar(70 grs.per capita)-	5 600 quilos p/dia.
Fa.de trigo... (100 grs.per capita)-	8 000 quilos p/dia.
Café(20 grs.per capita)-	1 600 quilos p/dia.
Sai(5 grs.per capita)-	400 quilos p/dia.
Total	<u>89 800 quilos p/dia.</u>

Assim sendo, a capacidade da rede de distribuição deverá ser de cerca de 33 mil toneladas por ano, estimando-se que

que a capacidade armazenadora deverá ser de cerca de 10 mil toneladas para ocorrer às necessidades de entre-safra.

O grande centro de abastecimento poderá ser equipado com pequenos frigoríficos para carnes, peixes, laticínios, ovos, aves, legumes, frutas e verduras, armazens gerais para arroz, feijão, milho, açúcar, farinha de trigo, café, batatas e sal, além de espaços destinados aos produtores da região próxima (principalmente para produtos horti-granjeiros, aves, ovos e carnes verdes).

ATIVIDADES ECONÔMICAS AUXILIARES

Estimando-se a população da 1a. etapa em 37 500 habitantes, verificamos que as atividades de manutenção deverão ser distribuídas, mais ou menos, na seguinte proporção, por número de estabelecimentos:

<i>Matadouro</i>	
Açougue	4
<i>Armação</i>	
Agência de correios e telégrafos ..	2
Agência de jornais	2
Alfaiataria	2
Agência funerária	1
Armarinhos	3
Barbearias	5
<i>Of. de</i> Bombeiros hidráulicos	3
Bombas de gasolina	4
<i>Porto de taxis</i>	
Bazar	4
Bancos	3
<i>Of. de</i> Bicicletas	3
Borracheiro	4
Sotequins e Barés <i>e Sotequina</i>	6
Centro de abastecimento mercado ..	1
Carpintaria e marcenaria	2
Coletoria federal	1
Coletoria estadual	1

Coletoria municipal	1
Cartório de registro	1
Centro de saúde <i>hospitalar</i>	1
Cinemas/	3
Clube esportivo-social	3
Centro esportivo	1
Cemitério	1
Confeitaria e padaria	2
Colchoaria	1
Delegacia	1
<i>Of. de</i> Eletricista	3
Escolas primárias	6
Farmácia	4
<i>Of. de</i> Ferreiro e serralheiro	2
<i>Sinagoga</i> Fotógrafos <i>estudios</i>	2
Hoteis, pensões, etc.	15
Igrejas e capelas	2
<i>Capela</i> Loja de ferragens, <i>com</i> materiais de construção	2
Lavanderia	3
Leiteria	2
<i>Casa de lanchas</i> Oficina auto-mecânica	1
Postos de saúde e enfermagem	5
Quitanda	4
Relojoaria	1
Restaurantes/	2
Sapateiros/	5
Sapatarias	2
Salão de beleza	2
Serraria	1
Centro telefônico	1
Templos religiosos	2
Vidraceiro	1
<i>Casa de flores</i> <i>Sala p/ médicos, advogados,</i> <i>dentistas, enfermeiros,</i> <i>intatores</i>	

20

Outras atividades:

Advogados	40
Médicos	6
Parteiras	4
Choferes de caminhão	10
Taxis	15
Costureiras	10
Docelras	12
Empregadas domésticas	600
Jardineiros	20
Pedreiros e serventes	80

--- ---

CONCLUSÃO

Concluindo, devemos frisar que este nosso pré-plano foi lançado sobre o levantamento aéro-fotogramétrico da região, o que recordo, portanto, da precisão técnica necessária ao pleno desenvolvimento do mesmo.

Os índices populacionais, as estimativas e as previsões foram baseadas em dados objetivos de pesquisa local e confrontadas e comparadas com tabelas e dados computados por diversos urbanistas.

Nosso estudo está ainda, por influência de diversos fatores negativos, sujeito às alterações e modificações que as condições topográficas efetivas locais vierem a indicar.

Procuramos o mais possível obedecer às condições impostas, quer quanto ao número de unidades habitacionais, quer quanto à sua disposição no terreno disponível.

No entanto, pode-se verificar que entre as necessidades habitacionais indicadas pelo cálculo e o que realmente conseguimos na urbanização da 1.ª etapa, há um déficit de 366 residên-

2

cias, aproximadamente.

Este número de residências corresponderia, teóricamente, a outros tantos trabalhadores e funcionários.

No entanto, em virtude de circunstâncias várias, e especialmente de caráter social econômico da região, cremos que este déficit inicial de 826 residências poderá ser absorvido pelos seguintes fatores ocorrentes:

15% (130 indivíduos ativos)

Correspondentes a membros de uma mesma família que trabalhem na Usiminas.

11% (100 indivíduos ativos)

correspondentes a casais sem filhos que poderão morar em hotéis e pensões.

Os restantes 636 indivíduos ativos poderão ser empregados no mercado de trabalho de Acaçita, Col. Fabriciano e mesmo em Ipaciã.

Entretanto devemos frisar, mais uma vez, que há necessidade urgente de se reservarem novas áreas de expansão, pois, mais cedo ou mais tarde, esses 866 trabalhadores necessitarão de moradias próprias, junto à vila operária.

É bem verdade que deixamos ainda certas áreas a oeste da urbanização da 1.ª etapa, suscetíveis de serem aproveitadas para esta finalidade.

De qualquer forma, esse aproveitamento dependerá, entretanto, de levantamentos mais apurados do terreno.

Sempre que possível admitimos como rampa, para as vias principais, uma inclinação de 6 a 8%.

Em alguns casos de vias secundárias ou de acesso exclusivo a uma quadra ou setor, é que adotamos uma declividade maior (no máximo 10%).

As larguras das avenidas, ruas, alamedas e passagens de pedestres, são condicionadas à sua importância e à maior ou menor intensidade do tráfego previsto.

Assim é que teremos avenidas de penetração e tráfego interno com 30 a 35 metros de largura.

Algumas ruas de penetração nos setores terão 15 metros e as ruas secundárias de tráfego interno, 10 a 12 metros.

As condições geo-técnicas do terreno não aconselham a construção de grandes estruturas e, por esse motivo limitaremos o gabarito dos blocos residenciais a um máximo de 3 a 4 pavimentos.

Essas mesmas condições geo-técnicas obrigarão à imediata pavimentação das principais avenidas e ruas de penetração.

Algumas obras de arte, tais como muros de arrimo, sarjetas de proteção e bueiros terão que ser feitas imediatamente de modo a se evitar o mais possível a ação erosiva das águas pluviais.

Algumas áreas terão que ser drenadas para imediato saneamento da cidade.

Deverão ser mantidas, conservadas e replantadas todas as áreas não urbanizadas e que no pré-plano são designadas como "reserva florestal" pois é de suma importância a constituição de cortinas verdes que isolem a cidade do pó e dos ruídos da usina.

Mais uma vez devemos insistir sobre a necessidade de se adquirirem áreas, preferivelmente à margem direita do rio Dôce, para nelas se projetar a expansão futura da cidade.

Seria recomendável, também, que desde logo a Usiminas adquirisse ou arrendasse terrenos próximos destinado à organi-

23

zação de pequenas granjas e chácaras que pudessem produzir e fornecer aves, ovos, verduras, frutas e legumes, não só aos hotéis, como ao centro de abastecimento da vila.

Belo Horizonte, 29 de dezembro de 1958.

- Raphael Lardy Filho -

- Marcelo Bhering -

Arquitetos.

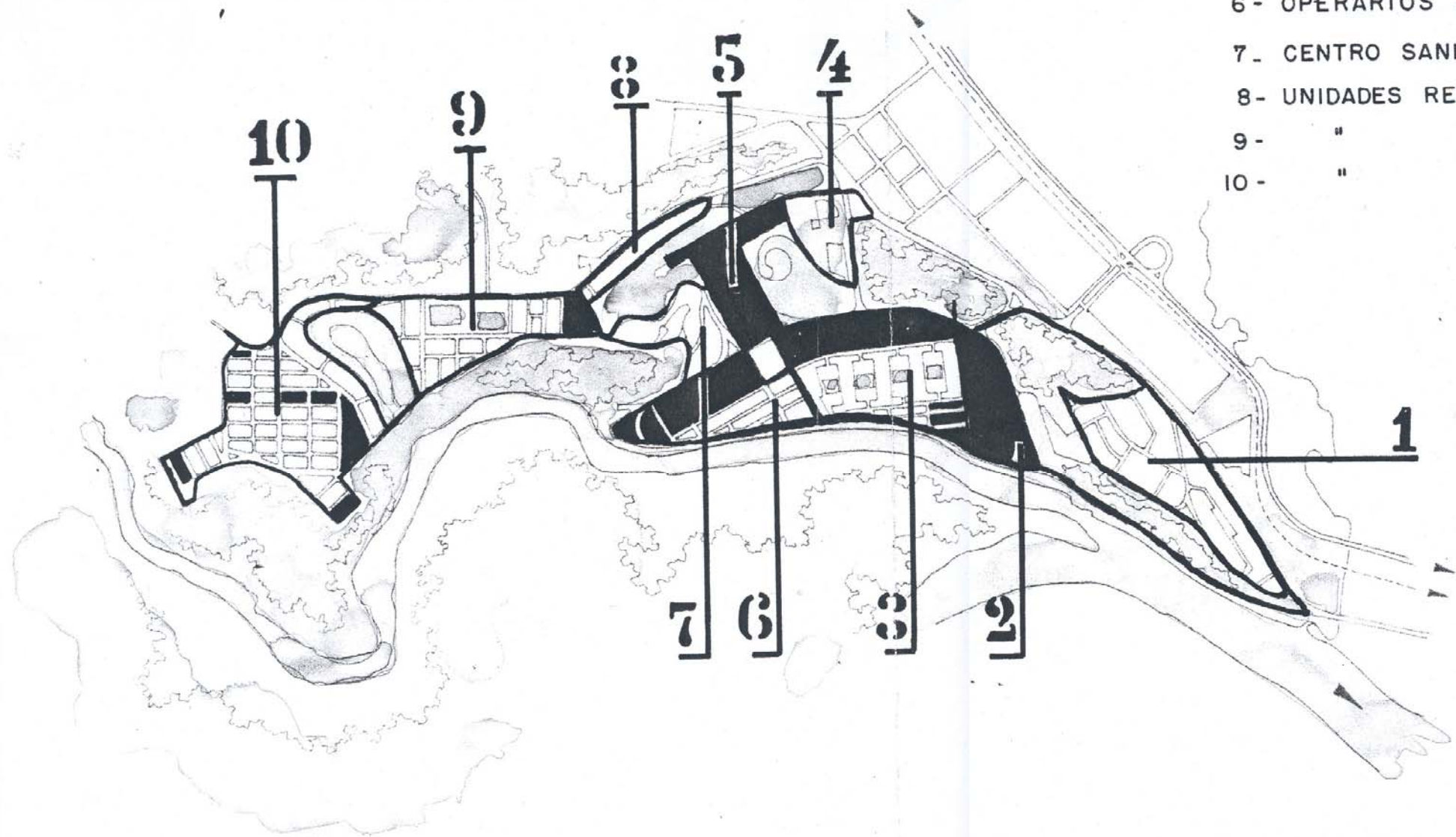
TIPO DE HABITAÇÃO	OPERÁRIOS USINA		OPERÁRIOS OUTRAS ATIVIDADES		FUNCIONÁRIOS USINA		PESSOAL ESPECIALISADO		PESSOAL CATEGORIZADO		COMÉRCIO E SERVIÇOS		OUTRAS ATIVIDADES	
	1A. ETAP.	2A. ETAP.	1A. ET.	2A. ET.	1A. ET.	2A. ET.	1A. ET.	2A. ET.	1A. ET.	2A. ET.	1A. ET.	2A. ET.	1A. ET.	2A. ET.
ALOJAMENTOS DE SOLTEIROS	910	+233	100	+26	568	+145	55	+14	49	+12	202	+52	74	+18
HABITAÇÕES DE UM QUARTO	356	+186	39	+20	222	+116	21	+11	19	+10	79	+41	29	+16
HABITAÇÕES DE DOIS QUARTOS	450	+372	49	+41	281	+232	27	+22	24	+20	100	+82	37	+31
HABITAÇÕES DE TRÊS QUARTOS	1396	+1163	153	+128	870	+725	84	+70	78	+63	309	+257	111	+94
HABITAÇÕES DE QUATRO QUARTOS	376	+140	41	+15	235	+87	23	+8	20	+8	83	+31	31	+11



USIMINAS
PRÉ-PLANO DE URBANIZAÇÃO

ZONEAMENTO

- 1 - PESSOAL CATEGORIZADO
- 2 - ENGENHEIROS E ESPECIALISTAS
- 3 - OPERÁRIOS ESPECIALIZADOS
- 4 - ESPORTES
- 5 - CENTRO COMUNAL
- 6 - OPERÁRIOS ESPECIALIZADOS
- 7 - CENTRO SANITÁRIO
- 8 - UNIDADES RESIDENCIAIS
- 9 - " "
- 10 - " "






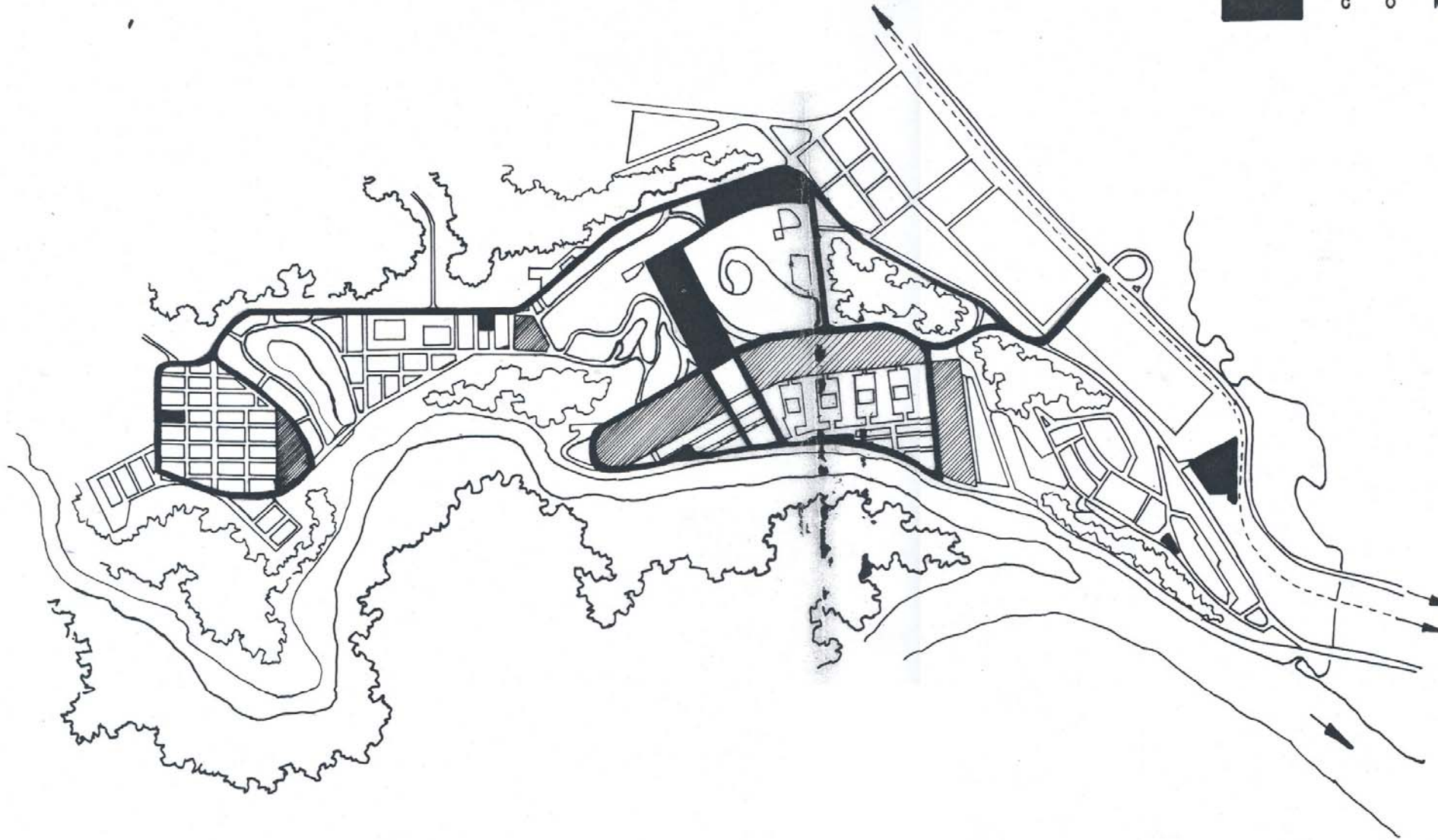
3

USIMINAS

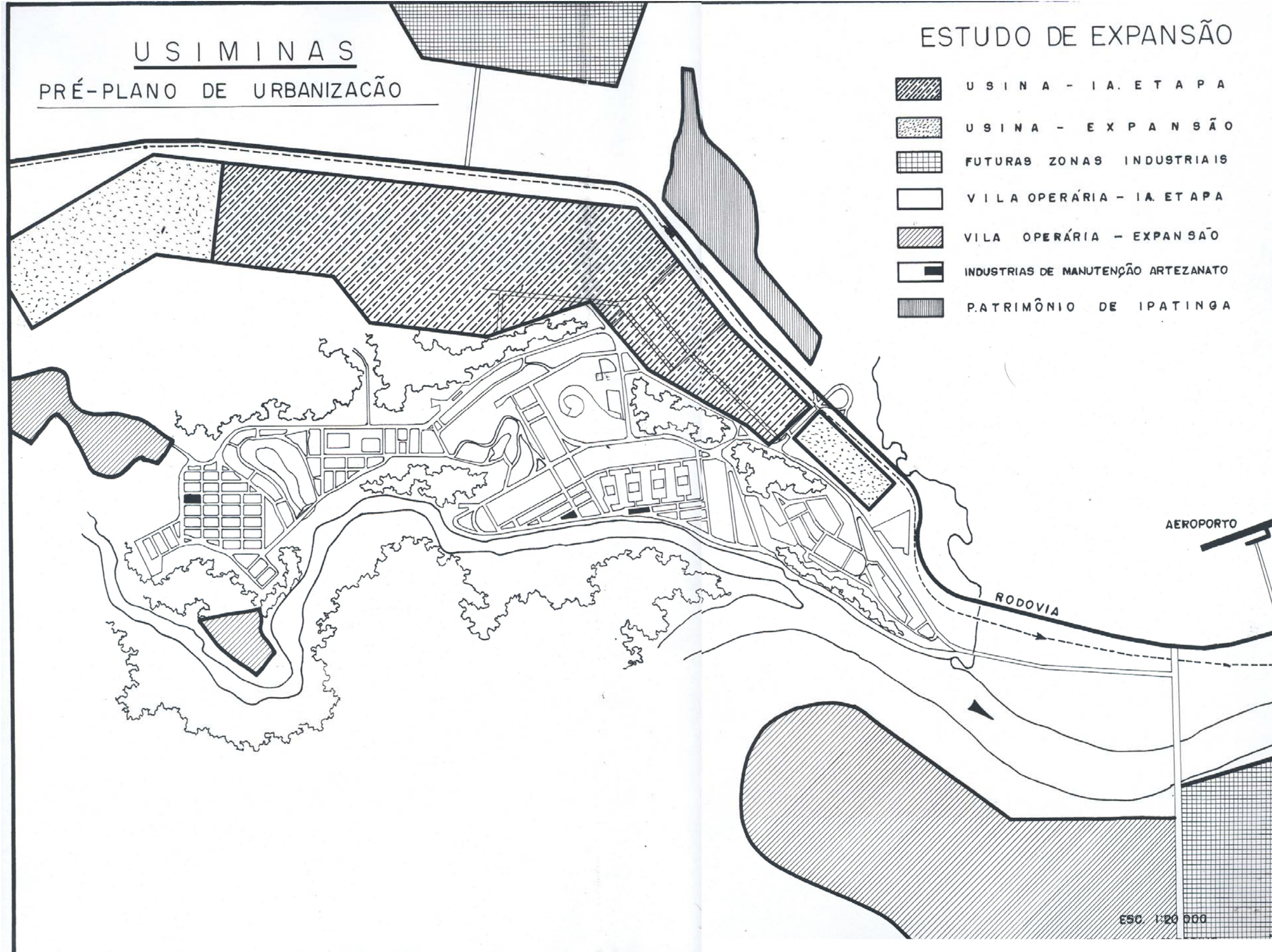
PRÉ-PLANO DE URBANIZAÇÃO

TRAÇADO BÁSICO

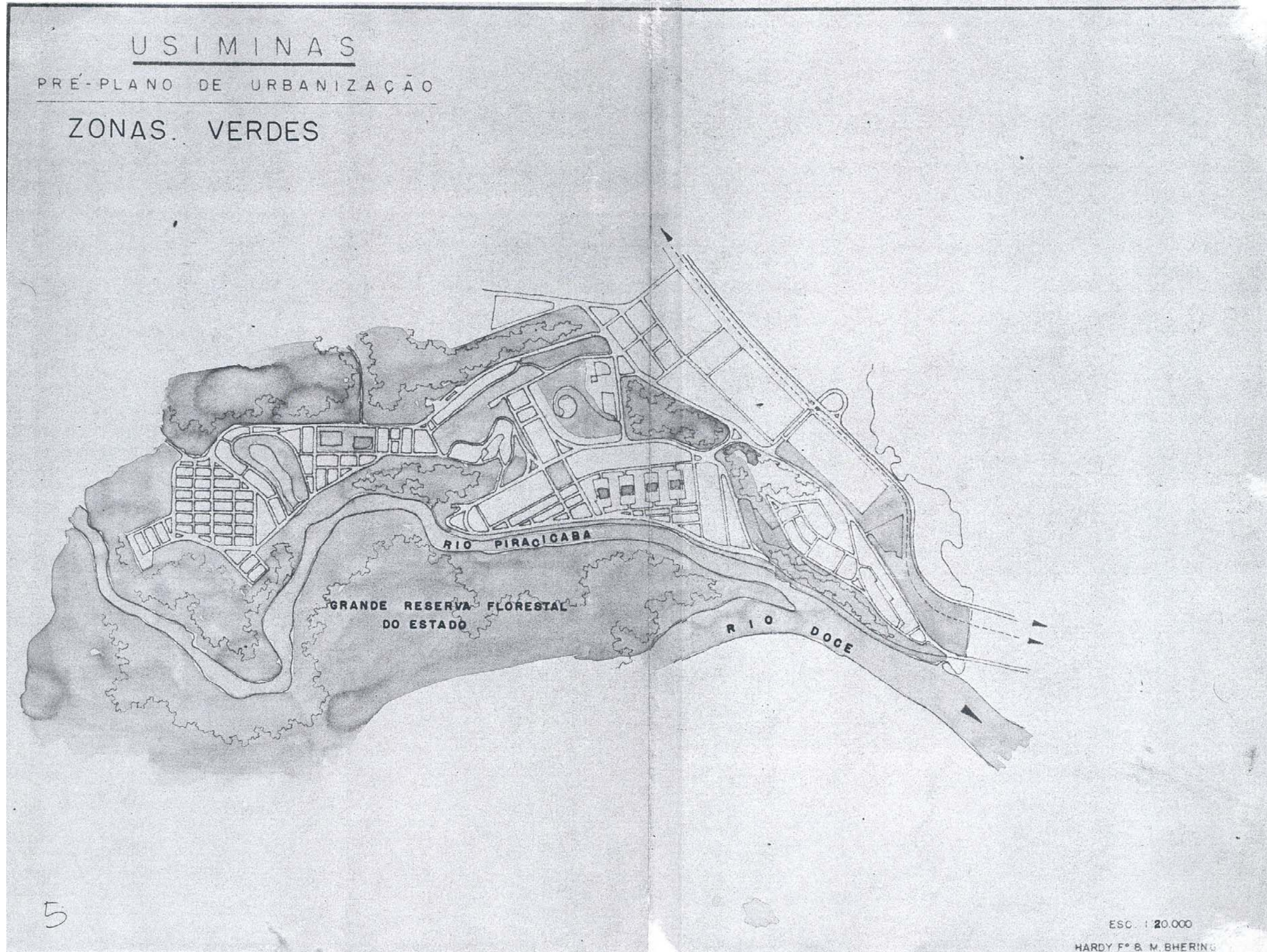
-  SUPER QUADRAS
-  RESIDÊNCIAS ISOLADAS
-  COMÉRCIO



ESC. 1:20.000







ANEXO B
"Plano Diretor de 1965"

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artº 1º - Para os fins destas normas adotam-se as seguintes definições:

- I - Área urbana - É a que abrange as edificações contínuas da cidade operária da USIMINAS incluindo bairros e setores especificados no Plano Diretor além de suas adjacências servidas por um dos seguintes equipamentos urbanos: iluminação pública, esgoto sanitário, abastecimento de água, rede de águas pluviais, calçamento ou meio-fios, telefone, transportes coletivos executados pela USIMINAS por sua concessão ou com sua autorização. As linhas perimétricas da área urbana acompanharão à distância máxima de 200 metros os limites dos equipamentos ou da edificação contínua da cidade; são consideradas como zona urbana: Ipanema, Castelo, Cariru, Bairro Hospital, Bela Vista, Retiro, Imbaúbas, Areal, Maringá, Candangolândia, Sítio Velho, Horto, Dutantã, Prato Raso, Horto, Santa Mônica, Bom Jardim, Estação, Industrial, Aeroporto.
- II - Área rural - É a área de propriedade da USIMINAS, fora dos perímetros urbanos, excluídas as áreas urbanas e as áreas verdes de proteção e isolamento.
- III - Áreas de expansão urbana - Aquelas que estiverem previstas no Plano Diretor, para atenuar

der ao crescimento da população e ao desenvolvimento das áreas urbanas

Em princípio, serão as áreas rurais de propriedade da USIMINAS e mais:

- a) as áreas na direção de Cel. Fabriciano;
- b) as áreas na direção do aeroporto;
- c) o aglomerado de Ipatinga;
- d) as áreas à margem direita do Rio Doce fronteiras ao aeroporto;
- e) as áreas da região norte na direção de Salto Grande.

IV - Área de recreação - É a reservada a atividades culturais, cívicas e contemplativas da população. Como áreas de recreação contemplativa serão consideradas:

- a) as áreas verdes de proteção e silamento designadas no Plano Diretor;
- b) as áreas marginais dos Rios Piracicaba e Doce;
- c) as áreas da Usipa;
- d) as áreas de captação d'água, da estação de tratamento e do lago de decantação;
- e) as praças, bosques e parques previstos no Plano Diretor.

V - Área verde - É a área de bosques situada nas elevações entre a Usina e os bairros do Cariru, do Hospital, Bela Vista, Retiro, Imbaúbas, Areal, Candangolândia e Usipa.

VI - Local de uso institucional ou de equipamento social - É toda área reservada a fins específicos de utilidade pública tais como educação, saúde, cultura, administração, culto, diversões, segurança, etc. .

VII - Quarteirão - É a área de terreno delimitada

no mínimo, por 1 via pública de comunicação, subdividida em lotes para construção.

- VIII - Quarteirão normal - É a área caracterizada por dimensões tais, que permitam uma dupla fila de lotes justapostos, de profundidade padrão.
- IX - Super Quadra - É a área do terreno delimitada por vias de comunicação, não subdividida em lotes e que se destinem à edificação de blocos residenciais e de certos equipamentos sociais e onde os pedestres circulem por veredas nos parques e jardins interiores, constituindo, de per si, uma unidade habitacional.
- X - R.N. (referência de nível) é a cota de altitude oficial adotada em relação ao nível do mar.
- XI - Unidade Habitacional - É um grupo de residências ou habitações em torno de um centro dotado de certos equipamentos sociais que polarizam a vida social de, aproximadamente, duzentas famílias.
- XII - Bairro ou unidade de vizinhança - É um grupo de residências abrangendo uma ou mais unidades residenciais, em torno de, no mínimo, um estabelecimento de ensino primário, além de outros equipamentos que polarizem a vida social de cerca de 1.000 a 1.200 famílias. Todo bairro deverá ser equipado com um centro de educação primária, recomendando-se a distância máxima de quatrocentos metros entre este centro e a habitação mais afastada.

XIII -Via de comunicação - É toda aquela que fa
cultua a interligação das funções da cidade:

Habituação

Trabalho

Cultivo do corpo e do espírito

Saúde

- a) Via principal é a destinada à circulação geral.
- b) Via secundária é a destinada à circulação local.
- c) Rua de distribuição ou de coleta é a via secundária urbana que canaliza o tráfego local para as vias principais.
- d) Rua de acesso é a via secundária urbana destinada ao simples acesso dos lotes. No caso particular em que terminam numa praça de rotône são denominadas "cul de sac".
- e) Avenida-parque é a via principal traçada também com finalidades paisagísticas e de recreação.

Artº 2º - Para fins destas normas os terrenos da USIMINAS, em Ipatinga se compõem de:

I - Áreas urbanas compreendendo:

- a) Zonas residenciais de diferentes tipos;
- b) Zonas comerciais do centro;
- c) Zonas comerciais de bairros;
- d) Zona industrial principal;
- e) Zona industrial subsidiária, ou de manutenção;
- f) Zonas industriais de artesanato;
- g) Zonas de recreação;
- h) Zonas de uso institucional.

II - Zona rural - destinada à produção horti -

NORMAS DE URBANISMO

granjeira.

III - Zonas de expansão urbana.

- Artº 3º - A subdivisão ou loteamento em qualquer das áreas, ficarão sujeitos às diretrizes estabelecidas nestas normas, no que se refere a vias de comunicação, sistema de águas e sanitários, áreas de recreação, locais de usos institucionais e proteção paisagística e monumental.
- Artº 4º - Os planos de urbanização baseados no pré-Plano aprovado pela Diretoria da USIMINAS e nas diretrizes gerais estabelecidas pelo Plano Diretor, deverão se compor de três sistemas gerais:
- I - Vias de comunicação principais;
 - II - Zoneamento;
 - III - Espaços livres e de recreação.
- Artº 5º - No estabelecimento desses sistemas gerais deverá ser feito o esquema geral do traçado de um sistema linear de artérias principais de modo a que elas, passando a constituir a trama urbana, possam satisfazer às funções de circulação e distribuição geral, à recreação e às atividades contemplativas.
- Com esse esquema básico já se poderão definir os setores de uso diferenciado relacionados segundo suas funções.
- Artº 6º - A setorização deve conduzir sempre ao estabelecimento das diferentes zonas de uso ou seja, ao "zoneamento espacial", dando como resultado o organismo dos setores residenciais diferenciados, dos setores de comércio, de indústria, de saúde, de recreação, de educação, ou ainda de atividades rurais.
- Artº 7º - A subdivisão e a articulação dos diversos setores

ou zonas deverá ser feito de modo a se ter uma localização funcional em detalhe, resultando no traçado das vias secundárias de distribuição e de acesso, na indicação e localização dos espaços abertos (praças, jardins e parques), na estruturação interna das unidades residenciais, comerciais e industriais assim como no estabelecimento dos centros de educação, de saúde e das diversas atividades comuns.

§ - Esse zoneamento fixará o uso, a destinação, o volume das construções (área e altura) e a densidade populacional dos diferentes setores tendo em vista o uso específico de cada um de les.

CAPÍTULO II

DO USO DO SOLO

- Artº 8º - A área urbana será dividida em zonas, de uso exclusivo, de Residência, Comércio e Indústria.
- Artº 9º - Será considerada como zona industrial principal tóda a área compreendida pela Usina Intendente Câmara.
- Artº 10º - Como zona industrial subsidiária fica compreendida tóda a área situada à margem da MG-4, partindo da Estação da EFVM até à localidade de Ipatinga e a área à margem da rua 38, na Lagoa Sêca.
- Artº 11º - Como zona industrial para artesanato e dos grandes depósitos, será destinada tóda a área marginal à MG-4, desde 200 metros além do Horto, até 200 m antes do ambulatório de triagem.
- § Outras indústrias de artesanato e manutenção, não ruidosas, incômodas ou perigosas, poderão ser localizadas dentro do perímetro urbano, em locais a serem determinados pelo Departamento de Habitação e Urbanismo.
- Artº 12º - Os centros comerciais de bairro serão localizados em grupos compactos, formando centros secundários, a distâncias não inferiores a oitocentos metros uns dos outros e, sempre que possível, fora das vias principais.

§ - Junto aos centros comerciais deverão ser reservados espaços para estacionamento de veículos.

A - Zonas Residenciais

Artº 13º - As zonas residenciais da cidade operária da USI MINAS serão diferenciadas de modo a permitir as seguintes áreas mínimas de lotes conforme sua fixação de densidade:

Zonas A - lote mínimo de 200 m²
 Zonas B - lote mínimo de 300 m²
 Zonas C - lote mínimo de 360 m²
 Zonas D - lote mínimo de 600 m²
 Zonas E - lote mínimo de 1.000 m²

§ - As superquadras terão seus coeficientes de densidade iguais aos coeficientes ali estabelecidos para as zonas de centro, isto é, uma densidade líquida máxima de 330 habitantes por hectare.

§ - Em qualquer circunstância, tanto nos centros comerciais como nas áreas junto a esses centros, poderão ser construídos edifícios de apartamento, contanto que se reserve uma área livre mínima de 10 m² por habitante do prédio.

Artº 14º - Nas zonas residenciais das categorias A e B e a ocupação do lote ou terreno não poderá exceder de 50% da área total (índice de ocupação $I_o = 0,5$).

§ - Nas superquadras o índice de ocupação será também de $I_o = 0,5$

Artº 15º - Nas zonas residenciais de categoria D as constru

ções não poderão ultrapassar a taxa de ocupação de 45% (índice de ocupação $I_0 = 0,45$).

§ Nestas zonas o IAC não poderá ser superior a 0,75.

Artº 16º - Nas superquadras e lotes junto aos centros comerciais, de bairro no caso de habitação coletiva, o coeficiente de aproveitamento (IAC = índice de área construída) não poderá ser superior a 2.

§ - Em qualquer hipótese, a altura máxima é a largura da rua mais o afastamento em relação à via pública.

B - Zonas Comerciais

Artº 17º - Nos centros comerciais de bairro a ocupação do lote será de, no máximo, 60% ($I_0 = 0,6$) da área total de cada lote.

Artº 18º - O índice de área construída será no máximo igual a 2,5 (IAC = 2,5).

§ - Em qualquer hipótese, a altura máxima permitida será de 1,5 vezes a largura da rua, mais o afastamento em relação à via pública, caso o haja.

Artº 19º - No centro comercial principal a ocupação do lote será no máximo de 70% ($I_0 = 0,7$) com o índice de área construída máxima (IAC) de 4 (IAC=4).

Artº 20º - A altura máxima, em qualquer hipótese, não poderá ser superior a 50 (cinquenta) metros a contar da cota mais alta do eixo da rua, parte frontal do lote.

C - Zonas Industriais

Artº 21º - Nas zonas industriais a ocupação do lote não poderá ultrapassar a 60% da área total ($I_o = 0,6$).

§ - O índice de aproveitamento nas zonas industriais não poderá ser superior a 1 ($IAC=1$).

CAPÍTULO III

DENSIDADE POPULACIONAL

Artº 22º - A ocupação de terreno nas áreas enumeradas co
mo zonas de utilização específica será fixada
de forma a limitar o total da população de ca
da uma delas considerando sempre dois tipos de
densidade:

- a) densidade líquida que é a densidade da é-
rea residencial, isto é, do quarteirão ou
bairro;
- b) densidade bruta que é a densidade do ba
irre incluindo parques, jardins, área de uso
institucional e outras.

§ - Para efeito de cálculo das densidades sé
rão adotados os quadros em anexo (I, II
e III).

§ - Nas superquadras poderá ser adotada a
densidade líquida de 330 habitantes por
hectare.

Artº 23º - Nas zonas residenciais o recuo mínimo será de
6,00 (seis) metros.

Artº 24º - A testada dos lotes não poderá ser inferior a
10,00 (dez) metros e área mínima de 200 metros
quadrados.

Artº 25º - O arranjo das ruas deve garantir a continuidade

dos arruamentos vizinhos quando as artérias forem principais e interessarem à circulação geral. Caso contrário, é preferível a defasagem.

Artº 26º - As ruas devem ser ajustadas às condições topográficas do terreno e traçadas de forma a evitar o tráfego deorso nas ruas residenciais, com contrarredo nas vias principais.

Artº 27º - As dimensões transversais do leito e passeio das ruas deverão corresponder a múltiplos de filas de veículos ou de pedestres, de acôrdo com a base seguinte:

Pedestre - 0,75 m

Veículo parado - 2,50

Veículo em movimento lento - 3,00

Veículo em movimento de grande velocidade, coletivos ou carga 3,50.

Artº 28º - As ruas de distribuição dentro das unidades residenciais terão o mínimo de 15 m de largura. As de penetração ou "cul de sac" terão a largura mínima de 10 m, não podendo ter extensão superior a 150 metros e terminadas por praças de retôrno com raio de 15 m, quando circulares.

Artº 29º - As vias principais terão largura mínima de 20m.

Artº 30º - A rampa máxima das vias secundárias deverá ser de 10% e das principais de 8%.

§ - A declividade mínima para qualquer delas será de 0,5%.

§ - Excepcionalmente, para as ruas de acesso poderão ser admitidas, em pequenos trechos, rampas máximas de 15%.

Artº 31º - O comprimento das quadras não poderá ser superior a 600m.

§. - Nas quadras longas (maiores de 150m) haverá passagens intermediárias para pedestres espaçadas de 150 em 150 metros, no máximo.

- Artº 32º - São aconselhadas unidades residenciais completas, constituindo em conjunto de unidades de vizinhança ou bairros com centros de comunidade e centros comerciais localizadas junto às superquadras ou no núcleo central de cada conjunto.
- Artº 33º - A área destinada a espaços livres e às áreas institucionais mínimas são as que constam, em porcentagens, do quadro III em anexo.
- Artº 34º - Qualquer dúvida sobre o entendimento e aplicação destas normas e os casos omissos serão resolvidos pelo U.DH, ouvido o arquiteto consultor.

QUADRO I

DENSIDADES DEMOGRÁFICAS

ZONA	DENSIDADE BRUTA	DENSIDADE LIQUIDA
1 CENTRO	165 hab/Ha	330 hab/Ha
2 JUNTO AO CENTRO	125 hab/Ha	250 hab/Ha
RESIDENCIAL A	125 hab/Ha	250 hab/Ha
RESIDENCIAL B	165 hab/Ha	90,76 hab/Ha
RESIDENCIAL C	140 hab/Ha	84,03 hab/Ha
RESIDENCIAL D	80 hab/Ha	53,6 hab/Ha
RESIDENCIAL E	50 hab/Ha	36,1 hab/Ha

LEI DE URBANISMO				DIRETOR
QUADRO II PORCENTAGENS DE UTILIZAÇÃO E DESTINAÇÃO DOS TERRENOS URBANOS				
ZONA	% PARA LOTES	% ^o PARA RUAS, PRAÇAS, AVE- NIDAS, etc.	% ^o PARA OUTROS FINS	ÁREAS MÍN- IMAS DE LO- TES.
1 CENTRO	50%	25%	25%	200 m ²
2 JUNTO AO CENTRO	50%	25%	25%	200 m ²
RESIDENCIAL A	50%	25%	25%	200 m ²
RESIDENCIAL B	55%	25%	20%	300 m ²
RESIDENCIAL C	60%	22%	18%	360 m ²
RESIDENCIAL D	67%	20%	13%	600 m ²
RESIDENCIAL E	72%	16%	12%	1.000 m ²
<p>o - São considerados espaços livres: ruas, praças, jardins públicos, parques, terrenos para esportes, etc. .</p> <p>o - Áreas para outros fins são as destinadas a escolas, igrejas, centros comunais, edifícios públicos e de uso institucional, estacionamentos, etc. .</p>				

INSTITUTO DE REFORMA AGRÁRIA							DIRETOR		
QUADRO III									
<u>ÁREAS NECESSÁRIAS PARA 1.000 HABITANTES</u>									
(Unidade residencial de cêrca de 200 famílias)									
ZONA	LOTES		Ruas, Praças jardins, etc		OUTROS FINES		ÁREA TO- TAL NE- CESSÁ- RIA/Ha.	DENSIDADE	
	%	ÁREA EM Ha.	%	ÁREA EM Ha.	%	ÁREA EM Ha.		BRUTA	Liq.
1 CENTRO	50	3,03	25	1,515	25	1,515	6,06	165	330
2 JUNTO AO CENTRO	50	4,00	25	2,00	25	2,00	8,00	125	250
RESIDENCIAL A	50	4,00	25	2,00	25	2,00	8,00	125	250
RESIDENCIAL B	55	6,06	25	2,75	20	2,20	11,01	90,76	165
RESIDENCIAL C	60	7,14	22	2,62	18	2,15	11,90	84,03	140
RESIDENCIAL D	67	12,5	20	3,73	13	2,43	18,66	53,6	80
RESIDENCIAL E	72	20,0	16	4,43	12	3,27	27,70	36	50

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES GERAIS

Artº 1º - Qualquer edificação, ou construção, só poderá ser iniciada, dentro do perímetro dos terrenos pertencentes à Usiminas, se o interessado possuir licença e autorização da Diretoria da Usina, após aprovação do projeto pelo Departamento de Habitação e Urbanismo (UDH).

Artº 2º - Para obter a "Licença de Construção" deverá o interessado submeter à aprovação do Departamento de Habitação e Urbanismo o projeto de obra, indicando o local onde a mesma vai ser executada, assim como sua destinação.

§ - Nenhum projeto poderá ser aprovado se a destinação e uso do mesmo colidir com a destinação e uso dos espaços urbanos delimitados pelo Plano Diretor;

§ - O projeto a que se refere este artigo, no caso de edificação, deve constar, no mínimo, dos seguintes elementos:

- a) planta do porão ou embasamento e plantas de cada um dos pavimentos que compo^{rt}ar o edifício, com indicação do destino de cada compartimento;
- b) elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública;
- c) elevação dos gradis de vedação da te^p.

REGULAMENTO DE OBRAS	PLANO DIRETOR
<p>tada ou testadas do terreno;</p> <p>d) cortes transversal e longitudinal do edificio;</p> <p>e) planta de cobertura;</p> <p>f) planta de locação em que se indiquem:</p> <p>1º - posição do edificio a construir em relação às linhas limítrofes;</p> <p>2º - orientação;</p> <p>3º - localização das partes dos prédios vizinhos construídos sobre as divisas dos lotes;</p> <p>4º - perfis longitudinal do terreno tomado como R.N. o nível do eixo da rua;</p> <p>5º - memorial descritivo dos materiais e do destino da obra. Sempre que o Departamento de Habitação e Urbanismo (UDH) julgar conveniente, exigirá apresentação dos cálculos de resistência e estabilidade dos diversos elementos construtivos, assim como desenhos dos respectivos detalhes.</p> <p>§ - O Departamento de Habitação e Urbanismo (UDH), quando julgar conveniente, exigirá a apresentação dos projetos de decoração, da nomenclatura das côres a serem empregadas na pintura ou revestimento de todos os elementos externos, da distribuição de anúncios e letreiros indicativos ou ainda dos projetos completos de ornamentação e arquitetura paisagística.</p> <p>§ - O Departamento de Habitação e Urbanismo (UDH) fará, não só a apreciação técnica e sob o ponto de vista regulamentar do projeto, como também procederá à sua censura estética ficando a seu arbítrio aceitar ou não os projetos, inclusive sob o aspecto da destinação do edificio a construir.</p> <p>§ - O Departamento de Habitação e Urbanismo</p>	

(UDH) fiscalizará a execução das obras, podendo sustar sua continuação, mandar demolir e alterar em parte ou no todo aquilo que não estiver obedecendo às prescrições d'êste Regulamento ou às determinações constantes do projeto e da "licença de construção".

§- O UDH poderá ainda, verificada qualquer infração dos dispositivos regulamentares ou das determinações da "licença de construção", embargar o uso indevido do prédio e de suas instalações e dependências.

CAPÍTULO II

DOS PÉS DIREITOS

Artº 3º - O pé direito, que é a altura livre entre o piso e o teto de cada compartimento, terá:

- a) o mínimo de 2,80 m para os aposentos de dormir;
- b) o mínimo de 2,50 m para os compartimentos de permanência diurna;
- c) o mínimo de 2,20 m para os compartimentos de porão, sótãos, áticos e varandas abertas;
- d) o mínimo de 4,00 m para as lojas que são o pavimento térreo, quando destinado ao comércio;
- e) nas lojas com 5 ou mais metros de pé direito poderá ser permitida a construção de girais ou sobre-lojas desde que não fiquem prejudicadas suas condições de iluminação e ventilação e desde que as mesmas não ocupem mais de 50% da superfície do piso da loja. O pé direito mínimo sob as sobre-lojas será de 2,50 m.

§- Quando porões, áticos, sótãos ou sobre-lojas tiverem pés-direitos superiores a 2,20 m serão êles considerados como pavimentos ou andares isolados e habitáveis ficando sujeitos a satisfazerem rem todas as demais exigências deste Regulamento em relação aos mínimos detalhes nele previstos.

CAPÍTULO III

INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Artº 4º - Todos os compartimentos de qualquer edificação, se rão insolados, iluminados ou ventilados por meio de abertura em plano vertical abrindo diretamente para a via pública, área ou poço e suas reentrâncias.

§ - As caixas de escada de edifício até três pavimentos poderão ser iluminadas por meio de clara bóias.

§ - A juízo do UDI, compartimentos de destinação especial (como por exemplo, câmaras escuras, câmaras frigoríficas, laboratórios, câmaras de expurgo, caixas fortes e outros) poderão prescindir de iluminação e ventilação diretas, observados os dispositivos mecânicos destinados a tal fim.

Artº 6º - Nos compartimentos destinados à habitação noturna qualquer que seja o pavimento em que se achem, devem os raios do sol banhar continuamente, no dia mais curto do ano, durante 3 horas, o plano do respectivo piso, conforme os gráficos de insolação a serem organizados pelo UDI e que passarão a fazer parte deste Regulamento.

Artº 7º - Em edifícios situados nas zonas comerciais principais, as peças de permanência diurna poderão ser iluminadas por área, tendo no plano do piso do primeiro andar, dimensões na relação de um para um e meio, com o lado menor de dois metros, no mínimo.

Artº 8º - Nas zonas comerciais ou nos setores destinados a habitações coletivas, as instalações sanitárias, os corredores e as escadas poderão ser iluminadas e ventiladas por meio de poço, a partir do segundo piso, tendo as dimensões na relação de 1 para um e meio, com o lado menor de um metro e meio até a altura máxima de nove metros a partir do segundo piso.

§ - Para cada pavimento a mais, a partir desta altura de referência deverá êle ser aumentado de mais 10 cm em sua largura.

§ - Quando houver peças de habitação noturna iluminada através de área, o plano de referência para insolação passará pelo teto da loja ou do pavimento do rés do chão.

§ - Para cada pavimento a mais daquele situado no plano de referência o lado menor da área será aumentado de sessenta centímetros, mantida sempre a relação entre os seus lados de 1 para 1,5.

Artº 3º - As áreas em que fôr exigido somente a osculação do sol terão as dimensões capazes de conter no plano horizontal de referência:

- a) na direção Norte-Sul uma reta de comprimento igual ou superior à da altura média das faces que olham para o sul, multiplicadas por 1,07 as alturas dessas faces;
- b) na direção Este-Oeste, uma reta de comprimento igual ou superior à quarta parte do comprimento adotado pelo projeto na direção Norte-Sul, não podendo esta largura ser inferior, em caso algum, a dois metros e respeitando-se o aumento progressivo de 60 centímetros por pavimento.

§ - Esse plano de referência passará:

- a) pelo nível superior do embasamento para os prédios de um só pavimento;
- b) pelo nível do piso do segundo pavimento, para as casas de mais de um pavimento;
- c) pelo nível superior da última sobre-loja, quando existir.

§ - Quando houver saliência nas paredes, beirais, balcões, etc. , a dimensão da área será contada a partir das projeções horizontais dessas saliências.

Artº 9º - As áreas de divisa para efeito de insolação e arejamento terão as seguintes larguras mínimas:

Ângulo com a linha Norte-Sul	Largura mínima até 5,20 m de altura	Acréscimo de largura para cada aumento de altura de 4m ou fração.
De 0º a 10º	2.00	20 cm
10º a 20º	2.10	25 cm
20º a 30º	2.20	30 cm
30º a 40º	2.30	35 cm
40º a 50º	2.40	40 cm
50º a 60º	2.50	70 cm
60º a 90º	2.60	1 metro

§ - O comprimento mínimo será calculado dentro da relação 1 para 1,50.

CAPÍTULO IV

DAS SALIÊNCIAS

Artº 10º - Não serão permitidas saliências sôbre o alinhamento, exceção feita às marquises de proteção a partir de 3,00 m, no mínimo, do ponto mais alto do passeio à saliência.

CAPÍTULO VDAS CONDIÇÕES GERAIS DOS PAVIMENTOS

1) PORÃO

Artº 11º - Quando, devido aos desníveis de terrenos, a construção der lugar a embasamentos de pé direito superior a 1.80 eles poderão ser utilizados para dispensas e depósitos.

§ - Nesses compartimentos serão tolerados:

- a) caixilhos móveis, protegidos com placas de vidro, nas aberturas de ventilação praticadas nas paredes do perímetro, e vedação de madeira ou outro material nas respectivas portas externas de ingresso;
- b) portas gradeadas de madeira ou outro material nas aberturas praticadas nas paredes divisórias, de modo a não impedir a ventilação.

§ - Nos porões qualquer que seja, o seu pé-direito, serão observadas as seguintes condições:

- a) deverão dispor de ventilação por meio de aberturas sempre que possível diametralmente opostas;
- b) o piso será sempre de material liso e impermeável;
- c) as paredes do perímetro externo serão, nas faces externas, revestidas de material impermeável e resistente até 30 cm de altura, pelo menos, acima do terreno exterior;
- d) as paredes internas até 30 cm acima do nível do terreno exterior serão impermeabilizadas.

§ -Em prédios comerciais o UDH poderá permitir, em casos especiais, a colocação de clarabóias e alçapões nos passeios.

§ -Os meios de comunicação dos porões com o exterior ou o interior dos prédios (tais como escadas e alçapões) serão de material incombustível.

Artº 12º - Os porões poderão ser aproveitados para fins de habitação, obedecidas as disposições do presente Regulamento quanto a dimensões, formas e meios de ventilação, iluminação e insolação cabíveis para cada compartimento, desde que tenham 2,20 ou mais de pé direito.

2) RÉS DO CHÃO OU 1º PAVIMENTO

Artº 13º - O rés do chão ou primeiro pavimento é aquele cujo piso esteja situado imediatamente acima do R.N. correspondente ao nível mais baixo do eixo da via pública.

Artº 14º - O rés do chão deve possuir pelo menos uma latrina convenientemente instalada, desde que o número de compartimentos destinados a permanência diurna ou noturna seja superior a três.

§ - O rés do chão que tiver como compartimento fechado somente o hall de entrada, com o máximo de 30% da área de projeção dos andares superiores, estando os restantes 70% ocupados somente pelos elementos estruturais de sustentação tais como colunas, pilares ou "pilotis", não será computado como andar ou pavimento isolado para efeito de aplicação dos dispositivos deste Regulamento.

§ - Quando o rés do chão não constituir habitação em separado, deverá haver comunicação interna, por meio de escada, com o pavimento que sobre ele existir.

§ - Sempre que se apresentar o rés do chão sem a comunicação interna a que se refere o parágrafo anterior, esse pavimento será considerado como habitação à parte.

3) LOJAS

Artº 15º - Nas lojas serão exigidas as seguintes condições gerais:

- a) possuir uma latrina, pelo menos, convenientemente instalada;
- b) não ter comunicação direta com gabinetes sanitários ou compartimentos de dormir.

§ - Contiguanente às lojas ou em pavimento superior poderá haver residência do comerciante. Em qualquer caso, porém, a taxa de ocupação do terreno não poderá ultrapassar os limites estabelecidos neste Regulamento.

§ - A natureza do revestimento do piso e das pare

des das lojas dependerá do gênero de comércio para que foram destinadas, obedecidos os Regulamentos e leis sanitárias do Estado.

§ - Nos edifícios de habitação coletiva (considerados como tais os que tiverem mais de duas habitações) não poderá haver instalações para comércio ou indústria de caráter ruidoso, incômodo, mal-cheiroso ou que de qualquer forma possam perturbar o sossego, a tranquilidade ou a saúde física e mental dos moradores, como por exemplo, mercados, bares, boites, casas de diversões em geral, oficinas mecânicas, postos de abastecimento, etc. .

§ - O UDH decidirá sobre a localização dos tipos de comércio e pequenas indústrias de artesanato que poderão se situar junto ou nos edifícios de habitação, obedecidos os critérios do plano Diretor.

4) SOBRE-LOJAS

Artº 16º - Nas sobre-lojas só poderá haver compartimentos de permanência diurna.

§ - Cada pavimento de sobre-loja deverá dispor de uma latrina.

CAPÍTULO VI

DAS HABITAÇÕES EM GERAL

1) DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Artº 17º - Cada compartimento, seja qual fôr o seu destino, deve ter uma porta ou janela, pelo menos, em plano vertical, abrindo para a via pública ou para áreas livres ou suas reentrâncias e satisfazendo às prescrições destas normas.

§ - Não se aplica a disposição supra à caixa de escada, corredores ou instalações sanitárias nos casos especificados no artº 4º, 1º e 7º deste Regulamento.

§ - Além da janela, deverão os compartimentos destinados a dormitórios dispor, nas folhas daquelas ou em qualquer outro ponto, de meios próprios para provocar a circulação ininterrupta do ar.

§ - As disposições dêste Regulamento, a juízo do UDH poderão ser alteradas em compartimentos de edifícios especiais, como museus, galerias de pintura, ginásio, salas de reuniões, átrios, hotéis e bancos, estabelecimentos comerciais e industriais, nos quais serão exigidos luz e ar de acôrdo com a destinação de cada um.

Artº 18º - A superfície iluminante será no mínimo de um sexto da superfície do piso do compartimento a iluminar.

§ - Para as lojas a superfície iluminante poderá ser de 1/10 da superfície do compartimento a i

luminar.

Artº 19º - Quando os vãos de iluminação se encontrarem sob alpendres, varandas, pórticos ou eirados cobertos, sua superfície será no mínimo de 1/4 da superfície a iluminar.

Artº 20º - Nenhuma parte do compartimento será considerada iluminada se estiver afastada da abertura iluminante mais de 3 vezes a altura do piso à verga da referida abertura.

2) DA HABITAÇÃO MÍNIMA

Artº 21º - A habitação mínima é composta de uma sala, dois quartos, uma cozinha e um compartimento de instalação sanitária, não podendo ter uma área coberta total menor de 40 metros quadrados.

3) ESCADAS E ELEVADORES

Artº 22º - O corredor de entrada e vestibulo terão a largura mínima de 1,50 m.

Artº 23º - As escadas terão largura mínima livre de noventa centímetros nas habitações individuais e deverão dispor obrigatoriamente de patamar intermediário, separando lances de mais de 17 degraus; estes terão a altura máxima de dezoito centímetros, com piso mínimo de 25 centímetros.

§ - Nos edifícios de uso coletivo a largura mínima das escadas será de 1,50 m.

Artº 24º - As escadas em edifícios coletivos ou daqueles em que o rés do chão ou pavimento térreo fôr destinado a fins comerciais ou industriais, bem como em casas de diversões serão de material incombustível.

REGULAMENTO DE OBRAS	DIRETOR
Artº 25º - Os prédios de mais de quatro pavimentos terão, obrigatoriamente, elevadores.	
Artº 26º - O elevador não dispensa escadas.	
Artº 27º - As caixas dos elevadores serão dispostas em recinto que receba ar e luz da via pública, áreas e suas recenâncias ou poços.	
§ - Serão protegidas em toda sua altura e perímetro por paredes de material incombustível.	
Artº 28º - Os elevadores, tanto em seus carros, como em sua aparelhagem de movimentação e segurança e em sua instalação, deverão estar de acordo com as normas em vigor da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).	
Artº 29º - Nenhum elevador poderá ser instalado sem que o interessado obtenha a respectiva licença, a qual poderá ser obtida conjuntamente com o da aprovação do projeto do prédio, o qual deverá vir acompanhado das especificações e cálculo de tráfego do elevador ou conjunto de elevadores.	
§ - O cálculo de tráfego deverá prever a evacuação total do prédio no tempo máximo de 30 minutos, calculada a população na relação de 1 pessoa em cada 10 metros quadrados de área útil do prédio.	
Artº 30º - Os elevadores não poderão funcionar sem licença do Departamento de Habitação e Urbanismo e ficarão sujeitos à sua fiscalização.	
Artº 31º - Nenhum ascensor poderá funcionar sem que o interessado ou proprietário assine termo de responsabilidade no UDH e indique o nome do mecânico eletricitista encarregado da conservação da parte mecânica ou elétrica.	

REGULAMENTO DE OBRAS

DIRETOR

§ - Caso o ascensor tenha de ser manobrado por ascensorista o nome dele deverá ser comunicado ao UDH.

§ - O mecânico eletricitista e o ascensorista deverão estar devidamente registrados no UDH.

Artº 32º - Os monta-cargas ficarão sujeitos às disposições dos parágrafos anteriores que lhe couberem e deverão oferecer as necessárias garantias de funcionamento.

4) DOS CORREDORES

Artº 33º - A largura mínima dos corredores internos das habitações individuais será de noventa centímetros.

§ - Quando tiverem mais de 10 metros de comprimento deverão receber luz direta e terão a largura mínima de 1,20 m.

§ - Os corredores de circulação comum, nas habitações coletivas, terão a largura mínima de 1,50 m.

5) DAS SALAS E APOSENTOS

Artº 34º - As salas e aposentos terão a superfície mínima de 7 metros quadrados.

§ - Em cada habitação haverá pelo menos um compartimento com a superfície mínima de 12 metros quadrados.

§ - Os armários fixos não são computados no cálculo da superfície.

§ - A forma das salas e aposentos será tal que permita a inscrição de um círculo de um metro de raio, entre os lados opostos e concorrentes.

§ - Quando as paredes forem concorrentes em um ângulo menor de sessenta graus serão concordadas por uma terceira de comprimento mínimo de sessenta centímetros.

6) COZINHAS

Artº 35º - As cozinhas terão superfície mínima de seis metros quadrados.

§ - Se as cozinhas forem unidas a copas por meio de vão sem fêcho, a superfície mínima dos dois compartimentos em conjunto poderá ser de 10 (dez) metros quadrados.

§ - As paredes da cozinha terão até 1,50 de altura, revestimento de material resistente, liso e impermeável.

§ - Os pisos serão também de material liso, resistente, impermeável e de fácil limpeza.

§ - As cozinhas não poderão ter comunicação direta com os aposentos ou com instalações sanitárias.

7) DEPENDÊNCIAS

Artº 36º - As garagens em residências destinam-se exclusivamente à guarda de automóveis.

§ - A superfície mínima será de quinze metros quadrados por veículo tendo o lado menor 2,50 m no mínimo.

§ - O pé direito, quando houver fôrto nivelado será de 2,50 metros e, em caso contrário, o ponto mais baixo da cozinha estará no mínimo de 2,20 metros.

§ - Não pode ter comunicação com aposento de

REQUISIEMTO DE OBRAS	DEFEITOS
<p>deixar.</p> <p>§- As paredes serão de material incombustível.</p> <p>§- O piso será de material liso e impermeável.</p> <p>Artº 37º - Os tanques de lavagem serão ligados à rede de esgotos.</p> <p>§- Os galinheiros serão instalados fora das habi- tações.</p> <p>Artº 38º - Os quartos de empregadas, de despejo, de depósi- to, as lavanderias e as rouparias terão a super- fície mínima de 5 metros quadrados e pé direito mínimo de 2,50 metros, tendo no mínimo, 2 metros de largura.</p>	

CAPÍTULO VII

1) DAS CONDIÇÕES GERAIS

Artº 39º - Os edifícios com mais de um pavimento serão executados com material incombustível.

§ 1º - As escadas, para uso coletivo, serão de material incombustível, com largura mínima de um metro e cinqüenta centímetros, além de:

- a) as caixas, nos prédios de mais de 3 pavimentos terem aberturas no plano vertical para o exterior;
- b) as paredes serem revestidas de material liso e impermeável em faixa de 2,10 de altura acompanhando o desenvolvimento dos degraus;
- c) terem patamares intermediários separando os lances de mais de 17 degraus.

§ 2º - Os vestíbulos ou "halls" de distribuição e corredores principais, que deverão ter iluminação e ventilação diretas para o exterior terão a largura mínima de 1 metro e cinqüenta centímetros.

§ 3º - As instalações sanitárias estarão no mínimo, na proporção de uma para cada grupo de quatro aposentos de dormir, quando se

REGULAMENTO DE OBRAS

DIRETOR

tratar de edifícios de apartamentos.

§ 4º - Deverá haver um reservatório de água na parte superior do prédio com capacidade de 400 litros para cada aposento e, se necessário, bomba para o transporte vertical da água até aquele reservatório.

§ 5º - É obrigatória a instalação de serviço de coleta de lixo por meio de tubos de queda.

Haverá incineradores próprios e compartimento inferior para depósito de lixo durante vinte e quatro horas.

§ 6º - Em cada andar e em cada vestibulo de distribuição haverá instalação contra incêndio, não podendo ser o prédio ocupado ou habitado sem que a S.A. Urbanização dê o necessário habite-se e verifique o fiscaliz, constantemente, o perfeito funcionamento da aparelhagem contra incêndio.

§ 7º - No vestibulo principal de entrada haverá quadro indicativo dos moradores ou ocupantes, caixa para correspondência e portaria.

2) DOS HOTÉIS, CASAS DE PENSÃO, ALOJAMENTOS E REPÚBLICAS.

Artº 40º - Os dormitórios deverão ter as paredes revestidas de material resistente, lizo, não absorvente e capaz de resistir a frequentes lavagens.

§ - As copas, cozinhas, dispensas e instalações sanitárias terão as paredes revestidas com azulejos até a altura mínima de 2,10 m e o piso terá o revestimento de material cerâmico.

- Artº 41º - Haverá, na proporção de um para cada grupo de 15 (quinze) hóspedes, no mínimo, gabinetes sanitários e instalações para banhos quente e frio, devidamente separados para um e outro sexo.
- Artº 42º - Haverá seção própria para empregados, com instalações sanitárias, completamente separadas e isoladas da seção de hóspedes.
- Artº 43º - Em todos os pavimentos haverá instalação visível contra incêndios.
- Artº 44º - Haverá sala de estar geral na proporção de 0,75 m² por hóspede.

3) DOS PRÉDIOS PARA ESCRITÓRIOS

- Artº 45º - Aos prédios para escritórios aplicam-se os dispositivos sôbre habitações coletivas.
- § - Será instalado 1 elevador, nos prédios de mais de 3 pavimentos, para cada grupo de 50 salas ou fração.
- § - As instalações sanitárias estarão na proporção de uma para cada grupo de 5 salas ou fração, por pavimento.

CAPÍTULO VIII

DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Artº 46º - Toda habitação será prevista de banheiro ou, pelo menos, chuveiro, latrina, lavatório, tanque de lavagem e, sempre que possível, de reservatório de água, hermêticamente fechado, com capacidade suficiente para o uso diário, calculada na base de 400 litros por aposento de dormir.

Artº 47º - As latrinas podem ser instaladas nos compartimen-
tos de banho.

§ - Nas isoladas, a superfície mínima será de 1,5 metros quadrados.

§ - Quando em conjunto com banheiro, a superfície mínima será de quatro metros quadrados.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artº 48º - Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Departamento de Habitação e Urbanis-
mo ouvido o arquiteto-consultor.

Artº 49º - Para efeito de aplicação do presente Regulamento será obedecida a disposição no Plano Diretor e nas Normas Gerais de Urbanismo que fazem parte integrante deste Regulamento.

- 50ª - Periódicamente, de 12 em 12 meses o U.D.H., ouvido o arquiteto-consultor, promoverá a atualização deste Regulamento, do Plano Diretor e das Normas Gerais de Urbanismo, suprimindo ou acrescentando dispositivos, estabelecendo novas normas ou eliminando outras, tudo de forma a permitir uma completa e constante dinamização no sentido de se acompanhar a evolução das técnicas e da arte de construir.
- 51ª - Quando se tratar de ampliações, reconstruções, modificações e alterações em prédios já existentes deverão ser aplicados todos os dispositivos deste Regulamento.
- Artº 52ª - Qualquer dúvida sobre o entendimento e aplicação deste Regulamento e os casos omissos serão resolvidos pelo U.D.H., ouvido o arquiteto-consultor.
- Artº 53ª - Para zelar sobre a aplicação e atualização dos dispositivos referentes aos problemas urbanísticos da USIMINAS ficará instituída uma Comissão Consultiva do Plano Diretor da USIMINAS composta dos seguintes elementos:
- Diretor de Relações Industriais
 - Vice-Diretor da Usina
 - Representante dos moradores
 - Representante do comércio
 - Representante dos Bancos
 - Representante das Indústrias
 - Representante do Sindicato
 - Chefe de UDH
 - Chefe do URS
 - Chefe do UBI
 - Chefe do UDT
- § 1º - Essa Comissão reunir-se-á, ordinariamente, de 6 (seis) em 6 (seis) meses sob a presi

REGULAMENTO DE OBRAS

DIRETOR

dência do Diretor de Relações Industriais, e ex
traordinariamente quando convocado por presiden
te ou seu substituto, o Vice-Diretor da Usina.